NOVAS PÁGINAS
de
HISTÓRIA DO BRASIL

BRASILIANA

volume 324

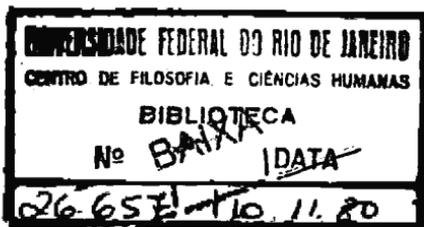
Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

SERAFIM LEITE

NOVAS PÁGINAS de HISTÓRIA DO BRASIL

Edição completa

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

Exemplar Nº 1985

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO 2, SP

1965

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

SERAFIM LEITE

Edição completa

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

SUMÁRIO

III — MÁRTIRES

IV — VÁRIA

APÊNDICES

Nota preliminar

O volume 93 da "Brasiliana", denomina-se Páginas de História do Brasil *(1937). Constituíam-no estudos quase todos já antes publicados. Afrânio Peixoto que o prefacia ("Lisboa, Natal de 36"), não foi alheio à elaboração do título, que se renova agora numa discreta relação de continuidade com o volume de 1937, há muito esgotado.*

Como as primeiras, também estas Novas Páginas de História do Brasil *se redigiram à margem de obras doutra estrutura e finalidade. São estudos sugeridos quer pelo aparecimento dalguma carta inédita significativa, quer para estabelecer em têrmos documentais o exercício de diversas funções ou prioridades, quer para utilizar dados biográficos novos relativos aos Mártires do Brasil, quer ainda para rever e esmerilhar fatos em que interveio o Padre Manuel da Nóbrega, considerado pelos brasileiros um dos fundadores da nacionalidade. Começando por êle (primeiro também no tempo), tôda a matéria se coordena e equilibra em quatro partes: I —* Nóbrega; *II —* Primazias; *III —* Mártires; *IV —* Vária. *Duas brevíssimas comunicações à Academia Brasileira de Letras, por serem mais de história literária que documental, vão em Apêndice.*

O conteúdo do livro versa todo sôbre o Brasil e a Companhia de Jesus, há longos anos duplo e indivisível campo da

nossa atividade de escritor; e seria supérfluo, aqui, ponderar um a um os diversos temas, porque o leitor os pesará por si mesmo. Verá que os primeiros pertencem ainda ao ciclo nobreguense da fundação de São Paulo. Novos documentos, inéditos uns, conhecidos outros, mas agora de leitura arquivística retificada, convidavam a estudar de mais perto êsse fato de tamanhas conseqüências históricas; e a própria celebração do IV Centenário impunha que se insistisse nos textos fundamentais e no esclarecimento de diversos pontos miúdos obscurecidos pelo tempo ou omissos pelos homens. Tal insistência e ambiente explicam por si mesmos o tom crítico próprio dêste gênero de pesquisas, que embora sempre num plano impessoal, diverge do meramente expositivo doutras páginas dêste livro.

Já desde o prefácio do I volume da História *(1938) fomos dizendo e repetindo, que o fato histórico estabelece-o o documento fidedigno, independente da vontade de qualquer homem de hoje; a interpretação é que é a parte inevitável do escritor quando os fatos são susceptíveis de fundamentar conclusões gerais. Apologética? Como objetivo direto, não; como conseqüência, em conjunto, sim, nem podia ser de outra maneira. Notou-o Sérgio Buarque de Holanda:*

*"Da Companhia de Jesus, de sua ação considerável e em muitos pontos decisiva sôbre nossa formação nacional, não é fácil falar serenamente. Seus inimigos foram sempre rancorosos — mais rancorosos e enérgicos do que seus partidários desinteressados. E o mesmo cuidado que põem ainda hoje os primeiros em desacreditar a obra dos jesuítas, aplicam os segundos em aplaudi-la irrestritamente. O resultado é que uma atitude intermediária corre o risco de parecer suspeita ou indecisa a uns e outros. O Dr. Serafim Leite não pode incluir-se evidentemente na classe dos últimos, dos partidários desinteressados. O fato de pertencer êle próprio à Companhia, faz crer que jamais levará sua isenção a extremos onde os serviços inestimáveis que vem prestando à História do Brasil cheguem a comprometer sèriamente o prestígio de sua milícia" (*Cobra de Vidro, *São Paulo, 1944, 90).*

Assim é. Não somos dos desinteressados. O Diretor do Museu Paulista e Professor da Universidade de São Paulo, que fala a seguir do meritório impulso dado a êstes estudos por Afrânio Peixoto, move-se num plano superior de realidades e

bom senso. Poderia talvez dar-se um passo mais, com a lanterna bem acesa, em busca de um historiador tão abstratamente desinteressado que não deixe transparecer nas entrelinhas a apologia de fatos e idéias — religiosas, anti-religiosas, agnósticas ou indiferentes — segundo a sua própria ideologia. É humano.

Mas, dito isto e passando já do geral ao concreto, verá o leitor por si mesmo que estas "páginas" não se redigiram só por motivos de história religiosa e que o critério, com que se tratam os assuntos, restringe ou amplia o seu alcance. Exemplo? Entre todos os dêste livro, o mais religioso na aparência é o "Movimento eucarístico brasileiro no tempo de Nóbrega". Se o assunto se tratasse ùnicamente como tema pio ou ascético, o processo seria legítimo, é claro, mas enquadrar-se-ia apenas dentro da história religiosa na sua limitação específica. O tratamento histórico-documental, que se lhe deu, supera o plano da experiência religiosa ou coletiva e desvenda aspectos relevantes para a história social do Brasil na transposição, quase maciça, de usos e costumes de Portugal para a selva brasileira (tudo então era selva). Dizem-no com clareza os documentos e já com certa pontinha de emulação construtiva (em Portugal "se poderia fazer tão bem, e melhor não"...). Nem faltam documentos que acentuam o contraste entre as festas antropofágicas dos índios e as festas cristãs dos jubileus, em que, com os portuguêses, já começavam a participar os índios e os mestiços. Dir-se-ia que nas cartas jesuíticas do século XVI pairava implícito o pensamento diferenciador de civilizações nos dois tipos de sacrifício religioso: a monstruosa comunhão cruenta do sacrifício humano (homens matando e comendo homens) e a comunhão mística no sacrifício incruento da Eucarístia. E infere-se, de tão violento contraste, a passagem de um estágio inferior de civilização a outro superior. Elementos que podem não aparecer visíveis no enunciado da matéria, contudo são a substância mesma de fatos que se vinculam à história geral da formação do Brasil.

S. L.

Introdução bibliográfica

GRANDE parte dêstes estudos se redigiu e publicou antes de impressos os volumes de *Monumenta Brasiliae* e até antes de dois livros, que precederam *Monumenta*. A boa ordem no trabalho da publicação científica dos documentos do Brasil em *Monumenta Historica Societatis Iesu*, de Roma, impunha que se começasse pelo princípio. E o princípio, como se sabe, tratando-se da Companhia de Jesus no Brasil, é Nóbrega. O estudo prévio da sua vida e escritos, com as correspondentes conexões documentais na Côrte de Lisboa, Cúria de Roma, governadores e funcionários públicos, e súditos religiosos, equivalia a estabelecer de antemão em base sólida os primeiros volumes de *Monumenta*.

Dá-se aqui a notícia dêsses três livros, porque a *Biografia de Nóbrega* requer um esclarecimento sôbre o título e alcance, e porque nas *Cartas de Nóbrega* e em *Monumenta Brasiliae* se agruparam, com cronologia e método, numerosos documentos, tanto de arquivo como dispersos em coletâneas hoje esgotadas (e superadas), que tinham sido utilizadas também na primeira publicação dêstes estudos, e cujas citações já agora, na reimpressão, se deviam conferir e atualizar, como de fato se atualizam.

1. A biografia de Nóbrega recebeu o título intencional de *Breve itinerário para uma biografia do P.e Manuel da Nóbrega, fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo.* Não se pretendeu fazer a história, já completa e definitiva, do fundador, mas o que expõe o título e explica a nota preliminar; e não se fêz menos nem mais do que se intentou. Por outros têrmos: com êste "breve itinerário" abriu-se uma *via,* quanto possível reta e objetiva, para a grande *Vida* de Nóbrega, quando chegar o tempo de ela se escrever que não se prevê para tão cedo. Entretanto, como antecedente necessário aos livros que se lhe iriam seguir de *Cartas* e *Monumenta,* impunha-se organizar um lastro biográfico, documentado e homogêneo nos seus elementos essenciais. E por isso, e por não ser obra demasiado longa, o ilustre e competente historiador americano Jerome V. Jacobsen, da Companhia de Jesus, desejou vê-la traduzida em inglês para se conhecer melhor em todo o Mundo a empolgante figura de *Nóbrega of Brazil,* sôbre quem êle próprio tinha escrito em 1942 um excelente estudo (*Mid-America* 38 [Chicago 1956] 121; cf. *ib.* 24 [1942] 151-189).

2. As *Cartas de Nóbrega,* edição de *Acta Universitatis Conimbrigensis,* tem o subtítulo de *Opera Omnia.* Quer dizer: êste livro contém todos os seus escritos conhecidos, excluindo-se uma *Quadrimestre,* que lhe andava atribuída sem fundamento bastante (*Mon. Bras.* II 266). Para identificar esta edição, distinguindo-a das precedentes, cita-se *Cartas de Nóbrega* (1955). Pareceu a maneira mais simplificada, sem recorrer a siglas que não raro obscurecem a citação e dão canseira ao leitor.

3. De *Monumenta Brasiliae,* fêz-se grande tiragem especial, dos três primeiros volumes, com o título de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil,* por iniciativa da Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo (1954) e financiamento do Govêrno daquele Estado. Coincidindo entre si, seria indiferente citar um título ou outro. Por método, e também por simplificação, cita-se sempre *Mon. Bras.* Sendo a paginação a mesma, o leitor poderá verificar as citações pela tiragem dos três primeiros volumes que tiver à mão e mais lhe convier.

I — MANUSCRITOS

Os documentos, utilizados e citados neste livro, encontram-se nos Arquivos de Lisboa (Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Biblioteca Nacional, Academia das Ciências), do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional), de Madrid (Archivo Histórico Nacional, Colégio de Chamartín) e de Roma (Archivio Segreto del Vaticano, Biblioteca Central Vittorio Emanuele, Archivio della Postulazione S. I., Archivum Romanum Societatis Iesu [ARSI]).

Êste último (ARSI) é o de mais freqüente citação. Os seus códices possuem cota arquivística, já de divulgação internacional, e que portanto se conserva:

Bras. (Brasilia). Utilizaram-se os seguintes códices: *Bras. 2, Bras. 3-I, Bras. 5-I, Bras. 5-II, Bras. 12, Bras. 15.*
Congr. (Congregationes): *Congr. 93.*
Epp. NN. (Epistolae Nostrorum): *Epp. NN. 1, Epp. NN. 53.*
FG (Fondo Gesuitico): FG, *ms. 77* (Resp. ad examen P. Nadal).
Goa: Goa 24-I.
Lus. (Lusitania): *Lus. 1, Lus. 25, Lus. 32, Lus. 42, Lus. 43, Lus. 52, Lus. 58, Lus. 61, Lus. 62, Lus. 63, Lus. 64, Lus. 65, Lus. 68, Lus. 69, Lus. 71.*

II — BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

ALCÂNTARA MACHADO, A. de. — Ver *Cartas, Informações* [...] *de Anchieta.*
ALCÁZAR, Bartolomé. — *Chrono-Historia de la Compañía de Jesús en la provincia de Toledo y elogios de sus varones illustres, fundadores, bienhechores, fautores hijos espirituales.* 2 vols. Madrid 1710.
Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 74 vols. Rio de Janeiro 1876-1953.
ANCHIETA, José de. — Ver *Cartas.*
Archivum Historicum Societatis Iesu. 28 vols. Roma 1932-1959 [AHSI]. Em curso de publicação.
AZEVEDO, Pedro de. — *Os primeiros donatários,* in *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* III (Pôrto 1924) 191-216.
AZEVEDO MARQUES, M. E. — *Apontamentos Historicos, Geographicos Biographicos Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo.* 2 vols. Rio de Janeiro 1879.

BAYLE, Constantino. — *El culto del Santísimo en Indias.* Madrid 1951.
BERINGER, F. — *Les indulgences, leur nature et leur usage,* trad. de Ph. de MAZOYER, 2 vols. Paris 1905.
BESSIÈRES, A. — *Ligues Eucharistiques.* Tournay 1914.
Bibliografia de SERAFIM LEITE S. I. — Apresentação de MIGUEL BATLORI S. I. Roma 1962.
[*Borgia*] *Sanctus Franciscus Borgia quartus Gandiae dux et Societatis Jesu praepositus Generalis tertius.* 5 vols. Matriti 1894-1911 (MHSI) [S. F. Borgia].

BOXER, Charles C. — *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686*. London 1952.
— *A Great Luso-Brazilian Figure Antonio Vieira S. J. 1608-1697*. London 1957.

Brasilien. Canonizationis seu Declarationis martyrii Servorum Dei Ignatii Azevedo et Triginta novem Sociorum Martyrum Societatis Iesu super dubio an constet de Martyrio et Causa Martyrii in casu, etc. Summarium. Romae 1718.

Brotéria. 71 vols. Lisboa 1926-1960. Em curso de publicação.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. — *Cobra de Vidro*. São Paulo 1944.

CALDAS, José Antônio. — *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* 57 (Bahia 1931) 1-445.

CALMON, Pedro. — *História do Brasil*. 4 vols. São Paulo 1939-1947.

CAPISTRANO DE ABREU, J. — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4.ª ed. Revista, anotada e prefaciada por JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES. Rio de Janeiro 1954.
— *Prolegômenos à "História do Brasil" de Frei Vicente do Salvador*. Rio de Janeiro 1918.
— *Notas à "História Geral do Brasil" de Pôrto Seguro* [HG]. — Ver PÔRTO SEGURO.

CARDIM, Fernão. — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Introduções e notas de BATISTA CAETANO, CAPISTRANO DE ABREU e RODOLFO GARCIA. Rio de Janeiro 1925.

Carta do Collegio de Santo Antam de Lisboa pera o Nosso Padre Geral, da morte de Pero Dias e seus companheiros, in *Memorial* (Pôrto 1942) 269-283. — Ver *Memorial*.

Cartas Avulsas 1550-1568. Nota Preliminar, Introdução e Sinopse da História do Brasil e da Missão dos Padres Jesuítas de 1549 a 1568, por AFRÂNIO PEIXOTO. Rio de Janeiro 1931.

Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594). Notas e Posfácio de A. DE ALCÂNTARA MACHADO. Rio de Janeiro 1933 [*Cartas de Anchieta*].

Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia). Introdução, notas históricas e críticas de SERAFIM LEITE S. I. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra 1955 [*Cartas de Nóbrega 1955*].

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. — *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo 1954.

CASTILHO, Júlio de. — *Lisboa Antiga* I. Lisboa 1879.

CAXA, Quirício. — *Breve Relação da vida e morte do P. José de Anchieta 5.º Provincial que foi do Brasil*, in SERAFIM LEITE, *Páginas de História do Brasil* (São Paulo 1937) 152-182.

CORTESÃO, Jaime. — *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro 1943.

COSTA, Américo. — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. 12 vols. Pôrto 1929-1949.

COSTA, Lúcio. — *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*, in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* V (Rio de Janeiro 1941) 9-100.
COSTA, M. Gonçalves da. — *Inácio de Azevedo. O homem e a sua época 1526-1570.* Braga 1957.

Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa 1530-1532. Ed. de EUGÊNIO DE CASTRO e Prefácio de J. CAPISTRANO DE ABREU. 2 vols. Rio de Janeiro 1940.
DICKSON, Sarah A. — *Panacea or Precious Bane. Tobacco in Sixteenth Century Literature*, in *Bulletin of the New York Public Library*, vols. 57-58 (1953-1954).
Documentos Históricos. Publicações da Biblioteca Nacional. 109 vols. Rio de Janeiro 1928-1955.

Encyclopedia Britannica, vol. 14. London 1957.
Epistolae P. Hieronymi Nadal Societatis Jesu ab anno 1546 ad 1547 nunc primum editae et illustratae a Patribus ejusdem Societatis. 4 vols. Matriti 1898-1905 (MHSI) [*Epp. Nadal*].
Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1537 ad 1556 scriptae. 5 vols. Matriti, 1898-1910 (MHSI) [*Epp. Mixtae*].
Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque scripta. Nova editio ex integro refecta textibus, introductionibus, notis, appendicibus aucta. Ediderunt GEORGIUS SCHURHAMMER S. I. et IOSEPHUS WICKI S. I. 2 tom. Romae 1944-1945 (MHSI) [*Epp. Xav.*].

FERREIRA, Tito Lívio. — *Padre Manuel da Nóbrega — Fundador de São Paulo.* São Paulo 1957.
FRANCO, Antônio. — *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora do Reyno de Portugal.* Lisboa 1714.
— *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa.* Coimbra 1717.
— *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal.* 2 vols. Évora-Coimbra 1719.
— *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania ab Anno 1540 usque ad Annum 1725.* Augustae-Vindelicorum et Graecii 1726.

GARCIA, Rodolfo. — Ver PÔRTO SEGURO, Visconde de.
GIOVANNONI, Gustavo. — *Saggi sulla architettura del Rinascimento.* Milano 1935.
GÓIS, Damião de. — *Chronica do Serenissimo Rei D. Manuel.* Coimbra 1790.
Grande Enciclopédia Portuguêsa e Brasileira. 40 vols. Lisboa [1959]. Em curso de publicação.
GUZMÁN, Luís de. — *Historia de las Misiones.* Bilbao 1891.

História da Colonização Portuguêsa do Brasil [Vários Autores]. 3 vols. Rio de Janeiro 1921-1924.
Historia de la fundación del Collegio del Rio de Henero y sus residencias, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 19 (1897) 122-138.

Institutum Societatis Jesu. 3 vols. Florentiae 1892-1893.

JAEGER, Luís Gonzaga. — *Padre Manuel da Nóbrega 4.º Centenário da sua vinda ao Brasil,* 29.III.1949. Pôrto Alegre 1949 [Separata do *Relatório do Colégio Anchieta,* de Pôrto Alegre, 1948].

LEITE, Serafim. — *História da Companhia de Jesus no Brasil.* 10 vols. Lisboa-Rio de Janeiro 1938-1950.
— *Páginas de História do Brasil* [= Brasiliana, série 5.ª, vol. 93]. São Paulo 1937.
— *Novas Cartas Jesuíticas — de Nóbrega a Vieira* [= Brasiliana, série 5.ª, vol. 194]. São Paulo 1940.
— *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil.* Lisboa-Rio de Janeiro 1953.
— *Diálogo sôbre a Conversão do Gentio do P. Manuel da Nóbrega.* Lisboa 1954.
— *Breve Itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega, Fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo (1517-1570).* Lisboa-Rio de Janeiro 1955 [*Biografia de Nóbrega].*
— *Cartas de Nóbrega* (1955). — Ver NÓBREGA, Manuel da.
— *Monumenta Brasiliae* I-III [= *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* I-III]. Romae 1956-1958; IV Roma 1960 (MHSI) [*Mon. Bras.*].

LEITE CORDEIRO, J. P. — *Brás Cubas e a Capitania de São Vicente.* São Paulo 1951.
— *Padre Manuel da Nóbrega,* in *Frases Esparsas,* 1.ª série. São Paulo 1952.

Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis in quibus aliqui ex Societate Iesu versabantur Roman missae. 7 vols. Matriti 1894-1925; Romae 1932.

MAGALHÃES, Basílio de. — *O Açúcar nos primórdios do Brasil Colonial.* Rio de Janeiro 1953.

MARIZ DE MORAIS, José. — *Nóbrega. O Primeiro Jesuíta do Brasil.* Rio de Janeiro [Imprensa Nacional] 1940.

MARQUES, Simão. — *Brasilia Pontificia.* Lisboa 1749.

MELO PIMENTA, José de. — *No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Forum da História.* [Além do autor, contém breves estudos de José Pedro Leite Cordeiro, Almeida Magalhães e Tito Lívio Ferreira]. São Paulo 1959.

Memorial de várias cartas e cousas de edificação dos da Companhia de Jesus. Com um prefácio de JOAQUIM DA COSTA, Diretor da Biblioteca. Reconstituição do texto e nota preliminar de JOSÉ PINTO, 1.º Bibliotecário. [Biblioteca Pública Municipal do Pôrto]. Pôrto 1942. — Ver *Relaçam e Carta do Collegio de Santo Antam.*

MENDES DE ALMEIDA, João. — *Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo.* São Paulo 1902.

MOLINA, Ludovicus. — *De Justitia. Tomus I.* Veneza 1594.

Monumenta Historica Societatis Iesu a Patribus eiusdem Societatis edita. 85 Tom. Matriti-Romae 1894-1959 [MHSI].

MOURA, Américo de. — *Os Povoadores do Campo de Piratininga.* São Paulo 1952. [Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XLVII].

NEMÉSIO, Vitorino. — *O Campo de São Paulo. A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil (1528-1563).* [= IV Centenário da Fundação de São Paulo II]. Lisboa 1954.
NÓBREGA, Manuel da. — *Diálogo sôbre a Conversão do Gentio.* Com Preliminares e Anotações Históricas e Críticas de SERAFIM LEITE S. I. [=IV Centenário da Fundação de São Paulo I]. Lisboa 1954.
— *Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia).* Com Introdução e Notas Históricas e Críticas de SERAFIM LEITE S. I. (Acta Universitatis Conimbrigensis) Coimbra 1955 [*Cartas de Nóbrega* (1955)].
Novas Cartas Jesuíticas — de Nóbrega a Vieira. — Ver LEITE, Serafim.

OLIVEIRA, Miguel de. — *História Eclesiástica de Portugal.* Lisboa 1940.
ORLANDINI, Nicolaus. — *Historiae Societatis Iesu Prima Pars.* Romae 1615.

PEIXOTO, Afrânio. — Ver *Cartas Avulsas.*
POLANCO, Ioannes Alphonsus de. — *Vita Ignatii Loiolae et rerum Societatis Jesu historia* [= *Chronicon*]. 6 vols. Matriti 1894-1898 (MHSI).
PÔRTO SEGURO, Visconde de [Francisco Adolfo VARNHAGEN]. — *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal.* Anotada por J. CAPISTRANO DE ABREU e RODOLFO GARCIA. 5 vols. 3.ª ed. integral [I, 4.ª ed.]. São Paulo. Sem data [HG].

Relaçam da gloriosa morte do Padre Inacio de Azevedo da Companhia de Jesu e seus companheyros que forão mortos polos hereges no Anno de 1570 indo pera o Brasil [MAURÍCIO SERPE], in *Memorial* (Pôrto 1942) 179-267. — Ver *Memorial.*
Revista da Academia Brasileira de Letras (Anais de 1948). Vol. 75. Rio de Janeiro 1948.
Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Vol. 57. Bahia 1931.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 242 vols. Rio de Janeiro 1938-1959. Em curso de publicação.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 55 vols. São Paulo 1895-1959. Em curso de publicação.
RIBEIRO, Vítor. — *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,* in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa.* Nova série, 2.ª classe, Tomo 9, Parte II. Lisboa 1902.
RODRIGUES, Francisco. — *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões. Esbôço Histórico — Superiores — Colégios (1540-1934)* Pôrto 1935.
— *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal.* 4 Tomos. [7 vols.]. Pôrto 1931-1950.
RODRIGUES, José Honório. — *Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português,* in *Verbum* 15 (Rio de Janeiro 1958) 313-333. — Ver CAPISTRANO DE ABREU.

SACCHINI, Franciscus. — *Historiae Societatis Iesu Pars Tertia sive Borgia.* Romae 1649.
SALVADOR, Frei Vicente do. — *História do Brasil.* Rio de Janeiro 1918. — Ver CAPISTRANO DE ABREU.
SANCHEZ BAQUERO, Juan. — *Fundación de la Compañía de Jesús en Nueva España (1571-1580)* [Editada por FÉLIX AYUSO]. México 1945.
SANDOVAL, Alonso de. — *De instauranda Aethiopum salute — El mundo de la Esclavitud en América.* Bogotá 1956.
SANTOS, Paulo F. — *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil.* Rio de Janeiro 1951.
SCHURHAMMER, Georg. — Ver *Epistolae S. Francisci Xaverii.*
SILVA RÊGO, Antônio da. — *Le Patronage Portugais de l'Orient.* [Prefácio de PIERRE CHARLES]. Lisboa 1957.
SOARES, Ernesto — FERREIRA LIMA, Henrique de Campos. — *Dicionário de Iconografia Portuguêsa (Retratos de Portuguêses e de Estrangeiros em relações com Portugal).* 3 vols. Lisboa 1947-1950; *Suplemento* (Ernesto SOARES). Lisboa 1954.
SOARES DE SOUSA, Gabriel. — *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* Comentários de Francisco Adolfo de VARNHAGEN (3.ª ed., Brasiliana). São Paulo 1938.
SOMMERVOGEL, Carlos. — *Bibliotèque de la Compagnie de Jésus* [vols. 10-11 por PIERRE BLIART]. 11 vols. Bruxelles 1890-1932.
SOUSA VITERBO. — *Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal.* 2 vols. Lisboa 1899-1904.
Summarium Additionale canonizationis Ignatii Azevedo. Romae 1713.
Synopsis historiae Societatis Iesu [a P. Ludovico SCHMITT et J. B. GOETSTOUWERS]. Lovanii 1950.

TAQUES DE ALMEIDA, Pedro. — *Nobiliarquia Paulistana* II. São Paulo 1941.
TAUNAY, Afonso de E. — *História Geral das Bandeiras Paulistas* I. São Paulo 1924.
— *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo.* São Paulo 1953.
TELES, Baltasar. — *Chronica da Companhia de Iesu, na Provincia de Portugal* [...] *Primeira Parte, na qual se contem os principios d'esta Provincia, no tempo, em que a fundou, & governou o P. M. Simam Rodrigues, com sua sancta vida, & morte.* 2 vols. Lisboa 1645-1647.
TORRES DE MENDOZA, Luis. — *Colección de Documentos Inéditos del Archivo de Indias.* X. Madrid 1868.
TRINDADE COELHO, Henrique — Guido BATTELLI. — *Filipo Terzi, Architetto e ingegniere Militare in Portogallo (1577-97).* Florença 1935.

UDAONDO, Enrique. — *Diccionario Biográfico Colonial Argentino.* Buenos Aires 1945.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. — Ver PÔRTO SEGURO, Visconde de.
VASCONCELOS, Simão de. — *Vida do P.ᵉ Joam d'Almeida da Companhia de Jesu na Provincia do Brazil.* Lisboa 1658.
— *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil: E do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo. Tomo Primeiro da*

entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil & dos fundamentos que nellas lançârão, & continuàrão seus Religiosos em quanto alli trabalhou o Padre Manoel da Nobrega Fundador, & primeiro provincial desta Provincia, com sua vida, & morte digna de memoria: e alguãs noticias antecedentes curiosas, & necessarias das cousas daquele Estado. Lisboa 1663; 2.ª ed. [por INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA]. 2 vols. Lisboa 1865.

— *Vida do Veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesu, Taumaturgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil,* Lisboa 1672.

VIEIRA, Antônio. — *Sermoens* (ed. princeps). 15 vols. Lisboa 1679-1748.

— *Cartas* (ed. de LÚCIO DE AZEVEDO). 3 vols. Coimbra 1925-1928.

WICKI, Josef. — *Documenta Indica* (1540-1563). 6 vols. Romae 1948-1959 (MHSI) [DI]. — Ver *Epistolae S. Francisci Xaverii.*

ZWEIG, Stefan. — *Brasil, País do Futuro.* Rio de Janeiro 1941.

I

NÓBREGA

1

Particularidades referentes a Nóbrega na fundação de São Paulo *

O IV CENTENÁRIO da grande e gloriosa cidade traz na ordem do dia o nome do fundador, e não é possível de Roma, onde atualmente preparamos para a célebre coleção de *Monumenta Historica S. I.* os primeiros volumes do Brasil, tomar conhecimento de quanto se diz e escreve por êsse mundo sôbre Nóbrega e a sua atividade. Mas dalguns pontos nos foi pedido expressamente o humilde parecer. E sejam agora uns sete ou oito referentes apenas ao tema concreto da fundação.

São breves notas, que supõem explanação maior, já feita em livros anteriores. Dá-se em todo o caso para cada uma a prova documental, quando a há, e, quando não, para atos da Igreja, da Companhia de Jesus e de Nóbrega, a norma geral de proceder, dentro da qual caem os casos particulares.

---

* Publ., in *Brotéria* 57 (Lisboa 1953) 429-440; *O Estado de S. Paulo* (São Paulo) nos dias 11 e 18 de outubro de 1953.

A fundação da Aldeia de Piratininga em 1553 não partiu espontâneamente dos índios

A 15 de junho de 1553 Nóbrega anuncia que "no Campo daqui doze léguas se querem ajuntar três povoações numa para aprenderem melhor a doutrina cristã e mostram grande fervor e desejo de aprender o que lhes preguem" [1].

Pode esta frase significar ajuntamento *espontâneo* dos índios?

Em rigor, atendendo-se apenas à materialidade destas palavras "se querem ajuntar", podia-se interpretar nesse sentido, embora fôsse contra a prática habitual dos índios em se fazer cristãos — o que já devia pôr de sobreaviso a quem faz história. Aplica-se realmente aqui o lugar comum de que "sem documentos não há história", mas com a sua contra-partida imediata: "não se faz história sem se conhecerem os documentos". E dois mostram que o ajuntamento não foi espontâneo.

Nóbrega no *Diálogo sôbre a Conversão do Gentio,* escreve: "Que direi da fé do grão velho Caiubi, que deixou sua Aldeia e roças e se veio morrer de fome em Piratininga, *por amor de nós,* cuja vida e costumes e obediência amostram bem a fé do coração?" [2].

E ao falecer o mesmo Caiubi em 1561 diz o seu necrológio: "Êste era um velho de mais de cem anos, que sendo morador noutro lugar duas léguas de Piratininga, *dizendo-lhe os Padres* que viesse para Piratininga, para aprender as coisas da fé, logo deixou quanto tinha e *foi o primeiro que começou a povoá-la,* indo de certos em certos dias buscar de comer com a sua gente ao outro lugar, que pelo amor de Deus tinha deixado, onde tinha as suas roças e fazendas" [3].

Caiubi e os seus índios vieram para Piratininga "por amor de nós" (testemunho do Padre Nóbrega), "porque lho disseram os Padres" (testemunho do Irmão Anchieta).

---

[1] SERAFIM LEITE, *Cartas de Nóbrega* (1955) 170; *Mon. Bras.* I 496.

[2] *Cartas de Nóbrega* (1955) 246; *Mon. Bras.* II 342.

[3] *Mon. Bras.* III 372.

E lembra-se de passo que embora fôsse o *primeiro a povoar* a Aldeia, no lugar escolhido por Nóbrega, Caiubi não ficou Principal dela. O que explica a advertência da sogra de Tibiriçá, quando disse ao genro que tivesse juízo, porque se não fôssem os padres, êle não estaria elevado a tanta honra [4].

A escolha de Tibiriçá para principal obedeceria ao fato de ser mais nôvo que Caiubi, e também provàvelmente ao seu parentesco com João Ramalho.

Os catecúmenos de Piratininga saíam da missa ao ofertório

Em 1552 Nóbrega escrevia da Bahia ao P.e Mestre Simão Rodrigues, provincial de Portugal: "Há costumes nestas partes de se permitirem os gentios nas igrejas à missa, juntamente com os cristãos e não os deitam fora por os não escandalizar"; e pedia que se lhe respondesse a esta dúvida, movida com a chegada do Bispo: "se se guardará o direito antigo ou se se permitirá estarem todos de mistura" [5].

Pergunta-se: Nóbrega, depois da dúvida, obedeceu à opinião do prelado ou seguiu o seu próprio parecer?

Nóbrega, homem de trinta e poucos anos, demonstrou pelo pensamento e pela prática na Bahia o seu profundo sentido de adaptação, sem se apegar demasiado a velharias que não favorecessem a conversão do gentio. Mas, além de bom canonista formado pela Universidade de Coimbra, era também bom religioso e sabia que se deve obedecer a qualquer aceno da vontade do superior, que neste caso era o Bispo. E é o que diz em carta diversa, mas do mesmo mês e ano (julho de 1552) ao mesmo P.e Simão a propósito doutro assunto: "Obedeci-lhe [ao Bispo] e *assim o farei em tudo,* porque por menos mal tenho deixarem de se salvar gentios, que sermos ambos divisos" [6].

---

[4] SERAFIM LEITE, *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 77.
[5] *Cartas de Nóbrega* (1955) 145; *Mon. Bras.* I 407.
[6] *Cartas de Nóbrega* (1955) 135; *Mon. Bras.* I 373.

Que obedeceu, também neste caso particular das missas a que assistiam gentios, consta documentalmente. Porque em Piratininga, onde Nóbrega era superior, e de quem dependiam estas coisas práticas, a primeira relação do que ali se usava em 1554 diz que os catecúmenos não ficavam na igreja juntamente com os cristãos, mas saíam dela ao ofertório:

"Nesta Aldeia [de Piratininga] foram admitidos para o catecismo 130 e para o batismo 36, de tôda a idade e de ambos os sexos. Ensina-se-lhes todos os dias duas vêzes a doutrina cristã, e aprendem as orações em português e na língua própria dêles. A freqüência e concurso de mulheres é maior. Todos os domingos se lhes celebra missa; *mas muitos dos catecúmenos levam muito a mal serem mandados embora depois do ofertório, e pedem-nos assìduamente que os admitamos ao batismo.* Se o não fazemos é por precaução, para que não voltem ao vômito dos antigos costumes, pois pensamos que o batismo não lhes deve ser concedido senão depois de longa prova" [7].

"Fiz solenemente uns 50 catecúmenos" (Nóbrega)

Como se recebiam índios gentios para catecúmenos?

O sistema catequético de Nóbrega era doutrina ou pregação geral para todos os índios e os que, por si mesmo ou pelos intérpretes, sabia que estavam em melhores disposições, os recebia como catecúmenos, isto é, para se prepararem para o batismo, intensificando com êles a doutrina cristã. Em Piratininga era duas vêzes por dia, como se acaba de ver na Quadrimestre de maio a setembro de 1554, onde tem que "foram admitidos para o catecismo 130". E diz isto e mais nada: coisa simples.

O rito dos catecúmenos da primitiva Igreja — insuflação, exorcismos, o sinal da cruz e a imposição do sal exorcizado —

[7] *Mon. Bras.* II 107. A frase grifada no texto andava mal traduzida em português: "sendo muitos catecúmenos despedidos *gravemente* depois do ofertório, com dificuldade e *gravemente* o toleram e nos rogam incessantemente que os promovamos ao batismo" (*Cartas de Anchieta* [Rio de Janeiro, 1933] 39).

é solenidade, que se incorporou ao rito batismal muito antes de Nóbrega. Para se afirmar que o praticou o fundador de São Paulo seria preciso documento formal, que não existe. Dos documentos do Brasil, temos algum conhecimento não tanto quanto quereríamos, mas enfim o que dá a familiaridade de mais de vinte anos, direta e permanente. Dos do Oriente recebemos informação pessoal dos seus especialistas, Schurhammer, Wicki e Schütte. E pode-se dizer sem presunção, que em nenhum documento de missões portuguêsas da Companhia de Jesus, quer no Brasil, quer na Índia (e são milhares) se encontra o menor vestígio de que a admissão de catecúmenos, segundo o rito da Igreja primitiva, completo ou reduzido, jamais se praticasse.

A solenidade do primeiro dia histórico da Aldeia de Piratininga (29 de agôsto de 1553)

Mas Nóbrega escreve: fiz *solenemente.* Que solenidade poderia ser essa? Nóbrega dizia *sempre* missa (Anchieta) e ainda a celebrou na véspera do evangelista São Lucas, dia do seu falecimento. Em Piratininga, Nóbrega tinha consigo o Irmão Antônio Rodrigues, grande cantor e músico, e quatro ou cinco meninos do Colégio de São Vicente (irmãos "pequenos"), que poderiam ter alegrado êsse dia festivo. Não é mera possibilidade. Era hábito de Nóbrega, desde a Bahia, quando andava pelas aldeias dos gentios, nos primeiros contatos, fazer-se acompanhar duma pequena "schola cantorum"; e, na mesma carta de 15 de junho, diz que no Colégio de São Vicente se ensinava a ler, escrever, Gramática (Latim) e a "cantar e tocar flautas" [8], e que quando entrasse levaria "capela e cantores" [9]. Se não pôde entrar tão longe como a princípio pensou, a verdade é que em vez de voltar para a Bahia, ficou em São Vicente, e sempre entrou até onde lhe pareceu possível e achou conveniente para o bem da conversão do gentio.

---

[8] Serafim Leite, *Biografia de Nóbrega* 88; *Cartas de Nóbrega* (1955) 171-172; *Mon. Bras.* I 497.

[9] *Cartas de Nóbrega* (1955) 166; *Mon. Bras.* I 492.

O ter meninos de São Vicente em Piratininga e o levá-los depois consigo até Maniçoba é a realização do seu propósito de 15 de junho. A alegria e cantos dêsses meninos era, pela experiência de 1549 a 1553, um dos meios mais eficazes para atrair os meninos gentios e, com êles, os pais.

E assim em Piratininga, no dia 29 de agôsto de 1553, com a missa e êstes cantos e o ser a primeira vez e as pazes com João Ramalho tem-se, pelo exposto, explicação muito legítima e nada forçada, para que Nóbrega pudesse escrever *solenemente.*

Explicação forçada seria a de dizer que Nóbrega neste preciso dia não celebrou missa (êle que *sempre* a celebrava), ou que a disse em particular sem relação alguma com a festa do dia, ou ainda, como também já se inventou, que a celebrou em Santo André nesse preciso dia em que a festa dos catecúmenos era em Piratininga. Para afirmar a missa em Santo André só um documento explícito, que não há, a poderia fundamentar contra a convergência de circunstâncias que a requerem em Piratininga como explicação natural e óbvia do documento positivo de Nóbrega e da solenidade que aponta: "fiz *solenemente* uns 50 catecúmenos".

O tempo que Nóbrega estêve em Piratininga

A 15 de junho de 1553 Nóbrega diz que ia mandar o Irmão Pero Correia à Bahia para se ordenar, e ao dar na mesma carta notícias de que três povoações de índios se queriam juntar numa, acrescenta: "Com êles gastaremos o tempo, até vir o Ir. Correia, da Bahia, para entrarmos" [10].

Nóbrega tinha pensado entrar pelo sertão dentro até ao Paraguai, que então considerava dentro da demarcação de Portugal, e a que depois se refere como estando já, ao menos em parte, em poder dos castelhanos, que é como quem hoje diz espanhóis. Mas com os espanhóis confinavam os Carijós, não todos dominados por êles, e com os Carijós estêve sempre

[10] *Cartas de Nóbrega* (1955) 170; *Mon. Bras.* I 496.

o coração de Nóbrega ("sempre me disse o coração que devia *mandar* aos Carijós"), pelas referências que dêles lhe davam.

Não chegou a ir, porque o Governador Tomé de Sousa fechou o caminho do Paraguai e Nóbrega achou justas as razões que êle deu. Mas se estivesse aberto o caminho e tivesse ido: qual seria o resultado? Depende do ponto de vista que se considere. Teria conseguido fundar lá uma estação missionária pertencente à Província do Brasil? Ter-se-ia fixado em território ainda não senhoreado dos espanhóis, ficando logo assegurados os confins da "Capitania de São Vicente"? Suceder-lhe-ia como a São Francisco Xavier, que achou a vasta Índia pequeno campo para o seu apostolado, e, procurando estendê-lo e conhecê-lo, foi morrer às portas da China, em 1552, o mesmo ano exatamente em que Nóbrega alimentava idênticos sonhos? Teria sido morto pelos Carijós, constituindo-se assim protomártir, talvez agora nos altares?

Podem-se formular estas e outras hipóteses no mundo dos possíveis. A realidade nobreguense é que naquela carta de 15 de junho tencionava mandar o Irmão Correia à Bahia com o P.e Leonardo Nunes; e consta, por documento diferente, que só enviou Leonardo e não Correia. E não o mandou ou por duvidar que o Bispo ainda não tivesse podêres bastantes para o dispensar das irregularidades canônicas da sua vida passada e o ordenar de sacerdote, ou por decidir adiantar a emprêsa de Maniçoba e precisar do Irmão, para onde, de fato, já o tinha mandado no fim de agôsto de 1553. E nesta data escreve Nóbrega:

"Ontem que foi dia da Degolação de São João, vindo a uma aldeia, onde se ajuntam e apartam novamente os que se convertem, e onde pus dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o batismo e será mostrada por obras a fé que professam" [11].

Poder-se-á ler a frase assim? "Desde" ontem, insinuando com isto que Nóbrega chegava a Piratininga a primeira vez e que jamais ali estivera antes?

---

[11] Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I 270-271; *Biografia de Nóbrega* 97; *Cartas de Nóbrega* (1955) 181-182; *Mon. Bras.* I 522-523.

Não parece o sentido óbvio. O que êle quer dizer é que vindo ali, em tal dia, praticou tal ato. E como na carta de 15 de junho anunciava que gastaria o tempo com os índios das três aldeias, que se queriam juntar *numa,* o natural e óbvio é que o gastasse como disse. (Para se dizer que o gastou de modo diferente requerer-se-ia outro documento que provasse êste modo diferente).

Como empregaria o tempo

Nóbrega tinha consigo o Irmão Antônio Rodrigues, quatro ou cinco meninos e mais os dois Irmãos que pôs em Piratininga (e bastava que os pusesse no próprio dia 29 de agôsto para, em carta depois desta data, já poder escrever "pus"). Eram o P.e Nóbrega, mais três irmãos "grandes" e quatro ou cinco meninos (irmãos "pequenos"). Portanto, oito ou nove pessoas que tinham subido de São Vicente.

O estilo como entravam nas aldeias conta-o Pero Correia: "Um dos meninos levava uma cruz pequena alevantada e iam cantando as ladainhas por uma certa maneira, muito boa, e logo os meninos dos lugares se ajuntavam com êles e tôda a gente se maravilhava muito de coisa tão nova" [12].

Parece que os outros meninos levavam também as suas cruzes, não porém levantadas, mas em forma de bordão, os "bordões da cruz" como escreve Maximiano, provàvelmente um dos irmãos "pequenos" que entraram com Leonardo Nunes em 1551. E acrescenta que os gentios faziam logo outros bordões de cruz e pediam que lhes ensinassem os filhos [13].

O primeiro principal duma dessas aldeias que se moveu a passar para Piratininga foi Caiubi, como ficou dito (p. 4). E já nesta aldeia a 29 de agôsto, Nóbrega tinha índios bastantes para fazer "solenemente uns 50 catecúmenos".

Êste é o fato positivo. O mais pode-se conjeturar por outros elementos conhecidos e portanto não arbitrários.

---

[12] *Mon. Bras.* II 67.
[13] *Mon. Bras.* I 248.

Era Capitão de Santo André da Borda do Campo o velho português João Ramalho. O seu influxo não se confinava na sua vila, estendia-se por todo o campo. Dêle ainda escreve Nóbrega desfavoràvelmente na carta de 15 de junho, por informações e questões, que já achou quando veio da Bahia. Nóbrega, homem de tino político, dados aquêles precedentes, devia sentir a necessidade, antes de se meter em qualquer emprêsa no campo, de saber se teria contra si João Ramalho ou não; e desde 15 de junho a fins de agôsto vão dois meses e meio. Neste período, Nóbrega entendeu-se com João Ramalho (é outro fato positivo), reuniram-se as aldeias numa atividade que não ultrapassaria meia dúzia de léguas como raio de ação, fazendo de Piratininga o centro. Iria a Jerebatiba (aldeia de Caiubi), iria a Santo André. E mesmo que se encurtem aquêles 75 dias para apenas 40 ou 50 teve mais que tempo para ir a tôdas elas as vêzes que julgasse útil.

Sabe-se por outro lado que esta "Casa de Piratininga" êle a "fêz muito boa e no *melhor lugar* que se podia escolher" [14]; e é difícil de compreender como se escolhe qualquer ponto *melhor* sem outros pontos de referência menos bons.

Aliás é inverossímil que Nóbrega, nos meses todos que estêve em São Vicente, desde janeiro a junho, não tivesse a idéia (êle que era andarilho) de ir ao campo, nem mesmo com o seu amigo Tomé de Sousa ou para conhecer a terra onde moravam os pais dos meninos do Colégio de São Vicente e ver as possibilidades dela, como fêz no pouco tempo que estêve em Pôrto Seguro, onde percorreu a costa, até além do Rio do Frade, passando-o "sem perigo". Desta primeira ida ao campo, porém, não há documento, e por isso mesmo não se afirma. E êstes são os dados gerais do problema piratiningano. Mas, dentre êles, cinco não são problemas senão fatos positivos. A saber: que a 15 de junho escreveu que gastaria o tempo com os índios das três aldeias que se queriam juntar numa; que se entendeu com João Ramalho de quem escreve louvores; que entravam pelas aldeias com a cruz alçada, e *cantando* as ladainhas; que Caiubi, movido pelos padres, veio de Jerebatiba para Piratininga; e que, nesta aldeia, Nóbrega em pessoa fêz "solenemente uns 50 catecúmenos" no dia 29 de agôsto de 1553.

---

[14] *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 80; *Mon. Bras.* II 289.

O nascimento e batismo da cidade de São Paulo

Ao identificar a aldeia, onde se juntaram as três povoações numa, escrevemos: "É a Aldeia de Piratininga que daí a alguns meses *se batizaria* com o nome de São Paulo" [15]; esta imagem de batismo fêz fortuna e sugeriu outras que aqui e além se lambram.

Em resumo: Qualquer nascimento supõe himeneu e gestação e para São Paulo tudo começou exatamente quando chegou ao campo o primeiro português. A primeira fundação de Piratininga, a Vila de Santo André são atos em função da futura cidade de São Paulo, mas, com maior propriedade de imagem, talvez ainda apenas sob a forma de himeneu com a nova terra. A gestação imediata de São Paulo, tal como se assegurou em definitivo, foi a reunião das três aldeias que se queriam juntar numa. Ora, por ocasião do falecimento de Caiubi diz-se que êle foi o *primeiro*, que deixou a sua aldeia e *começou a povoar Piratininga.* Quer dizer: antes da vinda de Caiubi, Piratininga era tapera ou sítio despovoado. Nesta aldeia, já povoada, por intervenção direta de Nóbrega ("por amor de nós", diz êle) ou por intermédio dos seus súditos (nenhum podia praticar atos desta natureza sem "mandado" do Superior), fêz Nóbrega solenemente os primeiros catecúmenos no dia 29 de agôsto de 1553.

Sendo antes uma tapera e povoando-se, não por movimento espontâneo dos índios, mas para aprenderem a doutrina e se batizarem: com êste ato solene *nasceu* cristãmente a aldeia. E esta Aldeia de Piratininga nunca mais deixou de existir até hoje — e é São Paulo.

Êste nome recebeu-o da Casa-colégio, que Nóbrega aí fêz ("fiz") [16], inaugurada a 25 de janeiro de 1554, dia da Conversão de São Paulo.

Pôsto isto: porque asseveram alguns que não foi êle quem deu o nome a São Paulo?

---

[15] Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil* (1937) 92.

[16] Leite, *História* I 269; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 50; *Biografia de Nóbrega* 102; *Cartas de Nóbrega* (1955) 386; *Mon. Bras.* III 359.

Asseveram-no, ao que parece, para favorecer Anchieta, numa de cujas cartas se lê o nome. Como se sabe, o Irmão José de Anchieta não foi auxiliar de Nóbrega na fundação da Aldeia de Piratininga, pois chegou a São Vicente quatro meses depois dela. E quando chegou era religioso mancebo, apenas com 19 anos, sem conhecimento da língua nem dos locais, e sem espécie alguma de autoridade para fundações de casas, escolha de sítios, nomes, datas e outras iniciativas próprias dos superiores, que êle não era e só veio a ser, passados muitos anos, depois de concluir a sua formação, quer religiosa, quer de estudos, e se ordenar de sacerdote. Mas sendo um dos auxiliares de Nóbrega já presente, na mesma Aldeia de Piratininga, à fundação da Casa-colégio — e, neste sentido, fundador como os mais que ali estavam nesse dia — tomam daí pé alguns para escrever que Nóbrega é o principal fundador de São Paulo, mas Anchieta o principal dos fundadores.

Trocadilho que denuncia ter-se esgotado o processo histórico, fazendo-o descair no pessoal: Nóbrega é o fundador, mas Anchieta vale mais, dizem êsses, esquecidos de que as comparações são sempre odiosas e não raro imprudentes. Porque, ao passarem do terreno dos *fatos* para o da qualidade das *pessoas*, não reparam que o fato de Nóbrega ser o fundador permanece invariável, que os fatos são independentes das qualidades pessoais, e que a discussão destas qualidades, no plano puramente histórico, é perigoso — e não para o Padre Nóbrega.

Como em todos os despiques, cotejar-se-á personalidade com personalidade, os serviços prestados ao Brasil, isto é, benemerência com benemerência, e até virtude com virtude. E da virtude o aferidor positivo, em última instância, não serão desvarios ou ouropéis de cronistas, nem milagres que a Igreja não achou legítimos: serão os escritos e as cartas respectivas, onde se estampa a alma de cada qual; e nas de Nóbrega ressalta o profundo sentimento de humildade pessoal (virtude básica) sem nenhum vislumbre de complacência própria.

Não seremos nós quem fará tal cotejo. Levadas, porém, as coisas para êsse campo, não faltará quem levante a luva, atirada com menos prudência para a discussão pública. Esperamos apenas que se proceda para com Anchieta com mais amor e respeito do que tem procedido algum filho ou amigo da Companhia de Jesus para com o fundador e pai da Pro-

víncia do Brasil da mesma Companhia; — e fundador, também, de São Paulo, que se pode orgulhar, com justo título, de ter na origem dos seus destinos um homem "da estatura do Padre Manuel da Nóbrega" [17].

Entretanto, por aquela mesma confusão adrede estabelecida, talvez se não faça ainda a Nóbrega plena justiça no presente centenário. Não porque o ponto essencial da fundação se não apresente històricamente certo. O que há, quer-nos parecer, é o hábito adquirido, antes de se conhecer e aprofundar tôda a documentação, de atribuir a Anchieta para efeitos da sua causa canônica, que aliás todos desejaríamos ver bem encaminhada, quanto fôsse suscetível de criar simpatia, não a distribuindo com igual medida com outros cuja memória se não promovia ou se deixava na penumbra: a mesma tendência com que divulgando-se as cartas de Anchieta se tenta endossar a Nóbrega o que nelas há de menos grato. E assim se faz oscilar Anchieta entre dois excessos ou extremos, o de ser mentor de tudo e o de ser irresponsável, não sendo êle nem irresponsável nem mentor. Se fôsse irresponsável, a própria carta em que se lê o nome de São Paulo, deveria — também nisto — ser atribuída a Nóbrega.

Singelas reflexões, que aqui não é necessário levar mais longe. Porque no caso particular do nome do colégio, a solução está nas intenções do Provincial (a obra da "conversão") e na obediência própria da Companhia de Jesus. Supor que Nó-

---

[17] *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 104. — Convém lembrar que Simão de Vasconcelos, o mais conhecido biógrafo e panegirista de Anchieta, também se ocupou de Nóbrega; e na sua pena, a exaltação de um e outro afere-se pelo mesmo fiel de balança. A *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* é pràticamente a *Vida de Nóbrega,* situada no amplo quadro do Brasil do seu tempo. Vasconcelos, depois de dar relêvo à virtude e até aos milagres e profecias de Nóbrega conclui assim a *Chronica:*

"Temos visto, em breve suma, as cousas notáveis do servo do Senhor, o Padre Manuel da Nóbrega, Fundador e primeiro Apóstolo da Província do Brasil, a cujo exemplo prosseguiram os que após êle trabalharam na conversão da gentilidade dêste Nôvo Mundo. Cuja santidade foi tão rara que sendo que concorreram com êle varões em todo o gênero tão ilustres, um José de Anchieta, Luís da Grã, Leonardo

brega, conhecedor do Caminho do Mar, não calculou bem as coisas para que a missa inaugural da nova Casa-colégio caísse a 25 de janeiro, dia da Conversão de São Paulo, é supor que os súditos de Nóbrega se poderiam pôr a caminho de São Vicente para Piratininga por sua conta e risco, isto é, à margem da obediência que todos deviam a Nóbrega. Aliás a própria presença de Nóbrega no dia 25 de janeiro requer estudo particular que adiante se verá.

Nóbrega fundador de São Paulo

A literatura produzida no Brasil a propósito da fundação de São Paulo revela-se já notável; e, como sempre, há-a em que o equilíbrio prepondera, e também a há em que se desejaria maior penetração de inteligência, domínio de nervos e superioridade de intenções.

Averigua-se na verdade que como Cristo, seu Mestre, também Nóbrega foi sinal de contradição e de esquecimento; e contra êste esquecimento se insurgiram instituições e historiadores brasileiros do mais alto valor. Mas os que direta ou indiretamente promoveram agora êsse esquecimento nas Comemorações do IV Centenário de São Paulo, reconhecem, enfim, que o grande Jesuíta é o "principal fundador" da excelsa e nobilíssima cidade; e todo o seu empenho é mostrar que havia outros auxiliares necessários e que êsses também são fundadores.

Nunes, João Azpilcueta Navarro e tantos outros quantos tem mostrado a história e venera hoje a Província: todos êsses em comparação de Nóbrega se reputavam a si mesmos na virtude pigmeus à vista de um gigante: assim seguiam a luz de seu exemplo, assim imitavam seus ditames, assim punham em execução suas ordens, como se naquele só espírito reconhecessem juntas as excelências de todos. E não sòmente no Brasil; em Roma, em Portugal, em o mundo todo foi conhecida sua santidade, ao menos, pela emprêsa, que tomou a seus ombros, igual à de um Xavier, ficando partida entre êstes dois varões apostólicos a conversão da gentilidade do mundo: a Xavier ficou a do Oriente, a Nóbrega a do Ocidente.

Trataram dêste Servo de Deus o Venerável Padre José de Anchieta em seus Apontamentos; o Padre Orlandino, primeira parte das Crônicas

Tal empenho é justo e compagina-se com os documentos, entendidos com a devida retidão de consciência: abrangendo a *todos* os auxiliares de Nóbrega. De fato, nem Pedro Álvares Cabral nem Cristóvão Colombo poderiam ter descoberto o Brasil ou o Nôvo Mundo sem o pessoal, de diversa categoria, indispensável às respectivas emprêsas. Condição necessária, todavia, que não tira a Cabral ou a Colombo a prerrogativa de serem os descobridores, como nem a Nóbrega a de Fundador de São Paulo.

---

da Companhia em muitos lugares de seus livros; Sacchino III parte, liv. 6, n.º 265; o Padre Baltasar Teles nas Crônicas de Portugal, parte I, liv. 3, cap. 2, e daí em diante.

E nós nada mais trataremos por ora: pare a pena em escrever onde pára Nóbrega em obrar. A suas emprêsas especialmente se dedica êste tomo primeiro por primeiro Apóstolo do Brasil; como outro se dedicou a Xavier, por primeiro Apóstolo da Índia; outro a Inácio, patriarca nosso, por primeiro Geral da Companhia" (SIMÃO DE VASCONCELOS, *Chronica*, liv. IV, § 147).

2

Nóbrega e a sua herança em São Paulo de Piratininga *

Fundação de São Paulo de Piratininga

O PRIMEIRO PADRE da Companhia de Jesus, que estêve no Planalto de Piratininga, foi Leonardo Nunes e sem dúvida lhe ocorreu que uma residência da Companhia naquelas paragens não ficaria mal [18], o mesmo pensamento ocorreria a outros Irmãos, em particular Pero Correia e Manuel de Chaves, bons conhecedores dos locais de serra acima.

A idéia começou a concretizar-se com a chegada a São Vicente do P.e Manuel da Nóbrega nos princípios de 1553. Em

* Publ. in *Brotéria* 58 (Lisboa 1954) 5-25, com o subtítulo de *Notícia comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1554-25 janeiro-1954)*, com o retrato de Nóbrega do escultor Francisco Franco; *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), número comemorativo de 25 de janeiro de 1954, com o título de *São Paulo e a Companhia de Jesus.* Na presente publicação se acrescenta, nôvo, o § 3 — *Os Índios.*

[18] LEITE, *História* I 277-278.

junho dêsse ano já se tratava de juntar três aldeias de índios "numa", para aprenderem a doutrina cristã; e juntavam-se, porque os jesuítas eram poucos para os doutrinar dispersos. O sítio, em que se haviam de reunir, ainda permanece indeterminado. E, segundo o teor dos documentos, só é possível sair dessa indeterminação no dia 29 de agôsto de 1553, quando se assinala a presença e a ação pessoal de Nóbrega.

Os documentos dão esta ordem cronológica:

A 15 de junho de 1553 Nóbrega anuncia que no Campo de Piratininga três aldeias se queriam juntar "numa" para aprender melhor a doutrina cristã [19].

A 29 de agôsto, Nóbrega está em pessoa na aldeia onde "se ajuntam" e escreve: "fiz *solenemente* uns 50 catecúmenos"; e põe nela "dois Irmãos" da Companhia para os doutrinar [20]; e ordena que a povoação nova se leve adiante nesse sítio.

E alguns meses depois: "No ano de 1554, *mudou* o P.e Manuel da Nóbrega os filhos dos índios ao Campo a uma povoação *nova,* chamada Piratininga, que os índios faziam *por ordem do mesmo Padre,* para receberem a fé. *Também* mandou alguns doze Irmãos para que estudassem gramática e juntamente servissem de *intérpretes para os índios*" [21].

Delineiam-se as três características da Casa de São Paulo: escola dos filhos dos índios (mudança de São Vicente); estudo de Gramática (Latim); Catequese geral (intérpretes) [22].

O fato sucedeu a 25 de janeiro de 1554, celebrando-se a missa inaugural do nôvo estabelecimento, primeira nêle, não na aldeia; e era o dia da Conversão de São Paulo, que ficou padroeiro do estabelecimento que se deve ao P.e Manuel da Nóbrega.

Com efeito, diz o fundador que tirou os Meninos da Casa de São Vicente e os colocou "em casa de seus pais, em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente *fiz* aquela

---

[19] Leite, *Biografia de Nóbrega* 97 *Cartas de Nóbrega* (1955) 170; *Mon. Bras.* I, 496.

[20] *História* I 270; *Cartas de Nóbrega* (1955); 181-182; *Mon. Bras.* I 522-523.

[21] *Cartas de Anchieta* (1933), 316.

[22] *Nóbrega e a fundação de São Paulo,* 39.

Casa para que nós os doutrinássemos e seus pais os sustentassem e com êles ganhássemos a todos os demais"[23]; e diz Luís da Grã: A Casa de São Vicente "não contentou ao Padre Nóbrega, quando veio a esta Capitania, e *mudou* os Meninos para esta *Casa* de Piratininga, que aqui *fêz* muito boa, e no melhor lugar que se podia escolher"[24].

Quer dizer: Nóbrega no sítio de Piratininga *fêz* pessoal e *solenemente* uns 50 catecúmenos a 29 de agôsto de 1553; pôs aí dois Irmãos; fazia-se *por ordem* sua a povoação *nova;* e nela *fêz a Casa de São Paulo* a 25 de janeiro de 1554.

Com esta verdade fundamental, hoje esclarecida e assente, há o estudo circunstancial de miudezas secundárias, que têm de abrir caminho através do pêso morto de afirmações confusas passadas em julgado, e por isso nem sempre essas miudezas se manifestam puras ou dum jacto. Neste particular, o campo de pesquisas ainda não se esgotou, e talvez se não esgote nunca, a não ser que mais algum documento venha ainda a aparecer e corporize em fato positivo um ou outro pormenor, que os existentes deixam apenas em têrmos implícitos ou conjeturais[25].

Ao fundar a Aldeia de Piratininga, Nóbrega tinha consigo três Irmãos "grandes" e quatro ou cinco Irmãos "pequenos". A identificação dêstes Irmãos "pequenos" não se pode estabelecer com perfeita segurança. Em todo o caso já eram da Companhia de Jesus os Irmãos Gonçalo de Oliveira, Gaspar Lourenço e Leonardo do Vale. Dos Irmãos "grandes" estava Antônio Rodrigues, intérprete de Nóbrega; e quase com certeza Manuel de Paiva, não como catequista, que não sabia a língua tupi, mas por ser parente de João Ramalho — aí então se tinham conhecido — e Manuel de Chaves, com quem sempre se contava, por ser língua e possuir o dom de convencer, sendo êle o que "suspendia os arcos guerreiros entre os índios e os portuguêses".

---

[23] *História* I 269; *Cartas de Nóbrega* (1955) 386; *Mon. Bras.* III 359.

[24] *Mon. Bras.* II 289.

[25] Sôbre vários dêstes pontos versa o capítulo precedente "Particularidades".

Pondo em Piratininga "dois Irmãos" da Companhia para doutrinar os catecúmenos e a seu tempo se batizarem, Nóbrega, em agôsto de 1553, constituiu regularmente a aldeia com residência e igreja. O documento, neste caso, são as próprias palavras do fundador. Deixando dois Irmãos, êles haviam de ter necessàriamente onde morar (residência); e, sendo para ensinar os índios a ser cristãos, haviam de ter onde os doutrinar (igreja). É uma evidência, e portanto não requer demonstração.

Que casas seriam? A *qualidade* das casas não é evidente; a da sua *existência,* sim. Sem prejuízo de se construírem a seguir outras melhores com que aformosear a povoação segundo as possibilidades locais: uns paus descascados, umas braçadas de pindoba, e uns punhados de barro (ou sem êle), bastavam para em breve tempo se ter habitação e igreja, embora rudimentares e pobríssimas; suficientes, ainda assim, para os dois Irmãos armarem os seus catres ou rêdes, viverem sem promiscuidade de índios e índias, conciliarem o respeito, e cumprirem a missão de catequistas para que Nóbrega aí os pôs. Os índios da Bahia, de que tinha experiência o fundador de São Paulo, ao começar a doutrina em qualquer nova aldeia, o primeiro que faziam para os Irmãos (nomeia-se expressamente um, o Ir. Vicente Rodrigues) era uma rústica ermida, com residência anexa.

A diferença entre esta povoação piratiningana, que se fundava em 1553, e as da Bahia, que tendo princípios semelhantes permaneceram obscuras (como entre outras Paripe, anterior a São Paulo), é que as da Bahia fechavam-se sôbre si mesmas; e em Piratininga viu Nóbrega "escala para muitas nações de índios", visão em que está todo o futuro paulista dos primeiros séculos [26]. O ter começado pelo princípio — a erudição cristã dos filhos da terra e logo a Casa-colégio de São Paulo — está bem. Bem sob o ponto de vista humano e até sob o ponto de vista divino, que sob êstes dois signos nasceu São Paulo.

---

[26] "A escolha de Nóbrega recai em Piratininga, a cidade de São Paulo de hoje, e a evolução histórica ulterior revelou a genialidade de sua decisão, pois a Indústria, o Comércio, o espírito empreendedor do Brasil, ainda após centenas de anos, seguiram sua escolha inspiradora" (STEFAN ZWEIG, *Brasil, País do Futuro* [Rio de Janeiro 1941] 50, [tr. de Odillon Galloti]; J. P. LEITE CORDEIRO, *Padre Manuel da Nóbrega,* in *Frases Esparsas,* 1.ª série [São Paulo 1952] 180).

Quando chegaram da Bahia os Irmãos, que mandou buscar, Nóbrega repartiu-os pelas três casas que já tinha. São Vicente, Piratininga e Maniçoba.

Os nomes dos que Nóbrega mandou que ficassem em Piratininga deviam constar na primeira Quadrimestre de 1554, desaparecida. Os dois únicos nomes expressos na mais antiga Quadrimestre conhecida (de maio a setembro), como residentes em São Paulo, são o Padre Nóbrega, Superior, e o Ir. Antônio Rodrigues, mestre-escola; e também o Ir. José de Anchieta, mestre de Latim. Mas consta que eram "alguns doze Irmãos" ao abrir-se a Casa. E não é fácil, segundo os documentos coevos, organizar a lista completa, sem dar margem a alguma dúvida, como também persiste alguma para os Padres e Irmãos presentes à fundação da Aldeia de Piratininga, exceto os nomes, certos, de Nóbrega e do seu intérprete Antônio Rodrigues.

Além dêstes dois, Nóbrega e Rodrigues, apuramos em 1938 [27], para a abertura da Casa de São Paulo, os Padres Manuel de Paiva e Afonso Brás e o Ir. José de Anchieta. Aceitávamos então como boa, ao menos nos seus lineamentos substanciais, a carta dêste último aos Irmãos enfermos, tal como andava impressa. Verificamos depois, em 1951, que não se publicara com fidelidade e que nela suprimiram o nome de Gregório Serrão, presente em Piratininga ao abrir-se a Casa [28]. Donde se segue que a Escola de Gramática (Latim) em Maniçoba, de que foi mestre o mesmo Gregório Serrão, não se abriu senão a seguir à de São Paulo, e que em São Paulo estiveram primeiro os Irmãos que estudavam Latim. Estudavam Latim e formavam-se na vida religiosa os escolares e noviços, formação dirigida por Nóbrega ou pelo seu substituto o P.e Manuel de Paiva. Havia também a Escola de Meninos Índios, e ainda a Catequese geral, feita pelos Irmãos intérpretes, pois à conversão do gentio não só presente, mas futura, tôda a obra "principalmente" se dirigia. E por isso mesmo escolheu Nóbrega, para abertura do colégio, o dia da Conversão de *São Paulo*, orago que prevalecendo ao nome da terra (Piratininga) se celebra — e muito bem — como data oficial da fundação

---

27 *História* I 277.
28 *Mon. Bras.* II 159-160.

da cidade, assim como na vida dos homens uns celebram o nascimento, outros o onomástico.

E temos, além do fundador, os Padres e Irmãos seus auxiliares e súditos com os ofícios, que êle atribuiu a cada qual, segundo a respectiva competência [29].

P.ᵉ Manuel da Nóbrega, provincial do Brasil (patente de 9 de julho de 1553), fundador da Aldeia de Piratininga, a 29 de agôsto de 1553: e, nela, do Colégio de São Paulo, a 25 de janeiro de 1554. Governava, e presidia à formação espiritual dos Irmãos. Português, e, ao que parece, do Minho [1517-1570] [30].

P.ᵉ Manuel de Paiva, que Nóbrega deixara "ao princípio" como "Superior dos Irmãos". Português, de Águeda, distrito de Aveiro [1509-1583] [31].

P.ᵉ Afonso Brás, encarregado das obras, com funções equivalentes às de ministro. Português, de São Paio de Arcos (Anadia), distrito de Aveiro [1524-1610] [32].

Ir. (depois padre) Antônio Rodrigues, que acompanhou o fundador na Aldeia de Piratininga, foi com êle a Maniçoba e com êle aparece em Piratininga. Diretor da Escola dos Meninos Índios (escola de ler, escrever, cantar e tocar instru-

---

[29] O escritor paulista ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO, referindo-se à fundação de São Paulo e aos Padres e Irmãos da Companhia, escreve: "Foram meros operários: o plano, em todos os seus detalhes, Nóbrega — o verdadeiro fundador de São Paulo — o idealizou, em parte executou, e em parte o mandou executar" (*Anchieta na Capitania de São Vicente,* in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* 159 [1929] 5-94; Cf. TITO LÍVIO FERREIRA, *Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga* [São Paulo 1953] 96). E nas *Cartas de Anchieta* (1933), de que o mesmo A. de Alcântara Machado foi anotador, descendo ao objeto particular dos seus estudos, mantém-se coerente: Anchieta, "auxiliar" de Nóbrega (p. 584). Êste qualificativo, aplicado ao mais ilustre dos discípulos de Nóbrega, anota-se apenas para significar a sua raiz brasileira; e também as datas em que se escreve, antes de se publicarem numerosos documentos donde emerge, ainda mais límpida, a ação pessoal de Nóbrega, cf. JOSÉ MARIZ DE MORAIS, *Nóbrega — o primeiro Jesuíta do Brasil* (Rio de Janeiro, 1940), 126; LUÍS GONZAGA JAEGER S. J., *Padre Manuel da Nóbrega S. J., 4.º Centenário da sua vinda ao Brasil,* 29-III-1949 (Pôrto Alegre, 1949) 16.

[30] LEITE, *História* II 459-470; *Biografia de Nóbrega* 23-24.

[31] *História* I 57-58; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 90.

[32] *História VIII* (Biobibliografia) 122; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 85.

mentos); intérprete de Nóbrega (já sabia a língua), e ao mesmo tempo estudava ou aperfeiçoava o Latim. Português, de Lisboa [1516-1568] [33].

Ir. (depois padre) José de Anchieta, mestre de Latim dos Irmãos e dalguns possíveis candidatos à Companhia, dos recebidos em casa, cujos nomes, por não perseverarem, ficaram desconhecidos; escrevia as cartas de notícias e aprendia a língua tupi. Espanhol, de Laguna, Canárias [1534-1597] [34].

Ir. (depois padre) Gregório Serrão, enfermeiro, estudante; aprendia a língua tupi. Português, de Sintra, distrito de Lisboa [1527-1586] [35].

Ir. (depois padre) Diogo Jácome, estudante; praticava a língua tupi. Português [† 1565] [36].

Ir. (depois padre) Manuel de Chaves, estudante e intérprete. Português, de Moreira da Maia, distrito do Pôrto [1514-1590] [37].

Ir. (depois padre) Gonçalo de Oliveira, estudante e intérprete. Português, de Arrifana de Santa Maria, junto a São João da Madeira, distrito de Aveiro [1534-1620] [38].

Ir. (depois padre) Gaspar Lourenço, estudante e intérprete. Português, de Vila Real, distrito do mesmo nome [1529-1581].

Ir. (depois padre) Leonardo do Vale (qualquer que fôsse o nome que então usasse, Antônio Gonçalves do Vale, ao que parece), estudante e intérprete. Português, de Bragança, Trás-os-Montes [1538-1591] [39].

---

[33] SERAFIM LEITE, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* (Lisboa-Rio de Janeiro 1953) 46-249; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 35-54; T. L. FERREIRA, *op. cit.*, 62.

[34] Cf. *História* II, 480-489; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 51-54. — FRANCISCO MATEOS, num bem elaborado artigo *Presencia de España en la fundación de São Paulo,* estuda e louva — como é natural e pedido pela intenção do mesmo artigo — o seu compatriota Anchieta. Legítima complacência que lhe não obscurece o censo crítico no ponto de que se trata: "el título de fundador de São Paulo se debe en puridad histórica a Nóbrega y sus jesuítas" (*Razón y Fe* 148 [Madrid, Septiembre-Octobre 1953] 171).

[35] *História* I 63-64; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 60-61 65-66.

[36] *História* VIII (Biobibliografia) 305.

[37] *História* I 294.

[38] *História* IX (Biobibliografia) 24.

[39] *História* I 446-447.

Ir. (depois padre) Fabiano de Lucena, estudante e intérprete. Parece que o seu nome próprio era "Álvaro". Português [40].

Ir. Pero Correia, estudante e intérprete. Português [† 1554] [41].

Ir. Cipriano Brasil. Estudante e intérprete. Mamaluco, da Capitania de São Vicente, isto é, do atual Estado de São Paulo [1540-1563] [42].

Ir. Mateus Nogueira, coadjutor e antigo soldado. Português [† 1561] [43].

Ir. João de Sousa, coadjutor e antigo soldado. Português [† 1554] [44].

Ir. Antônio de Atouguia. Intérprete. Português [45].

A expressão "alguns doze Irmãos" é aproximativa e talvez não inclua os já sacerdotes. As categorias ou classes dos Irmãos eram: escolares, dois dos quais mestres; alguns noviços; e alguns coadjutores.

Entretanto, a Casa de São Vicente continuava a existir com o P.e Leonardo Nunes (português, da Beira) e deve ter ficado nela algum Irmão (talvez o Ir. João de Sousa, por ser coadjutor, ou o Ir. Antônio de Atouguia, que parece também o era; e talvez o Ir. Cipriano). Para companheiro do P.e Francisco Pires (português de Celorico da Beira) em Maniçoba, Nóbrega mandou o P.e Vicente Rodrigues (português, de São João da Talha, Sacavém), o qual, recém-chegado da Bahia, deve ter subido de São Vicente com os mais e ser um dos presentes, a 25 de janeiro, porque Piratininga ficava no caminho de Maniçoba.

---

40 *História* IX (Biobibliografia) 169-171.

41 *História* II 238; VIII (Biobibliografia) 175-176.

42 *Cf.* infra cap. 8.

43 *História* II 593; *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* 221-223.

44 *História* II 239.

45 Designado na lista de 1554, apenas com o nome de Antônio, que nas *Cartas de Anchieta* (Rio de Janeiro, 1933) 38, vem unido a Gonçalo. "João de Sousa e Gonçalo Antônio". No original latino não existe aquêle *e*; e são dois: Gonçalo, Antônio. E êste deve ser Antônio de Atouguia. O qual não tardou em ir para a Capitania do Espírito Santo, trocando com o Ir. Simão Gonçalves, coadjutor, que passou para a de São Vicente. Em 1556 já Simão Gonçalves residia em São Vicente e Atouguia no Espírito Santo (*Mon. Bras.* II 287).

A presença do P.e Manuel de Paiva não oferece dúvida; o que a oferece é se Nóbrega o deixou logo Superior, segundo uma frase escrita mais tarde na sua biografia, em que se diz que êle "ao princípio" foi Superior dos Irmãos[46]. O fundamento da dúvida é que estas expressões "no princípio", "ao princípio", não exprimem simultaneidade necessária e têm de se confirmar por outras de manifesta segurança. Sem sair de Piratininga, daí mesmo escreve Luís da Grã, a 8 de junho de 1556: "O P. Nóbrega enviou a esta Capitania, logo *ao princípio* que veio, o P. Leonardo Nunes"[47]. Tendo Nóbrega chegado em março e enviado Leonardo em novembro, êste "ao princípio" comporta uma diferença de sete a oito meses.

Consolidação de São Paulo

Na "formosa povoação" de Nóbrega, exceto os jesuítas, não "havia portuguêses alguns", em 1554, como informa o necrológio de Martim Afonso Tibiriçá[48]. O Principal ajudou a sustentar a Casa ao comêço, mas em breve as subsistências revelaram-se precárias; e o fundador achou conveniente repartir alguns Irmãos por Jerebatiba e Maniçoba, aldeia esta última que se não pôde manter pela inquietação dos índios aos quais faltava a proximidade duma residência de portuguêses, como ponto de apoio em caso de emergência.

E sucedeu um fato imprevisto, por êsse mesmo tempo (fins de 1554). Quando empreendiam o caminho do Paraguai, os Irmãos Pero Correia e João de Sousa foram mortos pelos Carijós, instigados por um castelhano[49]; e, a nosso ver, foi esta a causa da efervescência dos índios de Piratininga, com o recrudescimento de guerras aos contrários e tentativas de morte de cativo em terreiro pelo próprio Principal ao entrar o ano de 1555[50].

O rebate de velhos hábitos não tardou a acalmar-se, mas sobreveio outro, perigoso para a estabilidade da povoação. As

[46] Nóbrega e a fundação de São Paulo, 90.
[47] *Mon. Bras.* II 288.
[48] *Mon. Bras.* III 556.
[49] *História* II 241; *Mon. Bras.* II 201-203.
[50] *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 75-76; *Mon. Bras.* II 207.

casas de 1553 iam-se gastando, e os índios não faziam morada no mesmo lugar da antiga, senão a distância, pelo mato. Observa Luís da Grã em carta inédita, de Piratininga, 8 de junho de 1556:

"O que maior dificuldade nos faz é a mudança contínua desta gente, que não atura num lugar senão muito pouco; porque como as casas de terra, que usam, ou de palma, não duram mais que três, quatro anos, vão fazer outras noutro lugar; e é também a causa que, acabada uma novidade de mantimentos numa parte, buscam outra noutra parte, derrubando sempre para isso matos, como o fazem os brancos; e, o que é pior, não se mudam juntos senão esparsos. Isso faz que é necessário gastar o tempo com pouca gente; e esta, quando se gastaram dois, três anos com ela, mudam-se e perde-se tudo, porque não é gente que persevere, se os deixam; e os rapazes dispersos seguem a seus pais" [51].

A dispersão dos índios teve esta conseqüência imediata e funesta: os pais levavam os filhos, e os filhos ainda não revestiam hábitos novos, cristãos, tão arraigados que não voltassem aos antigos (exceto o da antropofagia – e foi um ganho imenso!) [52]. Os rapazes índios, que de meninos tinham aprendido em Casa, foram-se embora, não se adquiriram outros, escreve Nóbrega em 1561, "e assim se perdeu tudo", isto é, assim se perdeu a "Casa de Rapazes" de Piratininga [53]; mas não se perdeu São Paulo, porque a conseqüência mais grave desta dispersão, que era a própria estabilidade da aldeia, achou Nóbrega prevenido e atento.

Dada a "cultura silvestre" dos índios com o complexo dos seus costumes, não era fácil o acesso imediato dêles à nossa cultura ocidental, sem se incluírem no âmbito legal do Estado do Brasil, princípio estabelecido por Nóbrega na sua carta, profundamente brasileira, de 10 de março de 1552. Em liberdade, sim, mas com uma autoridade portuguêsa superior aos mesmos índios, que lhes fizesse "cumprir a lei dos cristãos e

[51] Agora já impressa, *Mon. Bras.* II 292.
[52] *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 78.
[53] *Cartas de Nóbrega* (1955) 386; *Mon. Bras.* III 359.

bons costumes"[54]. Entregues a si mesmos, os índios alvoroçavam-se de vez em quando, e também em prazos curtos se mudavam para o mato, sem ser possível segui-los, transtornando a obra de conversão e o esfôrço para os elevar a um padrão de vida civilizada.

O primeiro plano, de fazer uma povoação de índios separada dos portuguêses, não se mostrou eficaz pela própria condição dos índios, porque se retiravam, sem haver autoridade que os impedisse e retivesse. A experiência e a evolução dos acontecimentos sugeriram a Nóbrega para a sobrevivência de Piratininga êstes dois meios:

Fazer da Casa de São Paulo colégio fixo, a saber, com rendas próprias, segundo as constituições da Companhia, que acabavam de chegar ao Brasil; e agrupar à roda do colégio os moradores da Vila de Santo André da Borda do Campo, mudança que também êles desejavam[55]: colégio fixo, porque o fundou no melhor lugar do Planalto; moradores brancos para dar à povoação consistência urbana.

Os portuguêses, estando em Piratininga, quando as suas casas envelhecessem, não iriam refazê-las no mato. No próprio lugar, onde criaram interêsses, construiriam outras — e melhores. E por aí se deve datar a história interna das construções paulistas, a começar pela nova igreja, mandada fazer por Nóbrega, construída sob a direção do P.e Afonso Brás, e que duraria uns 111 anos. Inaugurou-a, em 1 de novembro de 1556, o ilustradíssimo P.e Luís da Grã, antigo reitor do Colégio de Coimbra, mestre em Artes e com o curso de Direito Civil, cultura universitária em que só Nóbrega o igualava ou superava. De Luís da Grã, que substituíra Nóbrega como superior dos jesuítas na Capitania de São Vicente, ficou a depender tudo na Casa de São Paulo, que era a sua residência predileta, e nela escreveu as cartas de 1556 e 1557, as únicas suas, que chegaram até nós, dêsse período, antes de voltar à Bahia em 1560 feito provincial como sucessor de Nóbrega.

Da Bahia, para onde Nóbrega em 1556 teve de ir, por lhe dizerem superiormente que o Provincial devia morar na pró-

---

[54] *Nóbrega e a fundação de São Paulo*, 26; *Cartas de Nóbrega* (1955) 161; *Mon. Bras.* I 456.

[55] *Cartas de Nóbrega* (1955) 213-214; *Mon. Bras.* II 284; TAUNAY, *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo* 192.

pria sede do Govêrno do Brasil, êle não perdeu de vista São Paulo e insistiu para Portugal que a mudança de Santo André se executasse [56]. Tenaz nas suas resoluções do bem comum, Nóbrega sabia aproveitar as oportunidades. E com a chegada de Mem de Sá, logo aos primeiros contatos viu que tinha no nôvo Governador — tinha êle e tinha o Brasil — o homem capaz de executar as suas idéias naquilo em que elas dependiam dos podêres públicos. E assim, tornando ao Sul com Mem de Sá, em 1560, com a presença de Nóbrega, aprazimento dos moradores, e a autoridade oficial do Governador, efetuou-se a mudança de Santo André. *E êste é o grande fato da consolidação.* Piratininga deixara de ser aldeia; e, como vila, já não corria perigo de se desfazer.

Com esta consolidação dá-se por concluído o processo histórico da fundação de São Paulo, exemplificação prática da "vontade insopitável de permanência", que era o fundo do caráter de Nóbrega [57]

A vila, e futura cidade, estava apta a resistir aos séculos; e a prova não tardou a oferecer-se, porque a consolidação operou-se no momento próprio. O perigo francês, assinalado de longa data, tornara-se grave. Do Rio de Janeiro os franceses acicatavam os índios Tamoios, que conseguiram aliciar para a sua intromissão; e a pouco e pouco, se formou uma fronteira de guerra, não só pela costa, mas com as suas antenas também pelo interior, através do Rio Paraíba, emparceirado a certa altura com o Rio Anhembi (Tietê), que banha São Paulo.

A notícia duma fôrça militar de brancos, no Rio de Janeiro, contrária aos portuguêses, deve ter influído — fazendo-os duvidar do poder dos portuguêses — na divisão dos índios de

---

[56] *Cartas de Nóbrega* (1955) 272; *Mon. Bras.* II 415; J. P. LEITE CORDEIRO, *op. cit.*, 181.

[57] "Assim é que nestas cartas [*Novas Cartas Jesuíticas*, publicadas em 1940] mais do que em outros documentos da época, desenha-se, com singular nitidez, a figura realmente admirável de Manuel da Nóbrega. Tudo quanto aqui se fêz, por seu empenho, teve um sentido superior. Superior ao cálculo dos homens do tempo, e superior às próprias contingências do momento. Em tudo o que êle realizou ou simplesmente projetou, manifesta-se aquela mesma vontade insopitável de permanência que denunciam as primeiras edificações jesuíticas de pedra e cal, erigidas entre rústicos tejupares e casebres de taipa" (SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *Cobra de Vidro* [São Paulo 1944] 101).

Piratininga. Põem-se parte dêles em pé de guerra contra São Paulo em 1562, e entre os atacantes há discípulos dos Padres, perigo que poderia ser mortal, se São Paulo fôsse ainda simples aldeia, sujeita às vicissitudes das guerras de índios entre si. Agora é vila, e dentro dela, com jesuítas e índios fiéis, estão já portuguêses, muitos dêles com família, aspecto de ordem moral estimulante. Nenhum paulista, isto é, nenhum mamaluco, filho de português, se acha mancomunado com o inimigo; e as suas filhas, mamalucas, com outras mulheres índias e meninos, estão na igreja dos jesuítas a fazer penitência e a rezar pela vitória de São Paulo.

Dos portuguêses, é Capitão João Ramalho; dos índios, o Principal Tibiriçá; da Companhia de Jesus, Superior local o P.e Vicente Rodrigues e da Capitania o P.e Manuel da Nóbrega. Estavam presentes vários jesuítas, entre os quais o Ir. José de Anchieta.

Depois da prova de resistência e da vitória, a Vila de São Paulo fortificou-se. E com o planalto firme e esta base privilegiada e segura, já Nóbrega podia iniciar a campanha diplomática de Iperoig e dar a sua assistência à militar do Rio de Janeiro, contra o perigo que na baía de Guanabara ameaçava a unidade primordial do Brasil. Nesta nova fase da "nossa emprêsa" vão-se irmanar os mesmos elementos: os portuguêses, desta vez, com Estácio de Sá, que nobremente os representa; os índios, desta vez, com o valente Araribóia, que os encarna a todos; e os jesuítas, ainda desta vez, com Nóbrega, que decidido e enérgico também aqui "preside" à formação da nova cidade, como se exprime, e o reivindica, o voto unânime do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1928) e do IV Congresso de História Nacional do Brasil (1949)[58]. Preside por si, pessoalmente, e pelos seus súditos, e auxiliares a quem marca

---

[58] Cf. *Nóbrega e a fundação de São Paulo,* 100. O mesmo voto se apresentou no Congresso de História de São Paulo, acrescentado da seguinte proposta: "Propomos que a moção supra, unânimemente aprovada nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ratificada no IV Congresso de História Nacional, seja aprovada neste Congresso Comemorativo do IV Centenário da Fundação de São Paulo, porque se Nóbrega não foi o primeiro devassador do Vale do Tietê, em compensação hoje sabe-se que êle fundou a Aldeia de Piratininga, em 29 de agôsto de 1553; que a Casa de São Paulo, que êle fêz no Pátio do Colégio, foi inaugurada a 25 de janeiro de 1554, conforme documenta

o pôsto para que acha mais apto cada um dêles [59]. Campanha gloriosa e demorada. Nela já se assinala a presença indispensável de São Paulo de Piratininga com os seus abastecimentos, a farinha dos seus campos, e a carne dos seus pastios. E com seus índios guerreiros.

Os índios

Embora a conversão do gentio fôsse a principal intenção com que Nóbrega fundou São Paulo, os índios não corres-

---

o Irmão José de Anchieta: *Em 1554 o Padre Manuel da Nóbrega mudou os filhos dos Índios do Campo* [que estavam em São Vicente] *a uma povoação nova chamada Piratininga, que os Índios faziam por ordem do mesmo Padre para receberem a fé.*

Sala das sessões, 6 de setembro de 1954.

Assinados: Ernesto de Sousa Campos, Tito Lívio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Luís Tenório de Brito, Afonso de E. Taunay, José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Gomes, Herti Hoeppner Ferreira, Nicolau Duarte Silva, Arlindo Veiga dos Santos, José Cássio de Macedo Soares, Aureliano Leite, Paulo da Silveira Santos, Carlos da Silveira, J. B. Martins Ramos, Henrique Fontes, Hernâni Cidade, Mons. Manuel de Aquino Barbosa, Walfrido Morais, Gil Metódio Maranhão, Manuel Rodrigues Ferreira, Lúcio Rosales, Álvaro Soares Brandão, Mário Melo, Herbert Baldus, Erasmo de Freitas Nuzzi, Luís Gonzaga de Faria, Dr. Sinésio Rangel Pestana, Nelson Abel de Almeida, Renato José Costa Pacheco, Hernando Sanábria Fernandez, Odilon Nogueira de Matos, José dos Santos Rodrigues, José Augusto da Silva Ribeiro, José de Melo Pimenta, João de Magalhães, Manuel Lopes de Almeida, Vitorino Nemésio, Álvaro J. da Costa Pimpão, Humberto Alves Morgado, Alfredo Lencastre da Veiga, Frederico de Barros Brotero, Almeida Magalhães, Eldino Brancante, Dácio Pires Correia, Fausto Ribeiro de Barros, Manuel Pereira do Vale, Edgard C. Falcão, Álvaro da Veiga Coimbra, Ordival C. Gomes, Olga Pantaleão, Manuel Xavier Pedrosa, Joaquim Alfredo Fonseca, Artur Martins Franco (Original no Arquivo do Congresso de História Comemorativo do IV Centenário da Fundação de São Paulo. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo)". (TITO LÍVIO FERREIRA, *Padre Manuel da Nóbrega* 254-255).

[59] Os dois intérpretes, mais da predileção de Nóbrega, foram Antônio Rodrigues, que entrou na Companhia já mestre da língua, e José de Anchieta. O primeiro, nos começos de Piratininga e na Bahia, para onde o levou em 1556; o segundo, quando Nóbrega voltou ao Sul em 1560, e já o achou perito; e foi "auxiliar de Nóbrega", na emprêsa do Rio de Janeiro (ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO, *Cartas de Anchieta* 551-553).

ponderam à expectativa, na medida das primeiras e largas esperanças do fundador; e para se civilizarem e adotarem os costumes cristãos substituindo-os aos seus, exceto casos particulares, só com alguma sujeição se operaria. Os limites desta sujeição ou liberdade iriam constituir até ao comêço do ciclo mineiro o elemento controverso do binômio paulista: Jesuítas-Bandeirantes.

Tanto os paulistas como os jesuítas foram fatôres de liberdade, os primeiros mais no sentido de liberdade de movimento, perante as leis civis, os segundos mais no sentido de liberdade individual, com circunstâncias complexas que, se bastam para justificar essa dupla tendência, não chegam para se formular um sistema predeterminado. Debate longo, que durou século e meio, e de que não é possível, nem como resumo, entrar em pormenores. De dois fatos, porém, importa dar notícia por emergirem mais salientes e tocarem diretamente à cidade de São Paulo: o destêrro dos jesuítas em 1640 e a questão das administrações particulares dos índios, meio século depois.

Até 1640 só houve escaramuças domésticas sem conseqüências, entre os jesuítas e os moradores de São Paulo. Nesse ano chegou-se à violência, assinalada pela intromissão dum espanhol. Exatamente como do outro lado do Atlântico, na Península Ibérica. Quando Espanha tentava dissolver a monarquia dual, para transformar a nação portuguêsa em simples província espanhola, Portugal cortou os vínculos dessa união transitória de 60 anos para seguir, de nôvo sòzinho, o seu caminho histórico. Durante êsse período, os limites territoriais entre a Coroa de Portugal e a Coroa de Castela na América do Sul tinham-se afrouxado, como regiões que viviam sob um mesmo Soberano pessoal, com Conselhos todavia diferentes (Conselho de Portugal e Conselho de Castela) e também com legislação diferente. E foi, quando na Europa se tentava a absorção de Portugal, que na América se produziu tentativa semelhante para se suprimirem as barreiras legislativas entre a parte espanhola e a parte portuguêsa, dando a ambas uma ordenação comum a respeito dos índios.

A ocasião foi que os paulistas, isto é, os "mamalucos ou portuguêses de São Paulo", atacaram as aldeias de índios estabelecidas por jesuítas espanhóis nas fronteiras da Capitania de São Vicente. A legislação comum a ambas as jurisdições apre-

sentava-se agora com o breve "Commissum nobis" de Urbano VIII, de 22 de abril de 1639, angariado pelos jesuítas de Espanha. O encarregado de o promulgar no Brasil foi o P.e Francisco Diaz Taño; e, para que se fizesse com mais facilidade, obtivera que de Portugal viesse também um visitador. A doutrina do breve, a favor da liberdade dos índios, era perfeitamente justa; e aplicava-se não só ao Brasil mas ao resto da América, onde o "serviço dos índios" se exercia também, qualquer que fôsse a fórmula usada ("encomienda"). Mas a sua extensão a tôda a América, nesse momento histórico, favorecia a expansão da Espanha em detrimento de Portugal e os interêsses econômicos da parte espanhola (Rio da Prata) contra a parte portuguêsa (Brasil).

A promulgação do breve teve como conseqüência em São Paulo o destêrro dos jesuítas, que só voltaram 15 anos depois. O fato ficou singular na história paulista, donde se pode inferir que se o desacôrdo fôsse apenas entre portuguêses, os Padres teriam desaprovado os cativeiros injustos e os maus tratos, teriam agenciado alguma lei régia, talvez mais eficaz do que o largo rodeio de Roma, a que os espanhóis se habituaram desde Filipe II para os seus fins políticos (Von Pastor), e até para as suas dissensões internas, que um momento procuraram ensaiar em São Paulo; mas talvez não se tivesse chegado à violência de 1640, com as graves conseqüências para a vila, privada do ensino do Colégio e da assistência e amizade dos Padres, e sobretudo com o Interdito, que perturbou as consciências dos paulistas, religiosos e crentes. Os passos miúdos dêste dramático episódio narraram-se com a devida amplidão no vol. VI da *História da Companhia de Jesus no Brasil*[60].

Tudo terminou com a composição amigável de 1653, voltando os Padres ao seu Colégio, levantando-se o Interdito da Vila de São Paulo, com grande manifestação pública de alegria. Na pacificação tomaram parte muitas pessoas gradas (nenhuma de sobrenome espanhol). Do lado dos jesuítas o nome verdadeiramente grande foi o Padre Provincial Francisco Gonçalves, digno da veneração paulista. Do lado dos paulistas, distinguiram-se alguns, como Fernão Dias Pais, "o Governador

60 *História* VI 244-293.

das Esmeraldas" e João Pires, a quem deram o epíteto de "Pai da Pátria".

O principal elemento desta composição era que se não falaria mais do *passado*, isto é, dos índios das aldeias espanholas (a Restauração Portuguêsa ia triunfante); não houve o compromisso de se aceitarem no *futuro* os cativeiros de índios que se praticassem com lesão da justiça.

Parece que até ao fim da guerra entre Portugal e Espanha (1668) não houve incursões em terras espanholas; mas em 1676, os "portuguêses del Brasil llamados comumente Mamalucos" destruíram quatro aldeias próximas a Santiago del Estero e, "segundo referem, levaram quatro mil índios com alguns cavalos". Recomeçaram as inquietações. O governador do Rio de Janeiro, Matias da Cunha, mostrou intentos protecionistas dos índios; e os paulistas foram ao Colégio de São Paulo perguntar o que havia. Lavrou-se um têrmo, em que o reitor P.e Francisco de Morais, paulista, mostrou que não tencionava tratar dêsse preciso assunto; e, com essas e outras demonstrações feitas pelos jesuítas no apaziguamento de moradores desavindos, os paulistas trocaram o "ódio", que começavam a conceber contra os Padres portuguêses, em "amor". Mas, com êste amor aos Padres "portuguêses", continuava o "ódio" contra os Padres "espanhóis" das missões de índios. Amor ou ódio, que, portanto, não era à Companhia de Jesus como tal; era ódio ou amor a grupos, que contrariavam ou não os paulistas e o ódio visava em geral os espanhóis das fronteiras. D. Manuel Lôbo refere-se a esta disposição do espírito paulista, que poderia ser útil em caso de guerra com Castela [61].

Todavia não se pode dizer — e daqui a dificuldade em determinar uma lei geral — que os paulistas visassem exclusivamente aos espanhóis. Também os portuguêses, incluindo os nascidos no Brasil, eram objeto de oposição dos moradores, tôda a vez que se tocava em índios, como sucedeu com a lei de 1680 em que El-Rei mandava entregar à Companhia a administração espiritual e temporal dos índios e formar aldeias e missões no sertão, lei que teve em São Paulo repercussão tumultuosa. A 28 de março de 1682 o povo invadiu a Câmara

---

61 *História* VI 308-309.

e exigiu que se não desse cumprimento à lei; e houve perigo de matarem os oficiais da Câmara, e de se matar o povo uns aos outros, porque não estavam todos do mesmo parecer. O Provincial Antônio de Oliveira, baiano, reuniu os consultores na Bahia, tratou de que se fechasse o Colégio de São Paulo, e que o Reitor colocasse as coisas mais preciosas do culto no Rio de Janeiro, e as outras em mãos amigas ou até as vendesse e parasse as obras. E aqui se alvoroçou mais uma vez o povo; mas o motim desta vez era para que os Padres se não fôssem de São Paulo e se não fechasse o Colégio. A Câmara proibiu em edital público que ninguém comprasse bens dos jesuítas e escreveu duas cartas uma ao Reitor e outra ao Provincial, que então já era o P.e Alexandre de Gusmão, com idéias diferentes das do P.e Antônio de Oliveira [62].

Convém saber que nesta altura a questão servil em São Paulo já tinha um aspecto não só moral, mas também sacramental. Os Padres eram confessores, e, segundo a moral, êles não podiam absolver nas confissões os que praticassem alguma injustiça sem primeiro os penitentes garantirem que ressarciriam os danos, que neste caso era restituição da liberdade. A doutrina dos Padres do Colégio não era seguida por todos os confessores não jesuítas; e sucedeu que, durante o govêrno do P.e Antônio de Oliveira, dois padres da Companhia, Jorge Benci e Jacobo Rolland, começaram também a admitir que se podiam cativar índios, e retê-los, e, apesar disso, receber os Sacramentos. Adotou o P.e Alexandre de Gusmão os pareceres dêstes Padres, assim como os adotou o P.e Domingos Ramos. E tudo se concluiu com esta plataforma: dar liberdade aos índios, ficando os que os possuíam não com o título de *senhores*, mas de *administradores*. O regozijo foi geral. A ratificação destas *administrações* fêz-se em São Paulo a 27 de janeiro de 1694 [63]. Entretanto, conservam-se dezesseis dúvidas a mostrar que o título de liberdade era só aparente e continuava o cativeiro, embora mascarado. O caso, na verdade não era simples. E El-Rei tinha ordenado que fôsse também ouvido o P.e Antônio

[62] *Ib.* VI 310-319.

[63] Comentário de Capistrano de Abreu: "Imagina-se mal neste figurino oportunista a consciência heróica de Manuel da Nóbrega" (*Capítulos de História Colonial* [1954] 185).

Vieira, o qual se manifestou contrário a estas *administrações* [64]. O voto do glorioso velho, último lampejo a favor da liberdade dos índios, não foi tomado em consideração. Voto vencido. Com êle foi vencida também a Companhia de Jesus e se fechou em São Paulo o seu período heróico.

A igreja

Dêste longo debate ou aspecto local do eterno conflito entre a Moral e o Interêsse, conclui-se que os paulistas queriam na sua terra os índios e, também os Padres, unidos às suas próprias origens. Com uns e outros nasceu, quando Nóbrega fêz os primeiros catecúmenos em 1553; e, logo, e por largos anos, foram padres jesuítas os que celebraram em São Paulo os primeiros batismos, os primeiros casamentos e os primeiros funerais; e na sua igreja se sepultaram os primeiros paulistas enquanto não tiveram matriz nem cura ou vigário, que não aceitaram sem alguma relutância.

Começaram os padres da Companhia a tratar de que São Paulo tivesse vigário próprio em 1576, mas ainda em 1585 Fernão Cardim diz o que viu e o que pensavam os paulistas:

"Piratininga é Vila da invocação da Conversão de São Paulo; está do mar pelo sertão dentro doze léguas; é terra muito sadia, há nela grandes frios e geadas e boas calmas [...]. Vão aos domingos à Igreja com roupões ou bérnios, de cacheira, sem capa. A Vila está situada em bom sítio ao longo de um rio caudal. Terá cento e vinte vizinhos, com muita escravaria da terra; *não tem cura nem outros sacerdotes, senão os da Companhia, aos quais têm grande amor e respeito, e por nenhum modo querem aceitar cura.* Os Padres os casam, batizam, lhes dizem as missas cantadas, fazem as procissões, e ministram todos os sacramentos, e tudo por sua caridade: *não têm outra Igreja na vila senão a nossa.* Os moradores sustentam seis ou sete dos nossos, com suas esmolas com grande abun-

---

[64] LEITE, *História* VI 330-345.

dância: é terra de grandes campos e muito semelhante ao sítio de Évora na boa graça e campinas" [65].

Embora os paulistas ainda em 1585 "por nenhum modo" quisessem cura, o certo é que os padres da Companhia não o podiam ser indefinidamente, por não constituir vocação própria sua, e devem ter influído para que a vila aceitasse vigário nomeado pelo Prelado. E assim a Câmara já reconhecia essa necessidade desde 1588, e em 1591 o recebeu.

No plano geral da organização ecesiástica, São Paulo viveu como aldeia de índios desde 1553 a 1591, conforme ao regime missionário da Companhia, em que os superiores locais das aldeias eram também os párocos. Mas, por definição, as missões são de regime transitório para preparar o estabelecimento definitivo da hierarquia com a célula-máter que é a Paróquia. E isto só sucedeu em 1591. Entretanto, os superiores da Companhia foram os primeiros chefes da igreja local de São Paulo. Nos intervalos dos Catálogos é possível que houvesse mais algum: os que o foram em datas averiguadas, são:

1. *P.e Manuel da Nóbrega* fundador (1553), que residia habitualmente em São Paulo não só como provincial, mas acumulando o cargo de superior local (1554).

2. *P.e Manuel de Paiva*, superior de São Paulo, quando estava ausente o P.e Nóbrega, neste primeiro período, entre 1553 e 1555.

3. *P.o Luís da Grã*, que o era em 1556 (superior da Capitania, mas com residência oficial em Piratininga).

4. *P.e Manuel da Nóbrega*, de nôvo em 1560. Quando estava ausente deixava algum dos padres formados, Afonso Brás ou Vicente Rodrigues, mais provàvelmente o segundo, porque é êle que aparece a seguir. Tinha também consigo o P.e Fernão Luís Carapeto, de votos simples. E consta que era ministro em 1560 o Ir. Gregório Serrão.

5. *P.e Vicente Rodrigues*, em 1562.

6. *P.e Vicente Rodrigues*, ainda ou de nôvo, em 1567. Neste ano estava em São Vicente, já padre e superior de tôda

---

65 FERNÃO CARDIM, *Tratado da Terra e Gente do Brasil* (Rio de Janeiro 1925) 355-356.

a Capitania, José de Anchieta, com residência oficial em São Vicente.

7. *P.e Adão Gonçalves*, 1574.

8. *P.e João Saloni*, 1584.

9. *P.e Pedro Soares*, 1589.

Com a chegada em 1591 do Vigário secular, Lourenço Dias Machado, São Paulo entrou no regime comum de tôdas as demais paróquias do Brasil. Mas a "Igreja de São Paulo" dos Jesuítas, única na vila em 1585, ainda era matriz nesse ano, e assim parece que ficou durante todo o século XVI (servia de matriz em 1599). Há quem julgue que se construiu alguma igreja matriz provisória [66]. Se chegou a erguer-se, o orago permanece desconhecido. Porque em 1611, ao tratar-se de concluir a matriz da vila, o Prelado do Rio de Janeiro pediu aos jesuítas que a matriz de São Paulo (inaugurada ao que parece em 1612) tivesse São Paulo como orago, que era o da igreja da Companhia. O Provincial consentiu. A Casa da Companhia, que até aí era do "Senhor São Paulo", começaria a chamar-se de Santo Inácio, e a futura igreja da Companhia, também de Santo Inácio. (A êsse tempo Santo Inácio de Loiola era apenas beatificado (1609), mas esperava-se que fôsse em breve canonizado, como de fato foi, em 1622).

A nova igreja (de *Santo Inácio*) só veio a construir-se, muitos anos mais tarde, no terceiro quartel do século XVII. Era o "orgulho dos paulistas", a que anda nas gravuras conhecidas, e a que desapareceu nos fins do século XIX. Para esta igreja contribuíram duas paulistas ilustres D. Leonor de Siqueira e D. Ângela de Siqueira [67]; contribuíram de modo notável (fachada e tôrre), mas para ela, e já para a igreja precedente, no desenvolvimento do seu culto e ornato, concorreram também muitos outros paulistas, que em geral se mostraram sempre generosos ("com grande abundância").

---

[66] S. Camargo, *A Igreja na História de São Paulo*, I (São Paulo, 1952) 151.

[67] Leite, *História* VI 383; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 85.

O colégio

Ao fundar São Paulo de Piratininga, Nóbrega não considerou a conversão do gentio, sua intenção principal, sob o aspecto apenas de simples catequese. Formado pela Universidade de Coimbra, a instrução e educação entravam também nas suas intenções imediatas: ensinar os meninos índios para com êles atrair os pais; ensinar moços portuguêses e da terra para futuros evangelizadores, e, se fôsse possível, como religiosos da Companhia de Jesus, esperança que a princípio alimentou acêrca dos filhos dos índios ou pelo menos dos filhos das índias (que eram os mestiços ou, como se dizia, mamalucos). Sabe-se que quinze dias depois de Nóbrega chegar ao Brasil, já havia, na Bahia, Escola de ABC (do Ir. Vicente Rodrigues): e quando aportou a São Vicente mandou que se ensinasse a ler e escrever não só aos meninos do Colégio, mas também aos de fora; e já também ali havia aula de Latim, antes de fundar São Paulo, para onde Nóbrega transferiu esta dupla modalidade de ensino. A Casa-colégio de São Paulo, como casa de formação, teve estudo de Latim; e, como casa de catequese, teve Escola de Meninos. A aula de Latim acabou em breve, tomando-se depois. A instrução e educação de meninos, de baixo para cima, iniciada no velho tejupar do Ir. Antônio Rodrigues, manteve-se sempre enquanto durou a estada dos jesuítas em São Paulo.

Escola Primária. — O primeiro mestre-escola de São Paulo, nomeado por Nóbrega, foi o Ir. (depois padre) Antônio Rodrigues, que aparece como tal em 1554, e nenhum outro antes dêle. Antes dêle houve catequistas. São funções diferentes. Os dois Irmãos, deixados por Nóbrega em Piratininga a 29 de agôsto de 1553, ficaram aí não para ensinar o ABC, mas para "doutrinar" os 50 primeiros catecúmenos. Os meninos de Piratininga, que aprendiam a ler e escrever, estavam ainda então no Colégio de São Vicente e Nóbrega só os *mudou* para Piratininga em 1554, segundo o conhecido testemunho de Anchieta. Os alunos da Escola de ABC, neste ano de 1554 eram os meninos índios, e aprendiam a ler, escrever, cantar e tocar instrumentos. Depois, quando na vila começou a haver portuguêses (1560), também os seus filhos se beneficiaram dêste ensino elementar.

Não se nomeiam os imediatos sucessores de Antônio Rodrigues, porque os catálogos nem sempre dizem quem era o mestre. Mas, aqui e além, dão-se expressos os nomes dos professôres de ler e escrever: em 1574 o Ir. (depois padre) Agostinho de Matos; em 1598 e P.e Manuel Viegas (o "Apóstolo dos Miramomins"); em 1614-1616 o P.e Custódio Pires; em 1617 o P.e João de Almeida; em 1619 o Ir. (depois padre) Gregório da Rocha.

Na terceira década do século XVII deu-se princípio ao Colégio pròpriamente dito de São Paulo ("Collegium *inchoatum Divi Pauli*") e, em 1631, o Ir. Sebastião Teixeira era mestre de ler e escrever. Ao reabrir-se o Colégio em 1653 com o título definitivo de "Colégio de Santo Inácio na Capitania de São Paulo" [68], o mestre foi o Ir. Inácio de Azevedo. Desde então a Escola Primária de São Paulo ficou incorporada ao Colégio como uma das suas disciplinas. E assim durante dois séculos, os jesuítas foram os mestres de ler e escrever dos meninos paulistas; e, se depois compartilharam com outros êste utilíssimo trabalho, durante muito tempo, foram os únicos.

Latim e Humanidades. — O Colégio de São Vicente já tinha mestre de Latim, o "Gramático de Coimbra", e Nóbrega poderia tê-lo também contratado para Piratininga; mas êle tinha pedido mestres de Portugal e vieram dois bons, um dos quais deixou o P.e Leonardo Nunes na Bahia, trazendo o Ir. (depois padre) José de Anchieta, excelente latinista, e Nóbrega nomeou-o, fato que o constitui primeiro mestre de Latim de São Paulo. Era aula particular para os da Companhia (Irmãos e algum menino de casa candidato a ela) por ser casa de formação. Só alunos internos, porque segundo o testemunho do próprio professor, começou, no princípio, ainda "quando não havia portuguêses alguns" [69]. Depois, também estudaram alunos de fora, quando em 1560, ano em que Piratininga se fêz vila, a começaram a habitar os portuguêses de Santo André e outras partes; porque então "alguns filhos de Portugal" aprendiam "Gramática" [70].

---

[68] "Collegium S. Ignatii in Praefectura Divi Pauli" (ARSI, Bras., 5-I, f. 189 v).

[69] *Mon. Bras.* III 556.

[70] *Ib.* III 268.

A classe de Latim não teve seguimento. Urgia a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e a edificação aí de uma cidade, real e forte, que evitasse nesse pôrto marítimo nôvo estabelecimento de estranhos. E no Rio de Janeiro se fixou o Colégio do Sul.

Entretanto, São Paulo povoava-se e progredia com os anos, e os paulistas queriam dar aos seus filhos educação mais esmerada sem ter de os mandar fora da vila. O que levou a transformar-se a residência de São Paulo em colégio, que aparece "já começado" ("Collegium *inchoatum*"), em 1631 com aula pública de Latim. O Colégio fechou-se em 1640, reabriu-se em 1653, e assim continuou até 1769. O último "Magister Grammaticae", de que falam os catálogos (1757), foi o P.e João Xavier, filho de São Paulo [71].

Filosofia. — Tirando a tentativa inicial de Nóbrega, o Colégio de São Paulo não chegou a ser casa de formação estável, e o curso de Artes (Filosofia) não se constituiu necessidade interna da Companhia com acesso a alunos de fora, como aconteceu na Bahia. Só mais tarde começaram os paulistas a pedir que também houvesse no Colégio o curso de Artes para que seus filhos não fôssem obrigados a i-lo estudar ao Rio de Janeiro, ou mais longe.

Não se sabe ao certo quantos cursos de Artes se leram no Colégio de São Paulo. Os catálogos falam de três. Mas cada um durava um triênio e nos catálogos há vários saltos de duração superior a esta, podendo-se ter encaixado algum curso nos intervalos. Conhece-se o curso de Filosofia regido por José Mascarenhas (1716-1719), de que era aluno Cosme do Rêgo de Castro e Alarcão, que recebeu o grau de mestre em Artes [72], o de Nicolau Tavares, professor em 1732, com Francisco de Toledo, presidente dos círculos de Filosofia [73]; e o de José Xavier Tenório catedrático, e professor assistente Manuel da Fonseca [74], autor da *Vida do P.e Belchior de Pontes* (1743).

Pedro Taques, aluno do curso do P.e Nicolau Tavares, referindo-se ao P.e Estanislau de Campos, paulista, então pre-

71 *História* VII 447; IX (Biobibliografia) 371.
72 *Ib.* VI 401.
73 *Ib.* VI 401.
74 Arsi, *Bras.* 6-II 330 v.

sente no Colégio diz: Quando os "estudantes filhos de principais da Cidade, o procuravam [a Estanislau de Campos] para lhes explicar a postila, êle se não negava a êste trabalho em todos os dias de classe, naquela meia hora que corria das dez e meia, em que saíam os estudantes do pátio, até às onze, em que tocavam o silêncio; e era tal a clareza e os exemplos com que se explicava, que o mais insignificante dos que concorriam à sua doutrina, saía desta lição com perfeito conhecimento da questão" [75].

Teologia Moral. — Fundou-a o P.e Nóbrega e dá notícia dela na carta de 1556, referindo-se a Piratininga: "Nesta Casa se lê gramática a quatro ou cinco da Companhia e *Lição de Casos* a todos" [76]. A lição de Casos de Consciência, como então se denominava a Teologia Moral para os da Companhia, que aí estavam a preparar-se para o presbiterado, talvez fôsse dada alguma vez antes de 1556 pelo próprio Nóbrega. Desde êsse ano até 1560 o professor foi Luís da Grã. Mudando-se o estudo para São Vicente e depois para o Rio de Janeiro, a lição acabou. Retomou-se mais tarde, e em 1708 São Paulo pediu o curso de Teologia Moral para alunos externos, dando como razão já haver na terra muitos sacerdotes novos a quem seria de utilidade.[77]. E quase todos os catálogos daí em diante falam de professôres desta faculdade.

Concluiu-se que o ensino ministrado pela Companhia de Jesus em São Paulo foi de ler, escrever, cantar, tocar instrumentos, Latim e Humanidades, Filosofia e Teologia Moral.. O que tais estudos significaram para a elevação e correção da rudeza do tempo, insinua-o Pedro Taques ao narrar o caso, famoso nos anais paulistas, de Alberto Pires, que matou a mulher: "Era Alberto Pires, por natureza rústico, porque nêle, não lavrou o buril da discrição de seus pais com que criaram os filhos, civilizando-os com a doutrina das Escolas do Pátio dos Jesuítas do Colégio de São Paulo" [78].

---

[75] Pedro Taques de Almeida, *Nobiliarquia Paulistana* II (São Paulo 1941) 261.

[76] *Cartas de Nóbrega* (1955) 211; *Mon. Bras.* II 282.

[77] *História* VI 400.

[78] Pedro Taques, *op. cit.* 131.

Terras, oficinas, farmácia

Sente-se neste desdobramento de "Escola do Pátio dos Jesuítas do Colégio de São Paulo" não apenas a redundância estilística do tempo, mas a manifestação representativa duma cultura própria. Os paulistas amavam, de fato, o seu Colégio, que êles ajudaram a sustentar; e a história guarda dois nomes principais de benfeitores insignes, que pleitearam o título de "fundadores" no sentido de dotadores, Amador Bueno da Veiga, "O cabo mayor dos Paulistas na guerra com os Emboabas", como lhe chama um seu ilustre descendente [79]; e o abastado Dr. Guilherme Pompeu de Almeida" [80].

Estas e outras doações particulares significavam muito. Contudo a mais sólida base econômica do Colégio de São Paulo tinha-a lançado o próprio fundador, com o enderêço agrícola, pecuário, e até de incipiente indústria, a ferraria do Ir. Mateus Nogueira, quando não havia outras fontes de receita; e o Colégio nunca as veio a ter oficiais, porque nunca foi de fundação régia. As suas rendas, além das esmolas de benfeitores, tinham que provir sobretudo da terra. Da Bahia, Nóbrega pediu ao donatário Martim Afonso de Sousa, duas léguas ao longo do Rio de Piratininga, que as concedeu, passando-se a respectiva provisão; mas destas desistiu o Colégio algum tempo depois. Quando Nóbrega, em 1560 tomou o rumo do Sul com Mem de Sá, levava gizado todo o plano de consolidar São Paulo com a mudança da Vila de Santo André para Piratininga; e a mudança não se podia operar se os seus moradores não dispusessem de terras para residir à volta do Colégio. Por isso cedeu a Companhia as que tinha ao longo do rio e pediu outras mais afastadas. Nessa altura, Nóbrega e Grã trocaram os respectivos cargos. Nóbrega ficou Superior da Capitania, e passou o govêrno da província ao P.e Luís da Grã; e êste, como provincial, requereu as terras de Jerebatiba a 26 de maio de 1560. O Governador Mem de Sá confirmou-as; e tomou posse delas a 12 de agôsto de 1560, o Ir. Gregório Serrão, "ministro do Mosteiro de São Paulo de Piratyny", "mandado pelo Padre

---

[79] Aureliano Leite, *O Cabo Mayor dos Paulistas na Guerra com os Emboabas.* São Paulo 1942; cf. *História* VI 397.

[80] *História* VI 395-398.

Nóbrega, Prepósito nesta Capitania"[81]. Com o tempo agregaram-se aos bens do Colégio vários latifúndios distantes; e ainda diversos sítios dentro do atual perímetro da cidade, como Butantã, Pacaembu e Santa Ana.

Entre as fontes de receita do Colégio, no século XVII, havia as oficinas de ferraria e de fundição; esta última diferente da ferraria, e que, embora se diga "ahenaria" (à letra, de bronze), supomos fôsse de caldeireiro, onde se trabalhavam utensílios, senão de bronze, ao menos de cobre, estanho e latão[82].

A farmácia ou botica do Colégio de São Paulo vem dos primeiros tempos, cresceu no século XVII, e tornou-se no século XVIII não apenas depósito, mas produtora de medicamentos, que vendia aos ricos e dava aos pobres. E êste é outro aspecto da atividade dos Jesuítas no campo das obras de misericórdia, não apenas espirituais mas também temporais, com os numerosos pobres que socorriam, com os serviços que prestavam, não raro como intermediários de confiança, mesmo em assuntos de dinheiro e empréstimos, e, sobretudo, na pacificação de desavenças familiares ou até de facções poderosas como as célebres entre Garcias (Pires) e Camargos.

E assim, por um aspecto ou por outro, se identificaram os Jesuítas com a terra. Êles tinham fundado a aldeia (1553), e o Colégio (1554), promoveram a sua transformação em vila (1560); e, com o governador da Capitania de São Paulo e o vigário da Vara, acha-se um jesuíta, a encabeçar a petição a El-Rei (1709) para que a vila fôsse elevada a cidade (1711), com catedral e bispo (êste ainda demorou); êles construíram pontes (a de Jurubatuba [Pinheiros] e a ponte grande do Guaré); e até alguma vez na Côrte de Lisboa foi procurador da Câmara de São Paulo um jesuíta. Mas destas e outras atividades não é exeqüível em notícia comemorativa, senão lembrança de passo, por impossibilidade material de qualquer desenvolvimento pormenorizado.

Em suma: a cidade de São Paulo está unida à Companhia de Jesus pelo nascimento e batismo, pela defesa do índio, tanto quanto o permitiram as circunstâncias, e pela formação espi-

---

81 *Ib.* I 257; *Mon. Bras.* III 271.

82 LEITE, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* 49.

ritual, escolar, intelectual e citadina, desde a fundação até aos meados do século XVIII, união de origem, e portanto para todo o sempre na história.

Mas com esta advertência talvez inútil: A Companhia de Jesus representa uma atividade específica, sem se isolar da Igreja nem de Portugal. Não da Igreja, porque a Companhia de Jesus é uma organização eclesiástica; não de Portugal, porque veio para o Brasil como instrumento da Coroa, em virtude do seu padroado e compromisso de evangelizar as terras novas, que a Providência colocou nos seus caminhos do mar. E em São Paulo exemplifica-se no nome glorioso do fundador da gloriosíssima cidade — português, presbítero da Igreja, religioso da Companhia de Jesus.

3

Nóbrega, no dia 25 de janeiro de 1554 *

A NARRATIVA de Simão de Vasconcelos e o que diz sôbre os pródromos e fundação de São Paulo de Piratininga — que os Irmãos foram mandados debaixo da obediência do P.e Manuel de Paiva — tem feito fé; e houve tempo em que também lha demos neste ponto secundário, que deixa íntegro o fato de ser o P.e Manuel da Nóbrega fundador da Aldeia de Piratininga no dia 29 de agôsto de 1553 e da Casa de São Paulo a 25 de janeiro de 1554. Sôbre esta verdade substancial são concordes todos os testemunhos autênticos e coevos, a saber, as cartas do próprio fundador, as do seu sucessor no provincialato P.e Luís da Grã e as do Ir. (depois padre) José de Anchieta. E todos já hoje conhecidos [83].

---

* Publ. in *Brotéria*, 59 (Lisboa 1954), 265-272; *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 12 de setembro de 1954; *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 12 de setembro de 1954; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 226 (Rio de Janeiro 1955) 354-361.

[83] SERAFIM LEITE, *História*, I, 270-277; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 31, 47, 52, 56, 79-91, 112; e cf. as diversas citações dos dois capítulos precedentes.

Nóbrega, "primeiro e principal fundador", escrevemos, na *História* (1938), numa fórmula discreta, que permitia por um lado não esquecer, à roda do fundador, os seus auxiliares, nem todos ainda então bem deslindados; e afastava por outro a hipótese de colocar na fundação de São Paulo alguns dos súditos e auxiliares em vez dêle ou acima dêle, o que não se compaginaria com os têrmos daquela fórmula, medida pelos documentos e — digamos — também pelo Evangelho por aquilo de que "non est discipulus super magistrum" [84].

Mas, por ter o P.e Paiva ficado superior local, nomeado por Nóbrega, não faltou quem tirasse esta conseqüência: "Logo o fundador da Casa e Colégio (que deu o nome à povoação) foi o P.e Manuel de Paiva" [85].

Já a propósito do presente centenário, da nobilíssima cidade de São Paulo, se esmerilharam outros pontos miúdos, uns porque não eram claros em si mesmos, outros porque se tinham corrompido em autores de segunda ou terceira mão. Parece que terá algum interêsse, ao menos relativo, proceder também a uma breve pesquisa sôbre a origem daquela referência inicial de Simão de Vasconcelos ao P.e Paiva, e sôbre o lugar em que Nóbrega estava ou não estava no dia 25 de janeiro de 1554: o que dizem os documentos do século XVI e com que olhos os viu o cronista do século XVII.

* * *

Na carta de 15 de junho de 1553 escreve Nóbrega, de São Vicente, ao P.e Luís Gonçalves da Câmara:

"Ajuntamo-nos quatro Padres aqui e alguns Irmãos e, depois de feitas muitas orações a Nosso Senhor, com jejuns e disciplinas, nos determinamos em Nosso Senhor, de entrar pela terra dentro, porque esta Capitania é a mais conveniente que tôdas as outras" [86].

---

84 Mat. 10, 24; Luc. 6, 40.
85 S. Camargo, *A Igreja na História de São Paulo* I 44.
86 *Cartas de Nóbrega* (1955) 165-166; *Mon. Bras.* I 491-492.

Nóbrega era então vice-provincial do Brasil. Umas três semanas depois, foi nomeado provincial, por ato de Roma de 9 de julho de 1553, e só o soube, no segundo semestre de 1554, quando já morava na sua casa de São Paulo. Donde se segue que a Junta ou Consulta de São Vicente não obedecia às normas que regem os provinciais e vinham expressas nas cartas de nomeação. Regeu-se pela prudência natural a todo o homem de govêrno, que deseja proceder com segurança [87].

Os quatro padres presentes a esta consulta anterior a 15 de junho de 1553, foram Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Manuel de Paiva e Francisco Pires, que eram todos os que residiam na Capitania de São Vicente. Dos Irmãos, o número é indeterminado. Foram com certeza os dois sertanistas Pero Correia e Manuel de Chaves, e poderia ter assistido mais algum Irmão, em particular Diogo Jácome e Mateus Nogueira. O parecer de maior influência, entre os Irmãos, era o de Pero Correia, que "obrigava a isso a vida", como de fato a obrigou — e deu.

O Governador Tomé de Sousa a princípio achou bem a entrada, mas "desde que soube que levávamos capela e cantores, e que havíamos de fazer casa, o estorvou por tôdas as vias, dizendo que se acolheriam lá os malfeitores, e outros

[87] A patente do P.e Manuel da Nóbrega para provincial do Brasil é de 9 de julho de 1553 e foi acompanhada duma carta de S. Inácio, da mesma data, em que lhe dizia que nomeara colateral ao P.e Luís da Grã e que Nóbrega lho comunicasse. E, como se praticava na Europa, também Nóbrega devia escolher "algunos de los más inteligentes y de mayor confianza por consejeros". E lhe mandava que fizesse profissão, condição requerida para ser provincial (*Cartas de Nóbrega* (1955) 504-509; *Mon. Bras.* I 506-512; a patente e a carta publicadas primeiro em *Mon. Ign.* (1.ª série) V [Matriti 1907] 181-183, reproduziu-as Rodolfo Garcia na *História Geral do Brasil* (de Pôrto Seguro) I [4.ª ed.] [São Paulo s/d] 364-365). A patente e a faculdade para Nóbrega fazer a profissão só chegaram a São Vicente depois de partida do P.e Leonardo Nunes para a Europa, portanto depois dos meados de junho de 1554, comunica Nóbrega ao P.e Geral, em carta de 25 de março de 1555 (*Cartas de Nóbrega* [1955] 193-194, 200-201; *Mon. Bras.* II 165 172).

Por sua vez o P.e Luís da Grã, ao chegar de Portugal à Bahia a 13 de julho de 1553, já estava nomeado colateral, mas ainda o ignorava; e "por causa das monções", só teve recado de Nóbrega em outubro de 1554, segundo diz o mesmo Grã em carta de 27 de dezembro de 1554 (*Mons. Bras.* II 129-130).

homens devedores fugiriam para lá, e quando os índios fizessem alguma coisa mal feita, que não poderia vingar-se dêles pelo perigo em que nos púnhamos" [88].

A razão principal — e também no mesmo lugar a indica Nóbrega — era que o Governador tinha fechado o caminho do Paraguai e o queria conservar fechado.

Não pôde, pois, Nóbrega estabelecer-se tão longe como pensara e lhe rogavam os daquelas partes. Caso semelhante tinha sucedido nove anos antes a São Francisco Xavier, na ilha de Socotorá, na costa oriental de África (nordeste), quando ia a caminho da Índia. Queria Francisco Xavier e o pediu ao Governador Martim Afonso de Sousa (exatamente o mesmo que estêve em Piratininga em 1532) ficar nessa ilha e não o consentiu o governador português dando razões equivalentes às de Tomé de Sousa a Nóbrega. Escreve Xavier: Os da terra "rogáronne mucho que quedasse con ellos, y que todos, grandes y pequeños se bautizarian. Dixe al Señor Governador que me diese licencia, que yo queria quedar ay, pues allava *messem tam paratam.* Y porque a esta ysla vienen turcos, y nos es abitada de portugueses, y por no me dexar en peligro que me levassen preso los turcos, no quiso el Señor Governador que quedase en aquella ynsula de Çocotorá, diziéndome que me avia d'enbiar a otros cristianos, que tienen tanta o más necesidad de dotrina que los de Çocotorá, donde haria más servicio a Dios nuestro Señor" [89].

Os homens apostólicos como Francisco Xavier, Manuel da Nóbrega e tantos outros, têm impulsos de coração, realizáveis uns, irrealizáveis outros, pela contingência das coisas do Mundo; nem por isso deixa de ser seu o que as circunstâncias lhes permitem executar. E seria gracejo desconfortante e menos digno da memória de São Francisco Xavier, dizer que êle só foi apóstolo da Índia, porque lho não deixaram ser de Socotorá.

Na mesma data de 15 de junho de 1553, tencionava Nóbrega mandar à Bahia o P.e Leonardo Nunes e o Ir. Pero

---

[88] *Cartas de Nóbrega* (1955) 166; *Mon. Bras.* I 492.
[89] G. SCHURHAMMER — I. WICKI, *Epp. Xav.* I 124.

Correia a fim de trazer para a Capitania de São Vicente os mais Irmãos que pudessem. Acrescenta: "E pelo Campo, daqui doze léguas, se querem ajuntar três povoações numa, para melhor aprenderem a doutrina cristã e mostram grande fervor e desejo de aprender e de que lhes preguem. Com êles gastaremos o tempo até vir o Irmão Correia da Bahia para entrarmos" [90]. No evolver dêstes projetos nova resolução tomou Nóbrega depois disso, porque só mandou à Bahia o P.e Leonardo Nunes.

A carta seguinte, do último de agôsto de 1553, também de Nóbrega, é já de Piratininga, a seguir à fundação da aldeia. Advoga a causa de João Ramalho, que se revelou ser parente do P.e Manuel de Paiva e então se conheceram; faz os primeiros catecúmenos de Piratininga, e deixa aí dois Irmãos para os doutrinar; anuncia que Pero Correia seguiu adiante como precursor, e que êle Nóbrega está prestes a ir também avante: "Lá andarei até ter novas da Bahia, dos Padres, que creio serão vindos" [91].

Por esta ocasião (setembro de 1553) deve de ter escrito a El-Rei D. João III. Fala do colégio da Povoação de São Vicente, do ajuntamento das aldeias em Piratininga e ainda não de Maniçoba; mas a carta não adianta nada à precedente sôbre o lugar em que se encontrava o P.e Manuel da Nóbrega.

Depois não há carta alguma da Capitania de São Vicente até 18 de julho de 1554, em que Pero Correia conta o que se passou desde a ida de Leonardo Nunes para as capitanias do norte até à Bahia; e nela retoma as coisas no ponto em que as deixara Nóbrega na carta do último de agôsto de 1553 (quase um ano). Segundo Pero Correia, tôda a atividade de Nóbrega se desenvolveu serra acima, e já com duas casas, Piratininga e Maniçoba. E no fim da carta [18 de julho de 1554]: "O nosso Padre Nóbrega veio a êste São Vicente negociar certas coisas de importância e eu após êle, e agora estamos de caminho para nos tornarmos para o Campo" [92].

---

90 *Cartas de Nóbrega* (1955) 170; *Mon. Bras.* I 496.
91 *Cartas de Nóbrega* (1955) 182-183; *Mon. Bras.* I 523.
92 *Mon. Bras.* II 72.

Nóbrega residia no Campo e baixara a São Vicente a despachar os negócios que o P.e Leonardo ia tratar na Europa, para onde partira em junho.

A Quadrimestre de maio a setembro de 1554 não dá pormenores sôbre os passos do fundador. Diz que ao P.e Nóbrega pareceu melhor mudarem-se os Irmãos e os meninos para a Aldeia de Piratininga; e, quando fala do lugar, em que êle se encontra, é para dizer que está em São Paulo: "Aqui, pois moramos presentemente com o Reverendo em Cristo Padre Manuel da Nóbrega, sete Irmãos"[93].

Leonardo Nunes, que tinha ido à Bahia buscar os Padres e Irmãos, que pudesse, chegara à Vila de São Vicente no dia 24 de dezembro de 1553. Passado o indispensável tempo de repouso e de férias, foram mandados alguns Irmãos para Piratininga. Naquela Quadrimestre, escrita por ordem de Nóbrega, conta o Ir. José de Anchieta, um dos recém-vindos:

"Para sustento dêstes meninos [do Colégio da Vila de São Vicente], a farinha-de-pau era trazida do interior, da distância de 30 milhas. Como era muito trabalhoso e difícil, por causa da grande aspereza do caminho, ao nosso padre [Nóbrega] pareceu melhor no Senhor mudarmo-nos para esta povoação de índios, que se chama Piratininga. Isto por muitas razões: primeiro por causa dos mantimentos; depois, porque se fazia nos portuguêses menos fruto do que se devia, ainda que logo ao princípio o trato do Padre lhes trouxe a maior vantagem, como será fácil entender do P.e Leonardo, que foi o primeiro da Companhia a vir para cá; e especialmente porque se abriu por aqui a entrada para inúmeras nações, sujeitas ao jugo da razão. Por isso, alguns dos Irmãos mandados para esta aldeia no ano do Senhor de 1554, chegamos a ela a 25 de janeiro e celebramos a primeira missa numa casa pobrezinha e muito pequena no dia da Conversão de São Paulo, e por isso dedicamos ao mesmo esta nossa Casa"[94].

A Quadrimestre enuncia as razões que moveram Nóbrega a mudar os meninos e os Irmãos para a aldeia dos índios e

---

93 *Mon. Bras.* II 105, 106, 110.
94 *Mons. Bras.* II 105-106.

a fundar a Casa de São Paulo de Piratininga. Reproduz as razões: não diz que Nóbrega as deu em conseqüência de qualquer consulta de Padres e Irmãos que êle reunisse imediatamente antes. Porque nem êsse documento, nem nenhum outro coevo, se refere à estada de Nóbrega na Vila de São Vicente. É possível que estivesse, falta documento que o justifique. Dado o caráter de Nóbrega, é mais natural que baixasse, logo que recebeu aviso da chegada: mas é igualmente natural que subisse para a inauguração da Casa por êle "feita" e em que tanto se empenhava; não havia necessidade de ficar em São Vicente pois tinha na vila superior local, o P.e Leonardo Nunes, diminuindo-se ali tudo, e indo ser a Casa de Piratininga a principal, para os meninos e para os Irmãos, que era preciso organizar e governar, e em que a sua presença mais que em parte alguma se requeria, e onde de fato residia quando baixou ao mar para despachar o P.e Leonardo Nunes. Baixou com alguma demora, porque primeiro foi êle e depois mandou chamar o Ir. Pero Correia que tinha doado os bens aos meninos e o seu parecer era útil em assunto que deveria ser regulamentado em Lisboa e Roma, através do P.e Leonardo Nunes. A 18 de julho estavam já prestes ambos a voltar para São Paulo, onde a Quadrimestre, concluída em setembro, assinalava de nôvo a presença de Nóbrega. A nossa opinião é que baixando o P.e Nóbrega a despachar os negócios de São Vicente deixasse em Piratininga superior dos Irmãos o P.e Paiva; e partindo o P.e Nunes, Nóbrega mandasse para São Vicente o mesmo P.e Paiva como de fato aí estava em março de 1555.

O P.e Manuel de Paiva, dado o seu parentesco com João Ramalho, devia ser um dos dois que Nóbrega deixou na Aldeia de Piratininga, quando a fundou a 29 de agôsto de 1553, nem há incompatibilidade em que algum tempo estivessem juntos, Paiva como superior local e Nóbrega como superior maior, quer numa casa quer noutra, e mesmo em Piratininga em 25 de janeiro de 1554, mas dentro dos limites da carta de 25 de março de 1555 de Nóbrega a Santo Inácio, quando já tinha partido o P.e Leonardo e ainda não chegara o P.e Grã: "E saiba V. Paternidade que até agora não tenho a quem encomende êstes Irmãos para que possa ir visitar as outras Capitanias" [95];

[95] *Cartas de Nóbrega* (1955) 195; *Mon. Bras.* II 166.

dentro dos limites ainda mais claramente expressos noutra carta de 1561 ao P.e Diogo Laynez, em que Nóbrega diz que as coisas do Brasil, tocantes ao seu govêrno, não eram apenas objeto de iniciativa e ordem sua, e se realizavam de qualquer maneira ao arbítrio de outros, mas tôdas lhe passaram pela mão, "assim no entendimento como na *execução* delas" [96].

Sem discrepância, todos os documentos convergem para a presença de Nóbrega na sua Casa de São Paulo de Piratininga no dia 25 de janeiro de 1554.

Agora do terreno da documentação coeva e direta, passe-se a outra, o de Simão de Vasconcelos, que narra êstes mesmos fatos um século mais tarde.

Diz êle que o navio, onde vinha da Bahia o P.e Leonardo Nunes e os Irmãos, encalhou na costa (Nunes não encalhou, porque não vinha no mesmo navio que transportava os Irmãos), e que ao chegarem à vila de São Vicente estava ali o P.e Nóbrega a abraçá-los a todos. E acrescenta que "a primeira coisa que intentou o P.e Manuel da Nóbrega, depois do nôvo título de Provincial, e da chegada de tão bom socorro, foi a fundação de um Colégio nos campos de Piratininga para onde tinha já feito mudar alguns índios principais com suas aldeias, deixando o lugar das antigas. Pôs em consulta seus intentos [...]. Contentaram as razões: e logo em conformidade delas, no princípio de janeiro do ano seguinte de 1554 (deixando na vila os que pareceram necessários para os ministérios dos portuguêses), foram mandados treze ou quatorze sujeitos Padres, e Irmãos debaixo da obediência do Padre Manuel de Paiva fundar o Colégio já dito nos campos de Piratininga" [97].

Na sua narrativa introduziu Simão de Vasconcelos alguns elementos parasitários ou transformantes alheios à história documental. Viu que a patente de Nóbrega, como provincial do Brasil, era de 9 de julho de 1553, e faz derivar, da nomeação de provincial, a Casa de Piratininga, que Nóbrega já tinha fundado, antes de ter conhecimento dessa nomeação: viu que houve uma consulta em São Vicente, narrada na carta de 15 de junho de 1553, e como vinha bem à sua arquitetura, co-

---

96 *Cartas de Nóbrega* (1955) 384; *Mon. Bras.* III 356-357.
97 *Chronica* I §§ 144-149.

locou-a em fins de dezembro ou começos de janeiro, antes da subida dos Irmãos; viu na biografia do P.e Manuel de Paiva, escrita trinta ou quarenta anos depois, esta frase: "no princípio, que começou o estudo em Piratininga, onde êle era Superior dos Irmãos". O estudo começara no ano de 1554, mas Vasconcelos, transformando a expressão "no princípio" [98] em coincidência material, anexou-a ao verbo "foram mandados" da Quadrimestre. Feito isto, tudo se lhe tornou evidente: "Foram mandados debaixo da obediência do P.e Manuel de Paiva".

É a sua maneira. Elementos dispersos, cada um de per si exato, une-os e coloca-os em dependência uns dos outros, como no caso clássico do colibri ou pica-flor, que ilustra todo o seu sistema crítico. Simão de Vasconcelos sabia que existiam larvas, mosquitos, lagartas, borboletas e pica-flôres. Viu cada um dêstes sêres de per si; e unindo depois tudo, com evidência das coisas vistas: "Vi eu mesmo *com os meus olhos* — escreve — vi uns bichinhos brancos, nascidos à tona da água fazerem-se em mosquitos; êstes fazerem-se em lagartas; estas lagartas fazerem-se em borboletas, estas borboletas transformarem-se em passarinhos de certa casta a que chamam os índios Inhambig e os portuguêses Picaflor; e outra espécie de bicho chamado cigarra vi convertido em árvore espinheiro; e de tôdas estas transformações tenho testemunhas fidedignas" [99].

Admirável vista, a de Simão de Vasconcelos! Se lhe pedissem certidão jurada, dá-la-ia, pois via *com os seus próprios olhos.* E as suas testemunhas fidedignas, para conseguirem ver o mesmo que êle, usavam os mesmos óculos, muito comuns

---

98 *Cartas de Anchieta,* 485. Êste qualificativo de "Superior dos Irmãos" tem andado interpretado — e também por nós — como "Superior da Casa", e por isso neste mesmo capítulo consideramos que o fôsse algum tempo na ausência de Nóbrega. Convém em todo o caso advertir que "Superior dos Irmãos" não significa necessàriamente "Superior da Casa". Nas de formação, além do Superior, há um Padre, subordinado ao Superior, mas a quem os Irmãos têm imediata obediência, por estar dêles encarregado, o que hoje se chama ministro de classe: ministro dos Irmãos Estudantes, ministro dos Irmãos Filósofos, e que na verdade é "Superior dos Irmãos", sem ser "Superior da Casa".

99 Simão de Vasconcelos, *Vida do P. Joam d'Almeida* (Lisboa 1658) 112-113.

ao século XVII, e de que se serviu aquêle excelente esculápio de Guimarães, aduzido pelo Doutor Sanfins, médico do P.e Antônio Vieira em Coimbra, que recorda o próprio Vieira numa das suas cartas: "Em Guimarães vomitou um doente um dragão quase dois côvados de comprido [= 1 m e 30 cm], com duas asas... Disse-me Sanfins que o vira pintado e com *certidão de médico jurada* ao pé" [100].

---

[100] *Cartas de Vieira* II (Coimbra 1926) 160 (ed. de Lúcio de Azevedo). Cf. *Archivum Historicum Societatis Iesu* 23 (Roma 1954) 164.

4

Posição histórica de Nóbrega na fundação de São Paulo

(Exame sumário retrospectivo) *

NICOLAU ORLANDINI foi o primeiro historiador oficial da Companhia de Jesus, falecido em Roma em 1606. A sua *História da Companhia de Jesus — Primeira Parte,* em Latim, publicou-se na mesma cidade em 1615. Faz a narrativa sucinta da fundação de São Paulo, e dá Nóbrega fundador da Aldeia de Piratininga e da Casa de São Paulo (Colégio). Dêle extraímos um trecho e o aplicamos a Nóbrega no *Breve Itinerário para uma biografia do P.e Manuel da Nóbrega, Fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo* (Lisboa—Rio de Janeiro 1955), 105-106, e a êle aludimos em *Monumenta Brasiliae,* II, 105. Texto pouco conhecido, que, na íntegra, não vimos em nenhum autor. Mas merece ser divulgado:

* Publ. in *Brotéria* 65 (Lisboa 1957) 282-290.

"No Colégio de São Vicente habitavam mais da Companhia do que nas três restantes casas do Brasil [101]. Dêle se esperava mais abundante fruto por causa dos índios vizinhos, um pouco mais mansos do que os outros, de melhor entendimento, e vivendo em paz com os portuguêses; ainda que nos lugares circunvizinhos também vivia sem lei, a modo de feras, um gentio que se dava a engordar homens e a matá-los, e privado de chefe e de autoridade, que o coibisse, governasse, e lhe refreasse as mentes inclinadas a todo o mal e a tôda a impudência.

Isto levou o Provincial, que era Nóbrega, a chamar vários da Companhia, com cujo assíduo cuidado e contínuo trabalho se limpassem a Capitania de São Vicente e os lugares vizinhos dos bárbaros. Deixados, pois, uns poucos para se ocuparem dos portuguêses, instituiu nas terras do interior duas casas, uma em Maniçoba, a cêrca de cinqüenta léguas do mar, onde foram colocados os Padres Vicente Rodrigues e Francisco Pires com outros tantos Irmãos, ensinando também Gregório Serrão aos meninos os elementos das letras [102]; a outra em Piratininga, que tomou maior desenvolvimento.

Distante não mais que dez léguas do mar, mas por um caminho difícil e aspérrimo, há um campo sumamente fértil, do qual se levava para baixo, para alimento dos meninos, o sustento quotidiano de farinha-de-pau, que serve de pão àquela gente. Nesse campo está Piratininga. E assim, não só por ter mais à mão as coisas necessárias à vida, como também porque aí eram mais numerosos os brasis, afastados dos maus exemplos dos de fora, pareceu a Nóbrega transferir para lá o corpo do Colégio. *Vindo-se a Piratininga quase ao fim de janeiro aprouve-lhe dar [que se desse, que fôsse dado] à casa, depois de celebrada lá missa a primeira vez, o nome de São Paulo, de cuja conversão caía a memória nesse mesmo dia.* Os Padres, então em número de oito [103], nada tiveram mais a peito do

---

[101] Casas da Bahia, Pôrto Seguro e Espírito Santo. Ainda então (1553) residia em Pernambuco o P.e Antônio Pires, mas Nóbrega já o tinha mandado chamar.

[102] Cf. a carta de Pero Correia, São Vicente, 18 de julho de 1554, que é a fonte (*Mon. Bras.* II 71).

[103] "Com o Reverendo em Cristo P. Manuel da Nóbrega, moramos aqui presentemente sete Irmãos" (carta do Irmão José de Anchieta, de

que confirmar os catecúmenos na fé, aperfeiçoá-los nos costumes cristãos, e especialmente afastá-los da embriaguez, que era o vício a que mais se davam e constituía fonte de grandes males e alfobre de assassínios"[104].

A frase, que grifamos no texto, é em Latim arrevesado e fora do comum; e, por alguma particularidade de construção, traduz-se assim, materialmente: *"Vindo-se a Piratininga quase ao fim de janeiro aprouve, sendo celebrada lá missa a primeira vez, ser dado àquela casa o nome de São Paulo, de cuja conversão caía a memória nesse mesmo dia"*.

Piratininga, Casa de São Paulo, 1 de setembro de 1554, *Mon. Bras.* II 110).

[104] "Et in Collegio quidem Sancti Vincentii plures de Societate quam in tribus reliquis Brasiliae sedibus habitabant. Fructus quippe ex eo sperabatur uberior propter indigenas finitimos paulo caeteris mansuetiores, captusque melioris et Lusitanis pacatos: quanquam ea quoque circum loca saginandis ad escam hominibus mactandisque gens dedita ferino ritu vivebat ex-lex, et sine duce, sineque magistratu, cuius contineretur et regeretur habenis, pronaeque ad omne nefas et omne impudentiam mentes refrenarentur. Ea res Praepositum Provinciae Nobregam videlicet impulit ut evocaret de Societate complures, quorum assidua cura perpetuoque labore et illa ipsa Vincentiana colonia et Barbarorum loca finitima purgarentur.

Ergo paucis culturae Lusitanorum relictis, interiore in tractu geminam sedem institutit, alteram Maniçobae leucas a mari circiter quinquaginta, ubi Vincentius Rodericius et Franciscus Petrius sacerdotes cum totidem Fratribus collocati, Gregorio Serrano pueros elementa quoque litterarum docente; alteram Piratininga, quae amplius incrementum accepit. Leucis non plus decem, sed ardua et asperrima via, distat a mari campus ferax imprimis, unde quotidianus ad puerorum alimenta ex lignea farina, quae genti pro pane est, commeatus deferebatur. In eo campo Piratininga est.

Itaque tum ut promptiora essent vitae subsidia, tum quod frequens ibi Brasilus ab pravis exterorum procul exemplis agebat, visum est Nobregae Collegii corpus eo transfere. Piratiningam cum ventum esset extremo ferme Ianuario, placuit ei domui, re divina tum primum facta B. Pauli nomen, cuius conversionis commemoratio in illum ipsum diem recurrebat, imponi. Tum Patribus octo numero nihil prius quam ut catechumenos in fide firmaret, Christianisque moribus perpolirent, nominatimque ab ebrietate, quo maxime vitio laborabant, ingentium apud eos malorum fonte caedisque seminario cohiberent" (NIC. ORLANDINI, *Historiae Societatis Iesu Pars Prima*, lib. XIV nn. 117-118).

Na primeira tradução, Nóbrega, nomeado no período precedente, é o sujeito material da oração; na segunda, não é o sujeito material mas lógico, porque em todo o trecho completo é êle o único nome citado com referência a Piratininga (os outros nomes vêm referidos a Maniçoba); e, além disto, nenhum documento coevo, de primeira mão, assinala Nóbrega fora de Piratininga.

Mas, como se vê, o texto encerra uma aresta de construção latina, sôbre a qual, como é pendor do gramaticalismo, se pode discutir indefinidamente, de envolta com alguma flor retórica e algum espinho ofensivo. O que o texto, de forma nenhuma, qualquer que seja a tradução, nem lógica nem materialmente admite, é a exclusão da presença de Nóbrega em Piratininga no dia 25 de janeiro de 1554. E quem a ousasse excluir por êste texto não pecaria apenas contra a gramática, mas descairia no processo crítico de Simão de Vasconcelos que *"viu com os seus olhos"* um bichinho, nascido à tona da água, transformar-se em mosquito, o mosquito em lagarta, a lagarta em borboleta, e a borboleta no passarinho pica-flor; e também a cigarra transformada em árvore espinheiro: "e de tôdas estas transformações tenho — diz êle — testemunhas fidedignas" [105].

Naturalmente, os que pelo texto de Orlandini, fizessem a exclusão de Nóbrega em Piratininga, apelariam para Simão de Vasconcelos, que introduziu essa versão um século mais tarde. Mas está à vista o crédito que merece tal cronista quando as suas afirmações não são corroboradas por documentos coevos, mais fidedignos do que aquelas cândidas testemunhas, de que êle se louva para provar o que se sabe com evidência que não é conforme à verdade.

Ao publicar o texto completo de Orlandini, parece não vir fora de propósito lembrar que por ocasião do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, duas atitudes divergentes tentaram diminuir a posição histórica de Nóbrega, fundador dela. É instrutivo conhecer sumàriamente o âmbito de cada qual e o pressuposto subjetivo que parece estar na sua origem. São opiniões extremas e opostas, argüindo uma

---

[105] Cf. conclusão do capítulo precedente (p. 53).

a parte ante (Martim Afonso de Sousa), outra *a parte post* (José de Anchieta).

I. Os da primeira opinião extrema admitiram que o P.e Manuel da Nóbrega, provincial da Companhia de Jesus no Brasil, fundou a Aldeia de Piratininga a 29 de agôsto de 1553 e nela o Colégio de São Paulo a 25 de janeiro de 1554. Para êles a fundação da aldeia é a data fundamental de São Paulo histórico; a do Colégio consideram-na data convencional (de orago) para efeito comemorativo da fundação. Mas tudo, já num segundo tempo. Argüíram que o Capitão Martim Afonso de Sousa fundou em 1532 uma vila de Piratininga e que daí provém São Paulo.

Crítica: Nesta primeira opinião, que em geral se manteve dentro da devida moderação crítica, tudo está certo, menos a ilação final e a insistente preferência em a invocar, quando em 1954 se tratava de comemorar, não já o fato de 1532, mas o de 1554.

Discute-se se Piratininga se deve entender em sentido estrito (lugar) ou mais amplo (campo); mas, qualquer que seja a solução dêste problema, consta històricamente que a vila de 1532 desapareceu sem deixar vestígios, e que Nóbrega ordenou se fizesse uma povoação nova. E desta *nova* povoação procede, sem solução de continuidade, a atual cidade de São Paulo.

II. A segunda opinião extrema é a dos que pretenderam canalizar o IV Centenário em proveito do nome de Anchieta, propondo que se lhe erigisse uma estátua, como se fôsse êle o fundador. De Nóbrega não se lembraram. Tal movimento exclusivista e ingrato provocou em São Paulo uma natural reação, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reação que não se fêz esperar e se tornou memorável para, na peugada de Joaquim Nabuco, de Capistrano de Abreu e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não permitir que se continuasse a esquecer o verdadeiro fundador de São Paulo.

A tática, adotada por esta segunda opinião, foi a de obscurecer a fundação da Aldeia de Piratininga, por preceder a chegada de José de Anchieta, ainda então simples Irmão Esco-

lástico da Companhia de Jesus, que ainda não tinha chegado à Capitania de São Vicente; e empenharam-se em dar como ponto de partida o Colégio, por na sua inauguração já estar presente Anchieta. E argüíram que Anchieta foi mestre e que sem êle não se fundaria o Colégio.

Crítica: Nesta segunda opinião, o obscurecimento da fundação da Aldeia de Piratininga é insustentável em face dos documentos, um dos quais do próprio Nóbrega, que estêve pessoalmente em Piratininga [106] e dá a data da sua estada aí (29 de agôsto de 1553), logo registada por Polanco, secretário de Santo Inácio [107]. Outro documento é do mesmo Anchieta, quando escreve que Nóbrega "mudou" os filhos dos índios do Colégio de São Vicente "a uma povoação *nova, chamada Piratininga,* que os índios faziam *por ordem* do mesmo padre, para receberam a fé": a povoação *nova,* chamada Piratininga, precedeu o Colégio.

Não obstante a clareza do texto, não faltou entre os desta opinião, sem medir as conseqüências para a autoridade de Anchieta como escritor, quem ousasse rebaixar o testemunho do seu grande patrono, para atingir e diminuir a autoridade de Nóbrega, superior da Companhia de Jesus no Brasil. Mas o cronista estêve presente aos acontecimentos, que narra, e o que diz é históricamente certo.

Nóbrega era superior da Missão, mandado pelo Rei de Portugal, portanto com autoridade, no que tocava à catequese, sôbre os índios do Brasil, cuja evangelização, com tôdas as Conquistas de Portugal e da sua Navegação e Comércio, a Igreja outorgara à Ordem de Cristo; e D. João III, entidade competente como governador dessa Ordem, por sua vez confiara à Companhia de Jesus (Nóbrega o diz em 1559, na carta

[106] "Ontem, que foi a festa da Degolação de S. João, vindo a estar numa Aldeia, onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem, e onde tenho pôsto dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos quais tenho uma boa esperança de que serão bons cristãos, e merecerão o batismo, e será mostrada por obras a fé que tomam agora" (Carta de Nóbrega a Luís Gonçalves da Câmara, do sertão de São Vicente, último de agôsto de 1553, *Cartas de Nóbrega* (1955) 181-182; *Mon. Bras.* I 522-523).

[107] Juan Alfonso de Polanco, *Chronicon* III 472, cf. Serafim Leite, *Biografia de Nóbrega,* 103.

a Tomé de Sousa[108], e há outros documentos sôbre essa comissão evangelizadora[109], que está na base e é a própria honra e glória da Companhia de Jesus no Brasil). Os índios aceitaram de bom grado (também Nóbrega o diz)[110], porque, se não quisessem, ter-se-iam retirado ou fugido, como fizeram quase todos, levados pelos seus costumes ainda seminômades, depois de 1556, durante a ausência de Nóbrega na Bahia, não tendo Anchieta, que ficara na Capitania de São Vicente, meios de persuasão nem de fôrça para o impedir. Aliás, apenas Irmão, sem cargo de superior, não lhe cabia a responsabilidade, como a não podia ter na fundação do Colégio.

Mas se o Superior da Missão possuía autoridade sôbre os índios para os aldeamentos de catequese, o exercício da sua autoridade não podia deixar de se coordenar com a autoridade civil. E a conformidade ou não conformidade da autoridade civil com Nóbrega visava sobretudo a que os locais escolhidos não oferecessem perigo contra a segurança pessoal dos Padres, nem inconvenientes contra o fortalecimento primordial da costa ou da política geral, como se averiguou que haveria em 1553 se se fizessem aldeias no sertão remoto ou no Paraguai. A "povoação nova, chamada Piratininga, que os índios faziam por ordem" de Nóbrega, não oferecia, nesse ano, nem perigo pessoal para os Padres nem os inconvenientes do sertão longínquo.

O que dizem, os desta segunda opinião, que se Anchieta não estivesse presente não haveria Colégio, é suposição gratuita, porque se não fôssem uns mestres seriam outros, como

---

108 "Porque pera isso fuy, com meus Irmãos, mandado a esta terra, e esta foy a yntenção de nosso Rey tam christianissimo que a estas partes nos mandou" (*Cartas de Nóbrega* [1955] 318; *Mon. Bras.* III 71).

109 "El-Rei [D. João III], que esteja em glória, desejou a Companhia em suas terras, esperando por ministério dela cumprir com muitas obrigações, que a Coroa tem, não só como Rei, mas também como Prelado, por ser êle e seus descendentes, Mestres de Cristo, Santiago e Avis, por cuja razão é pastor espiritual em tôdas as Índias e terras da sua Conquista, e em muita parte do Reino" (Carta do Doutor Miguel de Tôrres ao P.e Geral Diego Laines, Lisboa 31 de janeiro de 1559, *Mon. Bras.* I 27).

110 "En el campo, de aquí doze legoas, se quieren ayuntar tres poblaciones en una para mejor aprender la doctrina christiana, y muestran grande fervor e desseo de aprender y de les predicar" (Carta de Nóbrega a Luís Gonçalves da Câmara, S. Vicente, 15 de junho de 1553, *Cartas de Nóbrega* [1955] 473; *Mon. Bras.* I 496).

já tinha sucedido no Colégio de São Vicente, sem Anchieta; e o fato de ser êle um dos mestres confere-lhe o direito de primeiro mestre de Latim de São Paulo, do mesmo modo que o Ir. Antônio Rodrigues foi o primeiro mestre-escola de São Paulo, e o Ir. Gregório Serrão o seu primeiro enfermeiro, segundo revelaram documentos, que andavam mutilados, e que, publicados por nós na íntegra, já muito depois de 1938 (data do I volume da *História da Companhia de Jesus no Brasil*), modificaram e ampliaram conhecimentos de pormenor sôbre os Irmãos e primeiros dias de Piratininga [111]. Mas os desta opinião citam com freqüência o que condiz com ela, sem terem em conta as ulteriores correções documentais, como é regra científica.

O título de fundadores do Colégio de São Paulo, com que aquêles e outros Irmãos às vêzes se condecoram, tem mera significação ocasional de presença, repartida igualmente por muitos, não significação efetiva de autoridade ordenadora e responsável, como é verdade elementar de senso comum.

Não pequeno confusionismo engendraram os desta opinião extrema, misturando, com o assunto objetivo da fundação de São Paulo, questões estranhas a ela, e não discernindo sempre com cuidado a qualidade das provas, isto é, que são os autores de segunda e terceira mão do século XVII, de autoridade duvidosa, os que se hão de subordinar aos documentos coevos fidedignos, e não êstes àqueles; e revelaram aqui e além menos serenidade e nobre compostura, que é o timbre dêste gênero de estudos para não descaírem da sua dignidade. Mas, enfim, apura-se que, acima de fastidiosas questiúnculas marginais, também os desta opinião admitiram Nóbrega fundador, por ser êle quem mandou fundar o Colégio.

De maneira que, por uma forma ou por outra, com serem opostas entre si, em ambas as opiniões, eqüidistantes dos extremos, aparece Nóbrega fundador da cidade de São Paulo.

Como se explicam estas dissidências por ocasião do IV Centenário?

---

[111] Cf. sobretudo a carta do Ir. José de Anchieta aos Irmãos Enfermos de Coimbra, São Vicente, 20 de Março de 1555 (*Mon. Bras.* II 155-163; e sôbre esta matéria, em geral, *Mon. Bras.* III 117*-120*).

A ideologia conhecida dalguns batalhadores extremistas parece justificar, para além das aparências, uma explicação subjetiva. A saber, para a primeira opinião, portuguesismo misturado com laicismo; para a segunda, religiosismo misturado com jacobinismo. Ou em concreto e noutra fórmula: o primeiro extremismo não gostaria de ver na posição de maior relêvo um padre; o segundo não gostaria de ver um português. Compreende-se que Nóbrega, jesuíta e português, fôsse visado ora por um flanco, ora por outro, segundo a côr dos extremismos.

E assim sucedeu, com efeito. Todavia, como os extremos se tocam, o fato central de Nóbrega fundador, admitido em última análise por ambas as opiniões, por si mesmo prevalece como conseqüência lógica. Mas a clarividente fundação de São Paulo pelo grande e incomparável P.^e^ Manuel da Nóbrega não é apenas conseqüência lógica de opiniões dissidentes e extremas: é fato positivo, já com fundas raízes na consciência pública, por constar de documentos, bem estudados e inequívocos, que não são discutíveis interpretações históricas, mas as próprias fontes iniciais da cidade. E entre elas, de mais autoridade e respeito, estão o Fundador ("fiz" [112] aquela Casa ou Colégio de São Paulo); Luís da Grã (Nóbrega "fêz" [113] aquela Casa ou Colégio); e José de Anchieta, a que acima aludimos: "No ano de 1554 mudou o Padre Manuel da Nóbrega os filhos dos índios [que estavam no Colégio de São Vicente] ao campo, a uma povoação nova, chamada Piratininga,

---

[112] "Nesta Capitania de São Vicente adquiriu o Padre Leonardo Nunes, naquele tempo, mais moços dos índios, por meu mandado, que em nenhuma parte. Êstes pus em casa de seus pais, em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquela Casa, para que nós os doutrinássemos e com êles ganhássemos a todos os mais" (Carta de Nóbrega ao P.^e^ Geral Diego Laines, São Vicente, 12 de junho de 1561, *Cartas de Nóbrega* [1955] 386; *Mon. Bras.* III 358-359).

[113] O P.^e^ Leonardo Nunes deu princípio a uma Casa em São Vicente, onde recolheu muitos meninos e os sustentava com grande trabalho de sua pessoa, que a outro que não tivesse as suas fôrças não seria possível: "y ansí por esso, como por el modo con que acquiría la sustentación para los niños, no contentó al P. Nóbregua, quando a esta Capitanía vino, y mudó los niños para esta Casa de Piratininga, que aquí hizo [fêz], mui buena, y en el mejor lugar que se podia escoger" (Carta do P.^e^ Luís da Grã a S. Inácio, Piratininga, 8 de junho de 1556, *Mon. Bras.* II 289).

que os índios faziam por ordem do mesmo Padre para receberem a fé" [114].

Nóbrega mudou (*mudou:* nem Luís da Grã nem José de Anchieta dizem que "mandou" mudar) os meninos ao campo; e mudou-os não a lugar desabitado, mas para aprenderem numa *Casa* ou *Colégio,* que Nóbrega *fêz* numa povoação *nova,* que também Nóbrega *ordenara* se fizesse. Têrmos com que se demarcam, nítidos, os elementos essenciais da fundação da atual e grande cidade de São Paulo. Fora disto, entra-se noutra região, muito interessante sem dúvida, mas já de pormenor.

---

[114] "Informação do Brasil e de suas Capitanias", in *Cartas de Anchieta* (Rio de Janeiro 1933) 316.

5

Nóbrega e a criação da Vila de São Paulo de Piratininga * (1560)

A INSTITUIÇÃO da Vila de São Paulo não é mero episódio municipal de evolução consuetudinária e administrativa. Seguiu rumo singular, com tão importantes efeitos, que não será ocioso rememorar o sucesso, agora, no seu quarto centenário. Para lhe aprofundar o sentido, é sem dúvida método apto e menos longo colocá-lo dentro do plano geral do Brasil e dos seus antecedentes imediatos, em relação com os princípios basilares do fundador.

O P.e Manuel da Nóbrega, chefe da primeira missão da Companhia de Jesus não só no Brasil mas em tôda a América, era homem persuasivo e de ação eficaz, com idéias amplas de quem constrói para durar, quer no campo religioso da sua vocação, quer no da vida política e civil. Aquêles tempos condicionavam estas atividades, como as iriam condicionar mais tarde os do P.e Antônio Vieira, iguais ambos na preocupação

* Publicado na *Brotéria* 71 (Lisboa 1960) 23-30.

do bem público, desiguais no gênio literário e nos êxitos. Vieira mais homem de letras do que de govêrno; Nóbrega mais realizador, buscando o caminho certo, com apagar-se a si mesmo, fazendo aparecer de preferência os outros nas emprêsas em que se empenhava. Dessa maneira conseguia resultado positivo; e isto é o que se chama bom êxito.

Quando Nóbrega chegou de Lisboa à Bahia em 1549, erigia-se o Brasil em Estado a fim de articular num todo orgânico as diversas capitanias em que então se repartia. Nesse primeiro esbôço da nação brasileira, Nóbrega foi o homem de que a nova terra precisava, isto é, revelou-se tenaz defensor do princípio da *unidade*. Teve a intuição de que era êste o postulado mais urgente e fundamental: unidade do Brasil nos seus efeitos de política interna; unidade do Brasil nas precauções de política externa.

A dispersão jurisdicional dos donatários, que ainda permanecia nas Capitanias fora da Bahia, podia enfraquecer ou emperrar a organização geral do Estado. Observando o que se passava nas duas capitanias extremas, na do Norte (Pernambuco), e na do Sul (São Vicente), Nóbrega aconselhou o Rei de Portugal que as tomasse para si e fôssem de jurisdição real imediata, mais conducente à coesão do nôvo Estado e do Govêrno-geral. E enquanto assim pensava, vendo os inimigos externos a estabelecerem-se nalguns portos marítimos, trabalhou por os desalojar, convencido de que o estabelecimento definitivo dos franceses no Rio de Janeiro seria a destruição do Estado nascente. Os brados de Nóbrega (a sua frase era que a Capitania de São Vicente já "estava com a candeia na mão", isto é, moribunda) tornaram-se gerais e ouviram-se em Lisboa. A expulsão do intruso não tardou a ser realidade com a fundação portuguêsa da cidade do Rio de Janeiro, de que êle foi acérrimo animador. Tal emprêsa seria difícil ou até impossível naquela época sem o rodeio prévio de São Vicente e São Paulo de Piratininga.

Outro postulado da unidade de um Estado é a fixação das suas *fronteiras*. Entre Portugal e Espanha havia o ato pontifício de arbitragem, que dividia o Mundo em duas zonas iguais de influência ultramarina entre as duas nações peninsulares, que descobriram as Índias Ocidentais e as Índias Orientais, ato benfazejo, que evitou a guerra, e a que sucedeu

o Tratado de Tordesilhas, que repartia as terras novamente descobertas em dois blocos de 180 graus cada um: o bloco do Oriente cabia a Portugal, o bloco do Ocidente à Espanha. Nas Molucas passava a linha divisória oriental; no Brasil, a linha divisória ocidental, meridiano que ia da foz do Amazonas a Santa Catarina. A luta de fronteiras no Brasil nasceu no momento em que a Espanha ocupou no Oriente terras que caíam na demarcação de Portugal. O recuo da linha oriental gerou nos portuguêses o sentimento de compensação, fazendo recuar para o Ocidente a fronteira do Brasil. Tal empenho manifestou-se logo no Sul, onde a costa marítima se retraía para o Poente. Sabe-se como Nóbrega pôs o coração no Paraguai, e, nas suas primeiras tentativas de ida para lá, havia a idéia de que Assunção e tôda a costa até ao Rio da Prata se incluía na demarcação de Portugal. Êste era também o parecer do Governador Tomé de Sousa. Mas eram aspirações recíprocas, porque os espanhóis do interior da América do Sul, por sua vez, cobiçavam a costa abaixo de São Vicente. O Governador fechou o caminho do Paraguai, tanto para impedir que se despovoasse São Vicente na mira do ouro e prata que se dizia haver no interior da América do Sul, como para impedir que os espanhóis se fixassem na costa de Santa Catarina [115]; e Nóbrega aceitou que Assunção fôsse cidade do Imperador, aceitação de fato, sem dirimir o problema jurídico, em relação direta com o problema das Molucas (Filipinas). Esta questão da formação territorial do Brasil foi um permanente e longo conflito colonial com a Espanha, que só se concluiu ao abrir

[115] LEITE, *História* I (Lisboa-Rio de Janeiro 1938) 337. Dêste assunto se ocupou também Francisco Mateos, que cita a *História* e atribui a Nóbrega a iniciativa de se fechar o caminho do Paraguai (*Antecedentes de la entrada de los Jesuítas españoles en las misiones de América 1538-1565*, in *Missionalia Hispanica I* [Madrid 1944] 130-132). Cotejando os dois textos de *História* e de *Antecedentes*, Mörner comenta: "Mateos (p. 132) ascribes to Nóbrega the intention of, by the Paraguayan mission, cutting off the Spanish comunications with the sea by way of São Vicente. In this he seems to have misunderstood Leite, who points out (p. 337) that Governor General Sousa, according to Nóbrega, decided to cut off communications between the coast at Santa Catarina, São Vicente and Paraguay to prevent the Portuguese from deserting the coastal areas on account of vague rumoure about deposits of gold and silver in the interior, at the same time, the Spaniards from

já o século XIX, com a ocupação efetiva do que ainda faltava no Rio Grande do Sul. Alude-se a esta prolongada contenda para frisar que no seu surto inicial também nela estêve presente Nóbrega; e porque São Paulo iria ser o elemento mais decisivo da expansão futura.

Além da unidade e segurança de fronteiras, é condição necessária para a existência progressiva dos Estados a reta administração da *justiça*. Em teoria, a boa administração estava assegurada no "Regimento" dado por D. João III a Tomé de Sousa (1548). Na prática, os abusos foram patentes sobretudo contra os naturais da terra. Não se julgue que só sucedia isto no Brasil e sob o influxo de Portugal. Sucedia noutras partes sob outros influxos, e a história comparativa mostra que muito menos no Brasil do que nelas. São os "transes" da civilização a que alude Afrânio Peixoto. Nesta matéria teve Nóbrega de desenvolver tôda a atividade do seu gênio para fazer que a legislação portuguêsa amparasse de modo eficaz os naturais da terra. Pouco depois de chegar, alcançou a liberdade duns índios e êle e os seus Padres iniciaram o regime de requerimentos ao Ouvidor-geral para que libertasse os injustamente cativos. Foram inúmeros os debates e é famosa a *Reposta* ou *Caso de Consciência* de Nóbrega, que se fêz ouvir em Lisboa e obteve como resultado a primeira grande lei portuguêsa a favor da liberdade, de 20 de março de 1570 [116]. Nóbrega empreendia assim um duro e persistente combate a favor da jus-

---

taking possession of the disputed coastal regions to the south. Thus Sousa quite naturally refused to allow the expedition of the Jesuits to Paraguay" (MAGNUS MÖRNER, *The Political and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata region. The Hapsburg Era* [Stockholm 1953] 77). — No referido artigo de Francisco Mateos, falando de Antônio Rodrigues, o futuro mestre-escola de São Paulo, que viera do Paraguai e Nóbrega recebera na Companhia em São Vicente, há esta nota, p. 131: "De este Antonio Rodríguez dice Polanco que es español; Leite en cambio, dice ser português de Lisboa [...]. El P. Leite funda su afirmación en la *Crónica* de Vasconcellos". Para dizer que Antônio Rodrigues é português, o nosso fundamento não foi Vasconcelos, mas o próprio Antônio Rodrigues, que o declara, em carta sua de 1553, aos Irmãos de Coimbra: "eu e outros portuguêses" (S. LEITE, *Páginas de História do Brasil* [São Paulo 1937] 123; *Monumenta Brasiliae* I [Roma 1956] 470).

[116] *História da Companhia de Jesus no Brasil* II 202-207; *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega. Opera Omnia* (Coimbra 1955) 397-429.

tiça; e, à semelhança do livro de Lewis Hanke, *The Struggle for Justice in the Spanish Conquest of America,* poderia escrever-se outro, *A Luta pela Justiça na formação do Brasil.* Diz-se formação não conquista, porque o Brasil foi mais objeto de formação e ocupação do que pròpriamente de conquista. A conquista só se efetuava em moldes militares de relêvo contra os estrangeiros, que pretendiam estabelecer-se no Brasil, em particular os franceses, e mais tarde os holandeses. E talvez se deva preferir o vocábulo reconquista ao de conquista. Porque antes de qualquer ocupação estrangeira em diversas partes da costa brasileira, ameaçando a sua unidade, havia o fato jurídico de as terras serem já do Estado do Brasil.

Com estas preocupações de natureza política e social, coexistia também a da *instrução* em mais estreita afinidade com a *catequese* dos índios. Nóbrega fundou os primeiros colégios do Brasil. Logo na Bahia, 15 dias depois de desembarcar, em 1549, se abria Escola de ABC, nem se passaram muitas semanas que não enviasse os seus Padres a fundar outras escolas pelas diversas capitanias. Pessoalmente, além do Colégio da Bahia, Nóbrega fundou os de São Paulo e do Rio de Janeiro; e alcançou dos governadores do Brasil as terras necessárias e promoveu a obtenção na Côrte de Lisboa dos padrões régios, indispensáveis para a sua estabilidade e funcionamento dentro dum relativo desafôgo econômico. Um dêstes colégios, que não chegou a ser dotado de padrão régio (deslocado para o Rio de Janeiro) e sem ter sido nunca, no aspecto formal do ensino, o mais importante do Brasil, soa na história com renome único, porque foi o núcleo aglutinante, na Aldeia de Piratininga, da hoje grande cidade de São Paulo, da qual, por êsse duplo fato, da aldeia e do colégio, Nóbrega se constitui fundador, e pràticamente também consolidador, que é o que se comemora êste ano de 1960 e se vai ver.

O donatário Martim Afonso de Sousa fundara em 1532 duas vilas: a de São Vicente, na costa, a qual deu o nome à capitania, e outra no Campo de Piratininga, em lugar preciso não bem determinado, de cujo funcionamento camarário municipal não há documento algum. Quando os jesuítas chegaram ao Campo, os portuguêses não viviam juntos, o que dificultava o cumprimento dos seus deveres cristãos. Assim os achou o P.^e^ Leonardo Nunes, quando os visitou em 1550, e fêz que se

reunissem todos num mesmo lugar e se habilitassem a poder cumprir os atos da fé que professavam. Êles "tomaram logo campo para a igreja"; e esta igreja parece a da invocação de Santo André, que o Governador Tomé de Sousa achou já feita no sítio onde em 1553 criou a vila do mesmo nome [117].

No Campo vivia o famoso português, o mais antigo na terra, João Ramalho, que se juntara com uma filha de Tibiriçá, chefe local indígena, de quem tivera grande geração. Sendo João Ramalho casado em Portugal, esta ligação marital não tinha a chancela que exigiam as leis civis e religiosas, fato que provocou desinteligências entre os Ramalhos e Leonardo Nunes. Nóbrega, à sua chegada em 1553, depois de apalpar e conhecr bem o ambiente, entendeu-se com João Ramalho e deu os passos adequados à regularização matrimonial se ela fôsse possível. E assim, com a amizade de João Ramalho, ganhou a do Principal Tibiriçá; e, verificando que o Colégio em São Vicente padecia graves embaraços, de ordem econômica e moral, resolveu se situasse no Campo de Piratininga, que foi reconhecer e estudar por si mesmo. E aí realizou o grande ato, iniciador e festivo, da recepção dos cinqüenta catecúmenos a 29 de agôsto de 1553. Ato pessoal de Nóbrega, que assim fundou a Aldeia de Piratininga, onde se ajuntavam os índios para serem fàcilmente doutrinados. Não disse missa? Não se requeria para a fundação duma aldeia, mas Nóbrega, nas suas entradas, levava o indispensável para a celebrar, e, segundo Anchieta, êle "sempre" dizia missa. Sendo a festa em Piratininga, não se vê com que reta intenção se possa afirmar, sem prova positiva, que êle nesse preciso dia a omitiu ou celebrou em sítio diverso.

Daí a cinco meses, chegados os Padres e Irmãos que pedira de Portugal, Nóbrega transferiu para a Aldeia de Piratininga o Colégio de São Vicente. Só êle, como superior, possuía autoridade bastante para o fazer. Escolheu o dia sugestivo da Conversão de São Paulo, 25 de janeiro de 1554, padroeiro da Casa, que na toponímia local ficou a atestar que o elemento religioso prevaleceu ao civil.

O Colégio de São Paulo situava-se dentro do município de Santo André. Não tardou a verificar-se que a Vila de Santo

---

117 Id., *Monumenta Brasiliae* I 208.

André deperecia com economia precária, sem defesa capaz contra as investidas dos índios contrários, enquanto a Aldeia de Piratininga, melhor situada e farta de mantimentos, oferecia superioridade evidente para sede municipal do Campo. Impunha-se a mudança dos moradores de Santo André. Nóbrega viu-o claro nos três anos que residiu na Capitania de São Vicente (1553-1556), os moradores eram do mesmo parecer que Nóbrega, e, se algum interêsse particular porventura se manifestou em contrário, desvaneceu-se em 1560 com a sua presença e a do Governador Mem de Sá.

Para justificação do ato perante a côrte de Lisboa requeriam-se pedidos locais ao Governador. Dizem os camaristas que "todos" o requereram, e explicam: "o povo de São Vicente, Santos, e Padres da Companhia". Declaram, além disso, que a mudança da vila se fêz "para junto da Casa de São Paulo, que é dos Padres de Jesus"[118].

Os Camaristas apontavam os motivos para a mudança dos moradores de Santo André, motivos que Anchieta repete um ano depois; mas, quanto aos requerimentos, diz apenas que o Governador ordenou a mudança "a instância dos Padres". E conclui: "Por estas causas trabalharam muito os Padres que se passassem a Piratininga, onde agora estão, e muitos dêles quase sujeitos à vontade e disposição dos Padres no que toca a suas almas, confessando-se e comungando as mais festas e domingos do ano"[119].

Que se entende por "Padres" (Anchieta), "Padres da Companhia" ou "Padres de Jesus" (Camaristas)? Entende-se o Superior da Companhia de Jesus com os seus Padres e Irmãos (convém dizer também *Irmãos* para não excluir o mesmo Anchieta, que ainda então não era padre). Quando êle, encarregado das cartas de edificação, redigia aquela notícia em 1561, o superior era Nóbrega e todos os da Companhia, incluindo Luís da Grã em 1560, pensariam como Nóbrega. Mas, com antecedência ao fato da mudança, não há documento nenhum pessoal, nem diligência alguma de nenhum outro padre

---

[118] *Monumenta Brasiliae* III (Roma 1958) 344.
[119] *Monumenta Brasiliae* III 376.

senão do mesmo Nóbrega ao expor para Lisboa, já desde 1557, a vantagem e a necessidade, na Capitania de São Vicente, de os moradores de Santo André se passarem para Piratininga:

"Também me parece que se devia dizer a Martim Afonso e a Sua Alteza que se quer que haquela capitania se nam despovoe de todo, que dem liberdade aos homeins pera que os do Campo se ajuntem todos juntos no rio de Piratininga omde elles escolherem, e os do mar se ajuntem tambem todos juntos omde milhor for, por estarem mais fortes; porque a causa de despovoarem hé fazerem-nos viver juntos na Vila de Santo André à Borda do Campo, omde nam tem mais que farinha e nam se podem ajudar do peixe do rio, porque está tres legoas dahi, nem vivem em parte conveniente pera suas criaçõis, e se os deixasem achegar ao rio tiriam tudo e asossegariam" [120].

Nóbrega dirigia-se ao Provincial de Portugal, confessor da Rainha D. Catarina, regente que então era na menoridade do Rei D. Sebastião. O Provincial devia falar não sòmente à Rainha, mas também a Martim Afonso de Sousa, donatário da Capitania de São Vicente. Se falou, a notícia não chegou ao Brasil antes do fato consumado, porque houve que pedir depois confirmação. De qualquer maneira, Nóbrega aduz os motivos de ordem econômica e revela mais uma vez o seu gênio político: a concentração em Piratininga era também para ficarem "mais fortes"; e na alusão à gente "do mar", isto é, aos moradores do litoral, subentende-se uma preferência por Santos, pôrto e vila mais acomodada para povoamento do que a de São Vicente, onde já então era arriscado construir casas novas por falta de garantia de futuro [121].

O parecer autógrafo de Nóbrega, documento básico dos jesuítas nesta matéria, esclarece-a inteiramente. Se êle, como provincial, propunha para Lisboa a necessidade da mudança, melhor o diria ao Governador Mem de Sá, quando êste chegou daí a pouco, ligando-se logo ambos por estreita amizade não

---

120 *Cartas de Nóbrega* (1955) 272; *Monumenta Braslae* II (Roma 1957) 415.

121 *Cartas de Nóbrega* (1955) 521; *Monumenta Brasiliae* III 543-544.

apenas no afeto mas também no conselho [122]; e a presença de ambos na Capitania de São Vicente em 1560 determina o momento oportuno para a desejada operação. Uma dificuldade prática a poderia retardar, que era a das terras para os de Santo André fazerem habitações e roças perto da Casa de São Paulo. Resolveu-a a Companhia de Jesus. As suas terras, doadas por Martim Afonso de Sousa, cedeu-as aos novos moradores com a condição de a Companhia receber outras mais distantes [123]. Nestes precisos têrmos se efetuou a mudança, que é o terceiro e último ato da fundação de São Paulo de Piratininga: aldeia de índios (catecumenado de 1553), Colégio de São Paulo (1554), vila de portuguêses (1560), fases dum processo que muito legìtimamente se podem exprimir por nascimento, batismo, consolidação.

Semelhante consolidação, com São Paulo de Piratininga passar de aldeia de índios a vila de portuguêses, era um postulado econômico e um ato prévio de unidade local, civil e religiosa, para assegurar outra unidade maior. Ela permitiu logo que se encarasse de frente o perigo dos índios contrários (Tamoios) e se organizassem contra êles expedições armadas em que iam padres da Companhia como capelães [124]; já Piratininga se colocou em situação, com a ajuda decisiva dos índios fiéis, de resistir aos Tupiniquins sublevados, fortificando-se em seguida; e com esta fortificação, a Capitania de São Vicente deixara de estar "com a candeia na mão", já facilitou a jornada de Iperoig e se transformou em base sólida de operações e abastecimentos para a unificação do Brasil, perturbada com a presença dos franceses no Rio de Janeiro, donde enfim se desalojaram em 1567 [125].

Outro efeito, mas êste a longo prazo, se subentende sempre na predileção de Nóbrega pela Capitania de São Vicente e nos esforços em manter e consolidar a nova povoação. Sem

---

122 *História da Companhia de Jesus no Brasil* II 465-466; *Monumenta Brasiliae* III 71*-74*.

123 *Monumenta Brasiliae* III 198; *Monumenta Brasiliae IV* (Roma 1960) 42-45.

124 *Monumenta Brasiliae* III 345.

125 Serafim Leite, *Breve Itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega, fundador da Província do Brasil e da Cidade de São Paulo, 1517-1570* (Lisboa-Rio de Janeiro 1955) 190-191.

dúvida não foi êle o primeiro a advertir que o rio, em cuja margem "fizera" a Casa de São Paulo, corria para o interior da América do Sul. Todavia, pertence a Nóbrega a frase clarividente (outros diriam profética) de ser "por aqui a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão" [126]; e a História ensina que a vocação expansionista de São Paulo não desmentiu a genial visão do fundador.

---

[126] *Cartas de Nóbrega* (1955) 190; *Monumenta Brasiliae* II 15.

6

Movimento eucarístico brasileiro no tempo de Nóbrega [*] (1549-1570)

Primeiras manifestações

Como tantas outras coisas da nossa cultura e da nossa religião, também a Eucaristia entrou no Brasil por mãos portuguêsas; e com a circunstância, sem dúvida gloriosa, de o ato mais solene do Descobrimento ter sido o eucarístico por excelência, que foi a celebração da missa por Fr. Henrique Soares, de Coimbra: "Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém [Lisboa], a qual estêve sempre levantada da parte do Evangelho".

Primeira consagração e adoração eucarística e primeira comunhão no Brasil, ao pé da bandeira de Cristo, que era a de Portugal ultramarino. Além do celebrante, devem ter comungado, pelo menos, os outros franciscanos, que iam com

---

[*] Publ. in *Brotéria* 60 (Lisboa 1955) 404-419.

Fr. Henrique, porque na segunda missa, a 1 de maio de 1500, depois de chantada a cruz com as armas reais, diz Pero Vaz de Caminha: "Estiveram assim conosco [os índios] até acabada a comunhão, depois da qual comungaram êsses religiosos e sacerdotes e o Capitão [Pedro Álvares Cabral] com alguns de nós outros" [127].

De 1500 a 1549 muitas missas se celebraram em terras de Santa Cruz; e nas vilas das capitanias, fundadas de 1532 em diante, também se festejou com solenidade pelo menos o Corpo de Deus, por ser na legislação portuguêsa festa obrigatória das respectivas Câmaras.

Em 1549, D. João III organizou o Brasil em Estado, com Govêrno-geral próprio. A armada com êsse fim aportou à Bahia a 29 de março dêsse ano; e com Tomé de Sousa, governador-geral, chegaram os primeiros padres da Companhia de Jesus, de que era superior Manuel da Nóbrega, filho do Desembargador Baltasar da Nóbrega (Juiz de Fora do Pôrto em 1532). O P.e Nóbrega celebrou a sua primeira missa em terras brasileiras, na Bahia (Vila Velha), o domingo seguinte (31 de março); e escreve: "Confessa-se tôda a gente da armada, digo a que vinha nos outros navios, porque os nossos [os daquele em que veio] determinamos de os confessar na nau. O primeiro domingo que dissemos missa foi a quarta dominga da Quadragésima. Disse eu missa cedo e todos os Padres e

---

[127] Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (Rio de Janeiro 1943) 213-236. — Como se sabe, a armada de Pedro Álvares Cabral ia a caminho da Índia e era a segunda viagem. Na primeira, a do Descobrimento, há um fato que parece significar costume nas armadas portuguêsas. Vasco da Gama já tinha passado Moçambique: "hum sabado que foram dez dias do mes de março partimos e viemos pousar huma legoa em maar junto com huma ilha pera que ao domingo disesem missa e se confesasem e comungasem os que quisesem [...]. E ao domingo disemos missa em a ilha debaixo da hum arvoredo muito alto" (*Diário da Viagem de Vasco da Gama* I [Pôrto 1945] 20 — primeira paginação: o vol. tem duas). Referindo êste passo do descobrimento da Índia, diz Constantino Bayle que Cristóvão Colombo não levava nenhum padre na armada do descobrimento da América: "Colón, en el primer viaje no llevó clérigo ni fraile, y hay que tomar por cuento las leyendas sobre el mercedario padre Infantas o el presbítero Pedro Arenas, y las tradiciones de la primera misa en América entonces" (*El Culto del Santísimo en Indias* [Madrid 1951] 29-30).

Irmãos confirmamos os votos, que tínhamos feito, e outros de nôvo, com muita devoção e conhecimento de Nosso Senhor, segundo pelo exterior é lícito conhecer" [128].

Nesta missa, que, como se diz, foi de votos, os Irmãos devem ter comungado, por ser êsse o costume; e aquela confissão geral da gente da armada também supõe comunhões, não comunhão geral, porque era gente de mais para isso e as circunstâncias particulares em que chegavam (mil e tantos homens de diversas condições) não o permitiriam. Mas deviam de ter comungado os mais piedosos, um dos quais o próprio Tomé de Sousa ("entende tão bem o espírito da Companhia que lhe falta pouco para ser dela") e assim fizera Cabral no Descobrimento e era hábito dos portuguêses de Quinhentos ao iniciarem qualquer grande emprêsa ou expedição, como se verá adiante, ao tratar de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Pouco depois de chegarem, a 20 de junho, fêz-se "procissão dia de *Corpus Christi,* mui solene, em que jogou tôda a artilharia que estava na cêrca, as ruas muito enramadas, houve danças e invenções à maneira de Portugal" [129].

Ainda nesta mesma carta de Nóbrega, de 9 de agôsto de 1549, há estas palavras, programa e quase princípio de tudo o que a Igreja veio a ser no Brasil:

"Esta terra é nossa emprêsa... Será coisa muito conveniente haver do Papa ao menos os podêres, que temos do Núncio, e outros maiores, e podermos levantar altar em qualquer parte, porque os do Núncio não são perpétuos; e assim, que nos cometa seus podêres acêrca dêstes saltos [dos índios], para podermos comutar algumas restituições e quietar consciências e ameaços que cada dia acontecem; e, assim, também que as leis positivas não obriguem ainda êste gentio, até que vão aprendendo de nós por tempo, *scilicet,* jejuar, confessar cada ano e outras coisas semelhantes; e, assim, também outras graças e indulgências, e a *Bula do Santíssimo Sacramento* para

[128] LEITE, *História* I 20; *Cartas de Nóbrega* (1955) 19; *Mon. Bras.* I 110.

[129] *Cartas de Nóbrega* (1955) 41; *Mon. Bras.* I 129; *Biografia de Nóbrega* 56.

esta cidade da Bahia, e que se possa comunicar a tôdas as partes desta costa; e o mais que a Vossa Reverência parecer. É muito necessário cá um Bispo para consagrar óleos para os batizados e doentes e também para confirmar os cristãos que se batizam" [130].

A *Bula do Santíssimo Sacramento,* que Nóbrega pede logo de início, encerra já intencionalmente as famosas confrarias, que então se fundavam em Portugal. Elas nasceram dum movimento iniciado por 1530, em particular na igreja de Santa Maria de Minerva em Roma e que o Papa Paulo III erigiu em confraria pela bula *Dominus Noster Jesus Christus,* de 30 de novembro de 1539. Passados poucos meses já estas confrarias tinham entrado em Portugal, e havia idêntica associação em Penafiel, com festa e estatutos próprios. As suas finalidades eram visitar o Santíssimo, manter sempre acesa a lâmpada, acompanhá-lo nas ruas quando saía aos enfermos, cuidado e limpeza do altar, etc.; e, pelo objeto, eram e são, as mais espalhadas e indulgenciadas de tôdas as associações de caráter pio [131].

Ora, a 8 de junho de 1548, escrevia de Coimbra para Roma o P.e Manuel Godinho: "O Padre Nóbrega está agora em São Fins, que foi a assentar a *Bula do Sacramento.* Diz que vem muita gente doutras partes derredor assentar-se nessa, porque não há por aquela terra outra, que viesse de Roma, senão a da Sé de Braga. Determina o Padre Nóbrega de reformar lá tôda aquela gente do Minho" [132].

Ao pedir a *Bula do Santíssimo Sacramento,* queria Nóbrega prolongar o apostolado eucarístico, dando princípio no Brasil às irmandades do Santíssimo. Não há elementos bastantes para

---

[130] *Cartas de Nóbrega* (1955) 34-35; *Mon. Bras.* I 123-124; *Biografia de Nóbrega* 57-58; cf. *História* II 309.

[131] F. Beringer, *Les Indulgences, leur nature et leur usage,* trad. de Ph. Mazoyer (Paris 1905) 125-127; A. Bessières, *Ligues Eucharistiques* (Tournay 1914) 243-244; M. de Oliveira, *História da Igreja em Portugal* (Lisboa 1940) 233; Bayle, *op. cit.* 664.

[132] Mhsi, *Epp. Mixtae* I 530-531; *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 98; Vitorino Nemésio, *O Campo de São Paulo. A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil 1528-1563* (Lisboa 1954) 214.

se ver a conseqüência imediata do pedido de 1549. Mas vinte e poucos anos mais tarde, as confrarias do Santíssimo Sacramento já existiam no Brasil até nas aldeias dos índios, depois de elas se organizarem em bases de continuidade.

Cuidou Nóbrega, no próprio ano em que chegou, de distribuir os seus Padres pelas capitanias da costa. Para São Vicente enviou o P.e Leonardo Nunes, seguido logo pelo Ir. Diogo Jácome; e Leonardo, fundador do Colégio de São Vicente, escreve: "Temos o Santíssimo Sacramento enquanto eu estou em Casa, coisa que a todos é de muita consolação, assim a nossos Irmãos, como à gente de fora" [133], entre a qual estavam Luís de Góis e sua mulher, que "freqüentam muito o Santíssimo Sacramento" [134], quer visitando-o, quer comungando, e de quem dirá Nóbrega a 12 de fevereiro de 1553: "Luís de Góis, irmão de Pero de Góis, fêz aqui um grande movimento de si, e em fervor de espírito fizeram os votos da Companhia, êle e a sua mulher, estando para receber o Senhor" [135].

Nas suas excursões ao sertão, Leonardo Nunes trouxera dois portuguêses, ambos doentes de corpo e alma. Um vivia com uma índia, de quem tinha duas filhas. Leonardo batizou as filhas e estava a doutrinar a mulher para o batismo e assim poderem viver em matrimônio legítimo. Mas êsse, perdida tôda a noção religiosa, só à fôrça entrava na igreja e não queria ajoelhar-se diante "do Santíssimo Sacramento"; o outro português curou-se mais depressa da alma; pregava ao companheiro, e algum tempo depois já se tinha confessado algumas vêzes e "tomou o Santíssimo Sacramento" [136].

Leonardo Nunes logo em 1550 foi reconhecer as terras de Piratininga, por onde andavam dispersos os portuguêses: "Enfim, acabei com êles que se juntassem todos num lugar e fizessem uma ermida [Santo André da Borda do Campo], e buscassem algum Padre que lhes dissesse missa. Puseram-no

133 *Mon. Bras.* I 233.
134 *Mon. Bras.* I 238.
135 *Cartas de Nóbrega* (1955) 152; *Mon. Bras.* I 424; e cf. pág. 249 o estudo sôbre Luís de Góis.
136 *Mon. Bras.* I 255.

logo por obra e tomaram logo campo para a Igreja. Gastei dois ou três dias com êles, e confessei alguns, e dei-lhes o Santíssimo Sacramento"[137].

A Pernambuco foi Nóbrega em pessoa com o P.e Antônio Pires, que depois lá deixou. Fundou o Recolhimento de Môças e promoveu a constituição de famílias de vida cristã legítima, e havia homens que há muito não comungavam: "Estavam os homens cá em grande abusão amancebados, e todavia os absolviam sacramentalmente, de maneira que pelas constituições ficavam excomungados; e homens que havia 20 anos que estavam nesta terra sem comungar!"[138].

A Pôrto Seguro mandou o P.e João de Azpilcueta Navarro. Numa das suas cartas mostra êste como repercutiu no Brasil o caso sucedido por novembro de 1552, ao tempo do casamento em Lisboa dum filho de D. João III, com uma filha do Imperador Carlos V, ou seja do Príncipe D. João com a Princesa D. Joana (pai e mãe de El-Rei D. Sebastião). Estavam na capela real D. João III, sua mulher a Rainha D. Catarina, os Príncipes e a Nobreza, e celebrava missa um bispo, quando, depois da consagração, um inglês vestido de nobre, que fingia rezar perto do altar, subiu os degraus a correr, tomou e derramou o cálix pelo chão, assim como a hóstia consagrada que esmigalhou. Trata dêste sacrilégio o breve de Júlio III, *Ex postremis venerabilis*, de 1 de abril de 1553, significando a El-Rei D. João III "o grande sentimento que teve pelo execrando roubo do Santíssimo Sacramento na Capela Real"[139]. O ultraje sacrílego (talvez loucura) foi castigado; e, como sempre acontece em desacatos públicos, seguiu-se mais intensidade no culto correspondente"[140].

A notícia chegou a Pôrto Seguro por meados de 1553. A 19 de setembro escreve o P.e Navarro, referindo-se a um

---

137 *Mon. Bras.* I 208.

138 *Cartas de Nóbrega* (1955) 92 98; *Mon. Bras.* I 285 290.

139 J. dos Santos Abranches, *Summa do Bullario Portuguez* (Coimbra 1895) 138.

140 Mhsi, *Epp. Mixtae* III 339-340.

morador da vila de Santo Amaro e à igreja de Nossa Senhora da Ajuda:

"Neste comenos chegou a notícia do luterano, que desonrou o Corpo de Cristo Nosso Redentor nas festas e palácio de El-Rei Dom João, o que pôs espanto e asco nos corações dos cristãos, mostrando tristeza e sentimento, de tal maneira que um homem honrado desta Capitania saiu sùbitamente de sua casa, bradando à maneira de exclamações a Deus pelas ruas, como quando quem está fora de si; e assim falando com Deus, veio à nossa igreja, que é um bom pedaço da vila; entrando na igreja disse tantas coisas que incendiou a minha tibieza, com que fizemos uma procissão geral, disciplinando e fazendo outras obras pias para glória do Senhor" [141].

Procissão de penitência e desagravo eucarístico, a alternar com as solenes e festivas do Corpo de Deus.

O Ano Santo de 1550 e outros jubileus

Uma das maneiras mais eficazes para fomentar a Eucaristia no Brasil nascente foram os jubileus, quer o do Ano Santo quer outros particulares, porque uma das condições para se ganharem era a comunhão.

Por ter falecido a 10 de novembro de 1549 o Papa Paulo III, o Ano Santo de 1550 só o pôde promulgar o seu sucessor Júlio III pela bula *Si Pastor ovium* de 24 de fevereiro dêsse ano, o próprio dia em que abriu a Porta Santa [142].

Tendo-o Santo Inácio alcançado para as missões da Companhia, a sua patente tem a data de 7 de julho de 1550; e a 12 do mesmo mês, o Secretário João de Polanco escreve ao Provincial de Portugal Simão Rodrigues, enviando-lhe as pa-

---

[141] *Mon. Bras.* II 6. Nas procissões de penitência, que se realizavam em Lisboa, havia também uma da Misericórdia, em "Quinta-feira Santa, na qual se incorporavam centenas de disciplinantes" (M. DE OLIVEIRA, *op. cit.* 234).

[142] PEDRO DE LETURIA, S. *Ignazio di Loyola e l'Anno Santo 1550*, in *Civiltà cattolica*, ano 101-IV (Roma 1950) 609-610.

tentes correspondentes ao Ultramar português. Uma seria mandada para Goa, de que já era provincial o P.^e^ Francisco Xavier, e sôbre as outras regiões, que ainda não eram províncias, explica: "Para el Congo, Brassil y África, van las patentes enderezadas a V. R., y a los Prepósitos que en los tales lugares ubiere puesto; pero a V. R. tocará solamente nombrar los que quiere sean superiores en las tales partes, y a los así nombrados por V. R. tocará dispensar el jubileo, porque así el Papa lo ordenó: que los nuestros que están en aquellos lugares tubiesen su auctoridad para esta dispensatión del jubileo" [143].

Nóbrega, superior do Brasil, ficava assim como autoridade pontifícia para conceder o jubileu do Ano Santo na América Portuguêsa. Esta graça do jubileu leva consigo indulgência plenária, confere maiores podêres aos confessores para a comunhão exigida, e Nóbrega podia-o pregar por si ou pelos seus padres. Pregou-o êle próprio na Bahia e em Pernambuco e tencionava ir pregá-lo nas capitanias da Costa do Sul, chegando a iniciar a viagem ao voltar de Pernambuco em março de 1552. Mas, tendo arribado à Bahia e achando-se mais conveniente a sua presença nessa cidade, enviou a pregá-lo a Ilhéus e Pôrto Seguro o P.^e^ Navarro, ao Espírito Santo o P.^e^ Manuel de Paiva, e para São Vicente concedeu os seus podêres ao P.^e^ Leonardo Nunes. Nóbrega alude ao jubileu do Ano Santo na "Exortação aos Moradores de Pernambuco" (1552). "Abriremvos lá o tesouro todo da Santa Igreja para apagardes com êle tôdas vossas dívidas" [144]; e também, no mesmo ano, se refere a êle o Ir. Vicente Rodrigues: "os brancos ganharam o jubileu com muita devoção" [145].

Embora descoberto num Ano Santo, êste de 1550 constitui a primeira data brasileira na história positiva dos jubileus do Ano Santo, pregados e ganhos no Brasil [146].

---

143 ARSI, *Epp. NN. 53, f.* 145r-145v. "Patente do Jubileu do Ano Santo de 1550 para o Provincial de Portugal e para os Superiores do Congo, Brasil e África". *Mon. Bras.* I 190-193.
144 *Cartas de Nóbrega* (1955) 108; *Mon. Bras.* I 331-332.
145 *Mon. Bras.* I 313.
146 Cf. LEITE, *História* II 309-310.

Outros jubileus, com os mesmos efeitos espirituais, circunscritos porém a um lugar ou igreja, eram as festas dos padroeiros: para tôda a Companhia o nome de Jesus (1 de janeiro), e para cada Casa e aldeia outro particular, se o tinha diferente do de Jesus. Festas obrigatórias em cada Casa, de que se conservaram referências descritivas mais desenvolvidas no que toca à Bahia.

Em 1564, dia do Pentecostes (21 de maio), orago da Aldeia do Espírito Santo (hoje Abrantes), foi lá a gente da cidade, a umas "6 grandes léguas" por maus caminhos, areais, lamaçais e charcos, a cavalo, em rêde, em carros, a pé; "e creio que todos quantos lá foram se confessaram e tomaram o Santíssimo Sacramento". E acrescenta Blazquez: "Algumas índias e brasílicas, imitando aos cristãos, também se confessavam: recordo-me que na minha missa dei o Santo Sacramento a algumas delas. Louvores ao Senhor, que a gente do seu natural boçal e de baixos entendimentos faz por sua divina piedade e clemência capaz de tão grandes mistérios". Os Padres gastaram parte da noite a confessar. E no dia do Espírito Santo, festejos de Igreja e de arraial. Juntaram-se "alguns dezasseis Padres" da Companhia, sem contar os Irmãos — o que também foi festa [147].

Não foram menores as do jubileu na Aldeia de São Paulo (Bahia) no dia 29 de junho do mesmo ano de 1564: Tinham parte saliente os índios e na procissão iam seis cruzes, correspondentes a seis aldeias ou igrejas, com côro de música e hinos, sobretudo o *Laudate Dominum omnes gentes*, o Bispo, Padres e multidão de meninos:

"Se V.ª R.ª visse a boa ordem e decôro desta procissão, a alegria e festa dos índios, a devoção e contentamento dos brancos, a multidão de índios cristãos, as bênçãos e louvores que davam ao Senhor, creio que *in Domino* teria muito que alegrar-se, se trouxesse à memória que à máxima parte daqueles índios, que moravam na sombra e na região da morte, se tinha já dado a luz da Fé, na qual doutrinados e ensinados tudo aquilo que antes era instrumento de Satanás, convertiam em honra de seu Deus e Criador; porque, se V.ª R.ª visse (como eu com os meus próprios olhos) a maneira, que não

---

[147] *Mon. Bras.* IV doc. 6, § 6.

há muito tinham, na matança dos seus contrários quando tinham de comer algum, pasmara vendo-os tão mudados. Então os seus bailes e beberes eram para honrar a festa daquele contrário cuja carne tinham de comer; agora tudo se muda em glória e louvor do Senhor". Desde as três horas da manhã estiveram os Padres nos confessionários e "deu-se ordem que quando começasse a amanhecer, nunca se cessasse de dizer missa em três altares, ora uns ora outros, para que com êste expediente ficassem todos comungados, e aos enfermos, que tinham vindo ganhar o jubileu não fôsse penoso e molesto esperar pela missa de pontifical"; e assim, dos que vieram de fora ganhar o jubileu, "comungaram algumas 120 pessoas" [148].

A 25 de julho seguinte, o jubileu pertencia à Aldeia de Santiago. Representou-se o "Auto de Santiago", e o mordomo foi Simão da Gama de Andrade. Culto externo esplêndido (quatro páginas de descrição): "E por êste jubileu tomaram o Santíssimo Sacramento algumas 150 pessoas" das que o vieram ganhar [149].

No dia 1 de janeiro de 1565 celebrou-se no Colégio da Bahia o seu jubileu próprio, ou seja a grande festa do Nome de Jesus, titular da Companhia e do Colégio: Pregou o Bispo D. Pedro Leitão, "revestido de pontifical" e "durante a missa tomaram o Santíssimo Sacramento muitos; e às outras foram tantos que diziam os Padres que nunca por Quinta-feira Santa, nem por dia de Páscoa viera tanta cópia de gente tomar o Santíssimo Sacramento" [150].

Quinta-feira Santa e comunhão freqüente

Quinta-feira Santa e Páscoa eram dias de comunhão geral. A Quinta-feira Santa celebrava-se nas aldeias com solenidade, como fêz Nóbrega na de São Paulo (Bahia), a 25 de março de 1559: "Encerramos o Senhor, porque Simão da Gama tomou,

[148] *Mon. Bras.* IV doc. 6 §§ 7-8.
[149] *Mon. Bras.* IV doc. 6 § 14.
[150] *Mon. Bras.* IV doc. 16 § 5.

por sua devoção, cuidado de a armar [a Igreja] muito bem e de acompanhar o Senhor com tôda a sua casa e criados"[151]. E logo, na festa do Corpo de Deus, a 25 de maio, houve outra procissão solene, como a de sábado santo em que interveio o mesmo Simão da Gama (e ficou a fazê-la nos anos seguintes) com pessoas da sua família, e que o mesmo Nóbrega descreve: "Veio folia da Cidade" (era aleluia!). Os meninos iam "cantando na língua e em português, cantigas a seu modo dando glória a Nosso Senhor; e foram todos os índios em procissão assim homens como mulheres, tendo as ruas limpas e bem enramadas, de que muito se alegrou meu espírito em o Senhor"[152].

No ano seguinte (1560) já Nóbrega está em São Paulo de Piratininga, que tinha fundado, e onde dissera missa sete anos antes: os índios cristãos da comarca acorrem às cerimônias da Semana Santa e confessam-se e comungam (a Páscoa foi a 14 de abril). Talvez por não ser ainda padre, Anchieta, que narra a festa, é sóbrio[153], o contrário do P.e Antônio Gonçalves, que descreve o monumento de Quinta-feira Santa em Pôrto Seguro no ano de 1565: Fêz-se "uma casa tôda de cantaria com dois arcos, que lhe davam muito lustro; o Santíssimo Sacramento estava em uma charola, que para isso estava muito ricamente ornada, com todo o oiro que na terra se pôde achar". Nos degraus, Nicodemos e José de Arimatéia, um com a coroa, outro com os cravos. E houve gente que cuidava que eram "homens vivos" e se admiravam de como podiam estar tôda a noite sem bulir. No "desencerramento" houve procissão, e as três Marias com seus mantos e coroas na cabeça iam cantando *Heu! Heu! Salvator Noster*. Desde que a terra se povoara não se tinha visto nada semelhante, e a gente dizia que em Portugal "se poderia fazer tão bem, e melhor não"[154].

---

[151] *Cartas de Nóbrega* (1955) 298; *Mon. Bras.* III 54.
[152] *Cartas de Nóbrega* (1955) 301; *Mon. Bras.* III 56.
[153] *Mon. Bras.* III 255.
[154] *Mon. Bras.* IV doc. 31 § 12. O *Missal Bracarense*, de 1558 (não dos anos anteriores), traz o seguinte diálogo, que se cantava nesta cerimônia ("*Depositio Christi*") de sexta-feira santa:
(Pueri) — Heu! Heu! Domine! Heu! Heu! Salvator Noster!
(Chorus) — Pupilli facti sumus absque patre, mater nostra vidua.
(Pueri) — Heu!...

No mesmo ano de 1565, louva-se a piedade e devoção de Ilhéus, a propósito duma festa mariana, mas que supõe ainda maior concurso na Semana Santa: "Esta festa de Nossa Senhora da Assunção se confessou e comungou muita gente, e creio que alguns, ou por melhor dizer muitos, ficaram por confessar por não podermos acudir a todos, ainda que éramos quatro Padres os que confessávamos" [155].

Estas festas das capitanias, como se vê, denotam pompa e zêlo generalizado, mas é natural que a Bahia, como sede do Govêrno-geral, sobrelevasse a tôdas. Em 1561 tomou o encargo de ornar a igreja um ourives, recém-chegado de Lisboa: "Está o corpo da igreja coberto de guadamecins e por cima dêles alguns retábulos frescos e devotos, que faziam a igreja luzida e graciosa". Estreou-se nas grades da capela o frontispício que o P.e Manuel Álvares, exímio pintor, de passagem para a Índia, fizera de propósito. Depois, figuras e representações simbólicas. "Em cima de tudo, o Santíssimo Sacramento, coberto por um dossel rico em uma custódia coberta de jóias e cadeias de oiro, que os devotos quiseram oferecer para isso". E tudo "ao modo, que se sói guardar em Portugal, quanto cá se podia compadecer" [156].

E assim se continuou os anos seguintes, com intervenção do mesmo ourives, como se refere em 1564: "Estêve o monu-

---

(Chorus) — Cecidit corona capitis nostri, vae nobis quia peccavimus.
(Pueri) — Heu!...
(Chorus) — Spiritus cordis nostri, Christus Dominus, morte turpissima condemnatus.
(Pueri) — Heu!...
(Chorus) — Defecit gaudium cordis, versa est in luctum cithara nostra.
(Pueri) — Heu!...
Missale Bracarense (Lugduni 1558) f. XCVI; Solange Corbin, *Essai sur la Musique Religieuse au Moyen Age* (Paris 1952) 305-307. Cit. por Mário Martins, *O teatro litúrgico na Idade Média peninsular*, in *Brotéria* 69 (1959) 287. No Catálogo n.º 2, de Pintassilgo & Fernandes, Rua da Escola Politécnica 183 (Lisboa 1959), n.º 417, vem descrito um exemplar dêste *Missale Bracarense*, e se diz que se conhecem mais dois exemplares em Portugal, um na Biblioteca Nacional de Lisboa, outro na Biblioteca Pública de Braga.

[155] *Mon. Bras.* IV doc. 23 §§ 7-8.

[156] *Mon. Bras.* III 410-412.

mento mui devoto e bem adornado e, ao parecer de muitos, melhor que em alguns mosteiros de Lisboa. Toma sempre o assunto do ornato e consêrto um ourives dessa Cidade, que há anos é muito afeiçoado à Companhia" [157].

Todo êste esplendor, nas diversas manifestações de ostentação externa, seria exorbitância se lhe não correspondesse o culto interno, isto é, a comunhão. Naquele tempo comungava-se pouco. A semanal era mais própria já de pessoas pertencentes a Ordens Religiosas, e isto nos países católicos da Europa. Em todo o caso ia-se introduzindo o costume da comunhão freqüente mesmo entre os leigos. Em 1556, quando Nóbrega deixou São Paulo de Piratininga, já havia índios e índias capazes de receber o Sacramento da Eucarística, sobretudo os Carijós ou Guaranis. No Natal "confessaram-se e comungaram muitas mulheres mestiças com muita devoção, o qual em outros tempos muitas vêzes o fazem" [158], e da viúva de Pero Lopes (ambos índios), escreve Nóbrega que ela se achou digna "de se lhe dar o Santíssimo Sacramento" [159]. Depois da volta de Nóbrega para a Capitania de São Vicente em 1560, havia portuguêses e índios, que se confessavam e comungavam "muitos cada domingo" [160], e os portuguêses de Santo André, que antes não tinham sacerdote residente, depois que se mudaram para São Paulo, muitos dêles viviam "quase sujeitos à vontade e disposição dos Padres no que toca às suas almas, confessando-se e comungando nas festas e domingos do ano" [161].

Resolveu a gente de São Paulo, em 1561, desanuviar a própria existência da pressão dos índios contrários, organizando duas expedições para os lados do Rio Paraibuna. Em ambas as guerras Nóbrega mandou dois da Companhia e foram o P.e Manuel de Paiva e o Ir. Gregório Serrão. Os expedicionários, brancos e mamelucos, confessaram-se e comungaram; e

[157] *Mon. Bras.* IV doc. 6 § 14.
[158] *Mon. Bras.* II 315.
[159] *Cartas de Nóbrega* (1955) 245; *Mon. Bras.* II 341.
[160] *Mon. Bras.* III 255.
[161] *Mon. Bras.* III 378; e cf. 454.

antes de acometer fizeram o mesmo. Numa das aldeias, onde estiveram na segunda guerra, foi dois anos depois o próprio Nóbrega fazer as pazes com os Tamoios [162].

Procurava-se que nenhum cristão morresse sem assistência espiritual. E assim quando em 1568 constou que estava enfêrmo o famoso e velho português João Ramalho, de quem hoje há milhões de brasileiros descendentes ou aparentados, visitaram-no dois da Companhia. Fêz boa confissão e "comungou". E ficou "pôsto na verdade", escreve Baltasar Fernandes [163].

Para se alcançarem sôbre o meio ambiente êxitos de cristandade tão assinalados como êste, tinha sido preparado o caminho desde anos antes. No de 1565, em São Vicente, diz Leonardo do Vale que "a gente branca todos os domingos e festas se confessa e comunga muita, animando e ajudando a isso o zêlo incansável do Padre Nóbrega, que comumente nos tais dias prega" [164].

O mesmo zêlo para impedir abusos de autos, menos dignos, nas igrejas, o levou a mandar a Anchieta que fizesse um, a que o mesmo Nóbrega chamou "Pregação Universal". O auto representou-se em diversas partes da costa, e com esta ocasião, os ouvintes "se confessavam e comungavam", que era "o principal intento da obra" [165].

Antes de voltar em 1560 para a Capitania de São Vicente também deixou Nóbrega na Bahia o costume da comunhão semanal. Em setembro de 1559, êle era o único pregador na cidade aos domingos e dias santos por não haver mais ninguém que o fizesse nem de fora nem da Companhia, e havia "pessoas devotas", que se confessavam e tomavam "o Santíssimo Sacramento todos os domingos" [166].

---

[162] *Mon. Bras.* III 378.

[163] *Mon. Bras.* IV doc. 64 § 9; cf. Leite, *História* II 383.

[164] *Mon. Bras.* IV doc. 18 § 7; cf. Leite, *Biografia de Nóbrega* 189.

[165] Leite, *História* II 606.

[166] *Mon. Bras.* III 131.

O costume ficou arraigado e não se extinguiu depois. As pessoas de fora, que em 1568 comungavam na igreja do Colégio da Bahia todos os domingos, eram trinta; e nos domingos do Santíssimo Sacramento e nas festas, sessenta. Não mais, explica-se porque a gente amiga e devota vivia fora da Bahia pelas suas quintas e fazendas. Nas festas maiores, como a do jubileu do Colégio (1.º de janeiro) vinha à cidade; e assim, nesse ano, comungaram na igreja da Companhia 200 pessoas (oito padres confessores tiveram bem que fazer)[167], e entre os homens de comunhão freqüente (todos os sábados por devoção a Nossa Senhora), um era o Governador Mem de Sá.

No Rio de Janeiro

Até agora não se mencionou a atual capital do Brasil, porque na vida de Nóbrega, o Rio de Janeiro representa o fim. A fundação tardia da cidade explica-se pela fundação da vila próxima de São Vicente em 1532, local preferido por Martim Afonso de Sousa. Duas circunstâncias terão levado Martim Afonso a essa preferência: a de ter achado portuguêses em São Vicente com índios amigos (João Ramalho e outros); o ter verificado a bondade do Campo, fácil caminho para o interior da América, para onde corria o Rio Tietê, que êle conheceu pessoalmente, fundando aí a primeira Vila de Piratininga.

Antes de Martim Afonso de Sousa tinham passado pelo Rio de Janeiro diversas armadas, incluindo a de Fernão de Magalhães quando empreendia a viagem de circunavegação da Terra em 1519, mas com pouca demora. Martim Afonso entrou no Rio de Janeiro a 30 de abril de 1531, fêz Casa Forte com cêrca, mandou ao interior da região fluminense uma bandeira de reconhecimento, que andou por lá 60 dias; e "aqui no Rio — escreve Pero Lopes de Sousa — estivemos três meses, tomando mantimentos para 1 ano, para 400 homens que trazíamos; e fizemos dous bargatins de 15 bancos"[168]. A armada

---

[167] *Mon. Bras.* IV doc. 60 § 6.

[168] *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa 1530-1532* (ed. de Eugênio de Castro), I (Rio de Janeiro 1940) 191.

de Martim Afonso levava quem celebrasse o Santo "Sacrifício" da missa [169], e durante os noventa dias de acampamento no Rio de Janeiro (30 de abril a 1 de agôsto de 1531), se deve ter celebrado missa pelo menos aos domingos e dias santos; e, também sob o ponto de vista eucarístico, a própria festa do Corpo de Deus, que nesse ano caiu a 8 de junho.

Por dezembro de 1552 entrou no Rio de Janeiro a armada de Tomé de Sousa, que visitava a costa da Bahia até São Vicente, e nela o P.e Nóbrega, levando consigo o P.e Francisco Pires e quatro meninos. Ocupavam a entrada índios que "estavam mal com os brancos", e por isso a gente não desembarcou no lugar dos contrários. Adoeceram muitos homens e os P.es Nóbrega e Pires "tiveram grande trabalho em confessá-los e consolá-los, porque faziam grandes calores. Depois foram os Padres pelo Rio acima a umas Aldeias de uns índios, que são amigos dos brancos, onde lhes preguei na sua língua e juntava os meninos e lhes ensinava a doutrina. Também lhes fazia decorar cantares de Nosso Senhor na sua língua e lhos fazia cantar" [170], diz o menino, autor da carta que assim narra os passos de Nóbrega desde a Bahia a São Vicente, e o que realizava em cada pôrto; ela não diz que neste celebrasse missa, mas a omissão teria algum pêso, se o tivesse afirmado dos outros portos, e não o afirma de nenhum, porque Nóbrega dizia sempre missa e era óbvio. Foi a primeira catequese com índios do Rio de Janeiro, não a primeira missa, nem na cidade (essa seria no ato da fundação em 1565) nem na baía de Guanabara, pelo que se referiu da armada de Martim Afonso de Sousa.

Depois de Nóbrega vieram os franceses e com êles pastôres calvinistas e sacerdotes católicos, que celebraram os ofícios divinos segundo as respectivas confissões. Também trouxeram as doutrinas contraditórias em que ardia a Europa Central, entre as quais a eucarística, porque, segundo Anchieta, João de Bolés errou também sôbre a doutrina "do Sacratíssimo Corpo de Cristo", respondendo-lhe o P.e Luís da Grã [171].

Dentro da baía de Guanabara, dia de Páscoa de 1564 (2 de abril), na Ilha de Villegaignon, celebrou missa o P.e Nó-

---

169 Cf. Leite, *História* I 251.

170 *Mon. Bras.* I 429; cf. *Nóbrega e a fundação de São Paulo* 15-16.

171 *Mon. Bras.* III 265.

brega, presente a armada de Estácio de Sá, recém-vindo, e que seguiu logo com Nóbrega para São Vicente a fim de se preparar melhor para a emprêsa do Rio de Janeiro. E ainda aí estavam os franceses com os índios, que tinham conseguido aliciar à sua política de ocupação e divisão, quando, a 1 de março de 1565, se começou a fundar a cidade de São Sebastião com o orago do Rei de Portugal que então era; e numa pequena ermida do núcleo primitivo, o P.e Gonçalo de Oliveira da Companhia de Jesus, enviado pelo P.e Nóbrega, celebrou a primeira missa da nova cidade.

A fundação do Rio de Janeiro tem a sua pequena crônica eucarística. Já no empreendimento precursor e ousado de Iperoig, quando Nóbrega se dirigia a encontrar-se com os índios Tamoios, ao passar na fortaleza de Bertioga, deu a comunhão a parte da gente dela [172]. Em Iperoig, Nóbrega celebrava missa (a primeira a 9 de maio de 1563) num altar portátil no mato, perto da aldeia, passando a celebrá-la todos os dias dentro dela, numa pequena casa, não sem sobressaltos dos Tamoios que sobrevinham do Rio de Janeiro, ocupado pelos franceses. Na festa de *Corpus Christi* (10 de junho), a missa foi na aldeia doutro índio, que o defendeu das ciladas dos que vinham de Guanabara. Festa que o índio celebrou também à sua maneira com vinhos e danças; e com grande horror do P.e Nóbrega e do Ir. Anchieta que conta a cena, roeram a perna dum escravo dos portuguêses, que o índio tinha tomado no Rio de Janeiro [173].

Estácio de Sá preparou a expedição em São Vicente, com a ajuda de elementos locais em particular do P.e Nóbrega com quem o jovem capitão, por ordem do Governador seu tio, se devia aconselhar, e que o animou, sustentou e socorreu com a sua habitual eficácia posta sempre em relêvo pelos historiadores brasileiros. Para acompanhar a expedição, deu-lhe o P.e Gonçalo de Oliveira, bom língua, e como companheiro outro bom língua, o Ir. José de Anchieta, que estêve apenas um mês no Rio, indo logo para a Bahia a fim de se ordenar sacerdote, que ainda não era.

Saindo de São Vicente a 22 de janeiro de 1565, reuniramse os homens da armada de Estácio de Sá na Ilha de São

---

172 *Mon. Bras.* IV 124.
173 *Mon. Bras.* IV 146.

Sebastião: O P.e Gonçalo de Oliveira "disse missa e se confessou e comungou alguma gente" [174]. Segunda reunião na Ilha Grande: "O P.e Gonçalo de Oliveira disse missa muitas vêzes e se confessou e comungou muita gente, aparelhando-se para a guerra" [175]. Começada a cidade a 1 de março, o P.e Gonçalo de Oliveira "dizia cada dia missa e confessava e comungava a muitos para a glória do Senhor" [176], e assim diàriamente durante dois anos se celebrou sempre missa, ajudado de São Vicente por Nóbrega, que ia mandando outros Irmãos (um dêles o P.e Vicente Rodrigues) com socorros de mantimentos e índios ao Capitão-mor. Na fundação do Rio de Janeiro não há nome de mais realce eucarístico do que o do P.e Gonçalo de Oliveira, que na nascente cidade deve ter celebrado, como era da praxe, as duas festas do Corpo de Deus de 1565 e 1566.

A 18 de janeiro de 1567 chegou de Portugal e da Bahia a armada com que Mem de Sá desalojaria de Guanabara todos os inimigos, transferindo-se a cidade com paz e sossêgo, no segundo aniversário, para o Morro do Castelo, que hoje, com o nome de Esplanada do Castelo, constitui o centro da grande cidade [177]. Nesse morro se fundou o Colégio da Companhia, erguido *a fundamentis* pelo P.e Nóbrega, que exerceu também por algum tempo o cargo de vigário interino até à chegada do primeiro pároco.

Nóbrega estava no fim da vida. Despedia-se dela, vendo o Brasil unificado pollticamente e também na prática regular da vida cristã. A sua última carta, já por mão do P.e Gonçalo de Oliveira, conta o faustoso casamento do índio principal Martim Afonso Araribóia, com uma mamaluca, filha de português e índia, celebrado com festa rija. Da cidade saiu o nôvo Capitão Salvador Correia de Sá "com tôda a gente a aguardá-lo ao pôrto; e daí o trouxe à Sé, onde ouviu missa e recebeu o Santíssimo Sacramento da mão do vigário [já era então Mateus Nunes] que os recebeu com tôda a solenidade"; e ao despedi-los disparou a artilharia [178].

---

174 *Mon. Bras.* IV 244.
175 *Mon. Bras.* IV 245.
176 *Mon. Bras.* IV 253.
177 Leite, *História* I 386-387.
178 Id., *Páginas de História do Brasil* 143-144.

Manuel da Nóbrega faleceu no Colégio do Rio de Janeiro, dia de São Lucas Evangelista, quando completava 53 anos, a 18 de outubro de 1570: "Conheceu a hora da sua morte" — indicação que se lê no necrológio escrito pouco depois, e que naquele tempo se mencionava como indício de santidade; e, como sempre, ainda então, já mortalmente doente, celebrou missa na véspera da sua morte [179]. No dia seguinte, de manhãzinha, chamou um padre com muita pressa, que lhe desse a Extrema-unção; e que, dos dois da Casa, um dissesse logo missa "antes que êle expirasse e o outro ficasse para depois" para ser já por sua alma.

E assim partiu para a Eternidade, envolto no sacrifício eucarístico, o glorioso fundador da Província do Brasil da Companhia de Jesus [180].

---

[179] Id., *Biografia de Nóbrega* 205-206.

[180] Sôbre a Companhia de Jesus e a Eucaristia no Brasil, depois de Nóbrega, nas suas diversas manifestações, cf. LEITE, *História* X (1950) 214 (Índice Geral).

7

A vida sacramental e os seus reflexos sociais no Brasil do tempo de Nóbrega (1549-1570) *

O acesso do gentio à vida cristã e o comportamento dentro dela, dos portuguêses e dos seus filhos mestiços, criaram no Brasil situações peculiares a que urgia dar solução dentro das leis canônicas da Igreja e das leis civis portuguêsas, isto é, dentro do exercício da vida sacramental com todos os atos sociais que dela derivavam ou nela repercutiam. A cultura universitária do P.e Manuel da Nóbrega, os seus conhecimentos teológicos e jurídicos, a sua piedade, firmeza e clarividência, colocaram o fundador da Província do Brasil da Companhia de Jesus como primeiro e grande nome, também, nesta matéria ético-religiosa. Uma "bênção para o Brasil", diz Calógeras; uma "consciência heróica", observa Capistrano.

Matéria religiosa, sem dúvida, tôda esta. Ao lado, porém, do carisma específico sacramental, surgem circunstâncias que a integram na própria formação histórica do Brasil.

---

* Publ. in *Brotéria* 75 (Lisboa 1962) 28-47.

O batismo

Na obra da conversão do gentio, a prática do batismo — entrada na Igreja de Cristo — não podia ser a mesma de Portugal e mais nações de velha estirpe. Nestas os pais apresentavam os filhos ao batismo e o administrava o pároco da freguesia. Os pais e padrinhos responsabilizavam-se pela futura educação cristã do neófito, e o mesmo ambiente e a orgânica da paróquia garantiam a execução do compromisso batismal. Por outro lado, as crianças, que faleciam antes do uso da razão (inocentes), asseguravam com a graça do batismo a salvação eterna. Tais são a doutrina e a prática nos países de população católica. Ontem, como hoje. Só por exceção se celebra nelas o batismo de adultos, que supõe negligência dos pais ou conversão de religião diferente. No Brasil, ao passarem os índios da selva gentia à vida cristã da Igreja existiam as duas modalidades, batismo de crianças e batismo de adultos, além do batismo de novos e velhos no artigo da morte ou *in extremis*.

a. *Crianças*. Não metendo em conta as crianças inocentes, batizadas *in extremis* ou alguma resgatada de ser morta e comida pelos selvagens, os primeiros meninos brasis da catequese da Companhia de Jesus, tanto na Bahia como nas Capitanias, receberam o batismo em pé. Na escola de Piratininga, o Ir. Antônio Rodrigues, já tinha 15 meninos batizados em setembro de 1554. Deu-se notícia do fato sem se explicar a cerimônia do batismo, como também não há pormenores sôbre a recepção solene dos catecúmenos adultos na fundação da Aldeia (29 de agôsto de 1553). A ambas as cerimônias estavam presentes Manuel da Nóbrega e Antônio Rodrigues e sucede que, passando ambos de São Vicente para o norte em 1556, se batizaram pouco depois no Colégio da Bahia os primeiros seis meninos recolhidos pelo P.e João Gonçalves nas aldeias gentias dos arredores. Nóbrega confiou a preparação dêsses meninos catecúmenos a Antônio Rodrigues e determinou que se batizassem a 15 de agôsto dêsse ano de 1556, festa de Nossa Senhora da Assunção, em que dizia missa nova João Gonçalves, e que o mesmo, já neo-sacerdote, administrasse o batismo aos que trouxera do mato. Os Padres da Companhia tinham consciência da grande obra em que se empenhavam: os cinco

primeiros neófitos receberam nomes reveladores: Pedro e Paulo (príncipes dos Apóstolos), Belchior, Gaspar e Baltasar (os três Reis Magos, que da gentilidade antiga vieram adorar a Deus Menino em Belém); o sexto, recebeu o nome do então reitor do Colégio da Bahia, Ambrósio Pires [181].

A êste batismo solene, que para a crônica são as primícias mais pormenorizadas da Catequese da Companhia de Jesus no Brasil, não faltou alguma inspiração dos tempos primitivos. Os meninos apresentaram-se com roupetinhas brancas, grinaldas de flôres na cabeça, palmas nas mãos em sinal da vitória cristã sôbre a gentilidade; e com esta ordem de cerimônias: ladainhas cantadas, batismo, *Te Deum*. No fim, Nóbrega e os mais Padres abraçaram os meninos já "não como a servos e estranhos, senão como a filhos de Deus", — e houve lágrimas de alegria [182]. Os seis meninos brasis, cuja doutrinação cristã precedeu o batismo, receberam depois no Colégio da Bahia, onde já residiam, o seu complemento de educação religiosa e escolar; e um dêles, Ambrósio Pires, deixaria, alguns anos mais tarde, ligado o seu nome às primeiras representações teatrais no Brasil [183].

Nas aldeias, que começaram a florir à roda do mesmo Colégio da Bahia, os meninos não se batizavam ao nascer, senão quando os pais gentios já viviam em lar monogâmico e davam segurança de não fugir para a selva levando consigo os filhos batizados [184]. Mas, logo que as aldeias se estabilizaram, e se fixaram nelas os índios, por influência dos Padres e autoridade do Governador Mem de Sá que já tinham submetido o gentio, começou o batismo das crianças ao nascer, como em qualquer Paróquia de Portugal. Assim, já em 1559, na Aldeia de São Paulo da Bahia, residência então de Nóbrega, os meninos brasis inscritos na escola de ler e escrever e cantar, eram 120, dos quais assistiam diàriamente à lição mais de

---

181 SERAFIM LEITE, *Monumenta Brasiliae* II (Roma 1957) 379. — Os três primeiros volumes desta obra (parte de *Monumenta Historica Societatis Iesu*) saíram também com o título de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.

182 *Ib*. II 349.

183 Id., *História da Companhia de Jesus no Brasil* II (Lisboa-Rio de Janeiro 1938) 98 608.

184 *Monumenta Brasiliae* II 271-272.

oitenta. E diz-se: "Êstes são já *todos batizados*, com *tôdas* as meninas da mesma idade, e *todos* os inocentes e lactantes"[185].

Nóbrega com os seus Padres tinham pôsto pé no Brasil em 1549. Bastaram dez anos para que o batismo das crianças, numa aldeia de índios, seguisse o regime comum das paróquias da Cristandade. Aldeia modêlo, sem dúvida; e nem sempre houve um Nóbrega a dirigir tôdas as outras aldeias presentes e futuras durante dois séculos. Mas, vicissitude mais, vicissitude menos, essa foi no Brasil a prática do batismo das crianças índias.

b) *Adultos.* No domingo de Ramos, 14 de abril de 1549, Nóbrega apresentou ao Governador Tomé de Sousa o primeiro índio adulto da catequese da Companhia o qual se doutrinava para receber o batismo. Quatro meses depois, diz que já batizara umas cem pessoas, não ainda os índios principais de quatro pequenas aldeias, porque o lar cristão não podia ser com mais de uma espôsa, e êles ainda não tinham escolhido a mulher que iria ser a companheira única da sua vida; mas esperava-se que em breve tudo se resolvesse bem[186]. Por sua vez o P.e João de Azpilcueta Navarro, nas suas visitas às aldeias gentias da Bahia, ia "fazendo cristãos" os que considerava preparados[187].

Entretanto, Nóbrega observava o comportamento dos novos cristãos e concluía que muitos gentios pediam o batismo por motivos menos nobres, de receberem alguma camisa ou de agradarem aos portuguêses. Começou a exigir dêles firmeza, conhecimento da doutrina, e que de todo o coração cressem em Jesus Cristo[188]. A experiência mostrara que o batismo dos adultos oferecia maiores dificuldades que o das crianças, porque implicava uma renúncia positiva e pessoal a velhos costumes gentílicos, incompatíveis alguns com o cristianismo, renúncia nada fácil em quem se tinha criado e inveterado nesses costumes.

185 *Monumenta Brasiliae* III (Roma 1958) 51-52.
186 *Monumenta Brasiliae* I (Roma 1956) 117.
187 *Ib.* I 283.
188 *Ib.* I 252 386.

De maneira que o pensamento de Nóbrega em 1552 era: os gentios, que pediam o batismo, deviam ser provados antes, para ou serem "bons cristãos" ou afastarem-se do trato dos Padres; não deviam ser batizados em multidão nem ficar dispersos e imersos no gentilismo das suas Aldeias; e por isso, "os que se agora batizam os apartamos em uma aldeia, onde estão os cristãos e têm uma igreja e casa nossa" [189].

Ora êste seu método fundamental, levou-o Nóbrega da Bahia no fim dêsse ano para o Sul. Na capitania de São Vicente achou Irmãos, que entraram na Companhia sabendo já falar a língua brasílica (tupi), como Pero Correia e Manuel de Chaves; e o próprio Nóbrega recebeu um antigo soldado do Rio da Prata, o já mencionado Antônio Rodrigues, também grande língua, que iria ser o seu braço direito na organização das aldeias de catequese ou conversão do Gentio. Na prossecução do seu pensamento em 1552, Nóbrega promoveu a concentração de aldeias gentias pequenas numa grande, para melhor se doutrinarem e viverem apartados dos gentios; e aos que mostraram desejos de ser cristãos os fêz catecúmenos, a 29 de agôsto de 1553, notificando-os de que haviam primeiro de mostrar por obras que mereciam o batismo. Assim nasceu a famosa Aldeia de Piratininga, nas margens do Rio Tamanduateí [190].

Três anos depois, São Paulo de Piratininga estava cheia de índios, uns já cristãos, outros catecúmenos [191]. Voltando Nóbrega para a Bahia, residência oficial dos Provinciais, a maior parte dos índios da aldeia recuou para os matos. Produzira-se em São Paulo de Piratininga uma crise de autoridade. A solução trouxe-a o mesmo Nóbrega em 1560, na companhia de Mem de Sá, com transformar a aldeia de índios em Vila de portuguêses [192]. Seguiu-se a sublevação de parte dos índios (Tupiniquins) e a fortificação do nôvo povoado; e quando em 1565 a armada de Estácio de Sá partiu de São Vicente para a fundação da cidade do Rio de Janeiro, já os índios

---

189 *Ib.* I 346.

190 *História da Companhia de Jesus no Brasil* I (Lisboa-Rio de Janeiro 1938) 270-271; *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega* (Coimbra 1955) 181-182; *Monumenta Brasiliae* I 522-523.

191 *Monumenta Brasiliae* II 360.

192 Supra p. 69 e segs.

batizados de São Paulo de Piratininga, antigos e modernos, ajudaram eficazmente [193]. A sua incorporação no movimento unitivo do Estado do Brasil, proveio do ato conjunto da catequese e da autoridade civil. Como na Bahia, também em São Paulo se realizou o postulado da segurança prévia missionária para a eficácia da evangelização. Mesmo com a fidelidade dum Tibiriçá, a segurança no Campo de Piratininga só se fundamentou definitivamente com os portuguêses e os seus filhos mestiços (mamalucos).

À sombra, pois, duma autoridade estável se começaram a batizar os filhos dos índios e também os novos índios descidos do sertão para as aldeias dos Padres ou para as fazendas dos moradores. Não revestia o mesmo grau de intensidade a doutrina recebida nas aldeias ou nas fazendas, mas a fixação do gentio no ambiente da costa do Brasil, na periferia de núcleos populacionais, já impregnados de cristianismo, facilitava a recepção do primeiro sacramento da Igreja.

Durante o provincialato de Luís da Grã, nos anos a seguir a 1560, fizeram-se na Bahia grandes batismos solenes, que administrava o Bispo D. Pedro Leitão ou o mesmo Provincial. Êstes batismos em multidão, que Nóbrega antes desaconselhara, tinham ainda muito de prematuro. Na nova sociedade cristã, que se formava, o batismo exigia um lar monogâmico estável, e o grande mato ainda estava muito perto das aldeias e sempre aberto para recolher êstes índios já batizados sem preparação lenta e provada. Não obstante, os fugitivos foram sempre menos do que os descidos das matas bravas do sertão para as aldeias ou vilas; e com os velhos gentios, que ficavam nas aldeias, e com os que de nôvo se desciam para elas, se dificultava o batismo, dilatando-o para a hora da morte, exceto um ou outro que dava verdadeiras provas de maturidade. A êstes batismos nas aldeias, presidiam os Missionários; nas vilas e cidades, presidia o respectivo Vigário; mas até nas vilas, para a recepção do sacramento, a prática mais comum era que os gentios fôssem doutrinados antes nas igrejas da Companhia de Jesus pelos seus Padres línguas [194].

---

[193] *Monumenta Brasiliae* IV (Roma 1960) 211.

[194] SERAFIM LEITE, *Aspectos do Brasil numa carta inédita do P.e Antônio da Rocha, Superior do Espírito Santo (1571)*, in *Actas do Con-*

c) *No artigo da morte.* Nos primeiros anos da catequese, dissemos que os Padres não batizavam as crianças, se os pais continuassem a viver nas aldeias gentias ao redor da Bahia; mas procurava-se que não falecesse nenhum inocente sem batismo. Assim se procedia também com os adultos fora de casos excepcionais: enquanto residiam nas suas aldeias gentias, só se batizavam os adultos quando, por doença grave, o pediam e davam algum sinal de crer em Jesus Cristo. Claro está que tanto as crianças em perigo de vida como os adultos e velhos moribundos, em geral morriam a seguir ao batismo, pois estavam na sua hora e por isso mesmo se batizavam *in extremis;* e êste foi um dos motivos, que ao princípio, por incompreensão ou malícia, utilizaram os pajés para dizer que o batismo matava [195].

Quando já residiam nas aldeias de catequese, aos índios criados na antropofagia e poligamia, com se lhes ir dando alguma instrução, diferia-se o batismo para a hora da morte. Para êsse efeito, se adestraram os meninos da Escola e se organizou um serviço de vigilância, a fim de evitar que nenhum gentio velho ou doente falecesse sem batismo. Numa aldeia da Bahia, andando o Padre fora a visitar outra aldeia, adoeceu gravemente uma índia, pedindo o batismo com instância. Um menino da Escola deitou-lhe água na cabeça, dizendo, na sua língua a fórmula ritual que sabia de cor. Ao dar-se em 1568 esta notícia, transcrevem-se as palavras, e verifica-se que é a primeira fórmula do batismo, conhecida em língua tupi [196]. Donde se segue que a nova geração dos índios da catequese já se mostrava instruída e zelosa.

Sempre, aqui e além, se administraram batismos *in extremis* aos gentios das aldeias recém-formadas. A prática dêste sacramento à hora da morte, revestia mais importância e dava maior trabalho por ocasião de epidemias, em particular a da varíola, pondo à prova a caridade e por vêzes o heroísmo dos Padres [197].

---

gresso Internacional de História dos Descobrimentos V (Lisboa 1961) 132.

[195] *Monumenta Brasiliae* I 395.

[196] *Ib.* IV 443.

[197] *Ib.* IV 9-12 53-56.

Confirmação e ordem

Pouco depois de chegar a São Vicente nos princípios de 1553, tendo achado aí Irmãos que poderiam ser Padres, Nóbrega lembrou ao Provincial de Portugal Simão Rodrigues a conveniência de vir um Bispo de anel, da Companhia de Jesus, não residencial, só para conferir ordens aos da Companhia, para crismar e outros efeitos que pertencem à ordem episcopal [198]. Razão? A grande distância a que a Bahia, residência do Prelado, ficava de São Vicente. A êsse tempo Simão Rodrigues deixara de ser Provincial. Para o Brasil não chegou a ser enviado Bispo da Companhia, ao contrário do que sucedeu com a Etiópia e o Japão em que se empenharam Lisboa e Roma. Na verdade, as distâncias do Brasil, com serem grandes entre si, não se podiam comparar às das vias marítimas portuguêsas que tinham de dobrar o Cabo da Boa Esperança. Não vindo o Bispo lembrado, ficou página branca na história da Companhia de Jesus no Brasil o exercício ministerial dos sacramentos da Confirmação e da Ordem.

Eucaristia

O Brasil nasceu na bênção do Santíssimo Sacramento com a primeira missa na fímbria de Pôrto Seguro e a comunhão de Pedro Álvares Cabral e outros homens da armada descobridora. Celebraram-se outras missas, ministraram-se outras comunhões no Brasil desde 1500 até 1549, ano em que Nóbrega, a 31 de março, disse missa na Bahia, que foi também a primeira da Companhia de Jesus na América; e com a sua chegada se intensificou a vida eucarística nas solenidades públicas e na piedade individual. Logo em junho de 1549 a festa do Corpo de Deus se realizou com pompa, artilharia, ruas enramadas, danças e outras invenções de Portugal. Em agôsto, Nóbrega, que um ano antes assentara, em Sanfins do Minho, a "Bula do Sacramento", pede-a também para o Brasil [199].

---

198 *Ib.* I 422.
199 Supra, p. 78.

Tinha já o pensamento nas futuras Confrarias do Santíssimo, que um quarto de século mais tarde se irão encontrar nas aldeias estabilizadas dos índios.

Aproveitou-se o Ano Santo de 1550 como excelente oportunidade para renovar o espírito eucarístico em tôdas as Capitanias. Revestido de autoridade pontifícia para o conceder (1551-1552), Nóbrega enviou a pregá-lo em Ilhéus e Pôrto Seguro o P.e Navarro, ao Espírito Santo o P.e Manuel de Paiva; encarregou em São Vicente o P.e Leonardo Nunes, e êle próprio o pregou na Bahia e em Pernambuco, onde achou homens que há vinte anos não comungavam [200].

Em Pôrto Seguro, Navarro promoveu em 1553 uma procissão de desagravo pelo sacrilégio eucarístico perpetrado por um protestante da Capela Real de Lisboa, perante os reis e príncipes. Leonardo Nunes em São Vicente começou a ter o Santíssimo na Igreja, aonde alguns portuguêses vinham comungar. Um pouco, por tôda a costa do Brasil, se foi iniciando a prática da comunhão freqüente. A semanal já Nóbrega a deixou na Bahia quando partiu para o sul em 1560 [201]; e, estando presente na Capitania de São Vicente, os moradores de Santo André, que antes não tinham Padres residentes, depois que se passaram para São Paulo (1560) chegavam-se à mesa da comunhão na maioria das festas e domingos do ano [202].

Para manter o fervor e dar-lhe hábitos regulares, instituiu-se na Bahia antes de 1564 a prática da comunhão mensal num domingo de cada mês. Era o "Domingo do Sacramento" ou o "Domingo do Santíssimo Sacramento", com concorrência maior do que as comunhões semanais ou quinzenais dos outros domingos, sòmente superada nas festas principais do ano, sobretudo a Páscoa, e nas festas dos padroeiros dos Colégios e Aldeias. Nas da Bahia, os jubileus, da conversão e dos Padroeiros, lembram as romarias populares do Minho, com arraial, onde o regozijo profano se mistura com o fervor religioso. A essas festas acorriam quer os índios das outras aldeias quer os portuguêses da cidade e das fazendas e engenhos. Na véspera à noite alegrava-se o arraial com danças dos índios e o

---

200 *Ib.* p. 82.
201 *Monumenta Brasiliae* III 131.
202 *Ib.* III 376.

tambor e "folia" dos brancos. Mas, às três da manhã, os Padres da Companhia estavam nos confessionários e em três altares se celebrava missa em que se administrava a sagrada comunhão aos fiéis, em particular aos doentes, para que não ficassem em jejum até à missa de pontifical[203]. O jejum eucarístico não existe hoje no que se refere a água e está mitigado em tudo o mais. Em 1564, naquele clima dos trópicos e semi-areais da Aldeia do Espírito Santo da Bahia (Abrantes), era um tormento não poder comer nada nem sequer beber um gole de água depois da meia-noite.

Os comungantes em geral eram portuguêses. E os índios? Também já começavam a comungar. Dado, porém, o meio donde provinham, a selva antropofágica e poligâmica, mesmo quando eram admitidos ao batismo e à confissão não o eram fàcilmente à comunhão. Na atualidade, depois duma confissão bem feita nada a impediria. No século XVI a prática era outra. Santo Inácio, na regra dos Reitores, falando dos Irmãos Estudantes, de profissão religiosa e não laica, determina que a comunhão "mais amiúde que cada oito dias não se permita senão por causas especiais, tendo mais respeito à necessidade que à devoção"[204]. Se assim se procedia na Europa, não admira que no Brasil com os primeiros índios convertidos, criados ainda em ambiente gentio, não se facilitasse a mesa da comunhão. O *Diálogo sôbre a Conversão do Gentio*, de Nóbrega, referindo-se a uma índia, que tinha sido casada com um índio da Capitania de São Vicente, para encarecer a sua capacidade, tem estas palavras reveladoras: "Diga-o quem viu a virtude tão viva de sua mulher, quão fora dos costumes que antes tinha, quão honesta viúva, e quão cristãmente vive, tanto que pareceu a todos digna de lhe darem o Santíssimo Sacramento"[205].

Naqueles começos, a comunhão aos índios significava um estímulo para a vida cristã já estável e segura.

Na prática da comunhão, as mulheres índias levavam vantagem aos homens, o que aliás é próprio do *devoto femineo*

---

[203] *Ib.* IV 76.
[204] *Ib.* II 341.
[205] *Ib.* II 341.

sexu em tôdas as latitudes. Mas, três anos depois do caso da viúva do índio Pero Lopes, já se não distinguem sexos, talvez ainda menos homens do que mulheres, dizendo-se dêles e delas que derramavam lágrimas de consolação nas suas "confissões e *comunhões*" [206].

A criação dos meninos índios na religião cristã e as aldeias estáveis da catequese fizeram o resto. A estatística da Aldeia de Santo Antônio da Bahia, com uma população de 800 índios, mostra o movimento das comunhões em 12 anos (1581-1592)[207]. Foi de 16 700. A média é de 1 400 por ano, mais que a simples desobriga, sem meter na conta os meninos e meninas antes da primeira comunhão que naquele tempo também se retardava.

Confissão

A Companhia de Jesus entrou no Brasil confessando, quando a armada de Tomé de Sousa chegou para fundar a cidade do Salvador da Bahia, estabelecer o Govêrno-geral e lançar as bases da unidade brasileira. Requeria-se graça de Deus para o grande empreendimento. Confessou-se "tôda a gente da armada" — escreve Nóbrega [208], um dos quatro Padres confessores que nela chegavam à nova terra. O Governador, o Ouvidor-geral, o Provedor-mor, mestres e pilotos, marinheiros e grumetes, soldados, oficiais mecânicos e trabalhadores, desde a gente da governança até ao último desterrado. Todos. E embora muitos dêles, com as facilidades e larguezas da terra, viessem a decair e se tornassem depois indignos da absolvição sacramental, êsse foi o ato inicial religioso da fundação do Estado do Brasil, — e pesou para todo o sempre.

Além dos portuguêses, que chegavam, havia na povoação de Pereira (Vila Velha da Bahia) alguns, vindos antes, casados com índias, de quem tinham filhos (mamalucos); havia os

---

[206] *Ib.* III 255.
[207] *História da Companhia de Jesus no Brasil* II 34.
[208] *Cartas de Nóbrega* (1955) 19; *Monumenta Brasiliae* I 110.

gentios e daí a pouco chegaram os africanos. Diversas categorias de gente (portuguêses, mamalucos, índios, negros) a que atenderiam os Padres da Companhia no sacramento da Penitência durante dois séculos. Em tôda a parte se regula êste ministério pelas mesmas leis, com as mesmas preocupações, segundo o meio em que se exerce. As maiores dificuldades ou particularidades no Brasil foram, ao princípio, a da língua, e sempre a da moralidade pública e a da reintegração da justiça no que toca sobretudo à liberdade dos índios.

A mulher e as filhas do velho patriarca português da Bahia, Diogo Álvares Caramuru, não sabiam a língua paterna, nem era fácil aprendê-la com prontidão no seu trato quotidiano com os mais índios e índias. Por sua vez, os Padres não sabiam a língua brasílica (tupi), que requeria tempo e prática, embora a começassem logo a aprender os Irmãos novos. Entretanto, na Casa ou Colégio de Jesus desde 1550 se recolheram os primeiros órfãos de Lisboa, que misturados com os meninos índios em breve falavam tupi. Preparados e industriados "à nossa mão", sem prejuízo do sigilo, êles serviriam de intérpretes. O Doutor Navarro e o Cardeal Caetano admitiam o uso lícito da confissão por essa forma. Escudado em tais mestres, Nóbrega recorreu aos meninos como intérpretes na confissão, fórmula evidentemente provisória até haver Irmãos que soubessem a língua e Padres-línguas que dispensassem intérpretes; mas, sem êsse recurso inicial, ficariam impedidas da confissão as pessoas batizadas que ainda não sabiam português. Ao chegar em 1552 o Bispo D. Pedro Fernandes proibiu as confissões por intérprete, "ainda que trezentos Navarros e seiscentos Caetanos digam que se pode fazer" [209]. Nóbrega obedeceu, como lhe cumpria, mas a confissão por intérprete é prática hoje comum, consignada no Direito Canônico, e o próprio Bispo deve ter sobrestado na sua primeira opinião, porque na Bahia de 1554 o P.e Luís da Grã confessava por intérprete [210]; e também, na Capitania de São Vicente, Nóbrega utilizava como intérpretes, primeiro o Ir. Antônio Rodrigues, que já sabia a língua quando entrou na Companhia; e, depois de 1560, o Ir. José de Anchieta que já então a tinha aprendido. Desta

---

[209] Infra, p. 119.
[210] *Monumenta Brasiliae* II 137.

maneira se abriu a porta à confissão dos primeiros mamalucos ou índios convertidos, que não sabiam senão tupi. Com o ensino da língua portuguêsa, os mamalucos da geração seguinte, embora ainda aprendessem com o leite materno a língua brasílica, já falavam ambas as línguas; e a dificuldade em se conceder o batismo aos índios adultos tornava quase supérfluos os intérpretes; sobretudo deixaram de ser necessários quando havia Padres que sabiam tupi, entre os quais, além de Antônio Rodrigues e Anchieta, alguns daqueles meninos órfãos portuguêses que cresceram e, entrando na Companhia, se revelaram excelentes confessores na língua dos índios, como Leonardo do Vale, autor do "Vocabulário na Língua Brasílica". A pouco e pouco, os Colégios, residências das vilas e aldeias dos índios começavam a estar providas de Padres que sabiam tupi, instrumento necessário, quer para a evangelização dos novos gentios que iam encontrar na selva ou de lá desciam, quer para os confessar enquanto êles não aprendiam português, o que não podia deixar de ser vagaroso nas aldeias.

À morte de Nóbrega em 1570, as confissões de índios e índias da catequese dos Padres tinham entrado nos usos da vida cristã, eram numerosas por ocasião dos jubileus ou festas dos padroeiros, e havia-os que não se limitavam à confissão anual, chegando-se mais amiúde ao sacramento da Penitência.

A confissão dos Brancos trouxe problemas diferentes e mais graves. Os portuguêses de 1549 entraram no Brasil todos confessados e continuaram na Bahia a freqüentar os sacramentos durante os três primeiros anos. O zêlo de Nóbrega e a devoção de Tomé de Sousa tinham mão nos escândalos contra a moralidade pública e contra os cativeiros injustos. Estava a Bahia feita "uma religião", lembrará Nóbrega mais tarde ao antigo Governador [211]. Mas, durante a ausência de Nóbrega na Capitania de São Vicente, chegou em 1553 o nôvo Governador D. Duarte da Costa, achando já na terra o Bispo, D. Pedro Fernandes, que não se entenderam entre si. Uma espécie de "guerra civil" afrouxou os laços da autoridade laica e da autoridade eclesiástica. As casas e fazendas dos moradores encheram-se de escravos adquiridos à margem das leis, as mancebias multiplicaram-se. Os clérigos, com o mau exemplo próprio,

---

[211] *Cartas de Nóbrega* (1955) 320; *Monumenta Brasiliae* III 73.

davam "jubileus de condenação" [212], fechando os olhos a êsses escândalos e injustiças, absolvendo os moradores no sacramento da penitência.

Nestes têrmos achou Nóbrega a Bahia quando aí voltou em 1556. Como os amancebados não podiam ser absolvidos enquanto o escândalo perdurasse, nem os possuidores de escravos mal havidos se os não restituíssem, Nóbrega pelo que a si tocava e aos seus Padres (êle era Provincial) reintegrou a Confissão na dignidade que lhe é peculiar, negou a absolvição a êsses dois gêneros de pecados públicos, enquanto não se desse a satisfação devida. E, assim, em 1559, os Padres da Companhia só confessavam os estudantes do Colégio, os homens pios e devotos, as mulheres e gente pobre que não alcançavam escravos [213].

A atitude de Nóbrega não agradava nem aos particulares, incursos nalguns daqueles dois escândalos, que os jesuítas não podiam absolver, nem aos confessores de fora da Companhia que os absolviam. O P.e Miguel de Tôrres, informado pelos descontentes, mesmo sem avisar o Geral, nomeou Provincial do Brasil a Luís da Grã, em 1559 [214]. E sucedeu que nem o nôvo Provincial, nem o nôvo Bispo D. Pedro Leitão se mantiveram à altura de Nóbrega. Interpretaram as leis sôbre a liberdade em sentido menos favorável aos índios; e acharam no teólogo do Colégio da Bahia (Quirício Caxa) predisposição semelhante. Com isso, Luís da Grã abriu de nôvo as portas da confissão a êsse gênero de penitentes.

Convém saber que sempre houve homens "pios", na expressão de Nóbrega, que embora possuindo escravos não saíam dos limites da lei. Êsses sempre se puderam confessar e até com freqüência, como o Governador Mem de Sá, que era de confissão semanal. Como êle, outros se confessavam uma vez por semana, outros de quinze em quinze dias, outros uma vez por mês. Quando a interpretação sôbre a liberdade dos índios se alargou, as confissões dos moradores aumentaram e nas fes-

---

212 *Cartas de Nóbrega* (1955) 321; *Monumenta Brasiliae* III 75.

213 *Cartas de Nóbrega* (1955) 312 326; *Monumenta Brasiliae* III 66 80.

214 Serafim Leite, *Biografia de Nóbrega* (Lisboa-Rio de Janeiro 1955) 142-145.

tas dos jubileus, na cidade e nas aldeias, às quais também concorriam os moradores da cidade da Bahia, as confissões tornaram-se numerosas; e deve-se admitir que em boa consciência, dadas as faculdades concedidas pelo Bispo e o assentimento do teólogo do Colégio. Até que, em 1567, examinando os títulos de escravidão, Nóbrega achou que só um ou dois se conformavam com a lei comum. Todos os mais de 1560 em diante eram injustos; os possuidores dêsses escravos ficavam obrigados a restituí-los à sua liberdade. Nenhum confessor os podia absolver, porque, dizia Nóbrega, nenhuma faculdade de Prelado ou Superior se pode invocar contra a lei natural e divina [215]. E esta é a glória imperecível do primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil.

Matrimônio

Os portuguêses chegavam ao Brasil quase todos solteiros, alguns casados, poucos com as respectivas mulheres. Não havendo brancas na terra, as uniões dos recém-chegados multiplicavam-se com as índias, que tinham nisso grande honra nem ia contra o seu sistema social. Mas os portuguêses eram cristãos. O ato de meter em casa mulher solteira e viver com ela ia contra a honestidade pública e tinha, — e tem ainda hoje — o nome de concubinato ou mancebia. Escândalo, por lhe faltar o vínculo do matrimônio.

A assistência ao sacramento do matrimônio é da jurisdição dos párocos, e o seria na nova cidade do Salvador da Bahia que se fundava. Mas o pároco não aportou com a armada fundadora. Nóbrega, como Superior da Missão da Companhia, conta a situação em agôsto de 1549, cinco meses depois de chegar.

---

[215] Id. *Ib.* 196; *Cartas de Nóbrega* (1955) 429; *Monumenta Brasiliae* IV 415; *Nóbrega, o "Doutíssimo" ou a entrada da literatura jurídica no Brasil, infra,* p. 117. — É neste seu "Caso de Consciência", "d'une robustesse réjouissante", que Nóbrega se ri da "maldição dos Negros, filhos de Cão", e reduz a nada a argumentação contrária, observa J. Masson, in *Nouvelle Revue Théologique* 84 (Louvain 1962) 199-200.

Muitos portuguêses viviam já com índias. Diziam que se casariam com portuguêsas se as houvesse. Nóbrega propõe que de Portugal se enviem mulheres pobres: elas no Brasil acharão casamento honrado, mesmo que sejam "erradas", contanto que não hajam perdido de todo a vergonha a Deus e ao mundo. Para evitar a corrupção de costumes, que ameaçava subverter a nova cristandade, o zêlo de Nóbrega dispunha da simpatia do Governador Tomé de Sousa e não descuidava admoestações em público e em particular. E pode-se dizer que os portuguêses corresponderam bem. Uns puseram as concubinas fora de casa, não por motivo de racismo, sentimento alheio à alma portuguêsa, mas para ficarem livres e se poderem depois casar no Reino. Muitos eram degredados e a esperança de todo o degredado é voltar; o deixarem as mancebias não resolveria o seu caso pessoal, mas acabou o escândalo público. Outros aceitaram os avisos de Nóbrega e logo levaram ao altar as índias, tornando-as com isso mães legítimas dos filhos que em breve começariam a nascer [216].

O pedido de mulheres de Portugal, ampliou-o Nóbrega também para órfãs e teve seguimento. As órfãs, que se enviaram ao Brasil casaram-se bem, dando-se por via de regra aos que as recebiam em matrimônio um emprêgo público.

Na ida a Pernambuco (1551), Nóbrega achou muitos brancos vivendo em mancebia com índias e mamalucas. As índias, que eram já batizadas, recolheram-se por iniciativa de Nóbrega numa casa a fim de se doutrinarem por senhoras de idade e depois se casarem. As mamalucas, essas, receberam-nas logo tôdas em matrimônio os homens que com elas viviam; e se antes se não casavam era por incúria, nem faltou quem dissesse que não pecavam, porque o Arcebispo do Funchal, a cuja diocese o Brasil pertenceu algum tempo, lhes dera licença [217]. Não o diriam por malícia, talvez por equívoco. Nem o Arcebispo, nem jurisdição alguma eclesiástica, podia dar licença para viverem amancebados. A não ser que o Arcebispo presumisse que êles tivessem celebrado casamentos "clandestinos", isto é, sem as formalidades ordinárias; tais casamentos eram ainda então válidos, apesar de ilícitos, e só vieram a ser

---

216 *Cartas de Nóbrega* (1955) 30; *Monumenta Brasiliae* I 120-121.

217 *Cartas de Nóbrega* (1955) 100-102; *Monumenta Brasiliae* I 292-294.

abolidos pelo decreto *Tametsi* do Concílio de Trento. Além de que, nessa época, como ainda hoje, era lícito e válido o matrimônio contraído diante de testemunhas por nubentes batizados, quando não havia sacerdote presente nem se esperava tão cedo. A casamentos dêstes assistimos nós próprios no Rio Negro, onde não havia Padre estável nos começos dêste século XX. Quando o Sacerdote passava pelos Barracões dos seringais do Rio Negro — e não passava todos os anos — procedia-se ao rito religioso, às vêzes em grupo. Algum pressuposto como êstes deve estar na base daquele equívoco dos moradores de Pernambuco nos meados do século XVI.

Situação mais difícil era a dos homens casados em Portugal, que no Brasil se juntavam com índias de quem tinham filhos. Tal a do famoso João Ramalho na Capitania de São Vicente. Tanto Ramalho como a índia, com quem vivia, e de quem tivera grande geração, desejavam casar-se. Nóbrega empenhou-se pela regularização conjugal do velho patriarca vicentino e procurou informações no Reino. A mulher legítima decerto ainda vivia, porque o matrimônio não veio a efetuar-se. Ramalho durou ainda muitos anos e numa grave doença confessou-se e comungou, pondo-se em regra com a religião[218]. A índia, com quem vivera, aparece depois no testamento com o título de "criada"[219].

Ao comêço da sua emprêsa do Brasil, dizia Nóbrega tratar-se de "nova Igreja que o Senhor quer fundar"[220]. A nova Igreja tinha de começar bem. Os portuguêses haviam de casar com as índias com quem viviam; e, não podendo ser, qualquer declaração, como aquela de João Ramalho, mostrava que a consciência cristã prevalecia às contingências boas e más da vida.

Mas de ter começado bem, não se segue que continuasse sempre assim. Bastou afrouxar-se o prestígio da autoridade eclesiástica e sobrevir o mau exemplo dalguns clérigos para, durante a ausência de Nóbrega na Capitania de São Vicente, as casas dos moradores da Bahia se encherem de índias fora do matrimônio. O mau exemplo e presença daqueles clérigos,

---

218 *Monumenta Brasiliae* IV 462-463.
219 *História da Companhia de Jesus no Brasil* II 382.
220 *Cartas de Nóbrega* (1955) 30; *Monumenta Brasiliae* I 119.

fáceis na absolvição e mesmo sem autoridade moral para a negar, neutralizou o zêlo de Nóbrega quando voltou à Bahia em 1556. Como Provincial, só lhe restava o recurso de fechar, aos que assim viviam mal, as portas da confissão por Padres da Companhia [221].

Estas foram as duas fases dos primeiros ministérios da Companhia com relação ao sacramento do matrimônio, que nas paróquias das vilas e cidades tocava aos párocos. Todavia, com ser de jurisdição paroquial, nunca os da Companhia deixaram de se ocupar de casamentos dos moradores nem o podiam omitir, ao menos no fôro interno, pela sua mesma qualidade de confessores e diretores de almas. Consultavam-nos os nubentes, e consultavam-nos os pais, preocupados com o maior bem dos filhos. Mas repita-se, exceto algum caso especial de consciência ou de pessoa miserável, a administração do sacramento do matrimônio aos moradores das vilas e cidades era atribuição dos párocos.

O casamento dos índios, êsse, fazia parte integrante da obra da conversão e estabelecimento da vida cristã; e desta estavam encarregados os Padres da Companhia. Nos primeiros começos, antes da organização estável das aldeias, também os da Companhia se ocuparam dos índios nas vilas e cidades, sobretudo onde não havia pároco ou enquanto êle não vinha, como sucedeu nas fundações da Bahia e do Rio de Janeiro, de modo particular em São Paulo, onde por muitos anos foram êles os únicos Padres residentes e portanto com o ofício de párocos dos portuguêses, mamalucos e índios [222].

O estado poligâmico pré-cristão dos índios e o conceito que êles faziam da geração e parentesco foram os mais graves obstáculos entre o gentio, à instituição do lar monogâmico, base social da cristandade e da civilização do Ocidente. Nóbrega, bom jurista, estudou a condição social dos naturais da terra. Um índio principal gentio queria casar-se na Bahia, mas vivia com muitas mulheres. Qual teria sido a primeira? Se se averiguasse qual, teria o índio a intenção de se casar com ela para sempre? O costume dos índios era tomá-las e deixá-las sem atenderem a isso. Os muçulmanos da África

---

221 *Cartas de Nóbrega* (1955) 312; *Monumenta Brasiliae* III 66.

222 *História da Companhia de Jesus no Brasil* I 312-313; supra, p. 36.

também eram polígamos, mas entre êles ao menos havia contrato, observa Nóbrega, o que não sucedia no Brasil por indeterminação de pessoa, isto é, por faltar ao gentio a intenção de tomar alguma para sempre. Aquêle índio principal da Bahia antes de se batizar devia escolher uma, com intenção de só com ela viver em matrimônio. E por aí se começou; pelo estabelecimento do lar monogâmico na *lei da natureza* antes do batismo [223]. Os índios gentios das aldeias estáveis, quando eram adultos e se duvidava da sua conveniente preparação para o batismo, era desta maneira que se casavam, — na lei da natureza. Para não originarem dúvidas ulteriores, que desandassem em bigamias, e também para realizarem as condições de contrato matrimonial, os casamentos na lei da natureza começaram a efetuar-se em 1560 perante testemunhas, escrevendo-se num livro a ata respectiva [224]. Na prática, era o que hoje se chamaria registo civil. Êstes casamentos do gentio na lei da natureza eram verdadeiros e para sempre. Se depois recebessem o batismo, casados continuavam na lei da graça; e com alguns assim foi; os outros só recebiam o batismo no artigo da morte.

O casamento dos índios, na *lei da graça,* operou-se a princípio entre alguns adultos, que se tinham preparado e julgado dignos do batismo. Em breve mostrou a experiência que o batismo não era o melhor caminho. O caminho, que logo se revelou seguro, foi o da prévia educação cristã dos meninos e meninas, de que Nóbrega se constituiu o primeiro e maior apóstolo. Com êsse método, encheram-se depois as aldeias de lares cristãos monogâmicos com a união das filhas e filhos dos índios, educados pelos Padres, isto é, com os casamentos dos "moços da escola" com as "môças da doutrina" [225]. Assim procedeu nas aldeias da Bahia e de igual forma nas do Espírito Santo [226]. Conquista social cristã, que foi preciso defender. Quando os índios das aldeias iam servir nas fazendas e engenhos, o interêsse dos senhores era que êles se casassem com as suas escravas, e nem sempre se averiguava se ainda eram solteiros; e com freqüência não eram. As autoridades civis e religiosas determinaram em 1566 que se repreendessem os

---

223 Infra, p. 117-118.
224 *Monumenta Brasiliae* III 294-295.
225 *Ib.* III 290.
226 *Ib.* III 466.

Curas, que faziam tais casamentos sem a devida averiguação, e se castigassem os senhores que os promoviam [227]. O casamento de pessoa já casada era nulo, quer perante a lei religiosa, quer perante a lei civil, constituindo crime de bigamia, e o que se determinou, cumpriu-se, porque o Governador chamava-se então Mem de Sá. Desta maneira se tratou de ir suprimindo pouco a pouco tal gênero de dificuldades, se é que se podia vencer de todo, dada a fragilidade da natureza humana. Mas no Brasil a supressão da poligamia gentia e o acesso ao monogamismo cristão tinha-se iniciado. A educação escolar e catequética foi o método eficaz, com o casamento, a seguir, dos moços da escola com as môças da doutrina.

Resultado, na verdade, feliz. Para se conseguir, houve que transpor o grande obstáculo dos impedimentos da consangüinidade e afinidade. O mais grave provinha do conceito de geração dos índios ou seja do conceito da "mulher-saco". Segundo a genética indígena, na geração dos filhos não tinha parte a mãe, só o pai [228]. Conseqüência para os vínculos do sangue: o irmão da mãe podia-se casar com a sobrinha; o irmão do pai não, porque a filha do irmão era para êle como se também fôsse sua filha. Entre os índios, êste casamento do tio com a filha da irmã era o que êles chamavam "verdadeiro casamento" e o mais comum no seu sistema familiar. Ora, o parentesco real entre ambos é já do 2.º grau de consangüinidade. Os Padres da Companhia tinham faculdade para batizar os que eram casados antes na lei da natureza; para o casamento dos já batizados, requeria-se dispensa nesse 2.º grau, o que equivalia a dispor de faculdades para dispensar todo o direito positivo. Os Padres tinham-nas para dispensar no 3.º e 4.º grau de consangüinidade e afinidade [229]. Não bastava. Nóbrega insiste por dispensa de todo o direito positivo, porque o hábito de os tios casarem com as sobrinhas não se podia eliminar do dia para a noite, e o recurso a Roma para cada caso trazia delongas insuportáveis para os índios que não estavam ainda preparados, por tradição e cultura, a compreender as razões eclesiásticas. Levou anos a alcançar-se.

---

227 *Ib.* IV 356.
228 *Ib.* II 292.
229 *Ib.* II 27.

Até que, enfim, a esperada faculdade para dispensar, em todos os impedimentos de direito positivo, deu-a o Breve *Cum gratiarum omnium*, de 15 de dezembro de 1567, de São Pio V, aos Padres da Companhia de Jesus; e não só para o Brasil, mas também para tôdas as outras partes do Padroado Português, que coincidiam com as missões da Assistência de Portugal e se nomeiam no Breve: Etiópia, Arábia, Pérsia, Índia, China, Japão e Brasil, e ainda outras regiões do continente, expressão esta última que deixava aberta a porta para uso das mesmas faculdades nas missões da Assistência de Espanha da Companhia de Jesus na América, que então começavam. O costume de os gentios casarem com as sobrinhas sanou-se, pois, desta maneira. E embora êsse costume gentio, deixasse em breve de ser regra nas aldeias cristãs, com outros índios gentios do Brasil iam os Padres tendo sempre novos primeiros contactos na obra da conversão.

O Breve de 1567 abrangia todos os graus de consangüinidade e afinidade de direito positivo [230]. No âmbito dêle cabiam não apenas os índios, mas todos os "neófitos" de qualquer raça que fôssem. Com isto, as dispensas aproveitariam também aos negros que começavam a afluir à América. E para distinguir os graus de parentesco nas três raças de brancos, índios e prêtos, Simão Marques definirá mais tarde, em *Brasilia Pontificia*, os três elementos básicos, que por sua vez se entrecruzavam: o "mulato", filho de europeu e negra (ou de negro e européia), o "mamaluco", filho de europeu e índia (ou de índio e européia), o "curiboca", filho de negro e índia (ou de índio e negra) [231].

Extrema-unção

Nóbrega, pouco depois de chegar, soube que não existiam "óleos para ungir, nem para batizar" [232]. Não havendo Bispo na terra, a quem tocaria benzê-los, pede-os de Portugal. Os

---

230 Cf. Breve *Cum gratiarum omnium*, in *Monumenta Brasiliae* IV 430, 434.

231 Simão Marques, *Brasilia Pontificia* (Lisboa 1749) 140-141; cf. *Monumenta Brasiliae* IV 431.

232 *Cartas de Nóbrega* (1955) 24; *Monumenta Brasiliae* I 114.

óleos devem ter vindo; e veio o Bispo em 1552. Aqui e além, quando se descrevem em pormenor os últimos momentos dalgum Padre[233] ou dalgum índio[234] diz-se que receberam a Santa-unção. Também a pediu e recebeu Nóbrega, "fazendo a cada coisa a sua oração com palavras devotas"[235]. História comum, a dêste sacramento sem reflexos sociais. Por isso breve.

---

233 *Monumenta Brasiliae* II 395.
234 *Ib.* III 373.
235 *Biografia de Nóbrega* (1955). 206.

8

Nóbrega o "Doutíssimo" ou a entrada da literatura jurídica no Brasil *

QUANDO Nóbrega e os mais portuguêses do Govêrno-geral chegaram ao Brasil em 1549 não havia colégios nem universidades onde se cultivasse qualquer ciência, porque os índios da região ignoravam a leitura e a escrita. Nisto o Brasil diferia totalmente do Japão aonde também no mesmo ano aportou outro apóstolo, Francisco Xavier. O exercício das ciências não poderia começar no Brasil senão como corolário da própria vida portuguêsa transplantada para o Nôvo Mundo, ou como aplicação prática dos conhecimentos europeus a fatos positivos provenientes do choque entre o estado social em que se encontravam os naturais da terra e a sua elevação ou integração na civilização do Ocidente, isto é, na vida social cristã. É o caso da cultura jurídica, ainda pouco estudada nas suas origens documentais.

A primeira manifestação da cultura jurídica no Brasil data logo daquele ano de 1549. Nóbrega queria regularizar a situação conjugal de um índio catecúmeno da Bahia, que aí vivera à sua maneira, segundo o costume da terra, com várias mulheres, tomando uma e deixando-a para tomar outra conforme lhe aprazia. Nóbrega recorda os infiéis da África (poligamia muçulmana) e, comparando-os com o gentio do Brasil,

---

* Publ. in *Brotéria*, 72 (Lisboa 1961) 423-430.

conclui que na África ao menos havia contrato, que no Brasil faltava por indeterminação de pessoa, isto é, por não existir a intenção de tomar qualquer mulher como espôsa para sempre. Por isso, — escreve êle ao Doutor Navarro, professor da Universidade de Coimbra — parecia-lhe que não se aplicava no Brasil a doutrina do capítulo *Gaudemus* "de Divortiis" [236].

A solução local que se achou mais conveniente foi instituir nas aldeias o lar monogâmico, casando os índios ora na "lei da natureza" se ainda gentios, ora na "lei da graça" se já batizados, dupla modalidade de casamentos, a que tantas vêzes se referem as cartas de alguns anos mais tarde. Isto praticava-se, dizemos, quando os índios não-batizados já residiam em aldeias da Companhia de Jesus, onde o casamento, mesmo só na lei da natureza, já era possível defender-se com relativa eficácia contra a facilidade poligâmica ambiente na selva.

Andam conexos com o direito matrimonial os impedimentos de consangüinidade e afinidade que, segundo também os costumes dos índios, sobretudo o costume de os tios casarem com as sobrinhas, tanto obstavam ao casamento cristão. Nóbrega pediu, e tornou a pedir, dispensas amplas e competentes, até que enfim se alcançou de Roma, a favor dos neófitos, a dispensa de todo o direito positivo (Breve "Cum gratiarum omnium" de 1567)[237].

A segunda manifestação teológico-jurídica foi em matéria penitencial. Era preciso admitir ao sacramento da confissão os novamente convertidos, em particular a mulher e filhas do famoso português Diogo Álvares Caramuru, que a expedição de 1549 já achou na terra e logo se afeiçoara a Nóbrega. Elas ainda então não sabiam a nossa língua nem era fácil aprendê-la dum dia para o outro, por a massa dos índios ser grande e os portuguêses poucos. De maneira que enquanto elas não aprendessem o português, ou algum padre o tupi, as mulheres da família Caramuru não se podiam confessar senão por intérprete, como nem os outros índios e índias que principiavam já a batizar-se. Nóbrega, vendo que o Doutor Navarro, ale-

---

[236] Carta do P.e Manuel da Nóbrega ao Dr. Martin de Azpilcueta Navarro, Bahia 10 de agôsto de 1549, *in* SERAFIM LEITE, *Cartas e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)* (Coimbra 1955) 53; *Monumenta Brasiliae* I (Roma 1956) 141.

[237] *Monumenta Brasiliae* IV (Roma 1960) 430-433.

gando o Cardeal Caetano e outros, considerava a liceidade da confissão por intérprete "mais comum opinião", utilizou alguns meninos educados no Colégio da Companhia, como intérpretes, sem prejuízo do sigilo por serem "feitos à nossa mão" [238]. Proibiu-o o Bispo D. Pedro Fernandes "ainda que trezentos Navarros e seiscentos Caetanos digam que se pode fazer" [230].

Descontados quaisquer despiques pessoais ou até de escola (o Bispo era formado em Paris), a expressão evidencia como Nóbrega, para autorizar o exercício apostólico dos ministérios com os índios, recorria aos elementos de que então dispunha, invocando a literatura especializada do tempo. E na verdade estava em boa companhia, porque a confissão por intérprete continuou pouco depois a praticar-se no Brasil e é hoje de direito comum.

Terceira manifestação da cultura jurídica de Nóbrega é a que tem por objeto a liberdade dos índios. Ponto grave e de bem mais longas conseqüências. Escreve êle ao Provincial de Portugal em 1552.

"Eu cuydei que com a vinda do Bispo ficássemos quietos com a determinação dos escravos salteados e que vendem os parentes; e agora estamos em mayor confusão e ainda esperamos a resposta do Doctor Navarro, durando-nos as mesmas dúvidas" [240].

Tratava-se, por êsse tempo, da mudança de govêrno na Província de Portugal, sucedendo a Simão Rodrigues o P.^e^ Diego Mirón: é possível que a consulta não chegasse às mãos de Navarro, pois não se conhece dêle nenhum parecer neste período sôbre a liberdade dos índios do Brasil.

O magno debate protraiu-se anos e anos que não acompanharemos por não nos desviarmos aqui do que intentamos que é determinar os primeiros reflexos formais da cultura jurídica no Brasil.

Depois de 1552 Nóbrega viveu na Capitania de São Vicente (fundação de São Paulo), voltando à Bahia em 1556,

---

[238] *Cartas de Nóbrega* (1955) 130-132; *Monumenta Brasiliae* I 369-370.

[239] *Monumenta Brasiliae* I 361.

[240] *Cartas de Nóbrega* (1955) 132; *Monumenta Brasiliae* I 370.

regressando ao Sul em 1560, onde ficou a viver dez anos seguidos até à morte.

A sua presença na Bahia, com a autoridade eficiente do cargo e a amizade e braço firme do Governador Mem de Sá, molestava os que pretendiam mão livre a respeito dos índios. Mas onde quer que morasse, Nóbrega era sempre Nóbrega, nem a ausência no Sul lhe arrefeceu o zêlo atento: em 1561 comunicou ao Geral Diogo Laines as suas apreensões, porque o nôvo Bispo, D. Pedro Leitão, aprovava o "resgatar todo o gênero de escravos". O Geral transmitiu as apreensões de Nóbrega ao Provincial de Portugal Gonçalo Vaz de Melo [241], por a liberdade dos índios ser questão afeta à Mesa da Consciência, Tribunal Régio de Lisboa. Sobrevindo informações a informações, ordenou o Rei de Portugal em 1566 que na Bahia se examinasse êsse ponto numa junta em que interviessem o Governador Mem de Sá, o Bispo D. Pedro Leitão, os dois Ouvidores Brás Fragoso e Fernão da Silva, e três Padres da Companhia de Jesus, o Visitador Inácio de Azevedo, o Provincial Luís da Grã e Manuel da Nóbrega [242]. Mas o P.e Nóbrega era então superior da Capitania de São Vicente, onde sustentava, com todo o fervor da sua alma, a fundação da cidade do Rio de Janeiro; e, pela ausência e distância, não podia assistir.

A monitória da junta da Bahia continha duas proposições emanadas da Mesa da Consciência. Primeira: se um pai pode vender o filho em necessidade "grande"; segunda: se um se pode vender a si mesmo sendo maior de vinte anos.

As duas proposições obtiveram a aprovação do P.e Quirício Caxa, teólogo do Colégio da Bahia (mestre de Casos de Consciência); não alcançaram a do P.e Manuel da Nóbrega.

Ao saber dessa aprovação Nóbrega redigiu um *Apontamento* que se perdeu no qual êle exporia os argumentos e autores que seriam em substância os mesmos que o documento existente nos conserva. A êsse primeiro *Apontamento* respondeu Caxa com um arrazoado, a que Nóbrega replicou (*Reposta*). Para maior objetividade e clareza da réplica, Nóbrega transcreveu o arrazoado de Caxa, o que também foi benemerência; assim se ficaram a conhecer os autores citados por ambos, os

---

[241] *Monumenta Brasiliae* III (Roma 1958) 542.
[242] *Monumenta Brasiliae* IV 359.

só citados por Caxa, e os só citados por Nóbrega, tirando-se daí a conclusão que se impõe.

Claro que ambos usam em geral apenas o sobrenome dos autores que citam, desprovidos de qualquer indicação. Ao distribuí-los aqui, situamo-los no tempo dando a cada qual o ano da morte (para vários não consta com segurança o do nascimento) e o título dalguma obra mais conhecida sem desenvolvimento bibliográfico, apenas para se determinar a sua categoria principal de teólogo ou jurista.

Autores citados só por Caxa:

Ricardo de Mediavilla (Middleton) († 1305), "Compendium super Quartum Sententiarum".
Pierre de la Palu (Paludano) († 1342), "Commentaria in 3 libros Sententiarum" e "in 4 librum".
Caetano (Cardeal Caetano) († 1533), "Summula Caietana".

Autores citados por Nóbrega e Caxa:

Bartolomeu Saliceto († 1412), "Lectura super IX Libris Codicis".
Nicolau de Lira († 1349), "Glossa in universa Biblia".
Domingo Soto († 1560), "De Iustitia et de Iure".
João Duns Scoto († 1308), "Commentaria in 4 libros Sententiarum".
Santo Tomás de Aquino († 1274), "Summa Theologica".
Martim de Azpilcueta (Doutor Navarro) († 1586), "Manuale Confessariorum".

Autores citados só por Nóbrega:

Código de Justiniano.
Francisco Accursio († 1260), "Glossa Magna".
Dino Mugellano († 1303), "De Regulis Iuris".
André Alciato († 1550), "Praxis utriusque Iuris".
Francisco Silvestre († 1528), "Commentarium ad Contra Gentes".

Gabriel Biel († 1495), "Commentarium in Libros Sententiarum".

Nicolau Panormitano († 1446), "Lectura super quinque libros Decretalium".

Diogo de Covarrubias y Leiva († 1577), "Variarum ex pontificio, regio et caesareo iure Resolutionum Libri 4".

Infere-se desta tríplice distribuição de autores que havia um duplo fundo bibliográfico de características iguais, um no Norte (Bahia), outro no Sul (São Vicente-Rio de Janeiro), de matéria teológica e jurídica, utilizado nos dois pareceres. Mas olhando às citações privativas de cada um, em Caxa preponderam os teólogos nos três nomes que só êle cita; em Nóbrega os juristas com a leitura fundamental e completa da lei pertencente ao códice justinianeu e os sete autores que só no seu parecer se encontram. Dois dêles relacionam-se pessoalmente com Nóbrega: o Doutor Navarro seu mestre, e Covarrubias seu contemporâneo em Salamanca, fato que deve explicar a existência, no Brasil de 1567, da obra de direito canônico e civil do Bártolo espanhol, impressa em 1554.

Todos são autores de nomeada, professôres que eram ou tinham sido das universidades coevas, entre as quais Pádua, Pavia, Ferrara, Bolonha, Oxford, Tübingen, Paris, Tolosa, Salamanca e, finalmente, Coimbra, que com Manuel da Nóbrega se constituiu a ponte de cultura jurídica não apenas peninsular mas da Europa do seu tempo para o Brasil infante.

Nóbrega uniu ao seu, dissemos, o parecer de Caxa. Sumamariamo-los a ambos em 31 parágrafos, dos quais os quatro primeiros correspondem a Caxa, os outros 27 a Nóbrega:

1. Diz Caxa que a lei, de o pai vender o filho em "extrema" necessidade (direito comum), a pode alargar o príncipe a necessidade "grande". — 2. Diz que um maior de vinte anos se pode vender a si mesmo. — 3. Pressupostos. — 4. Dúvidas.

5. Responde Nóbrega (*quid iuris*): "grande" não se pode entender senão no sentido de "extrema" e fora disso é injustiça. — 6. E só no sentido de "extrema" e não outro qualquer pode ser entendida a palavra "grande" usada pelos Senhores da Mesa da Consciência. — 7. Êles apenas declaram o direito co-

mum, não fazem lei nova. — 8. Dizem ora "grande", ora "extrema" no sentido de extrema. — 9. "Contra naturam est homines hominibus dominari". — 10. Seria absurdo dizer que tôda a geração de Cam foi escrava doutras gerações "iure perpetuo". — 11. Portanto, a monitória da junta da Bahia, falando de necessidade "grande", só se pode entender de "extrema" e não de nenhuma outra.

12. *Quid facti.* — 13. Os filhos dos Potiguares vendidos por pura fome, sem intervir nenhuma outra causa da parte dos cristãos, estão dentro da lei comum (necessidade "extrema"). — 14. Em todos os mais casos a necessidade raramente é extrema. — 15. E nunca viu pai verdadeiro vender filho ou filha verdadeira, mas os índios dizem por mêdo o que os outros querem que êles digam. — 16. O costume de os pais venderem os filhos não existia no Brasil e El-Rei devia impedir que se introduzisse.

17. E, agora, sôbre um se vender a si mesmo. — 18. O modo como estas vendas se fazem na Bahia é contrário a todos os textos e doutôres. — 19. O homem só pode alienar a liberdade para salvar a vida ou coisa semelhante e não por preço (venda). — 20. As autoridades da Escritura, alegadas pelo P.e Caxa, não têm valor no caso. — 21. Nem as autoridades dos doutôres são tão certas. — 22. Nem os Senhores da Mesa da Consciência fizeram lei nova. — 23. E sendo a liberdade de direito natural, só se pode perder quando a razão fundada em direito natural o permitir e não por engano ou tirania.

24. Corolários: todos os que depois de 1560 se venderam não podem ser escravos. — 25. Proceder contra os Caetés por sentença de terem matado o Bispo seria legal, mas alargou-se a guerra a outros que não tinham culpas. — 26. Em todos os resgatados neste tempo é presumível haver injustiça e os línguas do Brasil bem o sabem. — 27. Dominados pelo mêdo os gentios são fáceis de enganar. — 28. E assim, não podem ser escravos os da Bahia se a fome foi causada pelas sem-razões dos cristãos. — 29. Não podem ser escravos os que fugiram para os matos por causa da tirania dos cristãos. — 30. Não podem ser escravos os que fugiram das igrejas. — 31. E erram os confessores que absolvem os injustos possuidores dêstes escravos,

ainda que lhes tivessem custado o seu dinheiro, porque em matéria de direito natural e divino, não se pode alegar ignorância ou ordem superior [243].

Tal é o parecer de Nóbrega, reduzido a breve sumário. Pensamento ordenado com método e clareza. Como não estava em sua mão, nem na de ninguém, do seu tempo, abolir a escravidão, concede o menos que a lei obriga, pela porta estreita não pela porta larga, aduzindo os tratadistas de Direito com ciência e consciência. De maneira que a *Reposta* de Nóbrega é em si mesma já uma boa página de literatura jurídica, de estimação ainda maior por ser a primeira no Brasil. Literatura não sêca, porque nela vive também o coração, não estéril porque frutificou na lei portuguêsa de 20 de março de 1570, favorável à liberdade, segundo o pensamento de Nóbrega. Infelizmente, Nóbrega faleceu na recém-fundada cidade do Rio de Janeiro, a 18 de outubro dêsse mesmo ano de 1570 e com êle desapareceu o maior defensor dos índios do Brasil no século XVI.

Recorde-se, para concluir, que o título de "Doutíssimo", de que a *Reposta* de 1567 é preclaro documento, pertence a Navarro, seu mestre, primeiro em Salamanca e depois em Coimbra, e data de 1550: "O *Doutíssimo* Padre Manuel da Nóbrega, a quem não há muito conferimos os graus universitários, ilustre por sua ciência, virtude e linhagem" [244].

---

[243] O pequeno tratado de Nóbrega conserva-se manuscrito na Biblioteca de Évora, Códice CXVI/1-33, ff. 145r-154v. Publicamo-lo pela primeira vez a 20 de novembro de 1938 na edição dominical do *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, reeditado logo no livro *Novas Cartas Jesuíticas — de Nóbrega a Vieira* (São Paulo 1940) 113-129, e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* 21 (Pôrto Alegre 1941) 518-530; depois em *Cartas de Nóbrega* (1955) 397-429; e *Monumenta Brasiliae* IV (Roma 1960) 387-415. — No *Jornal do Commercio* saiu com o título de *Primeiro documento importante jurídico-moral escrito no Brasil;* e, tanto aí como em *Novas Cartas* e na *Revista* em ortografia moderna, segundo a índole dessas publicações brasileiras, e, com algumas omissões (sentenças desenvolvidas dos teólogos); em *Cartas de Nóbrega* (1955) e *Monumenta Brasiliae* (1960), o texto completo (edição crítica).

[244] *História da Companhia de Jesus no Brasil* II (Lisboa-Rio de Janeiro 1938) 462; *Biografia de Nóbrega* (Lisboa-Rio de Janeiro 1955) 28.

9

As primeiras notícias da morte de Nóbrega e a sua nomeação pela 2.ª vez para Provincial do Brasil

O P.^E MANUEL DA NÓBREGA é nome tão grande na história da América Portuguêsa e da sua evangelização, nos meados do século XVI, que o insigne Tristão de Ataíde lhe chama o "São Francisco Xavier do Brasil" [245]. Não admira que tudo quanto ajude, com elementos novos, a esclarecer algum passo da sua vida ou personalidade, seja objeto de estudo e digno de registo. É o caso de Nóbrega ter sido nomeado provincial da Companhia de Jesus, pela 2.ª vez, na Província do Brasil, que êle mesmo fundara anos antes. Sabia-se o fato, desconhecia-se qualquer documento comprovativo; e averigua-se que existe uma carta do Geral Francisco de Borja ao nôvo provincial, em parte publicada mas de identificação não imedia-

[245] TRISTÃO DE ATAÍDE, *O Gago e o Corcunda* [Nóbrega e Anchieta], in *Diário de Pernambuco* (Recife) 6 de dezembro de 1940.

tamente visível, por não trazer expresso o nome do destinatário e ser de 1571. Como se situa e explica o documento?

Manuel da Nóbrega faleceu no Colégio do Rio de Janeiro, de que era o primeiro reitor, a 18 de outubro de 1570 (dia de São Lucas). Assistiram-lhe à morte os P.es Gonçalo de Oliveira e Fernão Luís. Gonçalo de Oliveira, que ainda a 21 de maio dêsse ano tinha escrito, por comissão de Nóbrega, uma carta de notícias e edificação [246], não deixaria de participar tão grande perda às capitanias vizinhas (Espírito Santo e São Vicente), de que Nóbrega era superior; e sem dúvida a transmitiria também para a Bahia e Lisboa, embora não se conheça carta alguma dêste período, nem a notícia chegasse tão cedo à Europa. Todavia êste era o modo de proceder, e, por alguma cópia conservada no Arquivo do Colégio, se deve ter redigido, quatro anos depois, a narrativa pormenorizada dos últimos momentos de Nóbrega, que se lê na *História da Fundação do Colégio do Rio de Janeiro*, e constitui a base conhecida dos futuros biógrafos [247].

O fato é que só a 8 de novembro de 1571 comunica o Provincial de Portugal, Jorge Serrão, a notícia da morte, assim como a de outros, de Portugal, da Índia e do Japão, para o Vigário-geral (Jerônimo Nadal) ordenar em Roma os sufrágios que se usam na Companhia pelos que vão falecendo. Sendo esta a finalidade da carta, ela não contém pormenores; e, pelo que diz ("El P.e Manoel de Nóbrega, defuncto en el Brasil, 71") [248], sem dia, nem mês, e até com o ano equivocado (71 em vez de 70), se deduz que a notícia se soube em Lisboa como de passo e por forma indireta, semelhante à que o P.e Antônio da Rocha escreve do Espírito Santo, a 18 de junho de 1571 (a mais antiga menção conhecida da morte de Nóbrega):

"Hasta aora teníamos los ojos longos en la venida del P.e Inacio d'Azevedo con sus compañeros para reformación desta

---

246 SERAFIM LEITE, *Páginas de História do Brasil* (São Paulo 1937) 142-146; *Biografia de Nóbrega* 202-205.

247 In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 19 (1897) 128-129; cf. LEITE, *Biografia de Nóbrega* 205-207.

248 ARCHIVUM ROMANUM S. I., *Lus.* 43, f. 423r.

Provincia, assí en el exterior como interior. Quísole Dios Nuestro Señor dar vida por modo de martyrio por manos de herejes con sus compañeros, con el qual a nos dio muerte y a toda la Provincia; y cierto que mi flaqueza lo sufre mal, vendo que persona tan insigne con tanta provisión de operarios, todos ofrecidos al servicio de Dios, los lleva; lleva en el Ryo de Janeiro al P.e Manoel de la Nóbrega, professo; al P.e Luis de la Grana Provincial tuvo perdido el año passado, iendo daquí para Porto Seguro, y milagrosamente le libró Nuestro Señor. Exsurge, Domine, et ne repellas in finem! Lleva el grano y dexa las pajas que soy yo" [249].

O martírio do P.e Inácio de Azevedo, a 15 de julho de 1570, não tardou a saber-se na Ilha da Madeira e, pela carta de Pero Dias, de 17 de agôsto de 1570, logo traduzida em várias línguas, se divulgou em Portugal, Roma e tôda a Europa.

A morte de Azevedo, provincial do Brasil, que seguira a Luís da Grã, requeria a nomeação de nôvo provincial. A 20 de março de 1571, o Geral Francisco de Borja escreveu duas cartas, uma ao P.e Luís da Grã, em que respondia a pontos de cartas suas [250], e outra ao P.e Manuel da Nóbrega, em que dizia que, com a morte de Azevedo, o nomeara provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Como a carta de Borja a Nóbrega aludia ao martírio de Azevedo e seus companheiros, imprimiu-se (com a tradução italiana em coluna paralela) o que dela se julgou útil ao processo de canonização dos mártires. O Geral escreveu-a passados já cinco meses depois da morte de Nóbrega, ainda então ignorada em Roma; e pelo enderêço em que sòmente se expressam a "função" e o "lugar de destino" ("P. Provincial, Rio de Gennaro"), se infere tratar-se do "Registo" das cartas do Geral, onde se davam, em regra comum, apenas as duas indicações. O Rio de Janeiro era a residência de Nóbrega; e, além dêste elemento determinante, o comêço da carta aponta outro, a falta de cartas suas e o motivo dela:

---

249 Carta do P.e Antônio da Rocha ao P.e Francisco de Borja, da Capitania do Espírito Santo, 18 de junho de 1571 (ARSI, *Bras.* 15, f. 232r-232v).

250 ARSI, *Bras.* 2, f. 42v

Carta do P.e Francisco de Borja ao P.e Manuel da Nóbrega

Roma, 20 de Março de 1571.

P. Provincial, Rio de Gennaro.

Mucho tiempo ha, no he recebido letras de V. R., mas bien veo la causa, que es haver V. R. attendido más al obrar que al escrivir, dexando a outros a quien por officio conveniva esse assumpto[251]*, pero aora necessario será tomarle entre los otros, aviendo sido nombrado por mí para tener el cargo de Provincial, si Dios Nuestro Señor llamasse para sy al Bendito Padre Ignazio de Azebedo, etc.*

Et infra: *Las faculdades, que yo havía concedido al P. Ignazio, de santa memoria, entiendo communicarlas también a V. R., entretanto que tendrá esse cargo, etc.*

Et mox infra: *En lo dicho, verán allá el cuidado, que aqui hemos tenido de ajudar las cosas de essa provincia, procurándoles tantas ajudas spirituales, y no menos en la mucha y buena gente, que allá se les embiava con el P. Ignazio assí de soldados nue[v]os de Christo N. S. como de viejos.*

Pero mejor cuidado ha sido él de la Divina Providencia, que de 70 operarios que se le enbiavam junctos a essa su vinha[252]*, quiso que los 40 la aiudassem a cultivar desd'el cielo, llevándose para allá el Provincial con tan dichosa muerte y con tan bendita companhia, que hará más, según se deve esperar, con la intercessión, de llo que pudieran hazer con su trabajo; y, aunque, acá y allá, no podemos dexar de sentir la falta de su presentia, devemos consolarnos y esperar se recompensará por otra parte mui complidamente el bien que havían de hazer a essa Provincia, etc.*

De Roma, 20 Marzo 1571[253].

---

[251] Os outros, que "por officio" deviam escrever ao Geral era o antigo Provincial Luís da Grã, e o Visitador e nôvo Provincial Inácio de Azevedo.

[252] "Vinha", impresso assim em português (no original espanhol estaria viña); o mesmo mais abaixo na palavra "companhia". Grafias que se devem atribuir ao P.e Mamiani, que sabia bem português, e por conta de quem correu a publicação dêste documento.

A carta deve ter chegado ao seu destino, recebida por outrem, naturalmente, e constitui-se, em 1574, fundamento para a notícia da *História da Fundação,* onde se diz que Nóbrega tinha sido "já nomeado por Provincial do Brasil outra vez[254], por nosso P.e Francisco [de Borja], de boa memória, depois da gloriosa morte do P.e Inácio de Azevedo, o qual vindo de Roma para ser Provincial do Brasil, depois da visita que fêz, foi morto dos hereges com os seus companheiros, como consta da história da sua morte[255]. Mas, quando faleceu o P.e Manuel da Nóbrega, não era chegado recado que havia de ser Provincial"[256].

A inserção da carta do P.e Francisco de Borja, no *Summarium Additionale* era documento do que o Santo Geral pensava de Inácio de Azevedo e seus companheiros, logo à raiz do martírio. O comêço da carta não deixa de ser também autorizado testemunho sôbre uma das notas fundamentais de Nóbrega ("atendia mais a realizar do que a escrever"), característica afinal comum à maior parte dos grandes homens de govêrno.

---

[253] *Summarium Additionale Canonizationis Ignatii Azevedo* (Roma 1713) 20-21. Explica-se aí, em breve preâmbulo a esta carta, que ela foi extraída do códice onde se registavam as cartas dos Gerais à Província do Brasil, que tem por título *Brasilia, etc., India,* desde 15 de novembro de 1570 até 1573. Declara-se igualmente que a carta se incluiu no processo de canonização dos mártires do Brasil, a 10 de dezembro de 1704, a pedido do P.e Luigi Vincenzo Mamiani. (Mamiani, que vivera no Brasil alguns anos, era então procurador da Assistência de Portugal em Roma, S. LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil* VIII 351. — Aquêle códice *Brasilia etc. India* tem-se hoje por perdido.

[254] Como se sabe, Nóbrega foi o fundador da Missão do Brasil e seu primeiro provincial (1549-1560).

[255] Alude à carta de Pero Dias, da Ilha da Madeira, 17 de agôsto de 1570, que corria em cópias manuscritas (português), mas já então (1574) traduzida e impressa em italiano, francês e latim (LEITE, *História* VIII 189).

[256] *Anais da* BNRJ, 19 (1897) 129; cf. LEITE, *Biografia de Nóbrega* 205.

II

PRIMAZIAS

1

Vicente Rodrigues, primeiro mestre-escola do Brasil *
(1528-1600)

VICENTE RIJO RODRIGUES — por êstes dois sobrenomes foi chamado, prevalecendo em breve o segundo — nasceu por volta de 1528 em São João da Talha, na margem direita do Tejo, acima do atual aeroporto de Lisboa (Portela de Sacavém). Filho de Antão Rijo e de Isabel Jorge, e irmão do famoso ministro do Colégio das Artes de Coimbra, P.ᵉ Jorge Rijo [1].

O Ir. Vicente entrou na Companhia de Jesus em Coimbra, a 16 de novembro de 1545 [2]. Concluído o noviciado, apareceu-lhe uma otite, que parece deixou vestígios tôda a vida, sem no entanto lhe alterar a boa disposição de caráter. Para melhor se curar, passou de Coimbra aos ares pátrios de Lisboa, e estava na enfermaria do Colégio de Santo Antão, quando ali

* Publ. in *Brotéria* 52 (Lisboa 1951) 288-300.
1 ANTÔNIO FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 204-205.
2 ARSI, *Lus. 43*, f. 2v.

chegou o Provincial Simão Rodrigues. É conhecida a caridosa afabilidade do P.e Mestre Simão. Em chegando a qualquer casa da Companhia, as duas primeiras visitas eram ao Santíssimo Sacramento e à enfermaria. Ao ver o doente na enfermaria saudou-o com semblante alegre e comunicativo: "*Confiai, Irmão, que não haveis de morrer*". Observa Orlandini que a doença já durava há dez meses e que ao abraçar e ouvir do seu provincial tão cordiais palavras, logo ficou bom — para grande ajuda do Brasil ("ingens certe in adiumentum Brasiliae")[3].

Vicente contava 21 anos (10 menos que Nóbrega) quando embarcou para o Brasil com Nóbrega e mais quatro companheiros. Saíram de Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1549, e chegaram à Bahia a 29 de março, na armada de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do nôvo *Estado* do Brasil, que se fundava.

Foi a primeira expedição da Companhia de Jesus que chegou à América. E o contato dos jesuítas com a terra e a sua gente operou-se rápido. Não se tinham passado duas semanas, porque foi antes de 15 de abril, e já Nóbrega dá esta informação: "O Ir. Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também *tem escola de ler e escrever;* parece-me bom modo para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender"[4].

---

[3] NICOLAUS ORLANDINI, *Historiae Societatis Iesu Pars Prima* (Colônia 1615) 245; BALTASAR TELES, *Chronica* I 619. Teles ainda conheceu o P.e Jorge Rijo e diz que entrou na Companhia em 1548, três anos depois do seu irmão Vicente; acrescenta que era de família nobre e descreve o padre ministro do Colégio de Coimbra com tais qualidades pessoais, de modéstia, dedicação, igualdade e caridade, em quem não houve engano e em quem sempre reinou a verdade (*ib.* I 376), que são sensìvelmente as mesmas que Nóbrega e Simão Rodrigues acharam no primeiro mestre-escola do Brasil e denotam em ambos esmerada educação familiar. O que faz pensar que fôsse a doença que impediu dar-se a estudos e adquirir maior cultura. Na resposta ao Exame do P.e Nadal, diz Jorge Rijo em 1561: "Tenho dous irmãos da parte do pai e mãe, e um dêles na Companhia [Vicente] e outro no mundo. Além dêstes tenho outros irmãos e uma irmã da parte do pai sòmente". Os pais não eram ricos; mas dos três irmãos inteiros, o que estava no mundo "é môço da Câmara de El-Rei" (ARSI, Fondo Gesuitico, *ms. 77-II-*, f. 212r-212v).

[4] *Cartas de Nóbrega* (1955) 10; *Mon. Bras.* I 110; cf. LEITE, *História* II 269; VII 146; IX (Biobibliografia) 416-417.

Frase escrita ao correr da pena, natural e simples, mas de suma importância. Porque é, na realidade, a primeira menção positiva na história da instrução e educação do Brasil. (E, da história da pedagogia jesuítico-americana, a primeira também). Sem dúvida que não tardariam os Padres a ensinar meninos, mas a menção do Ir. Vicente precede tôdas as mais.

Com as funções de mestre-escola, em que os meninos ainda não podiam ser muitos, Vicente Rodrigues acumulou outras que a organização material da terra postulava. Nóbrega pediu para Portugal que lhe mandassem "muitas sementes", para o Ir. Vicente que gostava do campo [5]; e, ainda, a fim de estar apto para ensinar os índios a tecer, nalguma possível necessidade, começou a aprender o ofício com um oficial tecelão que viera na armada [6]. A ocupação principal continuava, porém, a ser a educação dos meninos, e, alguns meses depois, já com um ajudante. Escreve Nóbrega a 6 de janeiro de 1550: "Fizemos construir uma Igreja, onde os cristãos ouvem missa, e, junto a uma casa, onde o Irmão Vicente Rodrigues e Simão Gonçalves *ensinam os meninos*" [7].

Assegurada a escola com Simão Gonçalves e mais alguns novos Irmãos (Nóbrega trouxe dois de Pôrto Seguro, em começos de 1550), enviou Nóbrega a Pôrto Seguro o Ir. Vicente Rodrigues com o P.e João de Azpilcueta Navarro, substituído em breve pelo P.e Francisco Pires. A meia légua da vila, resolveram fundar uma casa. Era da invocação de Nossa Senhora da Ajuda. A água ficava distante, e todos a desejavam mais à mão. Ao desmoronar-se um monte, a água apareceu e logo se tornou objeto de grande devoção do povo. Vicente Rodrigues refere o caso com simplicidade e verdade [8], mas alguns anos depois, em 1574, já se conta desta maneira: "Está ali uma

---

[5] *Cartas de Nóbrega* (1955) 43; *Mon. Bras.* I 131.

[6] LEITE, *História* I 180; *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* 254-255.

[7] *Cartas de Nóbrega* (1955) 71; *Mon. Bras.* I 158. Simão Gonçalves era um soldado espingardeiro, a quem Nóbrega dera os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, e andava então no que hoje se chamaria postulantado para entrar na Companhia, como de fato entrou (LEITE, *História* I 573; IX 417).

[8] *Mon. Bras.* I 321.

fonte que Nosso Senhor concedeu, ao princípio, quase milagrosamente. Porque vendo o P.e Vicente Rodrigues, que então ali residia, quanto trabalho tinham e quanto tempo gastavam em ir buscar água por estar longe, desejava tê-la mais perto. E andando-a buscando, indo um pouco mais abaixo da Casa de Nossa Senhora, disse: aqui estaria bem uma fonte. E logo caiu um grande pedaço de terra sem ninguém tocar nela e se abriu uma fonte de muito boa água, da qual bebem os doentes e é Nosso Senhor servido de dar a muitos saúde. E, por isso, a levam a outras Capitanias e também ao Reino de Portugal" [9].

Pelos meados de 1551, Vicente Rodrigues voltou à Bahia para se avistar com Nóbrega [10]; e não tardou a contrair febres palustres sob a forma de *quartãs,* de que se fala em agôsto de 1551 [11]. Afrânio Peixoto que, além de grande escritor, era médico, comenta: "É uma das primeiras "notificações" da malária, do impaludismo na Colônia. A primeira daria Nóbrega logo em 1549, doente o P.e Pires. De impaludismo, febres recaídas, veio a falecer Diogo Jácome, no Espírito Santo. Foi e é a mais espalhada endemia nacional, e, com isso, pertinaz [12]. De fato, as quartãs de Vicente Rodrigues arrastavam-se com dores de cabeça, e o trabalho urgia e era imenso. Nóbrega disse-lhe que se pusesse bom. E êle obedeceu. O caso anda narrado pelos autores, à maneira velha, com ordem de Nóbrega em virtude da santa obediência, e com palavras solenes [13]. Mas

---

[9] "História de la fundación del Collégio de la Baya de Todolos Sanctos y de sus Residencias", ARSI, *Bras. 12,* f. 29r-29v; *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 19 (1897) 104. O autor (não identificado) desta "Historia de la fundación" mete-a na narrativa ao tratar do ano de 1573 e cala o nome do superior e fundador da Casa ou Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, P.e Francisco Pires, com quem residiu algum tempo o Ir. Vicente Rodrigues (*Mon. Bras.* I 260). Mas a união do nome do Ir. Vicente Rodrigues à origem desta Casa sugere que êle fôsse o encarregado da construção material dela, enquanto o Superior Francisco Pires, como padre, se aplicava mais diretamente aos ministérios sacerdotais, próprios do seu estado.

[10] *Mon. Bras.* I 260.

[11] *Mon. Bras.* I 254.

[12] *Cartas Avulsas* 85 (nota 26).

[13] ORLANDINI, *Historiae S. I. Pars Prima* 360; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 205.

escreve o próprio Nóbrega: "Vicente Rodrigues era muito doente e sempre se queixava da sua cabeça: mandei-lhe que não fôsse mais doente e assim o fêz. Já o não é há um ano para cá e ajuda-nos muito bem em tudo" [14].

O *tudo*, em que Vicente Rodrigues ajudava muito bem, consistia em ensinar meninos, em lutar contra a antropofagia dos índios e em procurar fixá-los junto da cidade. Apesar de contar tão poucos anos de idade, era homem de confiança para residir sòzinho entre índios. Tendo-se, numa aldeia feito casa para êles se ensinarem, "a entregou o Padre Nóbrega a Vicente Rodrigues que continuasse a doutrina; e assim nela ensinava, e dormia, e comia, com muita edificação e aproveitamento dos índios" [15].

As casas das aldeias, na fase primitiva da catequese volante, não podiam manter-se com a estabilidade que depois adquiriram. Eram tenteios de habilidade e audácia para que a civilização progredisse e conquistasse o interior. Daí a um ano, em 1552, Vicente Rodrigues estabeleceu outra casa mais distante, por ocasião da ida dos meninos órfãos de Lisboa às pegadas de São Tomé, lenda que corria há muito e já se menciona em "A Nova Gazeta da Terra do Brasil" (1515). Era na terceira semana de julho, tempo de chuvas:

"Andamos sempre por água, sem acertar o caminho, até que ao fim fomos dar a uma baixa detrás de um Rio Matuim onde nos atolávamos até aos joelhos, e tudo, por onde andamos, cheio de ostras, o que bastaria para cortar-nos as pernas, se Deus não estivesse conosco. Ali andamos muito, porque não sabíamos se íamos para o mar, ou para a terra; mas, lembrando-se um de Santo Antônio, chamou os meninos e todos disseram um responso, e o bem-aventurado Santo Antônio pôs-nos em caminho. Andamos com muito trabalho de quedas até chegar às pegadas, onde encontramos os negros [índios] tão bons que teve de ficar ali um Irmão com dois meninos para os ensinar a fazer uma casa nas pegadas, onde se recolham meninos, e

---

[14] Carta de Nóbrega, de Bahia, 10 de julho de 1552 (*Cartas de Nóbrega* [1955] 123; *Mon. Bras.* I 352-353).

[15] *Mon. Bras.* I 280.

depois tenhamos ali bom acolhimento, porque por um filho seu nos mandou chamar para sua casa o Principal, onde recebemos tanta consolação que foi maior que os trabalhos que passamos; e nesta mesma Aldeia bailamos e cantamos a seu modo e os cantares na sua língua; e a mulher do Principal levantou-se a bailar conosco" [16].

O Irmão que ficou, e na carta dos meninos se não nomeia, era Vicente, di-lo Francisco Pires [17]; e trata-se da Aldeia de São Tomé, de Paripe, da qual o próprio Vicente Rodrigues escreve:

"Nesta terra, onde presentemente estou, junto às pegadas de São Tomé, fizeram-me uma casa e ermida e já lavraram muitas árvores, as suficientes para as casas, e muitas pedras; e tudo isto, junto ao mar abundante de peixes, dá muita comodidade *para sustentar os meninos e instruí-los.*

"Deixo de escrever muitas particularidades, por não haver tempo; assim imaginai por vós mesmos os mais trabalhos, bem que mitigados com bastantes consolações que nêles se podem encontrar. Muitas vêzes, penso, Irmãos, que êstes Gentios esperam que seja o vosso sangue o fundamento desta nova Igreja, e por isso vinde, trazei-o puro, porque para o conferir com o de Cristo, olhai o que vos importa" [18].

Com a preocupação de *sustentar e instruir* meninos, urgia a de lutar contra o nefando costume de os índios comerem carne humana. A juventude e afoiteza do Ir. Vicente levou-o, algumas vêzes, a expor-se a morte para o evitar. Cenas macabras que se repetiam com freqüência; e uma delas é contada pelo próprio Vicente Rodrigues. Estava êle com o P.e Manuel de Paiva numa ermida fora da Bahia, quando os índios foram à guerra e trouxeram um contrário morto para o comerem no festim, já preparado com seus vinhos e bailes. Os índios tremiam como varas verdes ao arrancarem-lhe das mãos o morto já chamuscado, sem ousar contudo tocar em nenhum dos dois

---

16 LEITE, *Novas Cartas Jesuíticas* 151-152; *Mon. Bras.* I 389.
17 *Mon. Bras.* I 397.
18 *Mon. Bras.* I 413.

jesuítas, que o enterraram na cêrca da casa, junto da ermida. Sobrevindo outros índios da aldeia vizinha foram todos juntos, armados de arcos e flechas, desenterrar o cadáver. E, quando mal me precatei, diz Vicente Rodrigues, "tinham-no já meio fora da cova". Acudindo a impedi-lo, abaixaram os índios os arcos e fugiram, não todavia para longe. Os Padres sentiam-se rondados e perseguidos, e mandaram chamar um índio amigo e principal que ralhasse aos outros, os quais mais uma vez se afastaram. E assim, às 2 horas da madrugada, "determinamos desenterrar o morto para nos aquietar, como fizemos muito secretamente, de noite, e o levamos a enterrar junto da cidade, sem ninguém o saber; o que foi muito, porque tôda a noite beberam seus vinhos, cantando e bailando, e naquele passo adormeceram, que nem cachorro bradou. Onde me lembraram as mortificações de nossos primeiros Padres, porque o corpo era morto, e fedia muito, e inchado, e de noite, de maneira que quando veio pela manhã tinham todo o quintal já cercado e de redor da casa cavado para ver se o achavam. Ficaram mui espantados, dizendo que nunca tal lhes fôra feito. E daqui ficaram com as fôrças de sua soberba quebradas, e nunca mais viram o corpo morto" [19].

Triunfos como êstes podia-os alcançar a atitude firme dos jesuítas, e o seu prestígio crescente; mas era ainda só a fôrça moral, não a fôrça pública que sustenta a Lei. Durante algum tempo, houve colonos com a opinião de que se deixasse aos índios ter guerras entre si, pois era seu costume, e enquanto as tinham uns com os outros não as faziam a êles. Contra semelhante êrro, clamou sempre Nóbrega, até que Mem de Sá o ouviu. Fêz-se a proibição formal da morte em terreiro, aonde quer que chegasse a autoridade portuguêsa. E com dois ou três castigos exemplares aos violadores da Lei, que não permitia se comesse carne humana, suprimiu-se a antropofagia nos arredores da cidade.

Enquanto se não chegou a esta vitória definitiva, nem estava nas mãos dos Padres salvar a vida do índio, ficava aos jesuítas o exercício difícil da outra parte do seu apostolado.

---

[19] Carta de Vicente Rodrigues, Bahia, 17 de maio de 1552, *Mon. Bras.* I 307-309; cf. LEITE, *Biografia de Nóbrega* 67-68.

Os Padres não eram, apenas, promotores de uma civilização culta e humanitária; eram também evangelizadores da religião que ensina aos homens o seu destino sobrenatural e eterno. E foi precisamente Vicente Rodrigues o iniciador desta política de salvação *in extremis*.

Desta vez não é êle quem o conta, senão o P.e Brás Lourenço, que iria ser em breve o apóstolo do Espírito Santo, e chegara à Bahia no dia 13 de julho de 1553, na expedição missionária, chefiada por Luís da Grã, de que faziam parte, além dêstes dois, Ambrósio Pires, também padre, e maís quatro Irmãos humanistas, João Gonçalves, José de Anchieta, Antônio Blasques e Gregório Serrão[20]. Acharam ao P.e Vicente Rodrigues, superior do Colégio dos Meninos de Jesus, na ausência de Nóbrega, partido para São Vicente e enquanto não chegava à Bahia Luís da Grã.

Brás Lourenço, depois de descrever a viagem, dá notícias dos Padres, e do Colégio com as suas aulas de ler, escrever e gramática, e dos que andavam por fora:

"O P.e Luís da Grã ocupa-se em pregar e confessar, e os outros Padres também nos ocupamos em confessar. Estava esta gente muito desejosa da nossa vinda, nem se querem confessar senão conosco. O Irmão Antônio Blasques ocupa-se em ensinar aos meninos a *ler e escrever*, e a alguns *gramática*. Ensina-lhes também a doutrina, faz fruto pela bondade de Deus, que tão diversas maneiras nos dá de ajudar a suas ovelhas. Aos domingos vou dizer missa a uma légua daqui, e lá ensino a doutrina cristã tanto aos portuguêses como aos da terra e lhes falo, por um que levo comigo, na sua língua, coisas de Deus, especialmente do Juízo, que êles muito temem. O P.e Ambrósio Pires com um Irmão foi mandado para Pôrto Seguro, porque o P.e Navarro, que ali estava, entrou pela terra dentro com alguns portuguêses; e esperamos todos da sua ida grande serviço a Nosso Senhor, e fruto naquelas almas.

O Padre Vicente Rodrigues com outro Padre foram a um lugar dos gentios onde faziam grandes festas, porque queriam matar um seu inimigo e comê-lo. Procuraram falar com êle para que se fizesse cristão como há dias o faziam. E, vendo

---

[20] Leite, *História* I 561.

nêle preparação para receber o batismo, chegaram onde estavam dois mil ou mais gentios com grandes festas e cantares de diversas maneiras; e o contrário, que haviam de matar, e a quem êles tinham falado, estava num campo coberto de ramos com muita solenidade, aonde não deixavam chegar nenhum cristão, e onde contudo chegaram e do qual souberam que estava ainda com a mesma vontade de ser cristão. Os gentios, que estavam perto, compreendendo a coisa, não queriam permitir que êles lhe tocassem, porque lhes parecia que, se os cristãos lhe tocassem, estragavam o seu comer verdadeiro, que êles pensam ser o dos contrários. Estando assim sem saber o que haviam de fazer, por não haver água para o batizar, nem naquele tempo a têm os índios, porque tudo é vinho, determinaram comer qualquer coisa para terem ocasião de pedir água. E assim o fizeram. E pedindo-a, não lha quiseram dar, porque os que percebiam o caso tinham dado aviso que lha não dessem. Quis Nosso Senhor que passou por ali uma mulher gentia com uma cabaça de água e chamaram-na que lhes desse de beber. E um dêles, fazendo que bebia, molhou um pano e com aquela água o batizou. Perceberam-no os gentios e enfurecidos desandaram em altos gritos, e as velhas os assanhavam: não vêdes que nos estragam a carne? E vieram com aquela fúria contra os Padres, que, seguros de si mesmos, lhes mostraram caridade e amor. E deteve-os Nosso Senhor que os não mataram, espantando-se de achar nos Padres tão pouco mêdo. Voltaram os Padres, e do caminho mandaram um menino dos da terra, que tinham em casa, para aquela noite consolar aquêle homem, que no dia seguinte haviam de matar, porque por ser menino não reparariam nêle. E souberam pelo menino, que voltou ao outro dia, que êle se animou e consolou muito, aquela noite. Bendito Deus, que com tais meios quis salvar aquela alma!" [21].

Brás Lourenço já dá nesta carta a Vicente Rodrigues o tratamento de padre. Na verdade, conhecendo Nóbrega as qualidades naturais de que era dotado, segurança de costumes, afabilidade e educação ("boas maneiras"), tratou de o elevar

---

[21] Carta inédita de Brás Lourenço, Bahia, 30 de julho de 1553, *Mon. Bras.* I 517-518.

ao sacerdócio. Não tinha estudos especiais de Letras e Teologia (estudou apenas algum Latim e Casos de Consciência), mas êstes preciosos dotes supriam e, naqueles começos, eram verdadeiramente os mais úteis. Cremos que foi a primeira ordenação sacerdotal que se realizou no Brasil.

Entretanto, Nóbrega no Sul apalpara as possibilidades da terra e decidira que o Colégio de São Vicente se transferisse para o planalto; e a 29 de agôsto de 1553 fundou pessoalmente a aldeia cristã de Piratininga [22]. Nela juntou "todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja; e "vai-se fazendo uma formosa povoação; e os filhos dêstes são os que doutrinam no Colégio de São Vicente" [23].

Para a nova e "formosa povoação" de Piratininga, resolvera pois Nóbrega mudar o Colégio de São Vicente. Enviou à Bahia o P.e Leonardo Nunes com instruções a Luís da Grã para que êste ficasse naquela cidade e os quatro irmãos recém-chegados de Portugal, já com o curso de Humanidades e capazes portanto de ensinar Latim, se repartissem entre a Bahia e São Vicente. As suas idéias então eram que por enquanto só houvesse dois colégios: um no Sul, na Capitania de São Vicente por ser porta e entrada do sertão; outro na Bahia por ser capital do Estado do Brasil. E com o grupo, que se destinava ao Sul, seguiu Vicente Rodrigues. Padeceu naufrágio nos Abrolhos com os seus companheiros e chegou a São Vicente véspera do Natal de 1553, assistindo provàvelmente à inauguração do Colégio de São Paulo de Piratininga a 25 de janeiro de 1554 (ficava no caminho) seguindo logo para a aldeia que lhe fôra assinada. Trabalhou com notável zêlo nas casas e aldeias da Capitania de São Vicente, durante alguns anos, até que em 1557 Nóbrega o propôs ao P.e Geral para o grau de coadjutor espiritual formado [24]. Fêz os votos em São Vicente na igreja da Companhia em abril de 1560, recebendo-os o P.e Luís da Grã. Conserva-se a fórmula com a assinatura autógrafa de Vicente Rodrigues, corrente e legível, e

---

22 LEITE, *História* I 270-271; *Biografia de Nóbrega* 102-108; cf. *supra*, p. 15.
23 *Cartas de Nóbrega* (1955) 191; *Mon. Bras.* II 16.
24 *Cartas de Nóbrega* (1955) 274; *Mon. Bras.* II 417.

é a única até hoje conhecida, do primeiro mestre-escola do Brasil [25].

Concluída a formatura, não tardou em entrar nos cargos da administração, que ocupou quase vinte anos em diversas residências [26], em particular na de São Paulo, de que era superior, quando se deu o grande ataque dos índios em 1562, sendo encarregado da defesa o Principal Martim Afonso Tibiriçá, e foi o maior perigo em que se viu São Paulo [27]. Afugentado o inimigo, fortificou-se a vila e já os seus índios foram ajudar os portuguêses na conquista do Rio de Janeiro. E o próprio P.e Vicente Rodrigues residia no Arraial de Estácio de Sá, no mês de julho de 1566, por ocasião do desbarate das 100 canoas do índio Guaxará. Estavam as canoas contrárias postadas de cilada em diversos grupos; e tendo Francisco Velho ido, no seu barco, buscar madeira para a igreja de São Sebastião do Arraial, atacaram-no de improviso os inimigos emboscados. Saiu em sua defesa o Capitão-mor Estácio de Sá que praticou atos de valor como também os praticou um dos seus capitães. E dá-se a vitória como prodigiosa, impetrando-a do céu e do Padroeiro São Sebastião, o P.e Vicente Rodrigues, caindo de joelhos, êle e outros, na maior fôrça do perigo [28].

A estada de Vicente Rodrigues no Arraial do Rio de Janeiro obedecia ao princípio usado por Nóbrega que desde São Vicente revezava os Padres em campanha. Do Rio, voltou o P.e Vicente Rodrigues a São Paulo, onde era superior em 1567-1568 [29], assim como o era em 1570 [30]. Por êste tempo foi com o P.e José de Anchieta, superior da Capitania, e que subira

---

[25] ARSI, *Lus. I*, f. 134. Facsímile, na *Brotéria* 52 (1951) 296.

[26] ARSI, *Bras. 5-I*, f. 20.

[27] LEITE, *História* I 289.

[28] De Prima Collegii Fluminis Ianarii Institutione (pelo P. Antônio de Matos, ARSI, F G 1587/3, f. 19r). A narrativa é latina. O ataque e vitória foi no dia "septimo Idus Iulii anni millesimi quingentesimi sexagesimi sexti" (9 de julho de 1566). O nome do valente companheiro de Estácio de Sá vem escrito "Iacobo de Braga". Para Diogo de Braga, morador na Capitania de São Vicente, há uma ordem de pagamento de 40 cruzados, "como mercê", se êle fizer "um navio de remos do tamanho e grandura que Sua Alteza manda em seu regimento". A ordem é datada de 20 de agôsto de 1550 (*Documentos Históricos* XIII [1929] 316).

[29] LEITE, *História* VI 405.

[30] *Cartas de Anchieta* (1933) 70.

de São Vicente a Piratininga para irem juntos, em busca duns homens revoltados e fugidos. Afundou-se a canoa, em que iam, e com o ímpeto da corrente desapareceu. O narrador do percalço é o próprio Vicente Rodrigues. Todos sabiam nadar exceto Anchieta, que por isso se foi ao fundo, donde o tiraram são e salvo dois índios da comitiva [31]. Com a perda da canoa seguiram-se as moléstias do caminho por terra, na margem agreste, molhados, descalços, picando-se nos espinhos, tropeçando nas raízes, emaranhando-se nos cipós; e era noite feita, não se via o chão, "os pés serviam de olhos, com os quais apalpando, onde não achávamos mato, cuidávamos que seria caminho" — que é a própria frase do P.e Vicente [32].

Trabalhos idênticos já os tinha êle padecido nos Abrolhos em 1553, e ainda iria passar de nôvo no terceiro naufrágio em que se achou, tão freqüentes eram naqueles tempos, de frágeis embarcações, e de rotas e ventos da costa ainda mal conhecidos. Agora, o naufrágio foi perto da foz do Rio Doce, no dia 28 de abril de 1573, indo a caminho da Bahia. Perdeu-se o navio e quanto levava. Salvaram-se os que iam nêle, e não sem risco de vida para algum, em particular Luís da Grã [33].

Na Bahia, Vicente Rodrigues tomou cargo na igreja, como prefeito dela (1574); e, era, além disto, prefeito dos doentes e padre espiritual da Comunidade (1584)[34]. E aqui se manifesta outra feição da sua vida religiosa, tanto na Bahia, como depois no Sul, durante um quarto de século. Por êste tempo, voltaram a aparecer vestígios das suas antigas dores de cabeça,

---

[31] *Mon. Bras.* IV doc. 74. A narrativa de Vicente Rodrigues é transcrita em Franco, *Imagem de Coimbra* II 208; e ainda é substancialmente a mesma em 1574 na *Historia de la fundación del Collegio del Rio de Henero y sus Residencias*, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 19 (1897) 126-127; em Caxa (1598) na biografia de Anchieta (Leite, *Páginas de História do Brasil* 166) já varia nalguma circunstância, até aparecer, em Simão de Vasconcelos (1672), desfigurada e com um depoimento de milagre (Anchieta sentado mais de meia hora no fundo do rio a rezar o Breviário), que Pedro Leitão põe na bôca de Anchieta e que êste lhe não poderia ter dito sob pena de não ser nem verdadeiro nem humilde (*Vida de Anchieta, livro* III, cap. 6.° § 9).

[32] Franco, *Imagem de Coimbra* II 208.

[33] Leite, *História* I 221; II 189.

[34] Arsi, *Bras.* 5-*I*, ff. 10r-20r.

que a caridade persuasiva do Visitador Cristóvão de Gouveia dissipou, concorrendo muito para isto a mudança para o Sul, onde se tinha sempre dado bem [35]. Os últimos anos passou-os no Colégio do Rio de Janeiro, com os mesmos ofícios de padre espiritual e prefeito da igreja e consultor. Consultor neste caso do Colégio, mas também o tinha sido da província [36].

Vicente Rodrigues era homem de Deus, "santo velho", como lhe chama Fernão Cardim, ao notar em 1585 que de todos os companheiros de Nóbrega "êle só é vivo" [37]. Ainda durou 15 anos, entregue inteiramente às coisas espirituais. Faleceu no Colégio do Rio, a 9 de junho de 1600 com 72 anos de idade e 55 de vida religiosa, rodeado de estima e veneração geral [38]. O necrológio do primeiro mestre-escola do Brasil é impressionante na singeleza da expressão, a condizer com a pessoa que retrata. Escreveu-o o Provincial do Brasil, ao comunicar para Roma o falecimento no Rio de Janeiro: "Faleceu o P.e Vicente Rodrigues, de cinqüenta e um anos do Brasil, *plenus dierum*, de grande bondade, paz, humildade, e edificação para com todos os de casa e os de fora" [39].

* * *

Demarcam-se na vida de Vicente Rodrigues três períodos bem caracterizados e distintos: o da Bahia, antes do sacerdócio; o do superiorado em Residência; e, enfim, o de diretor espiritual.

Com a ordenação sacerdotal fechou-se, por assim dizer, a fase heróica da sua atividade, pràticamente, a da juventude.

---

[35] Carta do P.e Cristóvão de Gouveia ao P.e Geral, da Bahia, 19 de agôsto de 1585 (ARSI, *Lus. 69*, f. 133v).

[36] Catálogo de 1584, na Bahia: "P. Vincentius Rodericus ex Olyssippone, annorum 55 firma valetudine, admissus in Societatem anno 1546, aliquandiu casus conscientiae audivit, fuit consultor Rectoris & Provincialis, perfectus rerum spiritualium, infirmorum & Ecclesiae, ad vota publica coadiutoris spiritualis formati admissus est anno 1560, & aliquot annis fuit Superior in domo Divi Vincentii" (*Bras. 5-I*, f. 20r).

[37] FERNÃO CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Rio de Janeiro 1925) 297.

[38] *Bras. 5-I*, f. 50r.

[39] Carta de Pero Rodrigues, da Bahia, 22 de agôsto de 1600 (ARSI, *Bras.* 3-I, f. 170v; LEITE, *História* I 58).

Seguiu-se-lhe aquela espécie de anonimato que é o exercício dos cargos de govêrno. Perto de vinte anos, estêve à frente de diversas casas e consagrou-os todos — êsses e os mais que viveu — ao bem das almas (e também dos corpos). Dos centenares e milhares de superiores, que tem tido a Companhia de Jesus, só fala a história, quando alguma circunstância particular — de letras, púlpito, ciência, caridade, apostolado, ou martírio — os faz lembrados à posteridade. Anonimato, convém dizê-lo, que é o pressuposto geral e o fundamento sólido da Companhia na sua estrutura interna, como é próprio de tôdas as sociedades bem organizadas. O fato de se ter dado, aqui, mais relêvo à fase inicial de Vicente Rodrigues no Brasil, não quer dizer que a sua vida nos cargos de superior e diretor espiritual não fôsse excelente e meritória. Foi-o sem dúvida. Nela, deu grande exemplo de paciência, tolerância de trabalhos, abnegação, fidelidade e santidade. Mas tudo isto se pode dizer de muitos outros jesuítas, e ainda bem que se diz de Vicente Rodrigues. O que se não pode referir de nenhum, senão dêle, é a primazia, que lhe pertence, de ter sido o primeiro mestre-escola do Brasil [40].

---

[40] Primazia na ordem do tempo e no seu grau, é claro. Na da autoridade ordenadora, a primazia cabe a Nóbrega, e, noutros graus, a diversas pessoas. E entre todos os jesuítas do Brasil antigo, o nome unido mais especìficamente à Pedagogia como tal, é o P.e Alexandre de Gusmão, fundador do Seminário de Belém da Cachoeira (Bahia), autor de diversos livros entre os quais a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, impresso em Lisboa no ano de 1685 (LEITE, *História* V 197; VIII [Biobibliografia] 289-298).

2

Antônio Rodrigues, primeiro mestre-escola de São Paulo, segundo o testemunho de Anchieta *

JÁ SE DISSE que o fato de Portugal criar escolas para os filhos dos naturais das terras, que descobriu e evangelizou, é para a posteridade a sua mais pura glória. Não subscrevemos a proposição em têrmos assim absolutos, mas sem olhar tão longe é inegável que dentro das nossas preocupações modernas o fato é glorioso. Entre elas, assume especial importância a Escola de São Paulo de Piratininga, por coincidir com a fundação de uma aldeia de catequese, que, transformada em vila em 1560 e elevada a cidade no século XVIII, adquiriu relêvo histórico excepcional até na população. Ultrapassando os quatro, já hoje caminha para os cinco milhões de habitantes.

Colocando-se os conceitos na devida ordem, a glória dessas escolas recai sôbre Portugal, obreiro da Descoberta e patrono da Evangelização; recai sôbre as instituições religiosas, a quem Portugal confiou a emprêsa dessa evangelização em

---

* Publ. in *Brotéria,* 73 (Lisboa 1961) 16-27.

diversos continentes; no Brasil, recai primàriamente sôbre Nóbrega, superior da Companhia de Jesus, não superior distante em Roma ou Lisboa, mas presente na terra, e ao qual se deve, como iniciativa pessoal sua, a prática de se unir catequese e escola, nomeando aqui e além os primeiros mestres.

Estabelecer esta hierarquia de atribuições não é difícil, por se conter ainda no campo das generalidades. Menos fácil é determinar o modo particular de cada escola, por nem sempre se apresentarem imunes de obscurecimentos, acumulados pelo tempo e pelos homens. No que toca a São Paulo, o método inicial de pesquisa não pode ser mesmo outro senão o de a desembaraçar das névoas circundantes, indo à própria origem delas.

O fato de Antônio Rodrigues ser mestre-escola de São Paulo consta de uma carta, lúcida e pormenorizada, do Ir. José de Anchieta, de setembro de 1554. Três motivos circunstanciais o obscureceram: a introdução no século XVII da causa canônica do mesmo Anchieta, que obrigava a lembrar, realçar e concentrar mais a atenção no que lhe dizia respeito; a confusão entre a Escola de Gramática do Colégio com a Escola Elementar da Aldeia, por não se reparar na distinção local de uma e outra, nem no modo concreto desta, que era ensinar meninos brasis a ler, escrever e cantar, ocupação que, além de tempo disponível, supõe no mestre dotes de cantor e facilidade prática na língua brasílica (tupi); e, finalmente, a não conservação de todos os documentos originais, substituídos alguns dêles por cópias ou resumos com nomes omissos e datas aproximadas.

Êste serviço de cópias sabia-se que se praticava, não se sabia bem como. Hoje conhece-se o ofício em Lisboa do Procurador e Secretário da Companhia de Jesus no ano de 1561 (o ofício abrangia então as Províncias Ultramarinas). Competia-lhe "ver as Quadrimestres e cartas de notícias e as ordinárias dos Colégios e Províncias, tirar e acrescentar o que parece" [41]. As cópias ou resumos, em que se *tirava* e se *acrescentava* o que parecia, destinavam-se à leitura pública nos

---

[41] SERAFIM LEITE, *Monumenta Brasiliae* III (Roma 1958) 384. — Desta obra, os três primeiros volumes saíram também com o título de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* (mesma paginação).

refeitórios das comunidades ou a arquivos particulares, deixando nêles o que era informação ou edificação geral, sem grandes preocupações de nomes e datas (há também apógrafos coevos dêste gênero, relativos a outras antigas missões do Oriente). Os que faziam as cópias ou resumos não previam as conseqüências, nem o interêsse futuro dalguns fatos e o trabalho que iriam dar para se reconstituir, em bases seguras, a objetividade de cada qual. Há cópias ou resumos tardios; há coevos e atentos; há-os desatentos; e outros ainda que se imprimiram logo. A esta derradeira categoria pertence aquela carta de Anchieta, de setembro de 1554, de que se fizeram em 1555 e 1556, edições castelhanas contractas, nas quais os editôres eliminaram o nome de Antônio Rodrigues e até o de Escola [42]. Com semelhantes omissões, feitas por desatenção ou desconhecimento dos assuntos do Brasil, ficou a circular em matéria de ensino só o nome de Anchieta, de quem se sabia que fôra mestre de Gramática de Piratininga; e não se atendia

---

[42] Id., *Nóbrega e a Fundação de São Paulo* (Lisboa 1953) 69-70. — Aquêle ofício de "tirar" e "acrescentar", de que se fala em 1561, não era privativo de Lisboa, nem só daquele ano. Vinha de trás; e no tempo do Provincial Diego Mirón se elucida, com esta mesma carta, o modo de "mudar" o texto:

Quadrimestre de maio a setembro de 1554: Depois de se referir aos Carijós (Guaranis) sob o domínio castelhano, escreve Anchieta: "A êstes seguem-se inumeráveis outras gentes, a ocidente, pelo interior até à Província do Peru, quase tôdas as quais percorreu *um Irmão nosso*" (*Monumenta Brasiliae* II [Roma 1957] 116-117). O *Irmão nosso,* que percorreu e descreveu essas gentes "até à Província do Peru" na sua carta de 31 de maio de 1553, era Antônio Rodrigues (*Monumenta Brasiliae* I [Roma 1956] 468-481); e com êle residia Anchieta, em Piratininga, quando escreveu a Quadrimestre.

No resumo impresso de 1555: "Seguem-se depois destas outras nações inumeráveis por a terra dentro, para o Ocidente até o Peru, e a maior parte delas há corrido agora o *Padre Azpilcueta, como saberão por sua carta*" (*Cartas de Anchieta* [Rio 1933] 74, onde se utiliza e traduz em português a edição espanhola de Barcelona de 1556). No fim do opúsculo, o editor do século XVI colocou a carta do P.e João de Azpilcueta Navarro, de 24 de junho de 1555, em que conta a sua entrada (*Mon. Bras.* II 244-250). E por ela se vê que Azpilcueta não tinha ido ao Peru, mas ao sertão de Pôrto Seguro até ao Rio de São Francisco; e a sua carta é quase um ano *posterior* à Quadrimestre de maio a setembro de 1554. Caso de atração incorreta, a influir no êrro de *substituição* cometido pelo editor ou copista.

a que o ensino de Gramática se identificava outrora com a classe de Latim e não com a escola elementar de ler e escrever, que nas primeiras aldeias da Companhia de Jesus no Brasil, consoante o referido método de Nóbrega, era inseparável da educação cristã dos meninos.

Circunstâncias tôdas estas que ajudam a explicar a substituição do nome de Antônio Rodrigues pelo de José de Anchieta, não mudam porém a essência do fato. Ora, pormenorizando a carta íntegra de setembro, a Escola dos Meninos, distinta da de Gramática, e dando o nome expresso do Mestre, com ela e outras primeiras menções da Escola de ler, escrever e cantar de 1554, ainda é possível um trabalho sereno de exegese e revisão histórica, donde ressalta a certeza de que o primeiro mestre-escola de São Paulo é Antônio Rodrigues, nem a quebranta uma carta apógrafa, datada de agôsto de 1554, em que Anchieta se dá como mestre dos meninos, e que inserimos em *Monumenta Brasiliae* II (1957).

Com êstes indispensáveis preliminares, já se entende bem o estado da questão. A carta, a que puseram a data de agôsto, entra no âmbito da de setembro, que, tendo por título "Quadrimestre de maio a setembro", abrange os acontecimentos dos meses precedentes e portanto os de agôsto. Não se compaginando essa carta de agôsto com a Quadrimestre que inclui agôsto, a contradição dos dois textos, ambos de Anchieta, é evidente: um dêles por fôrça há de pecar por inautêntico no ponto de que se trata. (E aqui está o motivo daqueles preliminares: a falta de autenticidade não recai sôbre o fidedigno Anchieta, mas sôbre os copistas).

Antes de entrar em matéria, um esclarecimento, requerido também pelo próprio assunto. Conhecemos a carta de agôsto desde 1951. Conserva-se no códice *Varia Historia*, do arquivo particular do antigo Colégio de Alcalá, hoje em Madri, mas existente há muitos anos todo microfilmado, em Roma, no Instituto Histórico da Companhia de Jesus, donde a copiamos com outras também do Brasil. Entre elas há uma do Irmão (depois padre) João Gonçalves, carta escorreita e de conteúdo nôvo, que imprimimos sem tardança na revista *Verbum*, da Universidade Católica do Rio de Janeiro[43] e se reimprimiu

---

43 *João Gonçalves, Primeiro Mestre de Noviços no Brasil (1556)*, in *Verbum* 8 (Rio de Janeiro 1951) 249-260.

depois em *Monumenta*[44]. Não publicamos também a de agôsto, porque nesse mesmo ano de 1951, ao estudar a autógrafa de Anchieta aos Irmãos Enfermos, de 20 de março de 1555, verificamos que ela andava impressa com a *data trocada* e *graves mutilações no texto*[45]; e que, em virtude duma dessas mutilações, se tinha podido dizer que Anchieta fôra o primeiro a praticar a flebotomia em São Paulo, quando a carta íntegra declara que êle sucedeu nesse ofício a Gregório Serrão. Advertindo percalço idêntico na carta apógrafa de agôsto, a sua publicação tornava-se dependente da preparação crítica, laboriosa, e não ainda então concluída, da Quadrimestre de maio a setembro e demais papéis conexos, de igual período. A carta saiu no seu lugar próprio de *Monumenta,* quando lhe tocou a sua vez[46].

Dada a contradição com a Quadrimestre íntegra, o apógrafo não se podia publicar sem aparato crítico; e segundo o método de *Monumenta Historica Societatis Iesu* (de que *Monumenta Brasiliae* faz parte), estudamos a data e inferimos de elementos internos comparativos (a alusão à festa de São Lourenço [10 de agôsto] e a ida e marcha do Ir. Pero Correia à ribeira do mar), que o mês não podia ser agôsto; e que, na materialidade das outras cartas à roda daquela ida, o lugar desta vinha a seguir à Quadrimestre de maio a setembro, e que a menção de "agôsto" procedia da referência, no texto, à festa de São Lourenço. Isto pelo que concerne à data. Quanto ao emprêgo do verbo, que no apógrafo aparece na primeira pessoa do singular do indicativo presente, púnhamos em dúvida a autenticidade do verbo no singular, tendo em conta o texto discordante da Quadrimestre de maio a setembro, o tom plural do apógrafo de agôsto, e os precedentes de outras deturpações vulgarizadas em cartas de Anchieta; tendo em vista, sobretudo, que êle em nenhum outro documento, anterior ou ulterior, alude a êste seu ensino pessoal de ler, escrever e cantar em 1554. Na autógrafa aos Irmãos Enfermos, de 20 de março de 1555, faz Anchieta um

---

44 *Monumenta Brasiliae* II 239-243.
45 *Mon. Bras.* II 155-165.
46 *Mon. Bras.* II 118-123.

retrospecto da própria atividade desde janeiro de 1554 até então; e, encarecendo a falta de tempo para aprender a língua tupi, nomeia apenas a lição latina de Gramática em que o ocupavam, sem uma palavra para a Escola de ler, escrever e cantar, de 1554, escola que, na descrição feita por êle mesmo, levaria, nas duas lições da manhã e da tarde, todo o dia ou pouco menos. Pois, no retrospecto pormenorizado dos primeiros 14 meses da sua atividade em Piratininga, ao encarecer a falta de tempo, Anchieta não menciona essa, por si só, cheiíssima ocupação! E não a podia nem devia omitir se fôsse o mestre.

Não cabendo em *Monumenta Brasiliae* maiores explanações, deixava-se a conclusão aos leitores qualificados. Que fariam os de maturidade crítica em assuntos históricos? Sem dúvida, deduziriam por si mesmos que, não oferecendo a carta de agôsto suficiente garantia de autenticidade global, seria ilegítimo considerá-la, em todos e cada um dos pormenores, como se fôsse globalmente autêntica.

Sucede às vêzes que pesam, no juízo dos escritores especializados ou familiarizados com um assunto, elementos implícitos que não ocorrem logo a quem os lê. É normal. Por isso, ao menos para o leitor comum, não será inútil dar um passo mais, o passo de exegese explícita que em *Monumenta* não cabia, a saber, entrar no exame conjunto e formal dos textos relativos à Escola de ler, escrever e cantar de Piratininga, textos já hoje acessíveis e agrupados todos naquela obra.

Tal exame envolve, na perspectiva de fundo, duas questões prévias.

Primeira. Seria Anchieta *mestre* de canto? A Escola de ler, escrever e cantar existia em junho de 1553 no Colégio de São Vicente, antes dêle chegar ao Brasil[47]. Nóbrega, na prossecução do que verificara na Bahia, achava que com canto e música se atrairia o gentio. Fêz que a Escola de São Vicente continuasse em Piratininga; e na Quadrimestre de maio a setembro de 1554 o mestre, que Anchieta menciona, é Antônio Rodrigues. Quando Nóbrega, em maio de 1556, partiu para a

[47] *Mon. Bras.* I 497.

Bahia, deixando em seu lugar Luís da Grã, levou consigo o mestre a fim de se ordenar. Com a sua ausência, não cessou a Escola de Piratininga, mas uma carta também de Anchieta, que ficou na Capitania de São Vicente, escrita poucos meses depois, já não diz, como as de 1554, que os meninos de Piratininga *se ensinam a cantar* [48]; enquanto, na Bahia, os discípulos do M.e Antônio Rodrigues continuam a *aprender a cantar.*

Segunda questão prévia, de maior importância. Poderia Anchieta ser o *primeiro* mestre-escola de Piratininga? Saberia êle, recém-chegado à terra, falar a língua tupi para se entender e impor aos meninos índios (em número bastante grande em relação ao meio), que constituíam a escola? A resposta dá-a êle mesmo na carta de 20 de março de 1555:

"Quanto à língua, eu estou nela algum tanto adiante, ainda que é muito pouco para o que soubera se me não ocuparam em ensinar gramática, todavia tenho tôda a maneira dela por arte, e para mim tenho entendido quase todo o modo dela. Não a ponho em arte, porque não há cá quem aproveite, sòmentes aproveito-me eu dela, e aproveitar-se-ão os que de lá vierem que souberem gramática" [49].

Quer dizer: em março de 1555 andava Anchieta a estudar a língua tupi pelas regras da gramática latina, de cuja classe era mestre; vira que ela era redutível à arte de gramática em que ainda a não pusera; e não entendera até então todo o modo dela, mas *quase*. Portanto, ainda não concluíra o estudo, de natureza teórica, em que se empenhava e com o qual sem dúvida muito aprendera e estava em concordância com o seu ofício de mestre de Gramática, contudo, o que pràticamente diz da língua é que sabia ainda *muito pouco*, e que saberia mais se o não ocupassem em ensinar Latim.

Sendo esta a pouca altura do seu tupi em março de 1555, pode-se com bom direito duvidar que, ocupado em ensinar Gramática Latina e em fazer cadernos explicativos para os alunos que não possuíam "cartapácios" escolares, Anchieta

48 *Mon. Bras.* II 308.
49 *Mon. Bras.* II 160-161.

soubesse melhor a língua tupi sete meses antes, em agôsto de 1554, e já então estivesse apto a exprimir-se com desembaraço, como se requeria para tratar com os filhos dos índios, que iam à escola mas continuavam a viver na aldeia em casa dos pais e a falar com êles a língua nativa; e é natural que ainda menos a soubesse falar em janeiro de 1554 quando principiara a Escola de Piratininga, supondo que não existisse já um comêço dela antes de findar o ano de 1553, depois de Antônio Rodrigues, admirável conhecedor da língua dos índios, voltar aí com Nóbrega; e seria na *velha* cabana, em que de fato a Escola Elementar de Piratininga aparece em 1554. A Anchieta destinou-o Nóbrega a aprender a língua dos índios e a ensinar Gramática na casa *nova*, porque êle sabia Latim e falava a língua portuguêsa, que era a dos seus alunos, portuguêses e mamalucos; e, se porventura algum menino índio houvesse a estudar Gramática Latina, era já depois de saber português e ter passado pela Escola de São Vicente, donde se transferira o Colégio. Para a Escola Elementar dos curumins de Piratininga, é evidente que se requeria mestre que falasse não só português para o ensinar, mas também tupi, instrumento necessário de comunicação com os numerosos alunos brasis da Escola de ler, escrever e cantar, que eram ao mesmo tempo meninos da doutrina [50].

Registados êstes justos e naturais pressupostos, seguem-se os textos: mencionam a Escola de ler, escrever e cantar de Piratininga três cartas de Anchieta, com as datas de agôsto e setembro de 1554. Damos aqui, traduzidas em vernáculo, as

---

[50] A carta autógrafa de 20 de março de 1555, aos Irmãos Enfermos, andava nas *Cartas de Anchieta* (Rio, 1933) 62, muito mutilada e colocada logo em 2.º lugar, com a data de 1554, antes da de julho dêsse ano. E onde Anchieta escreveu, falando da língua tupi, "estou nella um tanto adiante", lê-se "estou adiantado". Com esta adulteração no texto e com a data antecipada de um ano (do primeiro semestre de 1555 saltaram-na para o primeiro semestre de 1554), não era fácil aos estudiosos das coisas de Anchieta ver se êle já estaria em condições de falar correntemente a língua tupi em 1554, questão que só podia surgir depois de se conhecerem bem, quer o texto autêntico e completo, quer a data certa de 20 de março de 1555. Conhecem-se desde 1951, quando se publicou a carta autógrafa de Anchieta (*Brotéria* 53 [1951] 291-299), reproduzida depois em *Nóbrega e a Fundação de São Paulo* 55-56, e em *Mon. Bras.* II 156-165.

palavras do Castelhano ou do Latim, e pela ordem de datas com que saíram em *Monumenta*:

1. [15 de agôsto]. "Estamos, como lhes escrevi, nesta Aldeia de Piratininga, onde temos grande escola de meninos, filhos de índios, ensinados já a ler e escrever, e aborrecem muito os costumes dos seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar missa" [51].

2. [1 de setembro]. "*Êstes [índios], entre os quais vivemos, entregam-nos de boa vontade os filhos para serem ensinados, os quais depois, sucedendo a seus pais, poderão constituir um povo agradável a Cristo. Na Escola, muito bem ensinados pelo Mestre Antônio Rodrigues, encontram-se 15 já batizados e outros, em maior número, ainda catecúmenos. Os quais, depois de rezarem de manhã as ladaínhas em côro na Igreja a seguir à lição, e de cantarem à tarde a Salve Rainha, são mandados para suas casas*" [52].

3. [Setembro...]. "Pelo qual o nosso principal fundamento é na doutrina dos meninos, aos quais ensino a ler, escrever e cantar; êstes trabalhamos por ter debaixo de nossa mão para que depois venham a suceder em lugar dos seus pais e façam povo de Deus" [53].

A seriação cronológica das três cartas em *Monumenta* é exigida pelas referências dentro delas ao dia de São Lourenço ou à viagem e sucessos de Pero Correia às aldeias da ribeira do mar para onde partiu a 24 de agôsto.

A carta n.º 1, de 15 de agôsto, ainda não fala da ida de Pero Correia; e embora a êste documento atribuíssem mais tarde o ano de 1555, êle contém a mesma alusão da terceira

---

[51] *Mon. Bras.* II 80-82.

[52] *Mon. Bras.* II 106. Mais adiante, p. 111, torna a falar na Escola de Meninos brasis, que era "uma pobríssima e *velhíssima* e no entanto feliz cabana"; enquanto a Escola dos Estudantes (lição de "gramática"), como se diz nessa mesma página, era na própria residência dos padres, casa *nova* de "barro e paus" (cf. *A cabana de Antônio Rodrigues, Primeiro Mestre-Escola de São Paulo (1553-1554)*, in *Brotéria* 56 [1953] 433-441 e em *O Estado de São Paulo* [São Paulo] 3 de junho de 1953).

[53] *Mon. Bras.* II 121.

carta à festa de São Lourenço (10 de agôsto), por onde se situa neste período. A carta não declara o mestre-escola. Todavia os seus dizeres ajustam-se bem com os da Quadrimestre de maio a setembro, que inclui agôsto; assim como se ajusta com os dizeres de ambas estas cartas, outra de Pero Correia, de 18 de julho de 1554, ao P.e Brás Lourenço, que viera de Portugal com o Ir. José de Anchieta e não conhecia o Ir. Antônio Rodrigues; e, além disso, traz uma distinção que a torna elemento histórico de valor. Tratando de Piratininga diz:

"No mesmo lugar há Escola de Meninos e um Irmão tem cuidado de os ensinar a ler e a escrever, e alguns dêles a cantar; e quando algum é preguiçoso e não quer vir à escola, o Irmão, que tem cargo dêles, o manda buscar pelos outros, os quais o trazem prêso e o tomam às cavaleiras com muita alegria. Os seus pais e mães folgam muito com isto". Mais adiante, referindo-se à classe de Latim, da mesma Aldeia de Piratininga, escreve: "E José também está, com certos estudantes, no outro lugar de que acima falei" [54].

Pero Correia distingue a Escola de Meninos (ler, escrever e cantar) da Classe dos Estudantes (Latim). Menciona o Mestre de Latim José [de Anchieta], por ser conhecido do P.e Brás Lourenço a quem escreve; não nomeia o mestre-escola, por o destinatário o desconhecer. Observe-se que êste mestre-escola, distinto do Ir. José, não ensinava só a ler e escrever, mas também a *cantar*. E tome-se nota do mês: julho (julho, mês incluído na Quadrimestre de maio a setembro).

A carta n.º 2, de setembro (Quadrimestre) já diz que o Ir. Pero Correia partiu para as aldeias da ribeira do mar, notícia que não consta da carta de 15 de agôsto. Pelo seu texto latino e pela autenticidade da descrição, pormenorizada e nominal, esta Quadrimestre é o documento de base. É nela que também se encontra a conhecidíssima descrição da Casa de São Paulo.

A carta n.º 3, acrescenta algum pormenor sôbre a viagem do Ir. Pero Correia à "ribeira", que não se lê na precedente; por isso ela tem lugar material neste período, a seguir à Qua-

---

[54] *Mon. Bras.* II 69-71.

drimestre, mas falta-lhe conexão entre a data que aduz o apógrafo ("agôsto") e uma palavra do texto ("ensino"). Quer dizer: a alguma parte do apógrafo de agôsto falta a devida autenticidade ou no texto ou na data: em qual dos dois elementos?

Dando por inautêntica a data e por autêntico o texto, Anchieta teria sucedido a Antônio Rodrigues no ofício de mestre-escola de São Paulo. Desprezando a cronologia, pedida pelos elementos internos, que a colocam depois da Quadrimestre, fazendo fincapé na autenticidade global do texto e da data, a mudança do ofício de mestre-escola do Ir. José de Anchieta para o Ir. Antônio Rodrigues teria de se operar depois da carta de agôsto. Mas autorizará esta hipótese a Quadrimestre de maio a setembro? Anchieta não diz que Antônio Rodrigues é mestre-escola por ter sucedido a êle Anchieta, como o mesmo Anchieta na carta aos Irmãos Enfermos escreve que era alveitar dos índios de Piratininga por ter sucedido nesse ofício a Gregório Serrão. O que faz na Quadrimestre de maio a setembro é dar a notícia, positiva e concreta, de que "na Escola, muito bem ensinados pelo Mestre Antônio Rodrigues, encontram-se" os meninos brasis.

Têrmos claros: "encontram-se" (*versantur*)... é *presente* em setembro de 1554; "muito bem ensinados pelo" (*optime instituti ab*)... é *passado*. Não é possível meter em tão poucos dias o *passado* exigido pelo texto lúcido e pormenorizado de Anchieta na Quadrimestre de maio a setembro, quer dizer, seria absurdo dar como existentes, na Escola de Piratininga, meninos índios "muito bem ensinados *pelo* Mestre Antônio Rodrigues", se êste só então começasse a ensinar. Antônio Rodrigues era necessàriamente mestre antes da segunda quinzena de agôsto.

A prioridade, assim atestada na Quadrimestre de maio a setembro, pelos próprios têrmos dela, é independente de ser ou não ser autêntico o apógrafo de agôsto, autenticidade aliás longe de ser certa, como já no plano crítico se estabeleceu em *Monumenta Brasiliae,* e reforça a circunstância de ainda em março de 1555 Anchieta, conforme a sua própria declaração, saber *muito pouco* da língua tupi; e não se vê como êle, sem saber falar bem a língua dos meninos brasis, a quem tinha ao mesmo tempo de ensinar a doutrina cristã, já estivesse

apto a ser mestre dêles nesse mês de março de 1555; e, muito menos, no ano precedente de 1554. A verificação positiva da sua insuficiência, por então, na língua tupi, dirime por si só a prioridade. Contudo não é necessário aduzir esta razão, como nem a de ser ou não ser mestre de canto, nem mesmo a de haver ou não haver tempo em 1554 para o exercício dos dois ofícios simultâneos e distintos de mestre-escola e de mestre de Latim, que na realidade eram distintos em julho (testemunho de Pero Correia). Tão impressionante convergência de razões confirma apenas o que já estava anteriormente assegurado para a ciência histórica. Na Quadrimestre latina de maio a setembro, fonte da famosa descrição do primeiro Colégio de São Paulo, aparece Antônio Rodrigues mestre-escola de Piratininga; e dêste fato, certo, tão pormenorizado como a própria fundação da Casa de São Paulo, se conclui sem dúvida racional que o apógrafo de agôsto ou não é autêntico na data e neste caso Anchieta sucedeu a Antônio Rodrigues; ou não é autêntico no verbo "ensino", por estar em contradição com a Quadrimestre de maio a setembro que inclui agôsto. Qualquer interpretação, que se prefira, sempre Antônio Rodrigues é o primeiro mestre-escola de São Paulo.

* * *

Quem era êle? Quase desconhecido há um quarto de século, Antônio Rodrigues já anda hoje nas bibliografias de fontes para a história da Argentina e do Paraguai, é objeto de páginas literárias da Bahia, e já não se omite em estudos sôbre os primeiros dias de São Paulo. Contava 37 anos, "braço às armas feito", quando o fundador de São Paulo o recebeu na Companhia de Jesus em São Vicente antes de 31 de maio de 1553, como êle mesmo escreve em carta dêste dia. Nela Antônio Rodrigues narra a sua vida anterior. Com outros portuguêses fôra soldado nas guerras do Rio da Prata, estêve presente nas fundações de Buenos Aires (1546) e de Assunção, sulcou o Chaco, subiu por via fluvial a terras do atual Estado de Mato Grosso. Depois, entrando na Companhia, colaborou com Nóbrega em 1553 na reunião das três aldeias pequenas para formar a grande de Piratininga, onde o encontramos em 1554 com o ofício de mestre-escola. Em 1556 seguiu com Nóbrega

para a Bahia a fim de receber ordens sacras, o que, por não acharem já o Bispo, só se realizou três anos mais tarde. Dotado de sensibilidade artística (além de cantar, sabia tocar flauta), o P.e Antônio Rodrigues organizou coros de canto e flauta, constituídos pelos seus meninos brasis, que eram a admiração de todos nos atos do culto divino. Eloqüente e persuasivo na língua tupi-guarani (êle conheceu primeiro a modalidade guarani) falava aos índios com o coração na bôca, impondo-se-lhes ao respeito e atraindo-os com suavidade. O Governador Mem de Sá, com quem mantinha correspondência epistolar, gostava de ouvir os seus meninos cantores, precursores no Brasil dos "pueri cantores" do mundo moderno. Queria-o também presente nas suas operações militares, para assistir aos índios amigos.

Quais seriam os seus estudos? Não há notícias nos documentos coevos da Companhia de Jesus (estudou fora dela). Mas soldado era Camões e as cartas de Antônio Rodrigues revelam que êle não era inculto. Referindo-se aos meninos brasis, que recolhia das aldeias gentias da Bahia para a sua escola da Aldeia do Espírito Santo (hoje cidade de Abrantes), numa como continuação do que praticara anos atrás em Piratininga, êle lembra-se dos "meninos estudantes pobres que iam estudar a Salamanca"... Na sua carta de 31 de maio de 1553 (os que o fizeram discípulo latino de Anchieta não viram ou não repararam na data dêste documento) usa palavras latinas "in hac vita", "crescite et multiplicamini"... E, tratando da grande fome, que assolou a primeira fundação de Buenos Aires, compara-a aos horrores de Jerusalém nos cercos de Tito e Vespasiano.

Na história da Companhia de Jesus e da instrução popular e artística no Brasil, Antônio Rodrigues possui alguns belos títulos: o maior "Apóstolo das Aldeias" do seu tempo, "grande obreiro *inter gentes*", mestre de meninos que o tinham "em lugar de pai", cantor ao divino, desbravador ("ia sempre adiante a esmoitar a terra"), "Alferes de Cristo". A 20 de janeiro de 1568, com 52 anos de idade, faleceu na cidade do Rio de Janeiro o nobre e simpático mestre-escola de São Paulo nascente.

3

Cipriano do Brasil, primeiro jesuíta filho da América * (1540-1563)

Pouco depois de chegarem os jesuítas ao Brasil em 1549, ainda no mesmo ano recebeu Nóbrega algum Irmão na Bahia e o mesmo fêz Leonardo Nunes quando foi para a Capitania de São Vicente. Destas primícias da Companhia de Jesus redigiu Afrânio Peixoto um primeiro elenco impresso à frente das *Cartas Avulsas* [55], e que retomamos na *História* [56] com algum elemento mais, proveniente de pesquisas ulteriores. Todos os primeiros jesuítas recebidos no Brasil eram portuguêses de nascimento, Simão Gonçalves, soldado (1549), Mateus Nogueira, soldado e ferreiro (1549), Pero Correia, morador principal de São Vicente (1550), Domingos Anes, recoveiro (1550), João de Sousa, soldado (1550), Manuel de Chaves, morador de São Vicente (1550), Gonçalo de Oliveira, vindo me-

---

* Publ. in *Verbum* 9 (Rio de Janeiro 1952) 469-476.

[55] *Cartas Avulsas* Edição da Academia Brasileira de Letras. "Coleção Afrânio Peixoto" (Rio de Janeiro 1931) 44-47.

[56] Leite, *História* I 573-577.

nino para o Brasil (1552), Leonardo do Vale, também menino (1553), Antônio Rodrigues, soldado da fundação de Buenos Aires e Assunção (1553), Gaspar Lourenço, menino (1553), e Pero de Góis, menino, que se mandou estudar a Coimbra. Dêste último podia-se duvidar, mas, na lista dos falecidos na Província de Portugal, de 1540 a 1564 [57], se tira a dúvida: "Pero de Gois, portugués natural de Lisboa. Fué recibido en el Brasil el año de 1553 y mandado para Coimbra en outubre de 1558. Falleció en deziembre seguiente" [58].

Entre os primeiros entrados na Companhia, menciona Diogo Jácome em carta sua, de São Vicente [junho de 1551], um Ir. André do Campo, que teria ido para o Reino pouco antes [59]. Notícia única, sem mais indicações sôbre idade, naturalidade, nem qualidade de Irmão, se o era no sentido pleno da palavra, ou apenas pelo uso que então corria de se tratarem por irmãos os que viviam com os Padres, e consta, entre outros testemunhos, da carta dos Meninos Órfãos, escrita pelo P.e Francisco Pires, mas assinada assim: "Desta Casa do Colégio dos Meninos de Jesus [Bahia], hoje, a 5 de agôsto de 1552 anos. De vossos *Irmãos* Diogo Tupinambá, Piribira, Mongeta, Quatiá" [60]. O título de irmão, dado a André do Campo, devia ser desta natureza, porque o seu nome não consta em lista alguma de jesuítas, vivos ou mortos, nem do Brasil, nem de Portugal.

Outro dêstes primeiros Irmãos foi Cipriano, um adolescente de 12 anos, que entrou na Companhia em 1552. Referimo-nos a êle em 1938 [61], citando uma nota dos editôres de "Monumenta Historica Societatis Iesu", aos quais, vendo no texto de uma carta de Gonçalo Vaz a Jerônimo Nadal o nome de "Cypiõ", se lhes afigurou tratar-se de Cipriano [62]. Não se

---

[57] ARSI, *Lus.* 43, ff. 23r-28v.

[58] *Ib. f.* 26r. Faleceu a 2 de dezembro de 1558, "Titolo dos nossos Padres e Irmãos que fallecerão neste Collegio de Coimbra desde o ano de 1557" (Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral 4 505,* f. 23r). Faleceu com 22 anos, porque a 27 de dezembro de 1554 tinha 18 (*Mon. Bras.* II 138).

[59] *Mon. Bras.* I 241-242.

[60] *Mon. Bras.* I 389. E cf. notas *ib.* sôbre a composição e significação dêstes nomes.

[61] LEITE, *História* I 81.

[62] MHSI, *Epp. Nadal* I (Matriti 1898) 693.

trata dêste, mas de Cipião Comitoli, que em 1561 embarcou para o Brasil [63]. A nota, porém, foi útil, porque revelou a existência dum Irmão nascido no Brasil e residente em Lisboa. Talvez Cipriano a princípio se chamasse irmão como outros, que canônicamente o não eram. A diferença está em que se confirmou em 1556 a sua situação de jesuíta, e assim se tornou Cipriano o primeiro filho do Brasil, que entrou, viveu e morreu na Companhia de Jesus. Fato que interessa à história das vocações à Companhia no Brasil e, pela data, não só do Brasil mas de tôda a América [64].

* * *

Cipriano nasceu em São Vicente por 1540, segundo o catálogo de Coimbra do fim de julho de 1559, que o dá com 19 anos de idade e de muito boa saúde [65]. Em uma resposta, escrita por seu punho, de excelente caligrafia, em começos de 1561, êle próprio declara: "Chamo-me Cipriano. Sou de vinte anos. Sou de São Vicente, bispado da Bahia, do Brasil" [66]. Neste

---

[63] LEITE, *História* I 562; *Mon. Bras.* III 488.

[64] Jerônimo Cotta é provável que fôsse filho de pais portuguêses. Porque os catálogos da Índia, ainda que dão a sua naturalidade americana, chamando-lhe português: "P. Hieronimo Cotta, português, de Honduras, obispado de Santiago" (*Goa 24-I*, f. 223v). Mas o ter nascido nas Índias de Castela faz que se lhe chame também castelhano. Na "Lista de los Padres y Hermanos destos Collegios de Coimbra 1.º de Henero de 1565" lê-se: "Hierônimo Cotta. Castellano, natural de las Indias de Castilla, de la cidad de Guatimala, obispado de la mesma ciudad; entró en la Compañia a 9 de Novembre de 1561. Estudia latinidad en la 2.ª" (*Lus. 43*, f. 243r). E aí fêz e concluiu os seus estudos. Ignoramos os caminhos que levaram Jerônimo Cotta desde a América Espanhola até Coimbra. Talvez porque a êsse tempo, 1561, Portugal era a única nação evangelizadora que tinha missões da Companhia de Jesus na América. Jerônimo Cotta, que pertencia à província de Portugal, e se ordenou de sacerdote em abril de 1573 (*Lus. 43*, f. 463r), foi mestre de noviços em Évora e Coimbra e homem de zêlo, assinalando-se a sua atividade com os presos da cadeia e condenados às galés (FRANCISCO RODRIGUES, *História* II/1 194 505). Mais tarde navegou para a Índia, donde, de Goa, a 29 de novembro de 1591, escreveu ao P.e Manuel Rodrigues, assistente em Roma, sôbre as cartas dos primeiros missionários jesuítas das Índias de Portugal (cf. SCHURHAMMER-WICKI, *Epp. Xav.* I 101* nota 32).

[65] "Es muy dispuesto", ARSI *Lus. 43*, f. 78r.

[66] ARSI, F G, *Ms. 77-I*, f. 351r.

inquérito, em que cada qual respondia aos quesitos comuns a todos, por ocasião da visita do P.e Jerônimo Nadal, não se perguntava o nome dos pais; o apelido, sim, como se lê em quase tôdas as outras respostas. Cipriano foi dos poucos que o não escreveram.

Era órfão: "Pai não tenho, senão mãe". A família (mãe e um irmão) "tem de renda novecentos cruzados". O pai morreria antes de 1555, ano em que Cipriano (com 15 anos de idade), fêz os votos recebidos por Nóbrega; e em virtude do de pobreza devia dispor dos bens que possuísse: "Não fiz votos senão depois de estar três anos; a fazenda tôda leixei (*sic*) a meu irmão menor". Irmão menor, que era único: "Não tenho senão um irmão, não sei se será já casado [1561]; irmãs não tenho. A meu irmão ficava esta renda que acima tenho dito". Infere-se que Cipriano, como mais velho ou morgado, renunciou no irmão os novecentos cruzados, de que igualmente se sustentava a mãe.

Deixando de mencionar o apelido, não deu elementos positivos para a identificação da família: Pai português, mãe índia. Se fôssem portuguêses mãe e pai, o filho considerar-se-ia simplesmente português, como então se usava, por nascer na América Portuguêsa, e se viu de Jerônimo Cotta, natural das Índias de Castela, por isso "castelhano". Mas os catálogos ora tratam Cipriano de "brasilus", ora dizem que "é brasil de nação", tratamento que poderia até sugerir a idéia de que o pai fôsse índio. Nenhum índio porém deixava renda, e renda razoável, como se deve avaliar em 1555 aquela de 900 cruzados ou 360$000. E Nóbrega, como se verá, fala num ou dois "mestiços", que enviava para Coimbra. Não podem subsistir dúvidas: Cipriano era mestiço de sangue português e índio.

Na casa paterna como passou a meninice? Quanto à educação cristã: "Estava em casa de meu pai, e aos dias santos ouvia missa e tinha muita devoção às coisas de Deus, como às orações". Quanto ao modo de vida: "Naquele tempo não me ocupava em nada, somentes estar em casa de meu pai; e não estudei fora, senão a ler e escrever" [67]. Recebeu-o na Com-

---

[67] *Ib.* Trata-se dum questionário para todos. Esta pergunta destinava-se sobretudo a homens feitos, que se ocupavam em diferentes atividades, antes de entrar na Companhia; e, com as respostas, se determinavam as aptidões de cada qual. Não se faria esta pergunta de pro-

panhia o fundador do Colégio da sua terra natal: "Recebeu-me o P.e Leonardo Nunes em São Vicente". Perguntado porque entrou, respondeu: "Pareceu-me bem a maneira de servir a Nosso Senhor, por isso, não mais, pediu" [68]. Já na Companhia, fêz os exercícios espirituais durante mês e meio; e em 1555 os votos, esperando para isso pelos 15 anos de idade.

Sucedeu que as Constituições as escrevia ainda Santo Inácio ou lhes dava a última demão, quando Cipriano entrou na Companhia em São Vicente, a 4 de março de 1552 [69]. E enviando-se para Portugal as Constituições em 1553, a título de experiência, averiguou-se que não se podia admitir ninguém na tenra idade, de 12 anos, como êle tinha ao entrar. Examinada a situação do Ir. Cipriano, recebeu-se de nôvo em Portugal em setembro de 1556, continuando firme todavia a admissão quatro anos antes. Estudou algum Latim ou ainda em São Vicente ou já em Coimbra e, por prova e se lhe dar tempo a fazer-se mais homem, ocupou-se em ofícios humildes: "todo o tempo serviu em ofícios, senão um pouco que estudou latim" [70].

As Casas, por onde passou, relata-as êle: "Estive no Colégio do Brasil de São Vicente, no Colégio de Coimbra, Santo Antão e agora em São Roque" [71]. Não se declara o tempo exato em que chegou a Coimbra. Mas a 25 de março de 1555 escreve Nóbrega: "De alguns *mestiços* da terra, que nesta Capitania de São Vicente se receberam, escolhi *um* ou *dois* êste ano e mando-os ao Colégio de Coimbra, dos quais tenho alguma esperança que serão de Nosso Senhor, e que serão proveitosos para a nossa Companhia se lançarem boas raízes em virtudes: e para êste efeito os mando, e para aprender, se lá assim parecer" [72]. Ao escrever a carta ainda duvidava se seria um ou dois. Por então só mandou Cipriano. E parece que só em-

---

pósito para os que entraram crianças. Mas Cipriano, vendo-a no questionário, não a deixou sem resposta. E é útil, porque mostra como aprendeu a ler e a escrever em São Vicente antes dos 12 anos.

68 *Ib.*, f. 351r.

69 Arsi, *Lus.* 43, ff. 26r 78r.

70 *Ib.*, f. 26r.

71 Fondo Gesuitico, *Ms.* 77-*I*, f. 351r.

72 *Cartas de Nóbrega* (1955) 198; *Mon. Bras.* II 169.

barcou no ano seguinte e que a entrada em setembro de 1556 indica também o ano e o mês da sua chegada a Portugal. Nóbrega, que recebeu em 1556 na Capitania de São Vicente onde então estava (São Vicente e São Paulo) as Constituições [73], tomou conhecimento de dois fatos: primeiro que a Companhia deixara de ter cargo de órfãos [74], segundo que os primeiros Colégios dos Meninos de Jesus se deviam de ajustar ao Instituto da Companhia agora em forma. Voltando de São Vicente para a Bahia o Provincial levou consigo alguns Irmãos, e a Cipriano enviou-o a estudar no Colégio de Coimbra. O Reitor, B. Inácio de Azevedo (reitor, e ao mesmo tempo estudante de Teologia) recebeu o Ir. Cipriano e sem lhe dar categoria de noviço, tratou-o pràticamente como se o fôsse (era apenas de 16 anos), ocupando-o em ofícios humildes que não tivera muita ocasião, nem idade, para exercitar no Brasil. O nome do Irmão já aparece — e é a primeira vez — em 1557: "Cypriano, sirve enfermos, es Brasil de nación" [75]. Ficou em Coimbra de três a quatro anos. No catálogo de 1559 (era já reitor o P.e Diogo Mirão), os que se não ocupavam em estudos, agrupam-se todos com a designação de "coadjutores", tomada em sentido diferente da atual que só se aplica a coadjutores temporais ou irmãos leigos. Sob a mesma designação se juntam "Cyprianus, brasilus" e Sebastião Barradas, que havia de ser professor da Universidade de Évora, Amador Rebêlo, mestre de El-Rei D. Sebastião; e ainda, com outros, que também haviam de ser padres, se lêem os nomes de dois que navegariam para o Brasil, Cristóvão Ferrão, procurador, e Marçal Beliarte, professor da Universidade de Évora e provincial do Brasil. E estudava no mesmo Colégio o 2.º ano de Filosofia, Cristóvão Clávio, que a posteridade denominaria o "Euclides do século XVI" [76].

Do Colégio de Coimbra, Cipriano passou para o de Santo Antão em Lisboa, ainda "em provação", e aí foi ajudante de enfermeiro e depois em São Roque amanuense ou calígrafo,

---

[73] *Cartas de Nóbrega* (1955) 212; *Mon. Bras.* II 283.
[74] *Cartas de Nóbrega* (1955) 209; *Mon. Bras.* II 280.
[75] ARSI, *Lus.* 43, f. 64v.
[76] ARSI, *Lus.* 43, f. 383r-384r.

segundo o catálogo desta Casa, agôsto de 1561: "Ajuda ao enfermeiro. Veio há pouco de Santo Antão *para escrever*"[77].

A "provação" dos ofícios humildes, às vêzes prolongada, era comum, e nêles se ocuparam não apenas Cipriano, mas a maior parte dos que com o tempo se ilustrariam em diversos setores. O primeiro grande filósofo da Companhia, autor da "Ciência Média", que ensinou em Coimbra em 1566[78], Pedro da Fonseca, depõe naquele inquérito de 1561: "Fui cozinheiro, porteiro, enfermeiro; e ajudei em outros ofícios"[79], e Luís de Molina, autor da "Concordia", mantendo-se na generalidade, responde: "Pedi esmola algumas vêzes e andei em ofícios baixos"[80].

Cipriano gozava de boa saúde: "Não tenho nenhuma enfermidade, louvado Cristo, nem dor de cabeça, nem de estômago, nem outra alguma, senão quando Nosso Senhor me visita"[81]. Não interpretamos êste final do período como expressão mística (aliás não excluída), mas como forma de dizer que não padecia de doença estável, senão de coisas passageiras quando Deus permitia. Talvez de natureza moral: "quando estou agastado ou malinconizado"[82], como êle de si mesmo escreve, e sucede alguma vez na vida a tôda a gente incluindo os santos.

Tôdas as respostas do Ir. Cipriano denotam coração bem formado, lealdade de sentimentos, ânimo viril e virtude assente. E no que se refere à vocação, que abraçou, e às obrigações do seu estado mostra firmeza: "Tenho grandíssimo desejo de perseverar na Companhia"[83]. Cipriano perseverou de fato tôda a vida, mas Deus abreviou-lha, contra o que se esperava da sua boa saúde. "Faleceu a dois de março de 1563 em Lisboa"[84].

---

77 *Lus. 43*, f. 149r. A seguir ao seu nome: "Amador Rabelo, companheiro do P. Luís Gonçalves" [da Câmara].
78 *Synopsis Historiae Societatis Iesu* (Lovanii 1950) 52.
79 ARSI, Fondo Gesuitico, *Ms. 77-IV*, f. 300v.
80 *Ib.*, *77-IV*, f. 51v.
81 *Ib.*, *77-I*, f. 351r.
82 *Ib.*, f. 351r.
83 *Ib.*, f. 351v.
84 *Ib.*, f. 351r.

Dá-se a notícia, não se dão pormenores [85]. Tinha 23 anos de idade, a mesma de São Luís Gonzaga, que ainda não era nascido para ser modêlo da sua virtude. Sem dúvida que o primeiro jesuíta nascido em terras americanas, não seria tão santo como Luís Gonzaga. Deus o sabe! "Desejo de padecer muito por Cristo Senhor Nosso" — dizia Cipriano [86]. O que sabem os homens — e isto já se funda nas lições da História — é que êstes santos ignorados dos primeiríssimos tempos: quem então se lembraria de os notar, não sendo príncipe, nem morrendo em Roma?

* * *

A título de conclusão erudita propõe-se um problema: Não será o autógrafo do Ir. Cipriano, de São Vicente, o documento número um do Brasil? Claro que se trata de sentido diverso da carta de Pero Vaz de Caminha, que continuará a ser o número um, na cronologia e no valor intrínseco. A nossa pergunta é: Não será Cipriano, entre todos os filhos do Brasil, o primeiro de quem existe algum autógrafo?

---

[85] O documento utilizado no texto não dá pormenores da sua morte. Dá-os a Quadrimestre de S. Roque (Lisboa), 17 Kal. Ianuarii 1563, de Antônio de Monserrate. Fala primeiro do Ir. Jorge Martins e depois do Ir. Cipriano, "brasil, de origem portuguêsa", que faleceu de uma úlcera no fígado a 2 de março de 1563. No fim, reúne os dois Irmãos falecidos, no mesmo exemplo de virtude: "Alius quidem Frater, natione bresilius genere lusitanus, Cyprianus nomine, ulcere quodam iecoris affectus, in gravem incidit febrim, qua mirum in modum brevi debilitatus, cum iam medici actum de eius salute praedicerent, sacramentis uti par est communitus, divino imperio sexto nonas Martias ab exilio in patriam caelestem est evocatus. Qui quidem Fratres tam firma quam infirma valetudine perspicue gratiam, quam a Divino illo Spiritu, qui est illustrator cordium acceperant, ostenderunt, tum in sui contemptus studio et in obediendo alacritate, tum maxime cum lecto decumberent in tollerantia et aequitate animi et amore, quo ipsius rerum omnium Creatoris nutu concessam aegritudinem aequo animo ferebant" (Arsi, *Lus.* 52, f. 69v).

[86] Fondo Gesuitico, *Ms. 77-I*, f. 351r. Cf. todo o autógrafo, *Mon. Bras.* III 391-394.

4

João Gonçalves, primeiro mestre de noviços no Brasil *
(1556)

Por setembro de 1552 vivia no Colégio de Coimbra um grupo numeroso de Irmãos da Companhia de Jesus, impossibilitados, por doença, de levar adiante as suas ocupações e estudos. Entre êles contam-se Antônio Blásquez, com quatro anos de Companhia, João Gonçalves com cêrca de três, Gregório Serrão com dois e meio, e José de Anchieta com pouco mais de um [87]. A fama de bondade, que ao clima do Brasil tinham criado em Portugal as cartas de Nóbrega e dos seus companheiros, e o exemplo do Ir. Vicente Rodrigues, que de doente, que era, melhorou, sugeriu a idéia de enviar aquêles jovens irmãos doentes para o Brasil. Embarcaram no ano seguinte com os P.es Ambrósio Pires e Brás Lourenço na expedição chefiada pelo P.e Luís da Grã, que aportou à Bahia a 13 de julho de 1553 [88]. Dos quatro enfermos de Coimbra, o que teve mais

* Publ. in *Verbum* 8 (Rio de Janeiro, 1951) 249-260.

87 Arsi, *Lus. 43*, ff. 228v-229v.

88 Leite, *História* I 561.

longa vida no Brasil foi Antônio Blásquez, falecido em 1606; depois José de Anchieta, em 1597; e a seguir Gregório Serrão, em 1586. João Gonçalves, embora o compensasse em intensidade, viveu pouco. E também de todos é o menos estudado, concorrendo para isso a dupla circunstância de nunca haver saído da Bahia e aldeias dos arredores, nem se lhe conhecer nenhuma carta ou escrito. Apenas às vêzes se lembra o seu nome a propósito de Nóbrega, nas belíssimas palavras com que êste sentiu a sua morte. Em todo o caso, por ser dos primeiros jesuítas, também João Gonçalves nalgum ponto foi pioneiro, e o aparecimento agora duma carta sua oferece oportunidade para se ver como e em quê.

* * *

Quando a expedição missionária de 1553 chegou à Bahia, estava à frente do Colégio Vicente Rodrigues, ausente no Sul o P.e Nóbrega. Luís da Grã encarregou o Ir. Blásquez de ensinar os meninos a ler e escrever Português e a alguns Latim; e, sobrevindo instruções de Nóbrega para que os Padres e Irmãos tomassem também o rumo do Sul, ficaram na Bahia Luís da Grã e João Gonçalves, êste com o ofício que tinha o Ir. Blásquez, e ainda o encargo, nada fácil naqueles tempos, de prover à parte material da Casa, no que respeitava às subsistências da cozinha e despensa. Quase ano e meio depois, escreve Luís da Grã:

"Depois que o P.e Leonardo Nunes veio por mandado do P.e Manuel da Nóbrega visitar as Casas, que estão por estas partes, da Companhia, e levou os Padres e Irmãos que puderam ir, deixou-me aqui com um Irmão, que também veio do Reino, que se diz João Gonçalves, cujas ocupações eram ensinar os meninos, que temos a cargo, e ter cuidado de dar ordem ao que era mister para a sustentação dos meninos: que é farto trabalho para a sua disposição, que, por graça do Senhor, foi sempre em notável aumento, vindo êle do Reino sem remédio humano de saúde, porque não puderam fazer tanto os muitos que se lhe procuraram no Reino, quanto fêz a terra com tão bons ares, como tem, que sem dúvida os velhos e de fraca compleição a sentem muito a propósito para

a sua saúde corporal. E de tôdas as partes do Brasil se diz o mesmo"[89].

Quando se escrevia esta carta (fins de 1554) já tinham voltado de Pernambuco o P.e Antônio Pires, que aí estivera desde 1551, e de Pôrto Seguro o Ir. Blásquez, que em vez de ir para o Sul aí ficara; e determinou o P.e Nóbrega que Luís da Grã seguisse também para São Vicente, vindo para a Bahia o P.e Ambrósio Pires, de Pôrto Seguro, onde vivera perto de dois anos, a fim de substituir o P.e Grã no cargo de reitor da Bahia. O Ir. João Gonçalves ficaria seu colateral; e o Ir. Antônio Blásquez mestre de Latim[90].

Embora se mandasse chamar, Ambrósio Pires não veio logo de Pôrto Seguro retido em ministérios; e quando chegou, em junho, o Colégio da Bahia tinha 44 pessoas, entre Padres, Irmãos e noviços ou candidatos à Companhia, governados todos pelo outro Padre, de igual sobrenome, Antônio Pires. O Ir. João Gonçalves, que Nóbrega apresentara ao Bispo para se ordenar[91], ainda o não era quando escreveu a carta em que se refere às boas obras de ambos os Padres, um na Bahia, outro em Pôrto Seguro, calando as suas próprias. Publica-se, na íntegra, não só por êste aspecto simpático da sua fisionomia moral, como também para que conste e entre em futura edição das *Cartas Avulsas.*

Carta inédita do irmão (depois padre) João Gonçalves aos irmãos de Coimbra

(Bahia, 12 de junho de 1555)

†

Jesus

Caríssimos Irmãos em Cristo.

Pax Christi.

As novas, que ao presente vos posso dar desta terra, são que indo o P.e Luís da Grã desta cidade para São Vicente

[89] *Mon. Bras.* II 130.
[90] *Ib.* III 138.
[91] Leite, *História* II 518.

por mandado do P.e Nóbrega, ficamos o P.e Antônio Pires e eu. O Padre, em lugar de Luís da Grã e com os seus negócios e cargos, nos quais se houve muito bem pela bondade de Nosso Senhor, por ser grande servo de Deus e muito zeloso das almas dos próximos, e ter boa maneira para conversar a gente. Teve por muito tempo em bem que se exercitar por estar esta cidade muito cheia de inimizades e bandos. E por ser êstes bandos causados por duas cabeças, o Bispo [92] e o Governador [93], eram causa de grandes escândalos na terra, e tantos, que parecia esta cidade uma Babilônia em fogo e os mesmos cidadãos casados e moradores desejavam ver-se fora dela ainda que fôssem desterrados. Nestas inimizades e bandos trabalhou o P.e Antônio Pires muito tempo sem poder acabar que fôssem amigos, por serem raízes antigas, e não havia poder nem indústria humana que as cortasse. E, contudo, neste tempo que não queriam ser amigos, nem o Padre podia acabar com êles que o fôssem, ao menos fazia que não houvesse grandes desconcertos, como muitas vêzes acontecera se o Padre não interviera; porque andava entre êles como anjo de paz, tirando-lhes as tentações e maus propósitos que tinham uns para com os outros.

Uma tentação tinha o Governador, a qual contou ao Padre por ser muito nosso familiar e devoto. E era que lhe havia gritado o demônio ao ouvido, estando o Bispo pregando: levanta-te e atira-o do púlpito abaixo. — Esta digo para que vejam como andavam atravessados, calando outras coisas muito piores, que o demônio armava entre êles. A tudo isto acudia o Padre, tirando-lhes as tentações. Ao fim acabou o Padre com a ajuda do Senhor, que o filho do Governador [94], por quem se levantaram as inimizades entre o Bispo e o Governador, se fôsse reconciliar com o Bispo, com o qual ficaram amigos e se abriu caminho ao mesmo tempo para que o Governador também se reconciliasse. E assim se acabou e fêz obra de grande serviço de Deus, e se tiraram grandes escândalos que havia do Bispo principalmente.

---

92 D. Pedro Fernandes.
93 D. Duarte da Costa.
94 D. Álvaro da Costa.

Outras coisas fêz, que não escrevo, por não saber bem ao certo como passaram. Apenas direi em geral das suas grandes ocupações por estar só: porque, tendo o cargo da casa e das obras, confessava, visitava os enfermos e presos da cadeia, e tratava com o Governador, e com as pessoas que era necessário, que alguns pobres se tirassem da cadeia, buscando para êles fiadores e escrivão. E quando estas ocupações do próximo lhe faltavam, ocupava-se nos ofícios de casa.

Uma coisa de grande serviço de Nosso Senhor fêz há pouco. Veio um homem com dois bergantins e um barco, em que trazia muita soma de escravos salteados para vender nesta cidade; e, sabendo-se que vinham salteados, fazia a cobiça que os comprassem. Acudiu o Padre e disse que quem comprasse escravos daqueles não se havia de salvar. E querendo-se os homens do navio confessar com o Padre, lhes respondeu que não o faria sem o Governador lhe dar um escrito, firmado de sua mão, em que se obrigasse a pôr todos os índios que traziam salteados em suas terras; e, com ser tudo isto muito manifesto na terra, se sofria, sendo coisa que El-Rei muito proíbe. E vendo o Padre que se vendiam, fêz com o Governador que os mandasse levar a suas terras, o que êle fêz com grande repugnância, e, segundo parece, forçado da vergonha e escrúpulo que o Padre lhe meteu por ser seu confessor.

Em Pôrto Seguro soube que o P.e Ambrósio Pires era muito aceite; e tanto que uma povoação quis passar para a ermida onde estava, por ficar um tanto afastada [95], e assim pudesse gozar de sua conversação mais freqüente; o que não se efetuou por estarem incertos da sua demora naquela terra. Aconteceu uma vez dizer o Padre a uma povoação, aonde costumava ir pregar, que não podia ir lá pelos grandes lamaçais e rios perigosos e mais dificuldades do caminho. Sabendo os moradores que aquela era a causa de êle não ir, deram logo ordem a se fazer uma ponte muito grande de madeira e um caminho muito bom por amor do Padre, no que mostraram os grandes desejos da sua santa doutrina.

A Quaresma passada foi também de Pôrto Seguro a uma povoação, a sete dias de caminho muito áspero por haver rios

---

[95] Nossa Senhora da Ajuda.

que se passavam a vau com dar a água pelo pescoço ao Padre, e a essa gente chamam mouros brancos por ser mui terrível e andar em bandos. Doendo-se dêles o Padre determinou de ir lá pregar, o que lhes causou muita devoção e lágrimas, fazendo-se muitas amizades; e dois homens disseram a sua culpa pùblicamente que queriam mal a fulano por sua própria malícia e não por êle o merecer; e os fêz todos amigos. E estêve por seu capelão naquela terra dois anos [96], ajudando-os em tudo com muita satisfação dêles.

Uma vez, estando a comer, avisaram-no de que andava uma heresia na vila. Levantou-se com grande zêlo, deixando o comer do corpo para acudir pela honra de Deus; e foi à vila onde se estendia a heresia, que era que Deus não tinha providência cá nas coisas dêste mundo; e, tirando-o do seu êrro, o meteu na verdade, pesando-lhe muito do que tinha dito, confessando ser o contrário verdade. E assim tôdas as mais vêzes que o iam chamar para algum negócio, era forçado a passar rios com grande trabalho. E estando uma vez convalescente de uma febre o vieram chamar; e, forçado da caridade e obrigação, que todos temos, pela grande opinião que algumas pessoas têm de nós, foi. E indo para passar um rio, não achou barco mas achou um menino com uns paus (que chamam *jangada*), sôbre os quais vai dificultosamente quem não sabe; e assim aconteceu ao Padre primeiro que se segurasse cair à água muitas vêzes e molhar-se muito bem, até que, ensinando-o o rapaz, passou com dificuldade e tão grande frio que lhe voltaram as febres. E desta maneira é necessário ou forçoso algumas vêzes que se curem os convalescentes. Nada mais, senão que me encomendo nas santas orações de todos.

Desta cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 12 de junho de 1555.

De todos indigno Irmão em Cristo

João Gonçalves" [97].

---

96 "Dois anos" naquela terra, isto é, na Capitania de Pôrto Seguro.

97 Madrid, Colégio de Chamartin, códice do antigo Colégio de Alcalá, *Varia Historia* III, f. 622r-622v. Esta carta, com outras do Brasil, foi-nos conservada em tradução espanhola, que se verte de nôvo para a língua original portuguêsa, pois é de português para portuguêses. Em espanhol, *Mon. Bras.* II 239-242.

A opinião que "algumas pessoas têm de nós", de que fala João Gonçalves na sua carta, êle a compreendeu, como poucos, para lhe corresponder e a aumentar. E em particular coadjuvou o pensamento de Nóbrega na catequese dos índios. Aprendeu bem a língua tupi; e todo o tempo que o govêrno material da Casa (desde que chegara fôra sempre uma espécie de ministro ou procurador dela) lhe deixava livre, o ocupava com os filhos da terra até que, por meados de 1555, Nóbrega (que desde São Vicente e São Paulo continuava a dirigir tudo no Brasil) o encarregou a êle de se ocupar mais de propósito dos meninos índios para intensificação do ensino. Ambrósio Pires, reitor do Colégio, também era favorável a êste movimento reanimador da catequese infantil. João Gonçalves começou a percorrer as aldeias dos arredores da Bahia — a do Simão, a do Tamandaré (São Lourenço), e a do Rio Vermelho — e convidava os filhos dos índios para o Colégio. "E, da primeira vez que foi a elas, trouxe dois meninos; a um dêles puseram o nome de Paulo, e ao outro o de Pedro. Da segunda vez trouxe três mui bonitos, a que o P.e Ambrósio Pires pôs o nome dos três Reis Magos [Gaspar, Belchior e Baltasar]. Daí por diante, ajudando-se da obediência, ora trazia quatro, ora cinco, ora seis, de modo que lhe cobraram tanta afeição, que fugindo de suas mães o vinham aguardar ao caminho para que os trouxesse consigo". Tudo isto com tanta prudência e eficácia que algum tempo depois já se escrevia que quase todos — êstes e outros que se continuaram a receber — eram cristãos, sabiam a doutrina, "e aprendem a ler e a cantar" [98].

Ocupou-se João Gonçalves nesta intensa missão educativa até o fim de maio ou princípio de junho de 1556, em que recebeu Ordens Sacras, esperando em todo o caso que Nóbrega voltasse de São Vicente, para celebrar missa nova, que foi dia de Nossa Senhora da Assunção (15 de agôsto). Achou-se "presente o Governador com tôda a mais gente da cidade, e dado que não foi festejada com flautas e canto de órgão, todavia tivemos cá uma coisa que leva a vantagem a tôda a música e cantares, porque ordenou o Padre [Nóbrega], que os ìndiozinhos catecúmenos, os bautizasse êle em êste mesmo

[98] *Mon. Bras.* II 379-380.

dia. O negócio passou assim: Vinham os meninos com suas roupetinhas brancas e umas capelas de flôres em a cabeça e palmas em as mãos em sinal da vitória que alcançavam do demônio. Já em êstes comenos estavam os Padres aguardando por êles à porta da igreja, aonde se lhes fizeram os catecismos, com tôda a solenidade e festa, que nós pudemos. Estando, pois, tudo a ponto de os bautizar, começaram os Padres e meninos a ladainha cantada, não com pequena devoção e lágrimas dos presentes, por ver como a piedosa clemência do Senhor se dignava de escolher a êstes para filhos, nascidos de gente tão bruta e boçal. Depois de feitos cristãos, nos fomos para dentro levando-os em meio de nós outros, cantando *Te Deum Laudamus,* e os abraçamos, não como a servos e estranhos, senão como filhos de Deus".

Regozijo simples e geral. A gente de fora, em particular os gentios estavam contentes, e as mães índias radiantes por verem como eram bem tratados os filhos. E "em casa não faltava prazer; maiormente o Padre *missam cantans,* pela sorte que lhe coube, estava mui alegre, e certo parece haver-lhe Deus guardado êste prêmio por lhe galardoar o trabalho que êle tomou em os ir buscar, porque êstes são os ìndiozinhos, que em outras faço relação, que deixados os seus pais, se vinham a êle" [99].

O encanto do trato e pessoa, que irradiava do jovem educador e atraía os meninos para o estudo e educação cristã, nas escolas externas, aproveitou-o o Provincial no plano mais alto de formação interior, no noviciado. Até então não havia padre-mestre, por ofício. Nóbrega fazia as suas vêzes na Bahia; e em São Vicente Leonardo Nunes e o mesmo Nóbrega quando para lá foi em 1553. Recebidas agora no Brasil as Constituições da Companhia de Jesus, para se ajustar com elas, o Provincial nomeou mestre de Noviços o nôvo Padre João Gonçalves [100]. E foi o *primeiro que no Brasil teve o ofício de padre-mestre.*

Com êste reconhecimento prático do seu ascendente sôbre a juventude e da sua humildade e caridade, continuou a inal-

---

[99] *Ib.* II 349-350.
[100] *Ib.* II 347.

terável dedicação, que o animava para com os filhos da terra. Quando se tratou no ano seguinte (1557) de informar o P.º Geral sôbre os principais Padres e Irmãos do Brasil, Nóbrega escreve: João Gonçalves "é a minha alegria e consolação" [101]; e a respeito do trato com os índios: "Dêstes todos, que tenho dito, se não é o P.ᵉ Luís da Grã e o P.ᵉ Paiva um pouco, e o P.ᵉ João Gonçalves que tem muita caridade, todos os mais têm muito pouco gôsto do gentio" [102].

Conhecendo o Provincial quem tinha no P.ᵉ João Gonçalves, confiou-lhe o govêrno do Colégio da Bahia. E ainda que também estava presente, Nóbrega, — como já antes fizera no Sul — não era superior local de uma casa, mas de todos, e ora morava numa povoação, ora noutra, onde se exigisse mais a sua presença ou o bom govêrno da província. Em 1557 residia na Aldeia do Rio Vermelho [103], e em 1558 na de São Paulo [104]. Neste ano, além do Colégio, havia quatro aldeias, mas só três padres. A 12 de setembro informa-se: "Neste Colégio da Bahia reside um só, que é o P.ᵉ João Gonçalves, com alguns Irmãos; o P.ᵉ Nóbrega em São Paulo; e Antônio Pires em São João. As outras duas povoações estão esperando por socorro". E explica-se: "Esperamos em Nosso Senhor que, além dos da Companhia, mande Sua Alteza gente que com seu poder ajude a conservar o começado e acabe de sujeitar esta terra, que tantos frutos está prometendo. Nesta cidade se fêz fruito em confissões de muitos, agora com dois jubileus que vieram; e neste Colégio se confessou muita gente daqueles que nós podemos confessar, que são mulheres e gente pobre, que não tem inconvenientes de escravos, e dêstes é grande confessor o P.ᵉ João Gonçalves, que é agora o que reside neste Colégio com alguns Irmãos" [105].

Estava, pois, à frente do Colégio, como superior local, e era mestre de Noviços, e confessor da gente humilde. Como se isto não bastasse, trabalhava ainda pelas aldeias circun-

---

101 *Cartas de Nórbega* (1955) 274; *Mon. Bras.* II 417.
102 *Cartas de Nóbrega* (1955) 275; *Mon. Bras.* II 418.
103 Leite, *História* IX 423.
104 Id., *ib.* IX 425.
105 *Mon. Bras.* II 471 473.

vizinhas numa atividade caridosa e permanente, onde não faltava a medicina caseira nem o tratamento de feridas. Entre as aldeias, que João Gonçalves visitava e onde de vez em quando dormia, uma era a do Principal Simão, muito populosa pela fama que havia de que entre Simão e os portuguêses reinava amizade. Deu ordem Simão aos seus índios que "os grandes de noite em a rêde ensinem os pequenos, e assim mo tem dito [106] o P.e João Gonçalves, que os ouve de noite em sua pousada repetir e praticar da doutrina. Louvores a Deus por tudo. Serve tão bem o P.e João Gonçalves como o Ir. José em São Vicente, porque ausentes, permite o Senhor que em isto se conformem, assim como em o Colégio [de Coimbra], quando eram enfermos e companheiros todo o tempo se conformaram em santos exercícios e conversações [107]. Entre outras enfermidades que com a ajuda [de Deus] sarou, foi esta uma que, estando uma índia mui ao cabo, de câmaras, e, não tendo remédio os parentes com que as estancar, lhe fêz uns emplasmos com almécega e azeite (porque cá não há outros materiais) e logo a deu sã, ficando por esta cura acêrca dos negros [índios] em grande reputação. Agora também em outra aldeia cura a outro gentio de uma cutilada, que tem em um braço, assaz perigosa, e tem-no já quase são dêle. Bendito seja o Senhor, que de tudo sabe tirar proveito, porque estando êle em Coimbra desconfiado dos físicos, e, como dizem sentenciado à morte, tem cá dado a muitos a vida, máxime aos inocentes que tem bautizado" [108].

Nos meados de 1558 (talvez no dia de Pentecostes) o P.e João Gonçalves e o Ir. Antônio Rodrigues fundaram a aldeia do Espírito Santo (Abrantes). Era lugar acomodado para o estudo e recolhimento, fora do bulício da cidade, sete léguas dela. Quando João Gonçalves ia a esta aldeia "se podia dar à oração de que êle era muito zeloso". Em breve se concentraram neste lugar 150 meninos da escola, que tantos eram em dezembro. E aí se realizavam grandes batizados de crian-

---

[106] Fala o Ir. Antônio Blázquez.

[107] O paralelo entre José de Anchieta e João Gonçalves parece sugerir que não haveria também grande diferença de idade entre um e outro.

[108] *Mon. Bras.* II 355.

ças "lactantes", para que a mortalidade infantil, sempre de índice elevado, as que ceifasse, as não levasse pagãs. Tendo-lhe mandado o P.e Nóbrega que fôsse lá mais uma vez para doutrinar os habitantes, João Gonçalves resolveu fazer um batizado de numerosas crianças no dia da Senhora da Conceição, a 8 de dezembro. Pediu ao Provincial que houvesse por bem ser o pregador da festividade e indicou-lhe o tema: falar das grandezas da Mãe de Deus e incitar os homens a tratar com Nosso Senhor por meio dela. Portanto, sermão de Nossa Senhora, medianeira.

De manhãzinha, procedeu o P.e João Gonçalves ao batismo, que foi solene e longo; e ao terminá-lo estava com febre. Ainda disse missa, mas a custo. E foi a última, sem jamais omitir nenhuma desde a primeira, que celebrou noutro dia também de Nossa Senhora. A febre apresentou-se logo tão violenta e fatal, que, levado para o Colégio da Bahia, o jovem apóstolo da juventude e das crianças expirou na noite de 20 para 21 de dezembro, dia de São Tomé, ano de 1558.

São de Nóbrega os pormenores desta sua doença e morte. Mas dê-se-lhe a palavra, que as que escreve brotam do coração.

João Gonçalves, diz Nóbrega, "foi levado à igreja para lhe fazerem os ofícios, onde por ser dia santo, e porque era amado de todos, concorreu tôda a cidade a seu enterramento; e faziam todos grande pranto, não cessando de lhe beijar os pés e as mãos, e com trabalho lho tiramos para lhe dar sepultura. Mas eu a mim chorava e não deixo de chorar, quando me acho sem êle, porque de tôdas as partes fiquei órfão: êle era o meu exemplo, minha coluna que me arrimava e consolava; seus conselhos sempre me foram saudáveis, tão fiel companheiro nunca ninguém perdeu como eu; êle me descansava e fazia dormir o meu sono quieto, porque tomava todos meus trabalhos sôbre si, por êle e pela graça que Nosso Senhor lhe deu. Vivia eu, assim no espírito como no corpo, *qui amplius de fratre nostro,* nos trabalhos o primeiro, no descanso o derradeiro, na conversão dos gentios servente e zeloso, com os cristãos muita caridade e humildade, no serviço dos seus irmãos e dos pobres mui diligente, na obediência mui pronto, nos conselhos mui maduro, na governança da casa mui vigilante, na observância das regras mui cuidadoso: *Ó frater, quis mihi*

daret ut pro te morerer! Porque assim acabara um mau de escandalizar e ficara uma candeia de luz e bom exemplo nesta Casa e nesta terra" [109].

João Gonçalves era ainda nôvo, 30 anos, se tanto. Entrara na Companhia de Jesus, no Colégio de Coimbra, a 11 de janeiro de 1550 [110].

Como o Ir. noviço São Estanislau, nascido no mesmo ano em que começou a viver na Companhia o Ir. João Gonçalves, êste viveu muito, em pouco tempo. Não é outro o sentido da sua vida. E as generosas e humildes palavras com que Nóbrega fala do primeiro mestre de Noviços do Brasil, são o elogio de um santo. Como era, aliás, o parecer de todos [111].

---

109 *Cartas de Nóbrega* (1955) 305-307; *Mon. Bras.* III 60-62; cf. *Biografia de Nóbrega* 200-201.

110 ARSI, *Lus. 43,* f. 4r. O catálogo diz apenas: "1550, Janeiro 11, Joam Gonçalves"; não dá a terra de Portugal em que nascera, nem o ano do nascimento. Dados biográficos êstes, cuja menção não se usava nos primeiros catálogos da Companhia. Mas pelas idades que depois se declararam, e conhecem, dos seus três companheiros de Coimbra, Anchieta, Blázquez e Serrão, pode-se estimar que a idade de João Gonçalves andaria à roda dos 30 anos quando faleceu. Cf. *Mon. Bras.* II 71*-72*.

111 "De todos era tenido por sancto y con razón" — diz a *Historia de la fundación del Collegio de la Baya* (ARSI, *Bras. 12,* f. 13r; *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 19 [1897] 89).

5

Diogo Fernandes, primeiro padre da Companhia de Jesus nascido no Brasil (1543-1607) *

POM AS DATAS de nascimento (1543), entrada na Companhia (1560) e ordenação sacerdotal (1572) constitui-se Diogo Fernandes o primeiro filho do Brasil que, *sendo jesuíta,* se ordenou padre.

Estudando os catálogos portuguêses, deparou-se-nos Jerônimo Cotta, de Guatemala, onde nasceu em 1545, que entrou na Companhia em Portugal em 1561, quando ainda não existia a Companhia de Jesus na América Espanhola. Formou-se em Coimbra e ordenou-se em abril de 1573 [112]. E conhecemos Pedro Mercado, nascido no México em 1546 e que sendo jesuíta se ordenou na mesma cidade, também em 1573 [113]. Será Diogo Fernandes o primeiro filho de América, que *sendo jesuíta,* se ordenou?

---

* Publ. in *Verbum* 12 (Rio de Janeiro 1955) 17-21.

112 ARSI, *Lus. 43*, f. 463r.

113 JUAN SANCHES BAQUERO, *Fundación de la Compañia de Jesús en Nueva España 1571-1580* (México 1945) 45 172. Êste Juan Sanches

Outra pergunta poderia ser esta: quem é o primeiro filho do Brasil que subiu ao sacerdócio?

Sabe-se que o primeiro da Companhia, que no Brasil se ordenou padre, foi Vicente Rodrigues, em 1553. O Bispo tinha chegado à Bahia apenas há um ano; e parece que a ordenação sacerdotal do primeiro mestre-escola do Brasil foi também a primeira da América Portuguêsa.

Se Diogo Fernandes foi o primeiro filho do Brasil a ordenar-se na Companhia, não foi o primeiro a entrar nela. Antes dêle foram jesuítas outros nascidos no Brasil, destinados à vida sacerdotal; e basta recordar Cipriano, de São Vicente, o primeiro jesuíta do Brasil (e da América) entrado em 1552, mas que não chegou a ordenar-se por falecer nôvo.

Quem era Diogo Fernandes? Os catálogos do Brasil, que dão as suas notas individuais, a princípio eram pouco explícitos. O primeiro, de 1562, trá-lo a residir em São Vicente: "Diogo Fernandes, português, recebido para escolar" [114]. O segundo, de 1567, dá a idade e a sua qualidade de escolar em exercício: 24 anos de idade e oito de Companhia. Estuda Latim e sabe a língua dos índios [115]. O terceiro, de 1574, apresenta-o como padre, e já contém maiores explicações: entrou na Companhia em 1560 com 17 anos de idade; professo de três votos; grande língua; tem prudência; nasceu em Pôrto Seguro, de pais portuguêses [116]. E finalmente, o quarto, de 1583, catálogo elaborado conforme as regras oficiais trazidas pelo Visitador Cristóvão de Gouveia, repete algumas informações dos precedentes, dá o ano da profissão (1572) e diz que é "da *Vila* do Espírito Santo, diocese do Rio de Janeiro" [117]. E esta naturalidade é a que trazem sempre os catálogos seguintes.

Diogo Fernandes, entrou na Companhia em São Vicente, recebido pelo P.e Manuel da Nóbrega e ainda aí residia em 1562, passando pouco depois para a Capitania do Espírito Santo, onde já se encontrava em fins de 1563. No ano seguinte

---

Baquero, natural de Castela, recebeu ordens de presbítero juntamente com Pedro Mercado (1573).

114 Arsi, *Bras.* 5-*I*, f. 2r.

115 *Ib.* f. 6v.

116 *Ib.* f. 14r.

117 *Ib.* f. 24r.

era companheiro do Reitor P.e Manuel de Paiva, na Casa da Vila da Vitória, e enquanto êste se ocupava na direção superior da Casa e em ministérios com a gente branca, êle corria com os encargos domésticos e a catequese dos índios, cuja língua aprendera em menino.

Uma vez por semana ia visitar duas ou três pequenas aldeias, "fazendo-lhes a doutrina e algumas práticas sôbre ela, e acudindo-lhes a seus enfermos ou desconcertos se há entre casados, que algumas vêzes se oferece bem em que exercitar a caridade com êles". O resto da semana tomava conta dos índios da vila: "Tem cuidado de lhes fazer a doutrina o Ir. Diogo Fernandes e de lhes fazer algumas práticas sôbre ela na língua, especialmente os domingos e festas, o qual faz com muita caridade e zêlo da salvação das almas" [118].

Do Espírito Santo passou para o Colégio da Bahia, onde em 1567 estudava Latim [119] e depois Teologia Moral (Casos de Consciência). No dia 24 de junho de 1572 fêz a profissão solene de três votos na Bahia, ao mesmo tempo que o P.e Gregório Serrão (que mais tarde em 1581 fêz a de quatro) e o Ir. Antônio de Aranda, recebendo-as o Provincial P.e Inácio Tolosa [120]. Serrão já era padre, ainda não Fernandes e Aranda, que se ordenaram pouco depois, pregando na festa o Bispo D. Pedro Leitão [121].

---

118 *Cartas Avulsas* 457 461 463; *Mon. Bras.* IV doc. 22.

119 Arsi, *Bras. 5-I*, f. 6v.

120 Conservam-se dois exemplares da fórmula da profissão solene de três votos de Diogo Fernandes: a primeira tôda autógrafa em latim, incluindo a assinatura (*Lus. I*, f. 120r-120v); a segunda caligráfica, também em latim, mas com a assinatura autógrafa em português (*ib.* f. 122r-122v). Está anexa a fórmula dos cinco votos simples com a data de 26 de junho de 1572.

121 "En este tiempo [1572] dia de San Juan Baptista hizieron professión de tres votos el P.e Gregorio Sarrano, Rector deste Collegio y los Hermanos Diogo Fernandes y Antonio de Aranda. Y *day a poco* se ordenaron de missa. Predicó entonces el obispo Don Pedro Leiton con mucha satisfación de todos", *Bras. 12,* f. 19-20; *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* XIX 94. — Antônio de Aranda, companheiro de profissão e sacerdócio do P.e Diogo Fernandes, era português, natural de Longa, junto da cidade de Lamego. Entrou na Companhia a 28 de dezembro de 1561, embarcou para o Brasil em 1566. Foi grande pregador em português e tupi ("Concionator egregius, lusi-

Para maior solenidade da missa nova, Diogo Fernandes esperou o jubileu ou festa do patrono da Aldeia de Santiago, 25 de julho de 1572. Os dias dos padroeiros eram famosos. "Celebram-se estas festas com grandes solenidades e com procissões e missas cantadas em canto de órgão e flautas, que oficiam os próprios meninos índios da Escola; em especial na Aldeia de Santiago, onde o P.e Diogo Fernandes disse a sua missa nova com muita festa e consolação dos índios e muitos brancos que ali se acharam" [122].

Concluída a formação eclesiástica e religiosa, Diogo Fernandes voltou ao Sul. E, depois de breve estada no Colégio do Rio de Janeiro, fixou-se para sempre na Capitania do Espírito Santo, principal campo da sua atividade. Já se encontrava em 1583 na Casa da Vila (Vitória); em 1586 era superior das Aldeias de Nossa Senhora da Conceição e de São João (de ambas ao mesmo tempo); e, a dar-se crédito a Simão de Vasconcelos, tinha o cargo de superior da de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba em 1587 quando ali chegou para ser seu companheiro e o "ajudar na doutrina dos índios" o P.e José de Anchieta [123]. Certo é que Diogo Fernandes era superior das Aldeias da Conceição e São João em 1586 e superior da Aldeia de São Cristóvão em 1589 [124]. Nesta segunda data já o P.e Anchieta era superior da Casa da Vila. O catálogo seguinte, que é o de 1598, êste, sim, traz o P.e Diogo Fernandes como superior da Aldeia de Reritiba; e diz-se que "quase sempre se exercitou na conversão dos índios e por amor dêles foi três ou quatro vêzes ao sertão com grandes perigos e trabalhos" [125]. Martim da Rocha, companheiro seu algum tempo em Reritiba, escreve que o P.e Diogo Fernandes andou pelo sertão oito meses numa entrada que fêz, ficando êle só na aldeia, e que desceram "obras de duas mil almas". O missionário mandava-os adiante de si em pequenos grupos, e Martim da Rocha batizava logo as crianças inocentes para que não

---

tano et brasilico sermone"); e faleceu na Bahia a 26 de agôsto de 1603. Leite, *História* I 564.

[122] *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* 19 (1897) 96.
[123] Simão de Vasconcelos, *Vida de Anchieta* (Lisboa 1672) 297.
[124] *Bras.* 5-*I*, f. 33r.
[125] *Ib.* f. 47v.

morresse nenhuma sem batismo; e fazia o catecismo aos adultos na previsão de epidemias, que eram o pesadelo daquelas angústias da civilização, e se podiam sempre temer não porém evitar, sobretudo a da varíola que às vêzes os dizimava, como sucedeu com aquêles 2 000 de que morreram 300, batizados todos *in extremis,* que era o único arrimo e confôrto para a fé dos missionários [126]. A outra entrada se refere o Provincial Pero Rodrigues, falando das missões da Capitania do Espírito Santo. Tratara antes da Aldeia dos Reis Magos; e continua:

"Outras muitas missões se têm feitas das outras Aldeias, em especial de uma em que reside o P.e Diogo Fernandes, o qual, contando-me da derradeira entrada que fêz, e de que trouxe alguma gente, me referiu o caso seguinte, de dois cegos. Costuma êste gentio, quando caminha, virem enfiados um após outro. Acertaram dois cegos de virem detrás de todos, e um dêles de mais capacidade trazia um pau na mão palpando o caminho e animando o outro que o seguisse. Acertou êste a primeira jornada de errar o caminho e levar o outro consigo, e à bôca da noite se achou nas mesmas choupanas donde pela manhã tinha saído com a mais gente. Estando neste trabalho, embaraçado, sobreveio-lhe outro maior. E foi ouvir urrar uma onça, de que há muitas e grandes no Brasil, e das quais mal se defende um índio com arco e frecha. O pobre, não sabendo que remédio tivesse, pois não podiam fugir nem tinham quem lhes valesse, acordou de lhe fazer uma fala neste modo: *Ó Dona, bem vejo que nos podeis aqui matar, porém lembra-te que não é de valentes empregarem suas fôrças nuns miseráveis, que tão pouco podem; olha que somos cegos, tem compaixão de nós: desvia-te e deixa-nos ir nosso caminho em paz.* Ouviu a onça estas e outras palavras que o mêdo lhe fazia acrescentar, e afastou-se dêles; ou pera falar mais ao próprio, pôs Nosso Senhor os olhos em os seus bons desejos, desviou a onça, e deu-lhes ânimo pera depois continuarem seu caminho até encontrarem com a demais gente. E todos vieram a salvamento e se batizaram. E a êste pôs o Padre nome Celidônio" [127].

---

[126] Carta do P.e Martim da Rocha ao P.e Geral, de Piratininga, 12 de julho de 1600 (ARSI, *Bras.* 3-I, ff. 175v-176r).

[127] Carta de Pero Rodrigues, Bahia, 19 de dezembro de 1599, ARSI, *Bras. 15,* f. 473v; Bibl. Nac. de Lisboa, f. geral, Caixa 30, 82 n.° 7.

Diogo Fernandes, primícias sacerdotais do Brasil, na Companhia de Jesus, devia de ter achado outros muitos "dons do céu", como o desta graciosa fábula indígena, porque foi e, disto não há dúvida, um dos grandes missionários e sertanistas do seu tempo. Diz a Ânua que fêz nove entradas ao sertão, donde desceu para as aldeias da costa e a catequese cristã perto de 12 000 almas. Os últimos catálogos trazem-no sempre em Reritiba: em 1600 como superior; em 1601 como companheiro do superior; e o de 1606-1607, de nôvo superior [128], cargo em que faleceu a 28 de abril de 1607. Sempre teve fraca saúde ("infirma valetudine"), mas ainda assim viveu 64 anos. Os Padres das outras aldeias vieram assistir ao seu funeral, e a Vila da Vitória, donde os catálogos (exceto um) o dão como nascido, também lhe fêz exéquias solenes com o concurso das pessoas principais da capitania, o que em certo modo confirma os catálogos, pois de nenhum outro vimos que se lhe fizessem exéquias fora do lugar em que faleceu. Mas quem mais o chorou foram os índios. Choravam-no à sua maneira, em altas vozes e queixas, com que significavam o sentimento de terem perdido aquêle a quem chamavam o "Pai dos órfãos", o "fiel guia das suas consciências", o "médico das almas", o "consôlo das suas dores", e o "amparo nas suas dificuldades". Grandes e pequenos vinham ajoelhar-se junto da sua tumba, tocando-a com uma das mãos enquanto seguravam na outra o têrço. Diogo Fernandes enterrou-se na igreja da Aldeia de Reritiba entre os índios; e da sua sepultura começaram a pedir terra, que levavam para casa como de homem santo [129].

---

[128] Arsi, *Bras. 5-I*, ff. 47v 49v 62v 65v.

[129] Ânua de 1607, de Gaspar Álvares, Bahia, 2 de agôsto de 1608, Arsi, *Bras. 8*, f. 67r-67v; cf. *Lus. 58* (Necrol. I), f. 19r.

6

As primeiras cartas dos jesuítas do Brasil para o conhecimento da América (1549-1562) *

QUANDO em 1500 o navegador português Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, no próprio local do descobrimento se escreveu uma carta, que hoje conhece tôda a gente culta. Todavia a famosa carta do escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, só se publicou no século XIX.

Outros navegadores, portuguêses e estrangeiros, passaram depois por esta parte do mundo de Colombo e redigiram informações ou diários antes de 1549. Alguns permaneceram inéditos até ao nosso tempo, outros não tardaram a imprimir-se. São relatos úteis para a progressiva notação geográfica e cartográfica da costa sul-americana, com uma ou outra notícia colhida nas fímbrias do mar. Foram, entretanto, as cartas dos jesuítas, publicadas nos meados do século XVI — escritas no Brasil e por gente de morada fixa nêle — que levaram à Europa, antes de Hans Staden, Thevet e Lery, o conhecimento da terra

---

* Publ. in *Studi Colombiani* II (Gênova 1951) 581-588.

brasileira com dados, já concretos, e em geral seguros em tudo o que era objeto da sua experiência e observação direta.

Quase tôdas as cartas foram escritas em Português. A língua portuguêsa não a falavam então cem milhões de pessoas como hoje, mas apenas dois milhões na Europa, ainda que por êsse tempo era veículo do comércio, religião e cultura ocidental entre as nações do Oriente desde a Pérsia ao Japão e às Molucas. Depois de se lerem nas casas de Portugal, para mais rápida expansão traduziram-se em Espanhol, Italiano e Latim, e uma ou outra mais tarde em Alemão e Francês. As séries italianas abrangem cartas enviadas por jesuítas da Coroa de Portugal, nas suas missões das Índias Orientais e Ocidentais, entendendo-se por esta última denominação o Brasil, que em breve deixou de se considerar Índia. Por Índias Orientais compreendia-se não sòmente o que fazia parte integrante do Império Português, nas suas feitorias e bases marítimas, desde o Gôlfo Pérsico ao Mar da China, mas também ainda outras zonas aonde chegava a influência portuguêsa no seu comércio e nas suas missões até à China e ao Japão. Tudo isto — *Índias de Portugal:*

Avisi Particolari delle Indie di Portugallo... (Roma, 1552)
Nuovi Avisi delle Indie di Portugallo... (Roma, 1553)
Novi Avisi di piú lochi de l'Indie et massime de Brasil... (Roma, 1553)
Avisi Particulari dell'Indie di Portugallo... (Roma, 1557)
Diversi Avisi Particolari delle Indie di Portugallo... (Veneza, 1559)
Nuovi Avisi dell'Indie di Portugallo... Terza Parte (Veneza, 1562)
Diversi Avisi Particolari dell'Indie di Portugallo... (Veneza, 1565)
Nuovi Avisi dell'Indie di Portugallo... Quarta Parte (Veneza, 1565).

Não cabe nos limites desta comunicação nenhum desenvolvimento bibliográfico sôbre as primeiras coletâneas epistolares da Companhia de Jesus. Cabe notícias das cartas dos jesuítas da América Portuguêsa de 1549 a 1561, que se deram logo à estampa. Outras, dêste mesmo período, se imprimiriam com o tempo; e trata-se apenas das primeiras edições, porque as

mesmas cartas se publicaram depois e ainda hoje se reimprimem. E lembra-se, como ponto cronológico de referência, que *Os Lusíadas* de Camões apareceram em 1572. Já então trinta e três cartas do Brasil (e talvez mais) se tinham divulgado pela imprensa em Portugal, Espanha, Roma, Veneza e Flandres. E com repetidas edições, salientando-se uma carta de Pero Correia e a *Informação do Brasil* de Nóbrega, que em menos de vinte anos se imprimiriam seis vêzes.

Tôdas estas cartas pertencem ao período de Nóbrega e se escreveram em geral por sua comissão ou mandado.

1549

Carta de Manuel da Nóbrega ao Dr. Navarro seu mestre na Universidade de Coimbra, Roma, 1552; Veneza, 1559, 1565.

1550

"Informação das Terras do Brasil" de Nóbrega. Seis edições sucessivas, 1552 (Lisboa?); Roma, 1552; Veneza, 1559, 1565; Lovaina, 1569, 1570.

Carta de Nóbrega ao P.e Simão Rodrigues, Veneza, 1562.

Carta de João de Azpilcueta Navarro, Veneza, 1562.

Carta de Nóbrega, 1552 (Lisboa?); Roma, 1552; Veneza, 1559, 1565.

1551

Carta de Leonardo Nunes, 1552 (Lisboa?); Roma, 1552; Veneza, 1559, 1565.

Carta de Afonso Brás, 1552 (Lisboa?); Roma, 1552; Veneza, 1559, 1565.

Carta de João de Azpilcueta Navarro, 1552 (Lisboa?); Roma, Veneza, 1559, 1565.

Carta de Antônio Pires, 1552 (Lisboa?); Roma, 1552; Veneza, 1559, 1565.

1552

Carta de Nóbrega, Roma, 1553; Veneza, 1559, 1565.
Carta de Francisco Pires, Roma, 1552, 1553; Veneza, 1559, 1565.
Carta de Vicente Rodrigues, Roma, 1553; Veneza, 1559, 1565.

1553

Carta de Vicente Rodrigues, Roma, 1553; Veneza, 1559, 1565.
Carta de Leonardo Nunes, Roma, 1553; Veneza, 1559, 1565.
Carta de Pero Correia, Roma, 1553; Veneza, 1559, 1565.
Carta de Diogo Jácome, Veneza, 1559, 1565.

1554

Carta de Pero Correia. Seis edições sucessivas, Lisboa, 1555; Barcelona, 1556; Roma, 1557; Veneza, 1559; Saragoça, 1561; Veneza, 1565.

1555

Carta de José de Anchieta, Lisboa, 1555; Barcelona, 1556; Saragoça, 1561.
Carta de José de Anchieta, Lisboa, 1555; Barcelona, 1556; Veneza, 1559, 1565.
Carta de João de Azpilcueta Navarro, Lisboa, 1555; Barcelona, 1556; Saragoça, 1561.
Carta de José de Anchieta, Roma, 1557; Veneza, 1559, 1565.
Carta de Ambrósio Pires, Roma, 1557; Veneza, 1559, 1565.

1556

Carta de José de Anchieta, Barcelona, 1556; Saragoça, 1561; Veneza, 1559, 1565.

1557

Carta de Francisco Pires, Veneza, 1562.
Carta de José de Anchieta, Veneza, 1565.

1558

Carta de Antônio Blázquez, Veneza, 1562.

1559

Carta de Antônio Blázquez, Veneza, 1562.

1560

Carta de José de Anchieta, Veneza, 1562.
Carta de Rui Pereira, Veneza, 1562.

1561

Carta de José de Anchieta, Veneza, 1562, 1565.
Carta de Antônio Blázquez, Veneza, 1562.
Carta de Luís da Grã, Veneza, 1565[130].

O conteúdo das cartas, variado e complexo, interessa hoje à Ciência, em numerosos dos seus aspectos, como se deixa ver.

Logo em 1549 Nóbrega escreve que os índios do Brasil — aquêles que pôde ver e observar pessoalmente — não têm ídolos nem Deus "certo"; mas têm culto e objetos rituais:

[130] Estas cartas, de 1549 a 1561, reimprimiram-se já tôdas, dentro das respectivas datas, nos três primeiros volumes de *Monumenta Brasiliae*, Roma, 1956, 1957, 1958, de que se fêz uma tiragem especial com o título de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil.*

a cabana sagrada, o maracá (com traços humanos), as cerimônias de danças, músicas e taquaras; o pajé com os seus métodos (pregação matutina, palhas que finge tirar dos corpos doentes, as promessas que faz); as mulheres em estado "de transe", o funeral e a sepultura dos defuntos com alimentos ao pé e uma choça por cima; o culto dos mortos, a idéia de sobrevivência [131].

Quanto ao conceito de Deus, o mêdo e respeito dos índios pelos trovões (tupã) sugere a noção de Deus do Céu, Ente Supremo ("Pai Tupã"); assinala-se a notícia confusa do Dilúvio; e dão-se as primeiras referências da cosmogonia e mitologia indígena.

Em Nóbrega e nos seus companheiros ampliam-se estas e outras observações etnológicas e às vêzes em pormenor: cantos, músicas com os seus instrumentos, e danças com seus bailes e vinhos (os vinhos, mastigadas as raízes por môças virgens); os corpos nus de homens e mulheres com as suas pinturas; a depilação das barbas e sobrancelhas; a moda do cabelo, os beiços e narizes furados e as pedras que nêles traziam; as pegadas de Zumé, personagem lendário; o sal e pimenta queimado nas aldeias para afugentar a morte; agouros, e outros costumes indígenas.

Os índios, nas florestas intermináveis, não tinham rei nem govêrno, apenas em cada aldeia um principal. Por não existir govêrno superior, que se impusesse aos principais das aldeias, não se mantinha a concórdia entre zonas de extensão considerável, e, de 20 em 20 ou de 30 em 30 léguas, se faziam guerra e comiam uns aos outros. A antropofagia, a morte em terreiro, a escravidão dos contrários presos, e o seu difícil resgate — são pontos que se descrevem com freqüência; e como fazem as guerras, e as suas ciladas por terra ou em canoa: "tôda a honra do gentio é matar o contrário e ter muitas mulheres".

---

131 Nesta sumária enumeração, incluímos em *Studi Colombiani*, a sepultura dos defuntos "sentados dentro de potes de barro". Escreveu-nos o Dr. Plínio Airosa que a informação entre aspas consta, sim, de cartas jesuíticas, mas de período ulterior. Verificando ser bem fundada a observação do ilustre etnólogo brasileiro, eliminamos aqui aquêle pormenor.

Outras informações: A família poligâmica, sem mulher nenhuma firme com ânimo de perseverar tôda a vida com ela; as sobrinhas no regime familiar; o conceito de geração (só paterna, a mulher apenas "saco"); o tratamento e descanso, não da mãe, mas do pai por ocasião do nascimento dos filhos; a influência de certas mulheres principais dentro da aldeia (reminiscência do matriarcado).

As habitações indígenas; o modo como dormem em rêdes de algodão com o fogo ao pé para afugentar o mau espírito e as feras do mato; o nomadismo sem morada em aldeias permanentes, que os índios incendeiam quando mudam de sítio.

Utensílios de barro, madeira e algodão: potes, arcos e flechas; rêdes e plumagens; o pau-brasil, o plantio da mandioca e uso da farinha; outras plantas e frutas silvestres. Comunidade dos bens de consumo: se matam uma ave ou peixe, todos comem dêle, e não deixam nada para o dia seguinte. Não sabem o que é entesourar.

Embarcações de vários feitios; pesca e modos como a praticam, e diversas castas de peixe; patos e caça do mato, variedade de animais, veados, tatus, antas, macacos e aves; as feras perigosas, em particular as onças; as cobras de vária espécie; o flagelo público das formigas devoradoras das plantações; e outras notícias, que se multiplicam, da flora do Brasil e da fauna, "que não conheceu Plínio" (Nóbrega).

O conhecimento da terra, que se apresentava imensa, — e para o interior desconhecida — inspira comparações: mil léguas de costa; e de três partes em que se dividisse o Mundo, esta (a América) seria uma. Observam-se as estações do ano, o clima temperado, fértil e sadio; e também as enfermidades e modo de as curar; o tabaco e as suas propriedades terapêuticas, assim como as do ananás, ibá, camuci, carará e outras plantas e frutas.

Desvenda-se pouco a pouco a costa e a gente que a habita e vão-se desbravando os sertões circundantes. Discriminam-se os índios: Tupinambás, Tupiniquins, Tupis, Aimorés barbados (nota-se a diferença), Guaianases, Ibirajaras, Carijós (Guaranis), Tamoios e os Tapuias do Rio de São Francisco e ainda outros das margens do Paraguai e por êle acima até aos Parecis.

As línguas, que falam as diversas nações de índios, é uma das preocupações iniciais dos jesuítas, como elemento de contato e transmissão da doutrina cristã. Estuda-se logo uma, a mais geral, a que chamam *brasílica* (tupi), vencem-se as dificuldades, trasladam-se as orações, ensaiam-se vocabulários, e reduz-se a regras de Gramática.

Mas já é a civilização ocidental. E aqui está outro aspecto das cartas: as notícias sôbre a nova idade, que surge, a primeira igreja da Companhia de Jesus no Brasil (e em tôda a América), a primeira escola de Português, os Colégios de Humanidades e Latim, os ministérios sagrados desde a Bahia até Santa Catarina ao Sul e até Pernambuco ao Norte. As viagens e ações em que os Padres e Irmãos tomaram parte, alguns antes de entrar na Companhia como a fundação de Buenos Aires e de Assunção; a ida ao Chaco e às nascentes do Paraguai no *divortium aquarum* das bacias do Prata e do Amazonas, que é o próprio coração da América do Sul, no atual Estado de Mato Grosso.

Manifesta-se já também a obsessão sedutora e estimulante das minas de ouro com expedições de penetração territorial, em que ia algum padre para atender aos cristãos, como ao interior de Pôrto Seguro para além do Rio de São Francisco. E a verificação, de que o Rio Tietê, no planalto de Piratininga, representava a fartura econômica e era porta e entrada para o interior do Brasil, origina a fundação do Colégio de São Paulo, donde procede a grande cidade dêste nome. E ao mesmo tempo, antes e depois de São Paulo, a fundação da cidade da Bahia e outras povoações e vilas; os primeiros embates das grandes campanhas da liberdade dos índios e da moralização da vida familiar e social; a organização da vida religiosa, civil, material e política; a resistência contra os piratas; a instituição e implantação da justiça e as reações dos índios e dos brancos; acompanhado tudo dum criticismo salutar a respeito dos procedimentos, dignos de vitupério ou de encômio, dos construtores de uma nação, que surgia do nada das florestas bravias que era o Brasil à chegada dos portuguêses. Enfim, nas primeiras cartas dos jesuítas assiste-se, nesta parte do mundo de Colombo, ao lançamento geral, humilde e sólido, das bases do nôvo Estado e aos primeiros passos,

no caminho da unidade, fortalecimento e instrução, do que havia de ser um dos grandes e cultos povos da Terra. E que é, entre os latinos, o maior na atualidade, pelo número dos seus habitantes e a vastidão do seu território.

7

Características do primeiro ensino popular no Brasil (1549-1759) *

A INSTRUÇÃO MINISTRADA pela Companhia de Jesus durante os seus dois séculos de magistério no Brasil, vê-se, pelo próprio fundamento e evolução dela, que foi gratuita e pública e nos seus três graus, de popular, média e superior.

O Real Colégio das Artes de Coimbra, da Companhia, *público*, foi o padrão para Portugal e terras novamente descobertas na América, África e Ásia, que importava também cultivar e evangelizar com Colégios igualmente públicos. Mas com esta diferença. O subsídio, que El-Rei, ou na linguagem moderna o Estado, dava aos mestres de Coimbra, era a título de *ensino;* o que dava aos mestres dos Colégios ultramarinos, de fundação real, era a título de *missões*. E com isto se estabelecia obrigação diferente: Em Coimbra, subsídio escolar com o ônus jurídico de ensinar a todos os que o pretendessem dentro do estatuto da instituição; no Brasil, subsídio missio-

* Publ. in *Latinoamérica* I n.º 2 (México, 1949) 7-9.

nário, que não levava consigo o ônus jurídico de ensino a todos indiscriminadamente, senão apenas o de formar sacerdotes para a catequese da nova terra que se cultivava, habilitando-a a prover-se, quanto possível, dos seus próprios meios de evangelização. Num e noutro caso, ensino *público*. Um conflito escolar no século XVII, sôbre a admissão de alunos a estudos maiores na Bahia, esclareceu a matéria: se o Colégio admitisse uns e excluísse outros colocava-se na situação de particular, isto é, deixaria de ser público e de dar graus acadêmicos; se quisesse dar graus públicos teria que admitir a todos, isto é, teria que continuar a ser público, alternativa que prevaleceu para bem da Religião e do Brasil [132].

Segundo os alvarás da fundação, o subsídio régio era para os padres da Companhia se sustentarem e formarem a quem no futuro os substituísse na catequese dos naturais da terra, que a princípio se julgou serem tão aptos como os naturais das Índias Orientais e do Japão, donde chegavam a Portugal informações maravilhosas. A desilusão não se fêz esperar no que toca à elevação dos índios ao sacerdócio, não por incapacidade radical dos mesmos índios, pois eram homens e os homens são todos iguais, mas por falta de meio ambiente, ainda inculto, e é o que o P.e Antônio Vieira adverte, propondo que o *Catecismo na Língua Brasílica* do P.e Antônio de Araújo para os índios se reduzisse a menos questões, simples e essenciais: "E senão veja-se a *Cartilha* portuguêsa que compreende tôda a explicação da Doutrina Cristã em menos de vinte partes de escritura que o *Catecismo* do Brasil, e mais sendo feita para gente de *diferente saber e entendimento*" [133].

O desnível de cultura entre os habitantes das *cidades* do Oriente e os filhos das florestas do Brasil tornava impossível a imediata elevação dêstes a estudos superiores e a chefes e guias de cristãos; não era o mesmo já nos filhos dos brancos, ainda quando nasciam de índias e negras. Para os filhos dos brancos ou de tronco branco nos seus cruzamentos e gerações sucessivas, nas vilas e cidades que surgiam do nada no Brasil, se criaram pois e permaneceram patentes e públicos os Colé-

---

[132] Leite, *História* V 75-80.

[133] *Carta de Vieira de 1656* (C. R. Boxer, *Quatro cartas inéditas de Vieira*, in *Brotéria* 45 [1947] 465).

gios durante dois séculos. Instrução não só para futuros missionários (e nunca foram tantos que não fôsse preciso vir outros de fora para a vastidão da terra que se alargava — e ainda hoje é assim), mas também para quantos buscavam o ensino nas aulas *públicas* dos colégios, quer para simplesmente se instruírem, quer para irem formar-se em Medicina e Direito na Universidade de Coimbra.

Além de pública e geral, a instrução, dada pelos jesuítas do Brasil, nos seus colégios, era *gratuita.* Dizemos colégios, não seminários. Nos seminários, os alunos não recebiam apenas instrução e educação, recebiam também moradia e sustento; quer dizer eram internatos escolares, com a competente e indispensável remuneração de custo de vida. A instrução e educação, essa continuava a ser gratuita. Nem as despesas da sustentação dos mestres provinham dessas pensões, mas de outras, em geral as que os fundadores dos seminários benemèritamente estabeleciam, como no mais famoso de todos os seminários, o de Belém da Cachoeira. A distinção entre seminários e colégios consiste em que a admissão nos seminários se reservava aos que se destinavam à carreira eclesiástica; a dos colégios estava patente a todos. Nos seminários, era instrução particular; nos colégios, pública e gratuita.

A freqüência dos colégios era constituída por filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de oficiais mecânicos e, no século XVIII, também de mineiros, o que representava no Brasil a nobreza e a burguesia européias, embora estas duas denominações sejam um tanto fictícias transportadas ao Brasil dos primeiros séculos.

A nomenclatura de Clero, Nobreza e Povo, os três estados dos regimes europeus, teve no Brasil uma transposição em que os três braços eram representados apenas por um, os brancos e filhos dos brancos, que preponderavam nas vilas e cidades com os cargos governativos de nomeação régia ou de eleição municipal; e ao passo que os três braços europeus se distinguiam por diferenciação social dentro da mesma raça, no Brasil a diferenciação colocava-se pràticamente no plano de raças, mantendo os brancos o predomínio da política e da cultura, através de cujo sangue, o índio e o negro, conjugando-se com o branco, entravam na classe branca com a denominação de mamelucos e moços pardos.

Com a tendência, portuguêsa e católica, para a atenuação de preconceitos de raça, conviviam lado a lado todos os homens livres, quer fôssem brancos quer mestiços; e, abaixo dêles, os homens escravos. Por muito tempo, coexistiram no Brasil apenas estas duas categorias bem nítidas, embora sempre existisse Clero, e, já no século XVI, as confrarias dos nobres e a dos plebeus (ou oficiais mecânicos), e nas Câmaras Municipais, desde o século XVI, o Juiz e misteres do povo. Mas assim como no Brasil nunca existiu feudalismo no sentido europeu (a fundação das primeiras capitanias foi uma tentativa disso, gorada logo), assim também o povo pròpriamente dito, como hoje existe no Brasil, proveio da lenta elaboração dos séculos e da evolução da liberdade, a não ser que se considere povo a conglutinação daqueles diversos elementos.

A distribuição da educação e instrução estava pois em função do fato social brasileiro, isto é, da coexistência no Brasil do elemento livre e do elemento servil. Os índios, já incorporados à civilização, se não eram cativos e portanto escravos no mesmo pé de igualdade que os negros, viviam num regime à parte, o dos aldeamentos, com legislação especial da liberdade tutelada, para os manter fora do alcance da escravidão total dos brancos (e seus derivados mestiços).

Os escravos negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, nem os senhores os compravam para os mandar aos estudos e fazer dêles bacharéis ou sacerdotes. A instrução ou educação, que lhes permitiam, essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja, a única educadora do Brasil até ao fim do século XVIII, representada por tôdas as organizações religiosas do Clero Secular e do Clero Regular, que possuíam casas no Brasil. O que a Companhia de Jesus fêz pela catequese e elevação moral dos escravos, além do proverbial bom trato que lhes dava, afere-se por êste tríplice fato: foi um jesuíta, o P.e Pero Dias, apóstolo dos negros do Brasil, que escreveu a *Arte da Língua de Angola* com o propósito deliberado de melhor os amparar e servir; fundou-se nos colégios o apostolado do mar à chegada dos navios de África; e multiplicaram-se a favor dos negros dos engenhos e fazendas as missões discurrentes, saídas dos colégios de cada região, em tôda a extensão do Brasil.

Com os índios, o ensino popular revestia o significado de catequese, em que intervieram tôdas as Ordens Religiosas, umas mais outras menos. E consta no que se refere aos jesuítas, na *História da Companhia de Jesus no Brasil,* em particular nos tomos I e IV, nos livros respectivamente consagrados à Catequese e aldeamentos. Mas a catequese dos índios, nesta matéria de instrução, não se entende só o do ensino religioso do catecismo, a não ser com os adultos incapazes de mais; com os meninos inclui-se também o de ler, escrever, ou elementos, e se nota quando as funções missionárias se repartem por vários, como no Camamu em 1658, onde residiam seis religiosos da Companhia, e um dêles, o Ir. estudante Manuel de Melo, aprendia a língua brasílica e ao mesmo tempo ensinava os elementos aos filhos dos índios (*Indorum pueros elementa docet*)[134]; e em 1667 o Ir. Bernardo Jorge, na aldeia de Reritiba, ensinava as primeiras letras aos meninos *índios* [135], desdobramento de ofícios que se verificava um pouco por tôda a parte, quando o mestre-escola era diferente do padre missionário.

Com os brancos ou filhos dos brancos a instrução popular ministrava-se nos colégios e estava à disposição dos que a procuravam. Nem os Padres tinham obrigação dêste ensino (ministravam-no por benemerência pública), nem os pais eram obrigados a mandar os filhos à escola. O ensino primário, obrigatório e geral, é obra dos nossos dias. Aliás, quando se fala de analfabetismo antigo importa não esquecer o moderno, e deve-se atender a diversos fatores, entre os quais um, nem sempre pôsto em relêvo. As longas noites de Inverno, e a vida agreste pouco agradável nas praças e ruas, criam, nos climas frios, condições favoráveis para reter e ocupar em casa as crianças com o abecedário aprendido no regaço das mães e sob o olhar estimulante dos pais. Que foi o que nós mesmos pessoalmente observamos, num já remoto e frio dezembro passado num país católico da Europa, onde não existem analfabetos. Sem ser a causa única, esta do clima é importante para a explicação dos índices de analfabetismo nos diversos

---

134 ARSI, *Bras. 5-I,* f. 222v.
135 *Bras. 5-II,* f. 34v.

países tropicais e subtropicais. Problema ainda atual, sem solução positiva dois séculos depois do período que nos ocupa.

A nomenclatura de instrução primária é moderna. Nas aldeias, vilas e cidades, as escolas intitulavam-se de "de ler, escrever e contar"; e nos colégios, o mestre ora se chamava "Alphabetarius" (1615), ora "Ludi-Magister" (mestre-escola), e umas vêzes se dizia "Escola de Rudimentos", outras "Escola Elementar". Estava aberta durante cinco horas diárias, repartidas em duas partes iguais, metade de manhã, metade de tarde.

As primeiras noções do alfabeto, deu-as na Bahia, à roda de 15 de abril de 1549, o Ir. jesuíta Vicente Rodrigues, o que o constitui o primeiro mestre-escola do Brasil; seguindo-se logo outras escolas por diversas capitanias desde Pernambuco a São Vicente, de que foi primeiro mestre-escola em 1550 o P.^{e} Leonardo Nunes na sede da capitania, e o Ir. Antônio Rodrigues em São Paulo em 1554 [136]. No Rio de Janeiro um pouco mais tarde, depois da conquista e fundação da cidade; e o seu primeiro mestre-escola, Ir. Custódio Pires, entrou no exercício de suas funções em 1573 [137]. Até que em 1576 o P.^{e} Geral deu faculdade de se erigirem por tôda a parte estas escolas de ler, escrever e contar, com a precaução todavia de não se assumir cláusula alguma de obrigatoriedade perpétua [138], para deixar aos padres da Companhia a indispensável liberdade de movimentos no caso de surgir obstáculo sério à permanência dos mesmos nalguma povoação. E assim já havia "escolas de ler, escrever e algarismos para os moços de fora", em tôdas as casas e aldeias, quando em 1581, 32 anos depois da primeira Escola dos Jesuítas, começaram a fixar-se no Brasil as demais corporações religiosas, que, com o tempo e o Clero Secular, iriam colaborar na gloriosa emprêsa da educação das classes

---

136 Costumava dar-se o Ir. José de Anchieta e nós também o dávamos, por êle ser o primeiro mestre de Gramática de São Paulo. Mas a preparação das cartas coevas para *Monumenta Brasiliae* revelou que elas andavam publicadas com omissões, e que o próprio Anchieta, mestre de Gramática (Latim) declara que o mestre da Escola de Meninos de São Paulo era o Ir. Antônio Rodrigues. Portanto funções diferentes. Cf. *Antônio Rodrigues, primeiro mestre-escola de São Paulo, segundo o testemunho de Anchieta*, supra, p. 147.

137 LEITE, *História* I 400.

138 ARSI, *Bras.* 2 (Ordinationes), f. 23v.

humildes. Sabe-se também que tanto de um como de outro Clero houve ou passaram pelo Brasil alguns membros antes da chegada dos jesuítas em 1549 e exercitaram ministérios eclesiásticos e catequéticos, aqui e além; não consta porém que abrissem escolas. Mais tarde abriram-nas. E com uma conseqüência no Norte, onde os padres da Companhia sempre foram poucos. Sendo entre tôdas as matérias de ensino, êste elementar o mais acessível e ao alcance das pessoas que soubessem ler, e dos vigários, religiosos ou clérigos das terras onde já os houvesse, tendiam os padres da Companhia nos dois Colégios do Pará e Maranhão, a dar-lhe menos assiduidade e a deixar êste ensino para se ocuparem com o mais alto e difícil, quando os admoestou o P.ᵉ Geral em 1730, de que a instrução elementar tinha de se considerar ainda mais importante que o Latim ou Humanidades [139].

Assim prestigiada, a escola elementar chamava-se no século XVIII, a *Escola* por antonomásia. José Antônio Caldas, ao enumerar as sete classes dos "Gerais da Companhia" do Colégio da Bahia, começando do menos para o mais, descreve-a: "Escola onde principiam os Meninos a aprender a Gramática Portuguêsa" [140]. E era, naturalmente, a mais numerosa de tôdas.

---

139 LEITE, *História* IV 262-263.

140 JOSÉ ANTÔNIO CALDAS, *Notícia Geral*, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* 57 (1931) 15 (2.ª paginação, repetida).

III

MÁRTIRES

1

A grande expedição missionária dos mártires do Brasil *

"Catálogo dos que forão este anno para o Brasil. Anno 1570"

Depois de extraordinário esfôrço de organização e de esperança, o Provincial do Brasil, Inácio de Azevedo, partiu enfim de Lisboa para a Bahia, à frente duma grande expedição missionária. De Belém, a bordo da nau "Santiago" escreveu a 2 de junho de 1570 uma carta em que dizia ao Padre Geral: "a lista dos que vamos se envia a V. Paternidade com esta" [1]; e conserva-se, no Arquivo Romano S. I., o "Catálogo dos que forão este anno para o Brasil. Anno 1570" [2]. A letra, parecida com a de um documento mais antigo de Azevedo,

* Publ. em *Studia* 7 (Lisboa 1961) 7-48.

1 Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* II (Lisboa-Rio de Janeiro, 1938) 252.

2 Arsi, *Bras. 5-I*, f. 9r.

dava alguma probabilidade de o Catálogo também lhe pertencer; e, como era documento coevo e básico neste assunto, com a nota de provável, o publicamos na *História* II (1938) 256-257.

Voltando agora a estudar em pormenor, um por um (monogràficamente) os documentos dêste período, verificamos que não se confirma aquela probabilidade. Questão secundária, mas que sempre é útil deslindar. A letra do "Catálogo", embora se pareça com outra anterior de Azevedo, todavia na carta coeva de 2 de junho manifesta diferenças que as não identificam; e a mesma carta fala "dos que vamos" (presente) enquanto o "Catálogo" trata "dos que forão" e abrange mais nomes. Além dos que iam agora com o Provincial do Brasil, insere os três que o mesmo Provincial tinha enviado do Pôrto em novembro de 1569 (P.e Afonso Gonçalves, Irmãos João Martins e Antônio López); e ainda na mesma página e letra, duas listas de Padres e Irmãos que partiram antes a fundar o Colégio do Funchal na Ilha da Madeira e o de Angra nos Açôres [3]. Não pertencendo as ilhas à província do Brasil, não competia ao seu provincial (Azevedo) dar estas informações; competia ao Provincial de quem dependiam, que era o de Portugal. A êste, quer dizer, à Cúria Provincial de Lisboa (São Roque), pertence, pois, o documento.

Data? Não antes de sair a armada do Governador D. Luís de Vasconcelos, na qual se incorporara a expedição missionária (5 de junho)[4]; nem depois de constar o martírio dos primeiros quarenta (15 de julho), e de terem voltado da Ilha da Madeira a Lisboa alguns dos inscritos no "Catálogo" que não prosseguiram avante por desistência pessoal, conselho do Superior ou doença. Não antes de 5 de junho, pelo verbo "forão"; não depois das desistências, porque os nomes dos que desistiram ainda aparecem no "Catálogo" como se tivessem ido.

Neste documento se mencionam, explícita ou implìcitamente, todos os mártires que de fato embarcaram para o Brasil, exceto dois, um de nome João Fernandes, outro Simão Lopes. O Ir. João Fernandes declara-se, mas eram dois homônimos e a omissão de um tem fácil explicação na identidade do nome.

---

[3] *Relaçam,* in *Memorial* 188-189.
[4] Leite, *História* I 565.

A omissão de Simão Lopes ou é simples lapso do escrevente ou significa não ser êle ainda da Companhia ao sair de Lisboa e que ia para entrar no Brasil. Neste caso, não se esperou pelo têrmo da viagem, sendo admitido até à Ilha da Madeira. Já se nomeia entre os Irmãos mártires na lista de Miguel Aragonés, datada da mesma ilha, a 19 de agôsto de 1570. Também omite o nome de Pero Fernandes ("outro carpinteiro"), por não ser da Companhia ao partir a armada de Lisboa, como nem João Adauto, que da Companhia só teve o desejo e o batismo do sangue.

Ora, na carta de Belém, 2 de junho, escreve Azevedo: "Eu estou numa nau com 46 Irmãos, noutra nau estão 23, e noutra um Padre com dous Irmãos, por causa de acompanhar muita gente, homens, mulheres e órfãos, que El-Rei envia para povoar a terra"[5]. Portanto, $46 + 23 + 3 = 72$; metendo-se êle, 73 ao todo, que é o número exato que se verá adiante na lista geral, não contando Azevedo. Com êle, 74. É claro que Azevedo não podia referir-se aos que em Lisboa não eram Irmãos da Companhia, João Adauto, Pero Fernandes e talvez Simão Lopes. Para a conta se apresentar assim quase materialmente certa, êstes novos nomes deviam substituir outros que tivessem desistido em Belém nos três dias que ainda aí ficou a armada; e destas desistências de Lisboa já haveria conhecimento na Casa de São Roque, pois não os menciona o organizador do "Catálogo". O que tudo confirma a data do documento para depois de 5 de junho, antes todavia de se conhecerem os que desistiram na Madeira, cujos nomes ainda se deparam nêle, um dos quis, Alonso de Valderas (n.º 36).

O "Catálogo dos que forão este anno para o Brasil, anno 1570" não inclui a Inácio de Azevedo. A razão é que êle já tinha ido em 1566, e viera a Portugal e a Roma dar conta da sua missão de visitador, e, mais ainda, com o fim declarado de angariar e conduzir agora tôda esta gente.

Inácio de Azevedo, natural do Pôrto (arredores), nascido por 1526, de ilustríssima família, antigo vice-provincial de Portugal e reitor dos colégios de Coimbra, Lisboa e Braga, foi o primeiro a quem os calvinistas mataram no dia 15 de julho de 1570, e o primeiro, ia a dizer único, de quem se escreveu

[5] *Ib.* II 252.

a vida. Nome por conseqüência assás divulgado. Não assim os seus companheiros, objeto formal dêste estudo. Já os mencionamos todos na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, II, 256-263 ("testemunho do sangue"). Mas os que entraram na Companhia antes de 1561 (alguns Padres e Irmãos), ao responder ao Exame instituído nesse ano pelo Comissário Jerônimo Nadal (ARSI, FG, *ms.* 77) prestaram preciosas informações autobiográficas não utilizadas até agora.

Antes de entrar nas notícias particulares de cada um dêles, recorda-se em geral que nos dois grandes séculos de atividade missionária da Companhia de Jesus, esta expedição de 1570 foi a maior que saiu a barra do Tejo para os diversos continentes aonde chegava o influxo do padroado português. O seu destino constitui a página mais ampla da história trágico-marítima das missões na era moderna, página que em linguagem cristã leva o nome de martirológio. Surpreendido e atacado, no mar das Canárias, por hereges calvinistas, um primeiro grupo, a 15 de julho de 1570, e depois outro, a 13 de setembro de 1571, foram mortos quase todos os Padres e Irmãos que iam a caminho do Brasil e constam dêste "Catálogo". O fato encheu de pesar o mundo católico, e ao mesmo tempo de consolação, porque nos anais da Igreja perder a vida pela Fé é ornamento e glória. O nome de martírio foi logo pronunciado. E em breve se introduziu a causa canônica de beatificação do P.e Inácio de Azevedo e seus 39 companheiros (primeiro grupo) e do P.e Pero Dias e seus 11 companheiros (segundo grupo). Ao todo 52 mártires. Com o andar do tempo, desuniram-se as causas, sendo beatificados os primeiros 40, reconhecendo-se o seu culto público a 11 de maio de 1854[6]. São os BB. Inácio de Azevedo e 39 companheiros, também conhecidos por "40 Mártires do Brasil". Festa a 15 de julho.

Dados biográficos dos companheiros de Inácio de Azevedo, mártires e não mártires, que constam dêste catálogo de 1570

Colocam-se todos, aqui pela mesma ordem do "Catálogo", já divulgado em fotogravura, como dissemos, e dá-se-lhes nu-

[6] *Ib.* II 265; *Monumenta Brasiliae* IV (Roma 1960) 74*.

meração seguida. Os 40, hoje nos altares, bem-aventurados ou beatos, levam a indicação corespondente (B.), os que foram objeto de causa canônica, chamados veneráveis, a de (V.) e, para imediata distinção gráfica de todos, os beatos vão em versaletes, os veneráveis em itálico, os não-mártires em redondo.

1. P.[e] DIOGO DE ANDRADE (B.). Natural de Pedrógão Grande, nas margens do Zêzere (distrito de Leiria), onde nasceu por 1531. Filho de João Nunes e Ana de Andrade, irmã do escritor Miguel Leitão de Andrade. Estudou três anos, vivia com a mãe, zelando a sua fazenda, e com uma irmã ("também me dizem que tenho dois irmãos bastardos"). Ouvia missa todos os dias a que raro faltava. Moveu-se a entrar na Companhia pela virtude que conheceu nos religiosos dela e para os ajudar a "converter almas à Fé de Cristo". Entrou em Coimbra a 7 de julho de 1558, ocupou-se dos habituais ofícios humildes de casa (cozinha, forno, refeitório, rouparia, portaria e enfermaria), foi sotoministro no Colégio de Coimbra e no de Lisboa (Santo Antão).

Fêz a peregrinação de Santiago de Compostela. Estudou algum Latim, e em 1567 ouvia Casos de Consciência (Teologia Moral) para se ordenar de sacerdote, o que se realizou já depois de destinado ao Brasil. Tinha 38 ou 39 anos e boa saúde. Professo de três votos solenes. A bordo da nau "Santiago" exercia o ofício de ministro e foi um dos que animaram à peleja os marinheiros da nau. Ferido na cabeça, e a punhaladas, e lançado vivo ao mar (15 de julho de 70).

Na portada da *Miscelanea do Sitio de Nossa Senhora da Luz de Pedrógão Grande,* de Miguel Leitão de Andrade, entre as duas colunas do lado direito, que sustentam o pórtico do ante-rosto, vê-se o retrato do mártir com esta inscrição: *p.[e] DI.[o] d'And.[re] primoirmão do A. e padrinho deste sitio: padeceo no Brasil ano 1570.* (ERNESTO SOARES, *Dic. de Iconografia Portuguêsa* I [Lisboa 1947] 109 [n.º 176]; Bibl. Nac. de Lisboa Reserv. 92V; ARSI, *Lus. 43,* f. 81v 240v 312v 324v 350v; FG, *ms. 77-I,* f. 380r-380v [autógrafo]; *Relaçam,* in *Memorial* 231 251 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; LEITE, *História* II 256; COSTA 325).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

2. *P.e Pero Dias (V.).* Natural da vila de Arruda dos Vinhos (Lisboa), onde nasceu por 1526 (tinha 35 anos em 1561). Parece que a família se transferiu para Lisboa sendo êle menino, pois aí viviam, casados, dois irmãos seus; e Pero Dias estudou Latim, aprendeu Cirurgia e trabalhou numa loja de panos. A 28 de março de 1548 entrou na Companhia de Jesus em Coimbra recebido pelo P.e Mestre Simão Rodrigues. Como cirurgião, que era, serviu o ofício de enfermeiro, fêz os votos ao concluir o primeiro ano (fim de março de 1549), e ainda nesse mesmo ano acompanhou a Roma o P.e Mestre Simão, e aí se demorou "passante de ano e meio". Santo Inácio chamava-o "pomba sem fel" [7]. Em Roma foi "sacristão, soto-ministro e confessor". Portanto, já padre. Quando se ordenou? Polanco refere que Simão Rodrigues levou consigo a Roma, como "procuradores", os *Padres* Ambrósio Pires e Pero Dias [8]. Padres? Se êle o não era já, ordenou-se em Roma.

Pero Dias voltou a Portugal em 1551, como o mesmo P.e Simão Rodrigues. Estêve primeiro em Coimbra a estudar Casos de Consciência (Teologia Moral), e a seguir viveu "cinco ou seis anos" em Sanfins (do Minho), ocupado em confessar e fazer práticas e, sobretudo, a tratar dos complicados negócios e pleitos, que acarretou à Companhia a união, ao Colégio de Coimbra, dêsse antigo mosteiro de Sanfins, com as suas numerosas vigairarias.

Em 1555 estêve em Lisboa, destinado à missão do Congo, deixando de ir, por sobrevir notícias de que a missão estava então perturbada e incapaz de prosperar. Voltou a Sanfins, passou ainda por Évora, e em 1558 residia de nôvo em Coimbra, de cujo Colégio ficou procurador largos anos, assim como também mestre de Casos de Consciência, em que alcançou notável reputação pelo seu espírito claro na exposição das questões, em particular as relacionadas com assuntos econômicos, que requeriam conscienciosa solução moral; e, já depois de destinado ao Brasil, ainda foi mestre de Casos, em Vale do Rosal, dos Irmãos que se preparavam para o sacerdócio, que eram sete. Tinha feito profissão de três votos na capela do Colégio de Coimbra, recebido pelo P.e Gonçalo Álvares,

---

7 FRANCO, *Synopsis* 25, § 5.
8 POLANCO, *Chronicon* II 194.

a 25 de abril de 1565[9]; e, tratando-se em 1567 de enviar à Índia o mesmo P.e Gonçalo Álvares, por visitador, escreveu São Francisco de Borja que lhe daria por companheiro "al P. Pero Diaz, cuya prudencia y experiencia de las cosas de la Compañia le ayudará mucho para el consejo que abrá de tomar"[10], porque era pessoa de quem dizia o mesmo Geral, "yo tengo confiança y antigua experiencia de su virtud"[11]. Não obstante, também desta vez Pero Dias não seguiu para as missões ultramarinas. Embarcaria três anos mais tarde para a do Brasil, por o desejar vivamente o P.e Inácio de Azevedo, consentirem os superiores, e Pero Dias o querer mais do que ninguém. Mas estava-lhe reservada a missão do Céu.

A tomar conta dalguns missionários, coube-lhe ir na nau do Governador do Brasil, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, na qual dizia missa e pregava; e, depois do martírio de Inácio de Azevedo e dos seus 39 companheiros (15 de julho de 1570), Pero Dias, que ficara na Ilha da Madeira, como superior dos restantes, com êles seguiu viagem, chegando a avistar a terra do Brasil. Contudo, os ventos e temporais impediram a armada de dobrar o Cabo de Santo Agostinho, e ela desgarrou para as Antilhas, indo parte à Ilha de São Domingos (Haiti), parte a Cuba. Os Padres e Irmãos tornaram-se a reunir na Ilha Terceira (Açôres); e, fazendo-se na volta do mar, por altura das Canárias, a nau do Governador foi investida e tomada pelos hereges (quatro naus francesas e uma inglêsa). Pero Dias, morto às estocadas, foi lançado ao mar (13 de setembro de 1571).

Da nutrida correspondência dêste benemérito padre e mártir (incluindo duas Quadrimestres) toca ao Brasil a carta de 17 de agôsto de 1570, escrita na Madeira, publicada e traduzida em muitas línguas, em que narra o martírio de Azevedo e seus ocmpanheiros; e é o mais antigo documento dêsse, a que Pero Dias chamou "ditoso sucesso", desejando-o para si igual (*Lus. 43*, f. 7r 237r; FG, *ms. 77-IV*, ff. 282r-283v [autógrafo]; *Relaçam* 200 207 220; *Carta de Santo Antão*, in *Memorial* 269-272 283; Franco, *Imagem de Coimbra* II 126-128

[9] Arsi, *Lus. 1*, f. 79r.
[10] *S. F. Borgia* IV 527.
[11] *Ib.* IV 534.

139; LEITE, *História* II 256; VIII (Biobibliografia), 197; *Ditoso sucesso do Padre Inácio de Azevedo Provincial do Brasil e dos que iam em sua companhia* [carta inédita do P.e Pero Dias, da Ilha da Madeira, 17 de agôsto de 1570], in *Brotéria* 43 [Lisboa 1946] 193-200).

3. *P.e Francisco de Castro (V.).* Natural de Montemolin (Estremadura espanhola), onde nasceu por 1534. Filho de Francisco de Castro e Teresa Rodrigues. Estudou três anos e meio Latim, uns princípios de Grego, e dois anos e meio de Artes, quer junto da sua terra natal, quer em Osuna e Salamanca, donde passou a Portugal para entrar na Companhia. A 23 de abril de 1560, chegou à Casa de Pedroso (Carvalhos, arredores do Pôrto), onde o P.e Francisco de Borja, então aí, o examinou e recebeu. De Pedroso passou a Coimbra, em cujo noviciado deu entrada a 29 de agôsto do mesmo ano. Ocupou-se nos habituais ofícios de casa, em Coimbra, Évora e Pôrto; e sendo ainda noviço escreveu, por sua mão, que se sentia "deseoso de martirio por Jesú Christo". O Ir. Francisco de Castro, "andaluz" (diz-se aqui), era mestre da 8.ª classe no Colégio de Coimbra em 1567 [12]; e, já padre, aparece a 1 de janeiro de 1569, entre os ouvintes de Teologia no mesmo colégio: "P. Francisco de Castro, castellano" [13].

Destinado ao Brasil, estêve em Vale do Rosal; e, antes do embarque em Lisboa, o P.e Inácio de Azevedo, na distribuição dos Padres e Irmãos pelos navios da armada, nomeou o P.e Francisco de Castro para ir com dois Irmãos na nau dos Órfãos (a quem tinham morrido os pais na peste grande). Mais tarde, depois da dispersão das Antilhas, reuniram-se nos Açôres os Padres e Irmãos, que restavam, e foram todos na nau do Governador, onde o colheu o martírio, que dez anos antes desejara.

Morto às estocadas e lançado ao mar (13 de setembro de 1571). (FG, *ms. 77-II*, f. 81r-82r [autógrafo]; *Relaçam* 213; *Carta de Santo Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 256).

---

12 ARSI, *Lus. 43*, f. 312v.
13 *Lus. 43*, f. 346r.

4. P.e Afonso Gonçalves. Natural de Moura (Alentejo), onde nasceu por 1542. Entrou na Companhia em 1561, com 19 anos de idade. Embarcou no Pôrto a 9 ou 10 de novembro de 1569 (docs. de 8 de novembro de 1569 e 21 de janeiro de 1570). Em Pernambuco era confessor e mestre de meninos em 1574, e aí foi procurador e ministro muitos anos, assim como também foi ministro no Colégio da Bahia. Depois de 38 anos de bom trabalho no Brasil, faleceu, em lugar não bem determinado, em agôsto de 1608 (*Bras. 5-I,* ff. 12v 24v 32r; Bibl. Vitt. Em., f. ges. 3 492/1 363, n.º 6; LEITE, *História,* II, 256).

5. *Ir. Gaspar de Góis (V.).* Estudante. Natural de Portel, onde nasceu por 1546. Filho de João Vagueiro e Maria Álvares, e irmão do P.e Manuel de Góis, famoso autor do *Cursus Conimbricensis.* Entrou na Companhia em Évora, com 16 anos de idade, a 19 de julho de 1562. Já tinha concluído o curso de Artes e estudava Teologia, quando pretendeu com fervor a missão do Brasil. Em Vale do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar; e na nau do Governador ensinava a doutrina "e pregava nela com grande auditório". Morto à espada e lançado ao mar (13 de setembro de 1571). (*Lus. 43,* ff. 262v 272v 316r 333r; *Relaçam* 207 220; *Carta de Santo Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 256).

6. *Ir. Afonso Fernandes (V.).* Estudante. Natural de Viana do Alentejo, onde nasceu por 1548. Filho de Custódio Gonçalves e Bertolesa Cansada. Antes de entrar, e ainda na Companhia, usou algum tempo o sobrenome de Cansado (da mãe), adotando depois o de Fernandes, provàvelmente outro apelido de família. Entrou na Companhia em Évora, a 22 de janeiro de 1567, com 19 anos de idade. Quando pediu a missão do Brasil já era teólogo. De vivo engenho e talento, concluíra o curso de Artes com brilhantismo e ia destinado a ensinar Filosofia no Brasil. Em Vale do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar, e na nau de Pero Dias era soto-ministro. Foi vivo ao mar (14 de setembro de 1571). (*Lus. 43,* ff. 317r 333v 402r; *Relaçam* 207; *Carta de Santo Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Évora* 255; LEITE, *História* II 257; COSTA 336).

7. Ir. Bento de Castro (B.). Estudante. Natural da vila de Chacim, Trás-os-Montes, onde nasceu por 1543. Filho de Jorge de Castro e Isabel Brás. Família fidalga e abastada. Teve um irmão que em 1561 andava nos estudos e quatro irmãs, uma das quais já viúva nesse ano. Bento foi estudar a Bragança e daí passou a Lisboa, onde entrou na Companhia em São Roque (Lisboa) a 2 de agôsto de 1561, indo dos 17 para os 18 anos. Ocupou-se em ofícios de casa, como era de uso entre irmãos escolares. Estudava em Coimbra o 2.º ano de Artes (Filosofia) em 1569 quando lhe deram a notícia de que estava destinado ao Brasil. Recebeu-a com suma alegria, de acôrdo com os seus desejos expressos em 1561 de ir às missões (Índia) "a morrer pola fé de Crysto". Embora ainda não fôsse padre, exercia na nau Santiago o cargo de mestre de Noviços. Também fazia a doutrina à gente da mesma nau. Foi o primeiro a ser ferido com pelouros e punhaladas, e lançado ao mar ainda vivo (15 de julho de 1570). (*Lus. 43,* ff. 27r 206v 271r 346r; *Lus. 64,* f. 19v; FG, *ms. 77-I* f. 276r-277r [autógrafo]; *Relaçam* 215-216 225 235 266; Franco, *Imagem de Coimbra* II 106; *Imagem de Lisboa* 301; Leite, *História* II 257; Costa 349).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

8. *Ir. Pero Dias (V.).* Estudante. Natural de Souto, antigamente no têrmo de Vouzela, onde nasceu por 1542. Filho de Álvaro Pires e Maria Gonçalves. Com 18 anos de idade entrou na Companhia em Évora, a 30 de novembro de 1560. Tinha inclinação para letras, mas faria o que mandassem ainda que fôsse "guardar carneiros" (palavras suas). Estudava Filosofia, quando em janeiro de 1570 passou para Vale do Rosal, com destino ao Brasil. Lançado vivo ao mar (14 de setembro de 1571). (Arsi, *Lus. 43,* ff. 263r 402v; FG, *ms. 77-IV,* f. 281r [autógrafo]; *Carta de Santo Antão* 283; *Litt. Quadr.* VI 980; Franco, *Imagem de Évora* 255; Leite, *História* II 257).

9. *Ir. João Álvares (V.).* Estudante. Natural de Estreito, têrmo de Oleiros, antigo priorado do Crato, hoje no distrito de Castelo Branco, onde nasceu por 1548. Filho de João Álvares e Mécia Luís. Entrou na Companhia em Coimbra a 1 de novembro de 1564, com 19 anos de idade. Unia talento e humildade. Levando um prêmio na aula de Grego, "costumava

dizer que poderoso é Deos pera de hum cavallo fazer grandes cousas". Em Vale do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar de sacerdote. Foi vivo ao mar (14 de setembro de 1571). (*Relaçam* 207; *Carta de Santo Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 257).

10. Ir. Belchior Cordeiro. Estudante. Natural de Guimarães onde nasceu por 1538. Entrou na Companhia a 13 de dezembro de 1561, no ano seguinte residia em Coimbra com 24 anos de idade, e o P.e Miguel de Tôrres o achava apto para a virtude (*Lus.* 43, f. 180r). Estudava Casos de Consciência em Vale do Rosal para se ordenar. Mas, desta vez, não passou de Lisboa ou da Madeira. Fêz a profissão solene de três votos em São Roque, a 13 de janeiro de 1572 [14] e logo a seguir embarcou para o Brasil com o Provincial Inácio Tolosa, que ao chegar à Bahia o nomeou mestre de Noviços, enquanto estudava Teologia [15], e o fêz em 1574 reitor de Pernambuco (Olinda), cargo de que o mesmo Provincial o tirou em 1576. O P.e Belchior Cordeiro, em vez de seguir com o Provincial para a Bahia, procurou o apoio de pessoas influentes de Olinda, onde ficou, requerendo um instrumento público "de sua vida e costumes" (11 de janeiro de 1577). Depois tomou o caminho da Europa em data incerta. Achava-se recolhido — diz êle — na "Ermida de Nuestra Señora de Salvación", perto de Sevilha, a 15 de julho de 1585, donde o Padre Geral mandou que voltasse à Companhia em Portugal [16]. Cordeiro preferia ir para os "Padres de Sancto Aloio". Mas era professo e êles não tinham profissão (*Lus.* 69, f. 209r). Afinal, voltou para a Companhia em Lisboa, não tardando a queixar-se das penitências. Na verdade, perdera o espírito da Companhia. A 6 de agôsto de 1588, advertindo-o de tantos anos que vivera ausente da Companhia com pouca segurança de consciência, o P.e Geral escreveu que, se quisesse, podia passar a outra Ordem Religiosa, mas que desse edificação [17]. Teria 50 anos de idade. Nos Catálogos do Brasil aparece entre os saídos da Companhia

---

14 *Lus. 1,* f. 107r-107v.
15 *Bras. 5-I,* f. 10r.
16 *Epp. NN. 1,* f. 202r.
17 *Lus. 32,* f. 4r.

(LEITE, *História* I 461-463 550-551 565; *Novas Cartas Jesuíticas* 186-195; *Relaçam* 207).

11. *Ir. André Pais (V.).* Estudante. Natural da cidade do Pôrto, onde nasceu por 1549. Com 20 anos de idade foi a Braga para o P.e Inácio de Azevedo o receber na Companhia. Antes de entrar viu um quadro de Nossa Senhora com o Menino nos braços. O Menino tinha na mão uma cruz e com a outra a mostrava. Tomou para si a indicação. Já devia de saber Latim porque em Vale do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar. Depois do martírio de Azevedo André Pais "escreveo ao Reyno" com sentimento de não estar com êle "para também dar a vida por Christo". Deu-a no ano seguinte. "Bem apessoado, mui vivo e graciozo". Foi vivo ao mar (14 de setembro de 1571). (*Relaçam* 207; *Carta de Santo Antão* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 137; LEITE, *História* II 257).

12. Ir. Baltasar de Almeida. Parece ter ficado nos Açôres, pois em 1572 aparece um Ir. Baltasar de Almeida no Colégio de Angra, como porteiro, de 25 anos de idade, recebido para indiferente em 1560, com regular disposição e boas fôrças (*Lus. 43,* f. 439v). O Catálogo de 1574 dá-lhe 28 anos "pouco mais ou menos". Sabia ler e escrever (*Ib.* f. 474r; FG, *ms. 77-I,* f. 227r-227v).

13. Ir. Bastião Afonso. Não foi avante, nem há pormenores.

14. Ir. ANTÔNIO SOARES (B.). Estudante. Natural da vila de Trancoso. Filho de Vicente Gonçalves e Leonor Soares. Entrou na Companhia em Évora a 5 de junho de 1565[18]. Ocupava-se nos ofícios comuns de casa durante a permanência dos Irmãos em Vale do Rosal. Tardando a nau do Pôrto, e estando Azevedo já prestes a embarcar, o Ir. Antônio Soares, indo a Belém, voltou a correr a São Roque trazendo a boa nova de que a nau "Santiago", há muito esperada, entrara enfim no Tejo. Ela, vinda do Pôrto, chegou a Lisboa a 8 de

[18] *Lus. 43,* f. 333v.

maio de 1570 com oito da Companhia. Nela foi depois o Ir. Antônio Soares como sotoministro; e na peleja, por ser de idade para isso, curava os feridos e animava os combatentes. Crivado de punhaladas, foi lançado meio vivo ao mar (15 de julho de 1570). (Carta de Miguel Aragonés, *Varia Hist.* III, f. 630r; *Relaçam* 189 212 231 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 222 235-236; LEITE, *História* II 257).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

15. Ir. MANUEL ÁLVARES (B.). Coadjutor. Natural de Estremoz, onde nasceu por 1536 (diz êle em 1561 que neste ano andava nos 24 ou 25 de idade). Filho de Jerônimo Álvares e Joana Lopes. Entrou na Companhia de Jesus em Évora a 12 de fevereiro de 1559. Conta êle próprio que entrou "por movimento de Deus. Estando arando, me veio desejo de ser peregrino, pedir por Deus, e não ter nada; e, vendo as maldades do mundo, me veio desejo de entrar em uma religião, qualquer que fôsse; e, vindo donde estava para entrar em São Francisco, um cônego Gomes Pires me dirigiu à Companhia. Recebeu-me o P. Dom Leão". No mundo "era trabalhador e guardava gado"; no Colégio de Évora tinha o ofício de comprador e a "prima tonsura". Não sabia ler mas aprendeu, e pediu a missão do Brasil para onde seguia em 1570, quando a nau "Santiago" foi atacada pelos calvinistas franceses. Não se entregou a nau sem peleja. Manuel Álvares do castelo da popa, "com tão fortes e tão altas vozes, que sobrepujavam sôbre o estrondo das armas", animava os portuguêses a que não se deixassem vencer por "êstes demônios" e pelejassem com ardor, porque pela Fé pelejavam. Lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). (FG, *ms. 77-II*, f. 18r-18v; FRANCO, *Imagem de Évora* 236-237; *Imagem de Coimbra* II 108 119; LEITE, *História* II 257; VIII 12; *Monumenta Brasiliae* IV [Roma 1960] 340-343).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

16. Ir. Bastião Álvares. Coadjutor. Havia outro do mesmo nome, estudante (*Lus.* 43, f. 274v). Trata-se do coadjutor. Êste entrou na Companhia a 30 de setembro de 1561, e estava em Évora em 1569 (*Lus.* 43, ff. 332v 354r).

Não foi avante.

17. Ir. Antônio Leão. Coadjutor. Natural do Mosteiro de Pombeiro (Braga), onde nasceu por 1545. Entrou na Companhia a 6 de outubro de 1567 [19]. Depois de ter arribado às Antilhas e voltado aos Açôres, caiu doente, e aí ficou, chegando mais tarde ao Brasil em 1573, onde perseverou e trabalhou com zêlo. Faleceu em São Paulo de Piratininga a 21 de junho de 1605, com 60 anos de idade e 39 de Companhia (LEITE, *História* II 258).

18. Ir. FRANCISCO ÁLVARES (B.). Coadjutor. Natural da Covilhã, onde nasceu por 1539. Filho de Antônio Afonso e Brites Álvares. Vinte anos depois de Nóbrega, no mesmo dia da Apresentação de Nossa Senhora, do ano de 1564 (21 de novembro), Francisco Álvares, com 25 anos de idade, entrou na Companhia em Évora [20], embora o catálogo de janeiro de 1565 diga que há um mês que está em casa [21]. Tinha o ofício de tecelão e cardador. Foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 189 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 235; LEITE, *História* II 258).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

— Êste mártir tem a imagem na igreja de Santa Marinha da sua terra natal, e era festejado pelos cardadores da Covilhã com grandes festas de igreja e de arraial. Também deram o seu nome a uma rua (Rua de São Francisco Álvares) e o letreiro, em azulejo, recorda o martírio, com uma palma tombada e um padrão com o nome "Brasil" projetado na Cruz de Cristo.

19. Ir. DOMINGOS FERNANDES (B.). Coadjutor. Natural da Vila de Borba, no Alentejo. (A *Relaçam* traz Vila Viçosa, mas Franco diz que consultou todos os catálogos e não achou esta segunda vila. Aliás são povoações próximas uma da outra, e Vila Viçosa mais conhecida que Borba; talvez por isso a nomeasse a *Relaçam*). Nasceu por 1551. Filho de Bento Fernandes e Maria Cortês. Entrou na Companhia em Évora a 25 de setembro de 1567, com 16 anos de idade (*Lus. 43,* f. 330v-331r). Ferido a punhaladas e lançado meio vivo ao mar

---

19 *Lus. 43,* f. 333v.
20 *Lus.* 43, f. 333r.
21 *Lus. 43,* f. 263v.

(15 de julho de 1570). (*Relaçam* 189 225 266; Franco, *Imagem de Évora* 235; Leite, *História* II 258).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

20. *Ir. Fernão de Álvares (V.).* Coadjutor. Natural da cidade de Viseu, onde nasceu por 1534. Filho de João Fernandes e Catarina Anes. Entrou na Companhia no Colégio de Coimbra a 28 de maio de 1560, com 26 anos de idade e nesse mesmo Colégio era refeitoreiro em 1566 [22]. Lançado vivo ao mar (14 de setembro de 1571). (*Carta de Santo Antão* 283; Franco, *Imagem de Coimbra* II 138; Leite, *História* II 258).

21. Ir. João de Oliveira. Estudante. Natural de Carvalhais, bispado de Coimbra. Diz-se no comêço de 1569, que tinha 23 anos de idade, que estudara em Braga a 3.ª classe e entrara na Companhia a 23 de junho de 1568 [23]. No mesmo fólio (326v) assinala-se a morte doutro Ir. João de Oliveira, que no mesmo Colégio de Coimbra estudava Filosofia [24]. Trata-se, pois, do Ir. João de Oliveira entrado em 1568 (noviço), que ou não chegou a sair do Tejo ou voltou da Madeira, porque em 1571 estava na Casa de São Roque [25], e em 1572, em Coimbra, doente [26].

22. Ir. João Fernandes (B.). Estudante. Natural de Braga, onde nasceu por 1547. Filho de João Fernandes e Ana Jorge. Entrou em Coimbra a 5 de junho de 1569, com 22 anos de idade. Foi ao mar vivo (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 251 266; Franco, *Imagem de Coimbra* II 119; *Imagem de Évora* 239; Leite, *História* II 258).
Um dos "40 Mártires do Brasil".
— Com o nome de João Fernandes o catálogo traz só um, mas eram dois homônimos, êste e o seguinte.

23. Ir. João Fernandes (B.). Estudante. Natural de Lisboa, onde nasceu por 1551. Filho de André Fernandes e Helena Tôrres. Entrou na Companhia em Coimbra a 5 de abril

---

[22] *Lus.* *43*, f. 273v.
[23] *Lus.* *43*, f. 326r.
[24] *Lus.* *43*, f. 324v.
[25] *Lus.* *43*, f. 410r.
[26] *Lus.* *43*, f. 449v.

de 1568, com 17 anos de idade. Era estudante da 5.ª classe, dotado de regular habilidade para letras [27]. Já tinha feito os votos do biênio. Foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 189 194 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; *Imagem de Évora* 239; LEITE, *História* II 258).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

24. Ir. ANTÔNIO CORREIA (B.). Estudante. Natural do Pôrto, onde nasceu por 1553. Filho de João Gonçalves e Violante Correia. Entrou na Companhia em Coimbra a 1 de junho de 1569, com 16 anos de idade. Franco transcreve uma carta do seu pai a contar como se criou, gôsto que tinha pelos estudos, como queria ser religioso e entrou na Companhia. Maltratado pelos hereges com os punhos de uma adaga e lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). Ao abrir-se o Processo do Pôrto (1628) eram muitos os seus devotos. (Arch. della Postulazione, *Azevedo 31,* Processo do Pôrto f. 8r; *Relaçam* 241 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 258).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

25. Ir. FRANCISCO DE MAGALHÃES (B.). Estudante. Natural da vila de Alcácer do Sal, onde nasceu por 1549. Filho de Sebastião de Magalhães e Isabel Luís. Estudava em Évora quando entrou na Companhia a 27 de dezembro de 1568, com 19 anos de idade [28]. Noviço do apostólico P.e Baltasar Barreira. Cantava admiràvelmente. A sua voz de tenor enchia Vale do Rosal nas festas de recreação e piedade. Dedicado colaborador de Inácio de Azevedo, fazia aos marinheiros a lição diária do "Flos Sanctorum". "Ah! Irmãos, Deos vos perdoe isto que fazeis" — disse aos hereges que o lançavam vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 203 216-217 220 251 266; FRANCO, *Imagem de Évora* 233; LEITE, *História* II 259; COSTA 388).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

26. Ir. Diogo Pinto. Coadjutor. Natural de Montemor-o-Nôvo. Entrou em Évora a 27 de dezembro de 1568, de idade de 21 anos, para coadjutor temporal, e ainda era noviço no

---

[27] *Lus. 43,* f. 326r.
[28] *Lus. 43,* f. 354v.

comêço de 1570[29]. Já não estava nas naus dos mártires, nem consta dos Catálogos seguintes. Havia outro Diogo Pinto na Companhia, mas estudante, transmontano, e mais antigo (*Lus.* *43*, ff. 414r 466r).

27. Ir. Marcos Caldeira (B.). Recebido para estudante ou coadjutor. Natural da Vila da Feira, distrito de Aveiro, onde nasceu por 1547. Filho de Pedro Martins e Isabel Caldeira. Entrou na Companhia em Évora a 2 de outubro de 1569, com 22 anos de idade[30]. Noviço do P.e Cristóvão de Gouveia, futuro visitador do Brasil. Entrou na Companhia como indiferente, isto é, para ser estudante ou coadjutor, conforme revelassem depois as suas aptidões. Foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; Franco, *Imagem de Évora* 233-234; Leite, *História* II 259).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

28. Ir. Amaro Vaz (B.). Coadjutor. Natural do antigo concelho de Benviver (de que procede o de Marco de Canavezes) distrito do Pôrto, onde nasceu por 1553. Filho de Francisco Pires e Maria Vaz. Entrou na Companhia na cidade do Pôrto a 1 de novembro de 1569, com 16 anos de idade. Seguiu logo para Coimbra e daí para Vale do Rosal. Apunhalado e atirado ainda vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; Franco, *Imagem de Coimbra* II 117; Leite, *História,* II 259).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

29. Ir. João Martins. Coadjutor. Tinha ido para o Brasil com o P.e Afonso Gonçalves em novembro de 1569. Chegou a Pernambuco, onde ainda residia em 1574, cujo catálogo diz que "entrou no ano de 67 sendo de 25 anos", e que é "de Montemor". Segundo esta indicação teria nascido por 1542. O seu nome não consta dos catálogos seguintes. Consta, em janeiro de 1584, outro de igual nome, com quem se não idenfica por ter nascido por 1537 em Tões, Armamar, Lamego. Quanto a Montemor, os catálogos costumam especificar Montemor-o-Nôvo ou Montemor-o-Velho, e aqui só dizem Mon-

---

[29] *Lus.* *43,* ff. 354v. 402v.
[30] *Lus.* *43,* f. 403r.

temor. Poderia ser tradução de Montemaggiore, dado que veio de Roma com o P.e Inácio de Azevedo; e neste caso êle chamar-se-ia Martini (*Bras. 5-I,* ff. 12v 23r; LEITE, *História* II 259).

30. Ir. Antônio López. Noviço, natural de Pamplona (Navarra). Estêve em Coimbra com os mais Irmãos vindos de Espanha, até outubro de 1569 (carta do Ir. Miguel Aragonés, Ilha da Madeira, 19 de agôsto de 1570, *Varia Historia* III, f. 630r). Pelos fins de novembro embarcou no Pôrto, com o P.e Afonso Gonçalves para o Brasil. Não perseverou (*S. F. Borgia* V 155 nota 3; COSTA 314).

31. *Ir. Miguel Aragonés (V.).* Estudante. Natural de Guisona (Catalunha), onde nasceu em 1543. Entrou na Companhia em Barcelona a 28 de agôsto de 1567, passando a seguir para Valência. Batizara-se a 18 de junho de 1543, e quando entrou na Companhia já tinha o curso de Artes e dois anos de Teologia. Concedido para o Brasil quando Inácio de Azevedo passou por Valência em 1569. Em Vale do Rosal estudava Casos de Consciência para se ordenar. Ferido às estocadas a 13 de setembro de 1571 e lançado ao mar ainda vivo nesse mesmo dia ou no seguinte. (Madri, Archivo Histórico Nacional, *cód. 684,* f. 493r [Noviciado de Valência]; *Relaçam* 207; *Carta de Santo Antão* 272 274 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 139; JUAN SADERRA, *Memorias históricas del Siervo de Dios H. Miguel Aragonés S. J.*, Barcelona 1915; LEITE, *História* II 259; COSTA 313).

32. Ir. JOÃO MAIORGA (B.). Coadjutor. Natural de Saint-Jean Pied-de-Port, povoação gasconha, que depois do tratado de 1659 pertence à França, mas que, ao tempo de João Maiorga, era de Espanha, fronteira de Navarra. Nasceu por 1533. Viveu alguns anos na capital do reino de Aragão, donde entrou na Companhia em 1568 com 35 anos de idade. Foi um dos concedidos para o Brasil quando Inácio de Azevedo passou por Valência, e êle o aceitou por ser pintor de profissão, arte que tão útil seria no Brasil. Maiorga deixou alguns quadros em Saragoça, e exerceu a sua arte em Vale do Rosal e na Ilha da Madeira. Em Vale do Rosal fazia tinta de grã, que havia muita naquelas matas, e, enquanto êle pintava, outros apren-

diam. Aí fêz duas ou três imagens da Senhora de São Lucas. Foi um dos designados para animar os combatentes. Ao mar, vivo (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 199 205 223 231 238 239; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 301; GUZMÁN, *Historias de las Misiones* 168; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260; COSTA 314).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

33. Ir. ALONSO DE BAENA (B.). Coadjutor. Natural de Villatobas, diocese de Toledo, onde nasceu por 1539. Ia ao fim do noviciado, com 30 anos de idade, quando o P.e Inácio de Azevedo o trouxe consigo para Portugal com destino ao Brasil. Tinha o ofício de ourives ("platero de oro"). A 6 de janeiro de 1570 residia no Colégio do Pôrto e trabalhava na "horta" [31]. Designado para animar os combatentes e curar os feridos. Ferido por sua vez, foi lançado ao mar, vivo (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 231 237 266; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 302; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

34. Ir. ESTEBAN DE ZURAIRE (B.). Coadjutor. Natural da Biscaia. Era bordador de ofício e ocupava o de roupeiro no Colégio de Placência ao passar por aí o P.e Inácio de Azevedo, a quem acompanhou para Portugal com destino ao Brasil. Os autores portuguêses escrevem com freqüência Zurara; uma nota do editor de GUZMÁN, dá a forma Zudaire, e que "era navarro natural del puebblo de su nombre". Um dos escolhidos para animar os combatentes. Lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 231 239 266; GUZMÁN, *História de las Misiones* 168; ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 302; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 118; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

35. Ir. JUAN DE SAN MARTÍN (B.). Estudante. Natural de Yuncos (perto de Toledo), onde nasceu por 1550. Filho de Francisco de San Martín e de Catarina Rodriguez. Estudava na Universidade de Alcalá e veio para Portugal com destino ao Brasil. Segundo Franco, principiou o noviciado em Évora

---

[31] *Lus.* 43, f. 466r.

a 8 de fevereiro de 1570, com 20 anos de idade. Um dos escolhidos para animar os combatentes. Ferido e vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 231 267; FRANCO, *Imagem de Évora* 234; *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

36. Ir. Alonso de Valderas. Natural de Villabrágima (não longe de Valladolid). Com 31 anos de idade veio de Espanha para Portugal, com destino ao Brasil. Mas ficando por doente na Ilha da Madeira, "no logró la corona", voltando à sua província de Toledo, onde perseverou (ALCÁZAR, *Chrono-Historia* II 302).

37. Ir. JUAN DE ZAFRA (B.). Coadjutor. Natural de Jerez (Badajoz). Filho de João Pais e Isabel Rodríguez. Aceito para o Brasil em Cuenca, veio entrar na Companhia em Évora, a 8 de fevereiro de 1570. Lançado ao mar, vivo (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Évora* 234; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

38. Ir. FRANCISCO PÉREZ GODÓI (B.). Estudante. Natural de Torrijos, arcebispado de Toledo, onde nasceu por 1540. Filho de Juan Pérez Godói e Catalina del Campo. Bacharel em Cânones pela Universidade de Salamanca. Fêz os Exercícios Espirituais e entrou na Companhia a 15 de abril de 1569. De Medina del Campo seguiu com o P.e Inácio de Azevedo com destino ao Brasil. Em Portugal continuou o noviciado, e o Catálogo traz esta nota: "es buen sujeto y de buena habilidad" [32]. Andaria pelos 30 anos. Parente de Santa Teresa de Ávila. Conversador ameno, muito estimado de todos. Também cantor e sabia "tocar harpa e instrumentos com que alegrava aos Irmãos e era mestre naqueles suaves cantos de Vale de Rosal e na viagem para as Ilhas". Um dos escolhidos para animar os combatentes. Ferido a punhaladas e lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 203 209 220 231 267; LA PUENTE, *Vida de Baltazar Álvares* cap. 20; ALCÁZAR, *Chrono-*

---

[32] *Lus. 43*, f. 360r.

Historia II 301; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 118; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

39. Ir. GREGÓRIO ESCRIBANO (B.). Coadjutor. Natural de Logroño. Alegambe tem que era português. Mas Franco adverte o equívoco, porque Escribano veio de Espanha com Inácio de Azevedo para o Brasil. Lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

40. Ir. FERNÁN SÁNCHEZ (B.). Estudante. Da província de Castela-a-Velha. Provàvelmente, recebido em Salamanca pelo P.e Inácio de Azevedo com destino ao Brasil. Lançado ao mar, muito malferido (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; *S. F. Borgia* V 191; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 118; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

41. P. Jerônimo Serra. Estudante. Natural de Sassari, cidade da ilha de Sardenha. Entrou na Companhia em Coimbra a 3 de novembro de 1569, com 35 anos de idade. Diz-se dêle: "Bom sujeito e de mediana habilidade; estudou pouco, não sabe mais que um pouco de latim" (*Lus.* 43, f. 360v). Não foi avante, nem há pormenores.

42. Ir. GONÇALO HENRIQUES (B.). Estudante. Natural do Pôrto. No "Catálogo", diz-se subdiácono; na *Relaçam*, diácono. Um dos escolhidos para animar os combatentes. Lançado ao mar, não havendo certeza se ainda vivo, se já morto (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 231 238-239 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 260).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

43. Ir. ÁLVARO BORRALHO [MENDES] (B.). Estudante. Natural da cidade de Elvas, Alentejo. Como entre os mártires só há um nome Álvaro, a identidade do nome de batismo identifica a pessoa com mais de um apelido. Álvaro Mendes era excelente cantor. Na Madeira adoeceu, mas preferiu seguir na nau "Santiago". Lançado ao mar, vivo (15 de julho de 1570).

(*Relaçam* 203 220 252 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 261).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

44. Ir. PERO NUNES (B.). Estudante. Natural da vila da Fronteira, Alentejo. Foi lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 261).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

45. Ir. Bastião Lopes. Lançado vivo ao mar (14 de setembro de 1571). Sabia nadar, subiu a um batel duma nau francesa, e deixado depois nas costas de Espanha, voltou a Portugal. Veio a ser informador do martírio de Pero Dias e companheiros. FRANCO diz que não conseguiu averiguar se depois perseverou na Companhia (*Imagem de Coimbra* II 137; LEITE, *História* II 261).

46. *Ir. Francisco Paulo (V.).* Noviço. Recebido em Portugal pelo P.e Inácio de Azevedo para o Brasil, mas sem passar por noviciados portuguêses. O registo de entrada, que daria sôbre êle alguma notícia (se estudante ou coadjutor), perdeu-se na nau do martírio. Lançado vivo ao mar (14 de setembro de 1571). (*Relaçam* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 138; LEITE, *História* II 261).

47. Ir. MANUEL RODRIGUES (B.). Estudante. Natural de Alcochete, na margem esquerda do Tejo, quase em frente de Lisboa. Foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 261).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

48. Ir. NICOLAU DINIZ (B.). Estudante. Natural de Bragança, onde nasceu por 1553. Freqüentava o Colégio da Companhia nesta cidade. Era moreno: "notàvelmente baço das côres". Sabendo isso, o P.e Inácio de Azevedo escreveu que o recolhessem em casa até o mandar vir. Tinha graça em representar e o demonstrou ao passar por Coimbra a caminho de Vale do Rosal, onde entrou na Companhia, andando nos 17 anos de idade. Lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570).

(*Relaçam* 267; Arch. della Postulazione, *Azevedo, n.º 31*, Processo de Coimbra, f. 19r-19v; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 261; COSTA 353).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

49. Ir. LUÍS CORREIA (B.). Estudante. Natural da cidade de Évora. Foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 261).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

50. Ir. DIOGO [PIRES] MIMOSO (B.). Estudante. Natural de Nisa, Portalegre. Freqüentava o curso de Filosofia na Universidade de Évora. Sabendo que Inácio de Azevedo buscava gente para o Brasil, ofereceu-se e foi recebido. Morto à lançada e deitado ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 231 238 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 117; LEITE, *História* II 261).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

51. Ir. Miguel Rodrigues. Não foi avante, nem há pormenores.

52. Ir. ALEIXO DELGADO (B.). Estudante. Natural da cidade de Elvas, onde nasceu por 1555. Filho dum cego, a quem servia de guia. Revelando habilidade e engenho, por intervenção dum morador de Évora, entrou para o "Collegio dos Convictores que era nos Paços d'El Rei". Entrou como pobre, servindo e estudando ao mesmo tempo. Indo o P.ᵉ Inácio de Azevedo a Évora, o admitiu na Companhia para o Brasil, tendo 14 anos de idade. Era bom cantor (excelente na doutrina cantada). Ao mar vivo. "Dizião, depois, que os hereges o lançarão pello ar às ondas, bem como uma laranginha" (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 203 216 246 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 115; LEITE, *História* II 261).
Um dos "40 Mártires do Brasil".

53. Ir. Juan Sánchez. Estudante. Natural de Sanlúcar (Arcebispado de Sevilha). Era um dos 40 da Companhia, na nau "Santiago". Ajudava ao cozinheiro. Para o mesmo efeito lhe pouparam a vida os hereges, que o levaram a Rochela,

donde tornou a Portugal; e pelas suas informações se guiou Maurício Serpe na *Relaçam* (p. 265). Ainda aparece como mártir na lista de Miguel Aragonés por ser um dos 40 que iam na nau e êle ignorar, quando escrevia (19 de agôsto de 1570), o seu ulterior destino. Em Lisboa, na volta de França, Juan Sánchez foi recebido em casa. Para o Brasil parece que ia como coadjutor ou indiferente, mas, em 1574, estudava a 3.ª classe no Colégio de Santo Antão de Lisboa, com 20 anos de idade e 4 de Companhia [33]. O seu nome aparece entre os despedidos no ano de 1578 (*Lus.* 43, f. 522r).

54. Ir. Brás Ribeiro (B.). Coadjutor. Natural de Braga, onde nasceu por 1546. Entrou na Companhia no Pôrto em dezembro de 1569, e ainda aí estava, em primeira provação, a 6 de janeiro de 1570 [34]. Recebeu-o para o Brasil o P.^e Inácio de Azevedo. Boa saúde. Tinha 24 anos de idade e 7 meses de Companhia. Estando orando diante das relíquias, acometeram-no os hereges e quebraram-lhe a cabeça com uma cutilada, matando-o e deitando-o ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; Franco, *Imagem de Coimbra* II 117; Leite, *História* II 261).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

55. Ir. Luís Rodrigues (B.). Estudante. Natural da cidade de Évora, onde nasceu por 1554. Filho de Diogo Rodrigues e Leonor Fernandes. Cursava o 3.º ginásio quando entrou na Companhia na sua cidade natal, com 16 anos de idade, a 15 de janeiro de 1570 [35]. Continuou o noviciado em Vale do Rosal e na nau do martírio. Depois da morte do P.e Inácio de Azevedo exortava os outros: "Irmãos, animemo-nos e ajudemo-nos do Credo, porque o sangue de Christo não se há-de perder". Ferido a punhaladas, e lançado ainda vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 202 237 266; Franco, *Imagem de Évora* 217 225 234; *Imagem de Coimbra* II 119; Leite, *História* II 262; Costa 339).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

---

[33] *Lus.* 43, f. 464v.
[34] *Lus.* 43, f. 406r.
[35] *Lus.* 43, f. 403r.

56. Ir. ANDRÉ GONÇALVES (B.). Estudante. Natural de Viana de Alvito (Alentejo). Tinha estudado na Universidade de Évora. Êste mártir deve ter sido recebido pelo P.e Inácio de Azevedo, diretamente para o Brasil, sem passar por noviciados portuguêses. A indicação da naturalidade consta da *Relaçam;* (a de que era estudante na Universidade, em Franco). Foi ao mar, cosido a punhaladas (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 116; LEITE, *História* II 262).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

— Convém advertir que coexistiam mais dois homônimos: O P.e André Gonçalves, espanhol (da região de Salamanca), que em 1572 era mestre de Casos de Consciência no Colégio de Angra, Açôres [36] ainda vivo em 1577, com 40 anos de idade [37]; e o Ir. André Gonçalves, coadjutor, noviço em 1566, roupeiro no Colégio em 1572 [38].

57. Ir. Pero Gomes. Como o precedente, também a êste o deveria ter recebido diretamente para o Brasil, mas ficou no caminho (Lisboa ou Madeira). E não se identifica com o P.e Pero Gomes, de Antequera (Málaga), que ainda vivia em 1577 e já tinha ensinado o curso de Artes oito anos e o de Teologia três [39]. A existência simultânea dos dois homônimos consta na lista de 1570: o padre ia destinado ao Colégio de Angra, Açôres (fotogravura, *in* LEITE, *História* II 256-257).

58. Ir. GASPAR ÁLVARES (B.). Natural da cidade do Pôrto. "Quando as naus dos hereges tinham cercado a nau "Santiago", e lhe davam bataria, acertou um pelouro de passar por entre dous Irmãos; disse um dêles que se chamava Gaspar Álvares: oh! prouvera a Deus que me acertara aquêle pelouro e me matara por amor de Deus" (*Relaçam*). Ferido a punhaladas, foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 242 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 119; LEITE, *História* II 262).

Um dos "40 Mártires do Brasil).

---

[36] *Lus. 43,* f. 439r.
[37] *Lus. 42,* f. 1r.
[38] *Lus. 43,* f. 449r.
[39] *Lus. 42,* f. 34r.

59. Ir. MANUEL FERNANDES (B.). Estudante. Natural de Celorico (a *Relaçam*, p. 245, dá apenas êste topônimo, sem especificar de qual se trata, se Celorico da Beira, se Celorico de Basto). Lançado ao mar, vivo (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 245 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 262).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

60. Ir. Antônio Pires. Não foi avante. Talvez o mesmo que no catálogo de 1577 se diz que "hé de 25 annos e meo, natural de Tentúgal, do bispado de Coimbra, entrou na Companhia a 10 de setembro de 1570. Bem disposto "Leo latim dous annos"[40]. No caso de ser a mesma pessoa, desistindo do Brasil, Pires voltou da Ilha da Madeira e entrou na província de Portugal na data indicada. Observe-se que entre os "servidores seculares" há outro Antônio Pires (fotogravura, *in* LEITE, *História* II 256-257).

61. Ir. MANUEL PACHECO (B.). Estudante. Natural de Ceuta, cidade portuguêsa, que então era, em Marrocos. Foi um dos designados pelo P.e Inácio de Azevedo para exortar e animar os combatentes. Lançado ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 231 239 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 262).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

62. Ir. Brás Francisco. Não seguiu avante, nem há pormenores.

63. Ir. PERO FONTOURA (B.). Coadjutor. Natural de Braga. Estando em oração diante das relíquias, um herege acutilou-o no rosto, cortando-lhe a língua; depois lançaram-no ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 241 243 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 262).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

64. Ir. Diogo Fernandes. Coadjutor. Noviço. Lançado ao mar, vivo (14 de setembro de 1571), mas sabendo nadar con-

---

40 *Lus. 42*, f. 3v.

seguiu subir a uma nau e sobreviver. Deixado nas costas de Espanha, voltou a Portugal, e foi um dos informadores do martírio de Pero Dias e seus companheiros [41].

— Aparece um Ir. Diogo Fernandes, entrado na Companhia por fins de 1571 [42], que coincide com a chegada a Lisboa do que ia para o Brasil. Se é o mesmo, deu-se como inválido o noviciado anterior, por passar tantos meses fora de casas da Companhia. Dêste diz o Catálogo de 1577: "Diogo Fernandes, Coadjutor. Hé de 24 annos, natural de Avelãas, do Bispado de Coimbra; há 5 annos e meo que está na Companhia. Mal disposto dos rins e de melancolia" [43].

65. Ir. Francisco. Não se identifica com nenhum dos 52 mártires; e faltam elementos, para qualquer individuação certa, entre os numerosos "Franciscos" dos catálogos coevos, se porventura perseverou na Companhia.

66. Ir. Baltasar. Caso semelhante ao precedente.

67. Ir. Antônio Fernandes (B.). Coadjutor. Natural de Montemor-o-Nôvo. Filho de Gaspar Fernandes e Maria Lopes. Entrou na Companhia a 1 de janeiro de 1570. "Muito bom carpinteiro de marcenaria", cuja arte praticou em Lisboa. Em Vale do Rosal era o chefe da oficina, onde se lavraram muitas cruzes e retábulos para o Brasil, de boa madeira, que o P.e Inácio de Azevedo mandou comprar. Lançado vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 199 223 267; Franco, *Imagem de Coimbra* II 117; *Imagem de Évora* 234; Leite, *História* II 262; Costa, 339).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

68. Um coadjutor. (Sem nome explícito no "Catálogo")[44]. Ir. Simão da Costa (B.). Coadjutor. Do Pôrto. Era noviço de pouco tempo e ainda andava de pelote (*Relaçam*). Julgando os hereges que seria algum pajem, pelo qual poderiam obter bom resgate, não o mataram no dia 15. Interrogado no

---

[41] *Bras. 15,* ff. 220r-222v.
[42] *Lus. 43,* f. 473v.
[43] *Lus. 42,* f. 11r.
[44] Cf. Leite, *História* II 262-263.

dia seguinte, respondeu que era religioso como os outros e foi mandado degolar. O único, dos 40, que recebeu êste gênero de martírio e em dia diferente dos mais (16 de julho de 1570). (*Relaçam* 247-248 254-255 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra,* II 120; LEITE, *História* II 263).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

— Havia um homônimo, natural de Lisboa, estudante e doente, que entrara na Companhia a 16 de março de 1567 [45] e dêste segundo Simão da Costa ainda fala o catálogo de 1577, com 24 anos de idade [46].

69-70. Dois alfaites. Sem nomes explícitos no catálogo [47]. Parece que se devem identificar com dois Irmãos, de nome conhecido, que iam na nau de Pero Dias. Os seguintes:

[69]. *Ir. Diogo de Carvalho (V.).* Coadjutor. Natural de Tondela (Viseu). Foi ao mar, vivo (14 de setembro de 1571). (*Relaçam,* 275 281 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 137-138; LEITE, *História* II 263).

[70]. Ir. Gaspar Gonçalves. Mostrou mêdo, tirando a roupeta e metendo-se entre os grumetes feridos. A êste grupo de feridos, os hereges lançaram-nos ao mar (14 de setembro de 1571), por não haver na nau com que os curar e sustentar. E com êles foi Gaspar Gonçalves, que assim perdeu a coroa do martírio. A *Relaçam* refere-se a esta morte e a êste Irmão, calando o nome ("que aqui não vai nomeado"). (*Relaçam* 280-281; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 132; LEITE, *História* II 263).

[71]. Ir. SIMÃO LOPES (B.) Estudante. Natural de Ourém. Foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 266; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120; LEITE, *História* II 263.

O seu nome não consta no Catálogo, e deve interpretar-se, como dissemos, ou por lapso ou por ir a fim de ser recebido no Brasil, sendo entretanto admitido na Companhia entre Lis-

---

[45] *Lus. 43,* f. 335r.
[46] *Lus. 42,* f. 39r.
[47] Cf. LEITE, *História* II 262.

boa e a Madeira, porque o nome já consta na lista de Miguel Aragonés, do Funchal, 19 de agôsto de 1570.

Um dos "40 Mártires do Brasil".

[72]. *Ir. Pero Fernandes (V.).* Coadjutor. Português. Carpinteiro e noviço. Foi ao mar vivo (14 de setembro de 1571). (*Relaçam* 283; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 139); LEITE, *História* II 263).

Também êste Irmão não consta no Catálogo, com nome explícito. Mas deve ser o que entre os "servidores seculares" aparece sob a denominação de "outro carpinteiro"[48]. Tôdas as relações dizem que o Ir. Pero Fernandes era carpinteiro e noviço (*Relaçam* 280-281), mas a relação, feita à base das informações de Bastião Lopes, acrescenta um pormenor, donde se infere que de todos os que iam para o Brasil foi êle o último a ser recebido na Companhia, provàvelmente já depois do embarque: "Era ho Irmão Pero Fernandes Coadjutor temporal e *mais noviço que todos,* porem humilde e de muita virtude" (Arch. della Postulazione, *Azevedo n.º 30*).

Era dos que mais esforçavam os companheiros, com os seus fervores de noviço e de homem já feito, dado o ofício que tinha (*Relaçam* 274 276 277). O registo de entrada na Companhia, a bordo ou na Madeira, daria os restantes elementos de individuação; mas êsse registo, com o de outros, perdeu-se na nau de Inácio de Azevedo ou de Pero Dias.

[73]. JOÃO ADAUTO (B.). Natural de Entre Douro e Minho. Sobrinho do capitão da nau "Santiago". Não era da Companhia de Jesus, embora desejasse vir a sê-lo. Em tôda a viagem andava sempre com o P.º Inácio de Azevedo e os Irmãos, e durante a peleja vestiu uma roupeta das que tiraram aos da Companhia; e, vendo que os Irmãos se deixavam matar sem resistência, consentiu no mesmo. Tudo isto conta a *Relaçam* e dá a significação do nome: "O qual, já antes de morrer tão santamente, se chamava São João, o que é nome costumado entre Douro e Minho, donde êle era natural, e agora com muita mais razão lhe podemos chamar São João Adacto". (Adacto ou Adauto, adicionado, que veio por acréscimo com-

---

[48] LEITE, *História* II 263.

pletar o número dos 40). Trabalhava à bomba com os Irmãos e, com alguns dêles, foi vivo ao mar (15 de julho de 1570). (*Relaçam* 253-254 267; FRANCO, *Imagem de Coimbra* II 120-121; LEITE, *História* II 263).

Um dos "40 Mártires do Brasil".

Um grave equívoco: o B. Luís Rodrigues, um dos 40 mártires do Brasil (e não o pseudo Juan de Baeza)

Algumas listas dos 40 Mártires do Brasil (BB. Inácio de Azevedo e 39 Companheiros) inquinaram-se dum nome vazio de conteúdo histórico. Será possível conhecer e documentar como nasceu o equívoco?

Nasceu duma negligência ou êrro cometido numa *Relaçam* [de Maurício Serpe], que anda copiada, no todo ou em parte, por diversos arquivos de Lisboa, Pôrto, Madri e Roma, duas das quais já se imprimiram, a do Pôrto e a da Biblioteca da Ajuda [49].

Consistiu o equívoco em que entre os 39 companheiros de Azevedo, o Ir. Alonso de Baena, espanhol, que realmente é mártir, nos passos daquela *Relaçam* onde se fala dêle, escrevendo-se sempre "Afonso", aparece uma vez "João". Desta maneira: em Vale do Rosal, "Afonso" Baena (p. 189), na Ilha da Madeira, "Alonso" de Baena (p. 223); mais adiante, já no princípio da peleja com os calvinistas franceses, quando o P.^e^ Inácio de Azevedo designou alguns Irmãos para animar os portuguêses, entre os quais êle, a saber: "O Ir. Manoel Álvares, João de Mayorga pintor, Gonçalo Anriques diácono, Manoel Pacheco de Ceita, Diogo Pires Mimoso, Francisco Peres Godoy, Antônio Soares sotoministro, o Padre Pero d'Andrade ministro, Estêvão Zurara, João de San Martín, Afonso de Baena" (p. 231). Aparece ainda entre os que curavam os feridos: o P.^e^ Diogo de Andrade com o Ir. Antônio Gonçalves, Antônio Soares e "João" de Baena (p. 237); entre os que aceitaram a morte com alegria, "Afonso" de Baena (pp. 251-252);

---

[49] Cf. LEITE, *História* VIII 76-77.

e finalmente, na lista dos 40 Mártires, "Afonso" de Baena (p. 266)[50].

O equívoco de João uma vez (p. 237), em lugar de Afonso escrito bem tôdas as mais vêzes, é evidente. Trata-se duma e a mesma pessoa, em ocorrências diferentes e sucessivas. Negligências tão comuns que até aos nomes de batismo daqueles poucos mártires, tais como se apresentam impressos e acima transcritos, se insinuaram mais dois equívocos: "Antônio" Gonçalves em vez de "André" Gonçalves (e precisamente na mesma página e linha onde está "João" em vez de "Afonso"), e o P.e "Pero" de Andrade (p. 231), em vez de "Diogo", que são os verdadeiros nomes. Equívocos, êstes últimos, sem conseqüência. Não assim o que se refere a Baena.

E a primeira conseqüência dêste equívoco operou-se logo numa lista anexa à cópia da *Informação,* existente em Roma. Constando a lista de 39 nomes, por efeito da leitura da mesma *Informação,* encaixaram por letra diferente, fora da linha e em latim (a lista é em português) o nome de "Ioannes de Baena" (o n padeceu emenda, talvez para z ou vice-versa, mas prevalece Baena)[51].

A segunda conseqüência manifestou-se na lista dos "40 Mártires", feita por fins de 1571 ou começos de 1572, em que estava *"Luís Rodrigues, estudante, ao mar, vivo, Evora"*, na qual, não em entrelinhas mas por cima do próprio nome de "Luis Roiz" (que ainda hoje se pode ler), escreveram desta vez "Joan de Baeza" (não de Baena), e por cima de "Evora" escreveram "Castella". As quatro palavras intermédias deixaram-nas como estavam[52].

---

[50] Maurício Serpe, *Relaçam da Gloriosa morte do Padre Inacio de Azevedo da Companhia de Jesu e seus Companheiros, que foram mortos pelos hereges no Anno de 1570 indo pera o Brasil,* in *Memorial de varias cartas e cousas de edificação dos da Companhia de Jesus.* Com um Prefácio por Joaquim Costa director da Biblioteca. Reconstituição do texto e nota preliminar de José Pinto 1.º Bibliotecário (Pôrto 1942) 179-267. Esta *Relaçam,* nalgumas cópias, leva o nome de *Informação* e ainda de *História,* e nem sempre, com a mesma ordem dos capítulos, cf. Leite, *História* VIII 77. A esta *Relaçam* impressa, se referem as páginas citadas no presente estudo.

[51] Roma, Arch. della Postulazione, *Azevedo n.º 30,* f. 35v.

[52] Arsi, *Lus. 43,* f. 394v.

E esta é de tôdas, a conseqüência mais grave. Na limitação do número 40, a intromissão de Juan (de Baena ou de Baeza) implicava a omissão de Luís Rodrigues, e assim sucedeu logo em diversos autores espanhóis de grande influência, expansão e publicidade não de todo extintá ainda hoje[53], e de cujo pêso Antônio Franco ainda não conseguiu libertar-se inteiramente no primeiro volume da *Imagem*, a de *Évora*. Aí deixou serpear também João de Baeza (p. 222), embora só com o simples nome, desacompanhado de quaisquer notícias, e sem falar mais dêle, nem o substituir a Luís Rodrigues, que enumera entre os 40 Mártires, e de quem estabelece as notas concretas e individuantes de naturalidade, filiação, entrada na Companhia, formação religiosa em Vale do Rosal e gênero de morte[54].

Franco advertiu depois o lapso. Na *Imagem de Coimbra*, ao fim do Catálogo, completo e certo, dos "40 Mártires do Brasil", como a corrigir por via indireta a parasitária menção de Baeza, de cinco anos antes, declara:

"Advirto que o Padre Alegambe, & delle o Padre Nadasi trazem neste número dos quarenta, hum João Baena, castelhano, e hum Pedro Fonseca, portuguez, & nam fallam no Irmão Luis Rodrigues de Evora. Porém não tiveram, quanto a isto, as noticias tam apuradas como as que cá temos na nossa Província, onde o catálogo, que aqui fica, se fez logo no princípio com grande exacção; & os nossos escrittores, como em cousa de sua caza, assim o tem mui certo & ave-

---

[53] Escreve FRANCISCO RODRIGUES: "No exemplar da Relação de Maurício, da B. N. L., Fundo Geral 4 519, f. 37v. nota de outra letra adverte que há êrro no nome de *Luís Rodrigues,* porque no catálogo de Ribadaneira está em vez dêle, Juan de Baeza; mas que Luís Rodrigues está em todos os catálogos, que de mão estão no Cartório, tirando dois que estão em castelhano tirados por Ribadaneira" (*História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* II 2 [Pôrto, 1938] 497). Rodrigues menciona várias obras em que encontrou Juan de Baeza, em vez de Luís Rodrigues, e entre elas a *Synopsis Historiae S. I.*, ed. de 1914; acrescentamos que a última, de 1950, p. 718, ainda traz: "Ioannes de Baeza, hispanus".

[54] ANTÔNIO FRANCO, *Imagem da Virtude de Évora* (Lisboa, 1714) 234. Filiação de Luís Rodrigues (nesta página): "Filho de Diogo Rodrigues, & Leonor Fernandes".

riguado, & feito no mesmo tempo, & nelle nam ha genero algum de duvida"[55].

Aquêle Pedro Fonseca, de Alegambe e Nadasi, não passa doutro equívoco de leitura, por Pedro (Pero) Fontoura. Mas, para o meterem na lista dos 40, tiveram que suprimir dela mais um nome; e desta vez o omitido foi Amaro Vaz, de Marco de Canavezes.

Da criteriosa advertência de Antônio Franco, deduz-se também que os autores espanhóis flutuavam entre Baena e Baeza julgando-o castelhano, qualquer que fôsse o apelido; flutuação de que é documento uma "Relazione", feita mais tarde pela que se apresentou à Sagrada Congregação dos Ritos, em 1670, para a canonização dos 40 Mártires, na qual estava escrito "Giovanni di Baena ò Baeza spagnuolo", mas então já houve quem riscasse as duas últimas palavras e escrevesse por cima "Portoghese", de maneira que, a seguir à emenda, ficou: "Giovanni di Baena Portoghese"[56], nôvo equívoco a aditar aos precedentes.

Tais são os documentos manuscritos. Averigua-se do seu exame direto que o apelido de "Baena" teve origem no equívoco da "Relaçam"; que o de "Baeza" apareceu na emenda à lista de 1571-1572, quando escreveram êste nome sôbre o de Luís Rodrigues; e que a dúvida entre Baena e Baeza e a sua nacionalidade ainda então se mantinha. Dúvida e flutuação tão persistente que não parece justificar-se apenas pela parecença dos dois sobrenomes. Dir-se-ia que antes deriva duma terceira circunstância, que sugestionasse a emenda; e seria o fato de constar, nos catálogos portuguêses, a existência dum Irmão João Baeça, no Colégio de Évora, de 1562 a 1565. Consta desta maneira:

---

[55] Id., *Imagem da Virtude de Coimbra* II (Coimbra 1719) 122. E cf. Catálogo de Janeiro de 1570, do Colégio de Évora, onde também consta o P.e Inácio de Azevedo, "Provincialis brasiliensis", e a idade de Luís Rodrigues, 16 anos, andando no 3.º ginasial: "Ludovicus Rodrigues, eborensis, ingressus est 15 Ianuarii 1570, annos sedecim natus, cum versaretur in 3.º gymnasio" (*Lus. 43,* f. 403r).

[56] Arch. della Postulazione, *Azevedo n.º 30,* f. 15v. Neste mesmo caderno há uma breve discussão se deveria ser Baena ou Baeza, mas sem se recorrer às fontes (lista de 1570, de Miguel Aragonés e Processo de 1628), limitando-se à citação de autores impressos.

1562: João Baeça, de 18 anos, de mui bom natural para a virtude, tem boa maneira para ser bom escrivão, e, para o mais, talento regular [57].

1563: Noviço, mestre dos meninos, português [58].

1563-1564: Mestre dos meninos até à 8.ª e última classe [59].

1565: Filho da cidade de Tavira no Algarve, há três anos que está na Companhia, há um que fêz os votos, há dois que ensina a classe de escrever, tem 20 anos, e é fraco [60].

E aqui cessa a menção nominal de João Baeça nas listas. Não seria êle o mártir de 1570? A dúvida só na aparência tem justificação. Porque se nos catálogos cessa o nome de João de Baeça, êle continua a constar sob outra forma.

1566: O catálogo dêste ano fala da 8.ª classe, diz que esta é a Escola dos Meninos, e que neste ano tem dois mestres: O Ir. João da Costa, "que antes se chamava João de Baeça", e o Ir. Mateus do Rêgo [61].

1568: "João da Costa, *olim* João de Baessa, entrou a 18 de setembro de 1561" [62]. E de nôvo, a pergunta: Não seria êste João da Costa, que antes se chamava João Baeça (ou de Baeça), o qual, retomando o sobrenome antigo, tivesse sido aceito à última hora por Inácio de Azevedo e com êle martirizado? Tira a dúvida outro documento da mesma série:

Catálogo de 1577: P.e João da Costa, de 33 anos e meio, natural de Tavira no Algarve, bispado de Silves, há 15 anos e meio que está na Companhia, é fraco de cabeça, ensinou meninos oito anos a escrever [63].

De maneira que o Ir. João de Baeça, agora P.e João da Costa, sete anos depois do martírio de Inácio de Azevedo e seus 39 Companheiros, ainda vivia.

Que se conclui? Que um equívoco inicial, propagado por escritores, sem mais estudo nem revisão completa das fontes, se foi repetindo duns para outros, embora com certa flutuação, e nem sempre de olhos fechados. Um dêsses autores, citando

---

57 ARSI, *Lus. 43*, f. 169r.
58 *Lus. 43*, ff. 198r 200r 202v.
59 *Lus. 43*, ff. 215r 217r 218r.
60 *Lus. 43*, f. 262v.
61 *Lus. 43*, f. 268v.
62 *Lus. 43*, f. 332v.
63 *Lus. 42*, f. 23r.

o "Hermano Juan de Baeza, novicio español", entre os que Azevedo trouxe de Espanha para Portugal, acrescenta que nem "patria ni otra circunstancia particular suya hallo expressado en los Auctores" [64].

E temos que de Juan de Baeza, espanhol, ninguém sabe dar notícia alguma, e João de Baeça, português, que de fato existiu, natural de Tavira, não foi mártir; e nem êle, nem outro qualquer de igual nome, nem o de Juan de Baena, consta do catálogo geral de 1570, "dos que foram êste anno para o Brasil", enviado a Roma por ocasião do embarque de todos. Que é exatamente o contrário do que sucede com Luís Rodrigues.

De Luís Rodrigues sabe-se onde nasceu (Évora), quando entrou na Companhia (15 de janeiro de 1570)[65], que idade tinha, quem foram seus pais; consta na "lista dos que foram êste anno para o Brasil" [66]; e se na de 1571-1572 substituíram o seu nome pelo postiço Juan de Baeza, não o omitiu a narrativa completa da "Relaçam", quer em Vale do Rosal durante a sua formação religiosa [67], quer na nau do martírio, onde se lê: "Também o Irmão Luiz Rodriguez, d'Evora, no tempo da peleja andava mui animado, e animava os Irmãos a altas vozes, dizendo: Irmãos, animemo-nos e ajudemo-nos do Credo, porque o sangue de Christo não se há-de perder" [68]; e igualmente se lê entre os "40 Mártires", na lista final da mesma *Relaçam*: "Irmão Luís Rodrigues, de Evora, estudante, ao mar, vivo" [69].

Além destas notícias, que lhe vão assinalando o ano de 1570 e os passos do martírio, também Luís Rodrigues está presente no processo original de canonização, feito em Coimbra em 1628, importante documento que parece deixaram de consultar os que depois levaram avante o processo de Roma. Teriam êles para isso algum motivo? Cremos que sim. E seria

---

64 Bartholomé Alcázar, *Chrono-Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia de Toledo* II (Madrid 1710) 302.

65 *Lus.* 43, f. 403r.

66 Leite, *História* II 262; todo o Catálogo, 256-263.

67 *Relaçam* 202; Manuel da Costa, *Inácio de Azevedo* (Braga, 1946) 409; e cf. *ib.* 376, onde cita um artigo seu sôbre esta matéria, no *Mensageiro do Coração de Jesus* (Braga, 1944) 516.

68 *Relaçam* 237; *Imagem da Virtude de Évora* 225.

69 *Relaçam* 266.

o de se preocuparem mais com a "qualificação" do martírio ("martírio *pela Fé*") dos "40 Mártires", e com a literatura já existente sôbre êsse conjunto e qualificação, do que com a identidade de cada um dos componentes do grupo glorioso; e, se alguma vez se preocuparam com o pormenor das pessoas, em vez da revisão acurada das fontes, recorreram ao argumento da autoridade, isto é, aos autores impressos, adotando a lista de Pedro de Ribadeneira, na *Vida do Padre Francisco de Borja,* que na edição italiana de 1616 já traz os 40 nomes "beatificados", desde o "B. Ignazio de Azevedo" ao último, entre os quais o "B. Giovanni di Baeza"; e, de fato, é esta a lista, que transcreve e cita mais tarde o *Summarium,* de Roma [70].

Neste pormenor, os livros impressos prevaleceram aos documentos de origem. E uma vez assente que "Baeza, hispanus", era um dos 40, quando alguma vez se utilizavam fontes primitivas, como a de Miguel Aragonés, trasladava-se a narrativa e não se consultava a lista [71]. E no entanto, o Ir. Miguel Aragonés, companheiro dos mártires até à Ilha da Madeira, escrevia logo, dessa mesma ilha, a 19 de agôsto de 1570, e a sua lista enumera *todos* os 40 Padres e Irmãos da Companhia, que êle com os próprios olhos viu partir do Funchal na nau do martírio. Nela não consta o nome de João (de Baena ou de Baeça). Mas o n.º 19, dos 40, é Luís Rodrigues [72].

---

[70] Cf. *Brasilien. Canonizationis seu Declarationis martyrii Servorum Dei Ignatii Azevedo et Triginta novem Sociorum Martyrum Societatis Iesu super dubio an constet de Martyrio et Causa Martyrii in casu etc., Summarium* (*Roma* 1713) 133 n.º 107. Êste *Summarium* cita a edição italiana de Ribadeneira de 1616, mas a edição de 1600 (Florença) 207, já traz também todos os 40 nomes com a qualificação de "Beato", por extenso em Azevedo, nos mais "B." abreviado; e o mesmo, para o grupo dos 12 (de Pero Dias), todos também com a mesma qualificação de "Beatos" (p. 212). Esta indicação de "Beatos" não se lia na edição castelhana de Ribadeneira (1594).

[71] *Summarium* 143-148.

[72] Madri, Colegio de Chamartín, *Varia Historia* III, f. 632v; a carta de Miguel Aragonés, de 1570, saiu no *Summarium* com a data de 1571. Como a lista do Ir. Aragonés contém *todos* os 40 da Companhia, que iam na nau Santiago, nela também se inclui: "el Hermano Joan Sànchez, castellano de Sanluca" [Sanlúcar], que depois se averiguou não ter sido morto pelos hereges, mas levado por êles a Rochela, donde voltou a Portugal, constituindo-se informador da *Relaçam,* de Maurício

Na categoria das listas dos "40 Mártires", esta de Miguel Aragonés é, entre tôdas as existentes, a mais antiga, assim como na ordem dos processos, o primeiro organizado em regra é aquêle de Coimbra, aberto a 3 de outubro de 1628. Ao comêço no processo de canonização todos os mártires se englobavam numa só causa, quer os *Quarenta* de 1570, da primeira nau (Inácio de Azevedo e 39 companheiros), quer os *Doze* de 1571 da segunda nau (Pero Dias e 11 companheiros). Só no processo final se separaram, por o primeiro grupo ter sido objeto de culto quase imediato, depois oficialmente reconhecido em 1854 (festa a 15 de julho). Mas, para perfeita compreensão dos documentos, importa lembrar que o primeiro processo de 1628, ainda os congregava a todos; e entre os artigos, a que as testemunhas haviam de responder, contam-se êstes: "2.º, se sabe os nomes e o número delles, e como o sabe"; "3.º se sabe que elles no mar forão pellos hereges cativos, e mortos em odio da Fé, e como o sabe, he se há disto publica vox e fama". Artigos a que as numerosas testemunhas depois responderam tôdas afirmativamente.

Segue-se a esta verba dos artigos, a deputação do notário e cursor, e logo a lista autenticada dos mártires, que, pela mesma precedência histórica do processo, é documento de base.

"Certidão com os nomes dos Padres e Irmãos mártires

Certifico eu Manoel da Rocha Paaes, notario apostolico dos aprovados authoritate apostolica, morador nesta cidade [de] Coimbra, que hé verdade que eu, a requerimento do P.e Pero Correa, Procurador do Collegio da Companhia de JESUS desta dita cidade e Procurador nesta cauza, fui à caza do Car-

---

Serpe. No Colégio de Santo Antão (Lisboa) residia, em 1574, o Ir. Juan Sánchez, do Arcebispado de Sevilha; tinha 20 anos e andava na 3.ª classe (*Lus. 43*, f. 464v). Não perseverou na Companhia, incluindo-se entre os despedidos no ano de 1578 (*Lus. 43*, f. 522r). Não sendo mártir, preencheu-se o seu nome no número dos 40, como se verá na lista de Coimbra, com o de "São João Adaucto". A presença de João Sánchez, na lista dos mártires, feita por Miguel Aragonés, seria justificação bastante para ela se excluir do *Summarium* de Roma. Todavia essa mesma presença de João Sánchez prova tratar-se de lista coeva e autêntica.

torio e Archivo do dito Collegio, aonde pello P.e Rui da Silva, cartulario do dito Cartorio, me foi mostrado hum livro e outros papeis, que nelle estavão, para effeito de tirar delles os nomes dos Padres e Irmãos martyres, que morrerão indo pera o Brazil nos annos de quinhentos e setenta, he setenta e hum, de que se trata; aonde no ditto livro, que me foi mostrado, encadernado em pregaminho, escrito de letra de mão, e de outros rois, que no dito Cartorio estavão, em huma gaveta, que desia "Cousas do Brazil", tirei bem e fielmente os nomes dos ditos religiosos, assym da primeira, como da segunda nao, que huns e outros são os seguintes:

Primeira nao [73]

O Padre Ignacio d'Azevedo [Pôrto, arredores]
O Padre Diogo d'Andrade [Pedrógão Grande]
Irmão Antônio Soares [Trancoso]
Irmão Bento de Crasto [Chacim, Trás-os-Montes]
Irmão João Fernandes [Braga]
Irmão Manoel Alvares [Estremoz]
Irmão Francisco Alvares [Covilhã]
Irmão João de Mayorga [Gasconha]
Irmão Estevão Zurara [Biscaia]
Irmão Affonso Bayena [Toledo]
Irmão Domingos Fernandes [Borba]
Irmão Gonçalo Anrriques [Pôrto]
Irmão Joam Fernandes [Lisboa]
Irmão Aleyxo Delgado [Elvas]
Irmão Luís Correa [Évora]
Irmão Manoel Rodrigues [Alcochete]
Irmão Simão Lopes [Ourém]
Irmão Manoel Fernandes [Celorico]

---

73 Na lista original, só vem indicada a naturalidade de um nome, o Ir. Gregório Escribano, de Logroño (escrito à portuguêsa, Logronho). Para não aparecer só êsse, isolado, damos entre cancelos a naturalidade de todos. Por elas se vê que na primeira nau os mártires eram 32 portuguêses (Ceuta era então portuguêsa) e 8 espanhóis (um nascera em território que é hoje francês, na Gasconha, mas ainda então espanhol); na segunda nau os mártires eram dois espanhóis e dez portuguêses.

Irmão Alvaro Mendes [Elvas]
Irmão Pedro Nunes [Fronteira]
Irmão Luis Rodrigues [Évora]
Irmão Francisco de Magalhães [Alcácer do Sal]
Irmão Nicolao Dinis [Bragança]
Irmão Gaspar Alvares [Pôrto]
Irmão Brás Ribeiro [Braga]
Irmão Antônio Fernandes [Montemor o Nôvo]
Irmão Manuel Pacheco [Ceuta]
Irmão Pedro de Fontoura [Braga]
Irmão Simão da Costa [Pôrto]
Irmão André Gonçalves [Viana do Alentejo]
Irmão Amaro Vaz [Distrito do Pôrto] [74]
Irmão Diogo Pires [Nisa, Portalegre]
Irmão Marcos Caldeira [Vila da Feira]
Irmão Antônio Correa [Pôrto]
Irmão Fernão Sanches [Castela a Velha]
Irmão Gregório Escrivano, de Logronho
Irmão Francisco Peres de Godoy [Torrijos]
Irmão João de Safra [Jerez]
Irmão Joam de San Martín [Yuncos]
Sam João Adaucto, que consentio o lançassem por Irmão, pedia a Companhia e fazia os exercicios dos mais Religiosos que hião na nao [Portugal].

Nomes dos Religiosos que hião na segunda nao com o P. Pero Diaz no anno de setenta e hum

O P. Pero Diaz [Arruda, Lisboa] [75]
O P. Francisco de Crasto [Montemolin]
Irmão Affonso Fernandes [Viana do Alentejo]
Irmão Gaspar de Góez [Portel]

---

[74] "Do Conselho de Bemviver" (*Lus. 43,* f. 394r). O concelho de Bemviver uniu-se ao de Soalhães em 1852; e em fins de 1853 passaram ambos a constituir o concelho de Marco de Canavezes. Podem-se ver as freguesias, pertencentes ao antigo concelho de Benviver, em AMÉRICO COSTA, *Dicionário Corográfico de Portugal* III (1932) 571.

[75] Pero Dias em 1561 escreveu de si mesmo, que era "português, de Lisboa" (ARSI, Fondo Ges. *ms. 77-IV,* f. 282r). O Catálogo dos már-

Irmão João Alvares [Estreito, Oleiros]
Irmão André Paaes [Pôrto]
Irmão Pero Diaz [Souto, Viseu]
Irmão Fernão Alvares [Viseu]
Irmão Miguel Aragonés [Guisona]
Irmão Francisco Paulo [Portugal]
Irmão Pero Fernandes [76] [Portugal]
Irmão Diogo Carvalho [Tondela]

Os quaes nomes todos, assi como aqui declarados vam, eu sobredito notario tirei do dito livro e papeis, bem e fielmente, e o consertei com o notario aqui assinado, em fee do que me assinei aqui de meu sinal razo.

Em Coimbra, a tres de Outubro de seiscentos e vinte e outo annos.

Consertado por mym notario Manoel de Rocha Paaes.

He comigo notario apostolico Francisco Fernandes de Almeida" [77].

A III parte dêste estudo, de pesquisa histórica, escreveu-se com a finalidade expressa de verificar como ao B. Luís Rodrigues, de Évora, um dos 40 Mártires do Brasil, substituíram o pseudo Juan de Baeza, de quem não se sabe quando nasceu, nem onde, nem os pais, nem quando entrou na Companhia. Nada se sabe, nem pode saber, mais que o flagrante equívoco donde procede.

---

tires de 1571-1572, diz "Aruda" (Arruda dos Vinhos, no Arcebispado hoje Patriarcado de Lisboa). Donde parece seguir-se que Pero Dias, estando em Coimbra, e dizendo que era "de Lisboa", não quis dizer "da cidade", mas da circunscrição eclesiástica (muito usual então). Em Lisboa, como dissemos, tinha dois irmãos casados, o que poderia também significar que a sua família se trasladasse de Arruda para Lisboa, sendo êle menino.

[76] Sabe-se que era "carpinteiro" e "o mais noviço de todos" (*Bras. 15*, f. 221r). Esta dupla circunstância indica positivamente que êle fôsse o "outro carpinteiro" secular, mencionado na lista de 1570, sem o nome expresso. Cf. supra, o n.º 72 dêsse catálogo.

[77] Roma, Archivio della Postulazione S. I., *Azevedo n.º 31*, f. 3r-3v.

IV

VÁRIA

1

Luís de Góis, Senhor de Engenho no Brasil, introdutor do tabaco em Portugal, jesuíta na Índia (1504[?]-1567) *

Nóbrega, na primeira carta que escreveu da capitania de São Vicente (12 de fevereiro de 1553), tem estas palavras: "Luís de Góis, irmão de Pero de Góis, fêz aqui um grande movimento de si; e em fervor de espírito fizeram os votos da Companhia, êle e a sua mulher, estando para tomar-o Senhor. Determinam desembaraçar-se; e ela, que é já de dias, servir Nosso Senhor num mosteiro ou como nós lhe ordenarmos, e êle pedir que o recolhamos. Não sei o que o tempo nisto mostrará. Dêle recebeu sempre esta casa muita caridade. Parece-me que lhe temos muita obrigação de o ajudar a salvar" [1].

Damião de Góis, em 1566, ao tratar da planta do tabaco, escreve: "Esta erva trouxe primeiramente a Portugal Luís de

* Publ. in *Brotéria* 61 (Lisboa 1955) 146-161.

[1] *Cartas de Nóbrega* (1955) 152; *Mon. Bras.* I 424.

Góis, que depois, sendo viúvo, se fêz na Índia dos da Companhia do nome de Jesu"[2].

É uma e a mesma pessoa o morador de São Vicente, a que se refere o fundador de São Paulo, e o introdutor do tabaco em Portugal e jesuíta na Índia, de quem fala o cronista de D. Manuel. Mas foi laboriosa a identificação e durou anos. Varnhagen chama-lhe alguma vez *irmão* de Damião de Góis[3]; Capistrano de Abreu[4] parece desdobrá-lo em dois; e Pedro de Azevedo declara que o jesuíta da Índia não é o do Brasil, mas sobrinho de Damião de Góis, que não estêve na América Portuguêsa[5].

É natural que êstes nomes autorizados produzissem hesitações e confusões nos escritores que os consultaram, entre os quais nos incluímos[6]. Tira agora qualquer dúvida uma carta de Luís de Góis, escrita em Goa no ano de 1565, já padre, e é ela que dá oportunidade a êste breve estudo de revisão histórica sôbre uma personalidade, unida aos primeiros passos da formação do Brasil, e com títulos bastantes para ser lembrada.

Luís de Góis nasceu em Portugal por 1504 (em 1565 tinha 61 anos) e contava 26 quando embarcou em 1530 na primeira armada colonizadora do Brasil, a de Martim Afonso de Sousa, com quem tomou parte na fundação da Vila de São Vicente (1532) e provàvelmente também na de Piratininga e na mesma capitania adquiriu terras junto às de Brás Cubas, no "Rio Jeribati". E, como as terras de sesmaria quase nunca se de-

---

[2] Damião de Góis, *Chronica do Serenissimo Rei D. Manuel* (Coimbra, 1790) 135.

[3] Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descriptivo do Brasil em 1587.* Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen. Terceira edição (São Paulo, 1938) 465.

[4] Capistrano de Abreu, nota à *História Geral do Brasil* 4.ª ed. (São Paulo s/d) 290; e no Índice (p. 522) mencionam-se em separado.

[5] Pedro de Azevedo, *Os primeiros donatários*, in *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* III (Pôrto, 1924) 213.

[6] Em 1938 ainda aceitamos a versão da dualidade, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Lisboa, 1938) 364; em 1940 já não, *Novas Cartas Jesuíticas* 38. Cf. Sarah A. Dickson, *Panacea or Precious Bane. Tobacco in Sixteenth Century Literature*, in *Bulletin of the New York Public Library* 57 (1953) 564.

marcavam no momento das "dadas", e sucedia que as demandas eram também parte habitual da herança legada aos filhos: êle, a 11 de março de 1545, estipulou com Brás Cubas um acôrdo pacífico para que assim como ambos viviam em "estreita amizade", assim a houvesse "entre os seus filhos e descendentes" [7].

Entre os descendentes de Brás Cubas, está Pero Cubas, seu filho, que em 1614, pediu a confirmação de uma sesmaria do pai, "que limitava com terras de Diogo Rodrigues e de José Adôrno" [8]. Notícia ainda a reter, pelo que toca a Diogo Rodrigues, do tempo de Brás Cubas, porque ficou em relações epistolares com Luís de Góis e a êle, "magnífico Senhor", "cavaleiro da Casa da Infante D. Maria", é dirigida a carta de 1565; e, ao que parece, como a procurador seu nos negócios que deixou em aberto em São Vicente, entre os quais se menciona o açúcar.

Além de arrotear as suas terras de São Vicente, Luís de Góis colaborou com o irmão Pero de Góis, donatário da Paraíba do Sul, no povoamento da sua capitania; e tentaram — nessa planície, de Campos, que mais tarde tanto se celebrizaria na fabricação do açúcar — a plantação dos primeiros canaviais. Mas a ausência de um bom pôrto-base, na costa, deixava o estabelecimento interno à mercê dos índios contrários, que tinham por si brejos inextricáveis na baixada, e para o interior a fortaleza natural do sertão serrano, recesso ainda então inacessível. Mais do que o abuso de Henrique Luís, que

---

[7] "Que o dito Brás Cubas partirá direito pelo dito com tôdas as terras da mão direita, e êle dito Luís de Góis e seus filhos pelo dito rio arriba com as terras da banda esquerda ficando o dito rio por marco dêles; e assim irão pelo dito rio arriba até Itapeira, como pelas cartas que eles ditos têm das ditas terras". ERNESTO DE SOUSA CAMPOS, *Santa Casa da Misericórdia de Santos* 127, cit. por J. P. LEITE CORDEIRO, *Brás Cubas e a Capitania de São Vicente* (São Paulo, 1951) 45-46. O Rio Jeribati é o que se descreve assim: "Gerybatyba: Rio que desagua em frente à Ilha de São Vicente ou *Guaiahó,* no larga-mar de Santos". JOÃO MENDES DE ALMEIDA, *Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo* (São Paulo, 1902) 95. Adverte João Mendes que se não deve confundir com o Rio de Jurubatuba, que pertence à bacia do Rio Tietê. Mas antigamente também êste segundo rio aparece escrito Geraibatiba. Cf. *Mon. Bras.* III 199.

[8] J. P. LEITE CORDEIRO, *Braz Cubas* 46.

com desrespeito dos forais dos donatários, veio ali apresar gentio provocando o seu levantamento, cremos que foi o contraste geográfico da Capitania da Paraíba do Sul o que tornou impossível no segundo quartel do século XVI a colonização de uma terra que ainda no século seguinte deu imenso trabalho para se tornar definitiva e eficaz. A estas circunstâncias adversas juntava-se outra, a de começarem os franceses a vir fazer pau-brasil em Cabo Frio, fomentando e mantendo os índios em estado de inimizade para com outros quaisquer brancos, que não fôssem êles.

E são êstes exatamente — o abuso do cativeiro do gentio e o perigo dos franceses — os dois pontos, que Luís de Góis encarece na famosa carta de 1548 a D. João III de Portugal, a pedir que socorra o Brasil; mas ao mesmo tempo, urge com intrépida piedade, que, se não pela terra ameaçada dos franceses (e com ela a Índia), nem pelo cumprimento dos forais, ao menos pela salvação das almas a socorra Sua Alteza, porque já na Capitania de São Vicente eram muitos os cristãos. A carta faz lembrar as de Diogo de Gouveia, de Paris, e as de Nóbrega e mais companheiros, que não tardariam a chegar ao Brasil. E o último argumento mostra o estado de espírito de Luís de Góis quando chegou a São Vicente o primeiro padre da Companhia de Jesus, pensando em breve em ser êle próprio um dêles. Escreve Leonardo Nunes a Nóbrega ainda então na Bahia (1552):

"Nosso Senhor moveu cá milagrosamente a um homem casado e sua mulher, os quais sendo meus devotos, com muitas lágrimas e consolação espiritual fizeram voto de castidade e êle de entrar na nossa Companhia se o recebessem; e se isto não alcançar, estão determinados assim êle como ela de servirem em hospitais aos enfermos, vivendo de esmolas, e ambos são nobres"[9].

Meio ano depois aportava Nóbrega a São Vicente e declara o nome do que fizera o voto de entrar na Companhia e Leonardo Nunes não disse. "Luís de Góis, irmão de Pero de Góis", que são as palavras com que se abre a presente no-

[9] *Mon. Bras.* I 342.

tícia. E o dinheiro, que na mesma carta de 1553 diz Nóbrega mandar para Lisboa por Pero de Góis, com destino a seu irmão Luís de Góis e o dará a "seu recado" [10], é possível que fôsse já do marido para ir assegurando o dote que se dava aos mosteiros, quando se recolhesse nalgum dêles a mulher.

Luís de Góis deixou São Vicente, de caminho para a Bahia, ao que parece em 1553, talvez com o Governador Tomé de Sousa, que já tinha chegado àquela cidade a 1 de maio. Segundo o teor da carta de Nóbrega, Luís de Góis poderia ir para Portugal ou não ir; mas, se fôsse, não seria logo (por isso não levava o dinheiro êle e o mandava pelo irmão). Durante a sua estada na Bahia teve a pouca fortuna de achar-se presente às desavenças do Bispo D. Pedro Fernandes por um lado com o Governador D. Duarte da Costa e o seu filho D. Álvaro e por outro lado com o deão da Sé e o chantre. Formaram-se partidos. No período mais agudo destas desordens (fevereiro e março de 1554) um cônego do partido do Bispo espancou um homem da facção contrária e ao barulho acudiu D. Álvaro da Costa, que prendeu o cônego agressor. Acompanhavam a D. Álvaro diversas pessoas entre as quais Luís de Góis e João Rodrigues Peçanha. A conselho do P.^e Luís da Grã, o Governador entregou de manhã o cônego ao Bispo, sendo por êle absolvido da excomunhão em que incorrera por ter prêso uma pessoa eclesiástica. (Prendeu-a menos de 24 horas e o Governador cuidava que isso o poderia fazer). Com o Governador foram absolvidos os mais que tomaram parte na prisão e o Bispo "lhes mandou pagar a cada um certa cêra". Noutro ambiente ou com outro Bispo o caso acabaria aqui. D. Pedro abriu devassa com multas pecuniárias, como já praticava na Índia, e queixou-se para Lisboa [11]. E como na Côrte ainda então eram ouvidas as suas queixas, veio ordem para

---

10 *Cartas de Nóbrega* (1955) 151; *Mon. Bras.* I 423.

11 A Roma não se queixou, nem lá chegaram ecos das questões da Bahia, como à primeira vista parecia no título duns papéis, que se conservam no Arquivo Vaticano, *Miscellanea*, Arm. VIII 58, f. 222 [238], e falam do Bispo do Salvador sôbre ordenações sacerdotais. Os papéis pertencem ao período e ataques do regalismo do século XVIII contra a Igreja e as faculdades por ela conferidas às Ordens Religiosas, no caso a Companhia de Jesus. Verificando a cota (que apresentava as deficiências indicadas em *História* II 519) deparou-se-nos um código

se remeterem presos João Rodrigues Peçanha e Luís de Góis [12]. Se a ordem se cumpriu não está averiguado e é provável que não, porque dando fim a esta guerra do "Hissope", mais implicante que a de Elvas, o Deão favorecido pelo Governador embarcou para Portugal a "requerer sua justiça" [13], e a Côrte, informada por êle e outros de ambas as partes, começou a compreender que D. Pedro Fernandes não era o bispo de que o Brasil havia mister. Isto em resumo, porque são longas as cartas do Bispo, do Governador e outras personalidades, com recriminações recíprocas [14]. Infindáveis questiúnculas que o biógrafo de D. Pedro comenta assim: "Menos lido na S. Escritura que nos Clássicos, o Prelado não se lembrava talvez da palavra bíblica de que quem vento semeia tempestade colhe" [15].

Entretanto, e antes que Lisboa mandasse chamar o Bispo, sopraram até São Vicente e São Paulo os rumôres do que se passava na Bahia; e Nóbrega, que respeitava o Prelado, mas por ter observado que êle não favorecia a catequese dos índios, nem dava "por bem feito senão o que ordenava e fazia" — e se retirara para o Sul e por lá se deixara ficar demoradamente para não serem "ambos divisos" — informado dos sucessos de 1554, achou que convinha por então não dar nenhum pretexto para D. Pedro se melindrar ou intervir. E, assim, tomou a sua resolução. A 25 de março de 1555, Nóbrega diz a Santo Inácio que o P.e Leonardo Nunes levara um apontamento sôbre "se aceitaríamos alguns votos de obediência de alguns leigos casados, que por sua devoção querem servir, de fora, às casas

---

com letra do século XVIII, organizado na perseguição geral dêsse tempo, onde se incluem escritos como a "Monita Secreta", indício bastante do seu critério e valor histórico. E do Bispo D. Pedro Fernandes não trata.

[12] *História da Colonização Portuguêsa no Brasil* III 241.

[13] O Deão "Gomez Ribeyro, homem de boa vida, leterado e pregador, que ffoy a Vossa Alteza sobre isto requerer sua justiça" (carta de D. Duarte da Costa a D. João III, Tôrre do Tombo, *Corpo Cronológico* I 95 41 [f. 3r]. Na *Hist. da Col. Port. do Brasil* III 373, aquêle *a* aparece transformado em *de*).

[14] *Ib.* III 363-381.

[15] Frei Odulfo Van der Vat, *Pedro Fernandes Sardinha primeiro Bispo do Brasil,* in *Revista Eclesiástica Brasileira* II (1942) 690. Sôbre o apelido *Sardinha,* cf. *Mon. Bras.* I 47-48.

fundadas pela Companhia; e, porque depois se me ofereceram alguns inconvenientes, me parece agora, que ao menos ao presente, não convém"[16].

Os acontecimentos da Bahia embaraçaram, pois, as aspirações de Luís de Góis na sua realização imediata. Não, todavia, na sua realização futura. E talvez lhe viesse então a idéia de entrar na Companhia na Índia, em cuja carreira ainda o seu irmão Pero de Góis comandou alguma nau da frota, depois que deixou o Brasil em 1553. Período obscuro em que escasseiam os pormenores e datas, incluindo as do ano em que Luís de Góis enviuvou.

Num libelo de Gregório de Acosta [ou *da Costa*] contra Ruy Dias Melgarejo, fala-se não só da morte da mulher mas também na do próprio Luís de Góis, o que deu margem a confusões:

"Item ha hecho [Melgarejo], cuando estuvo en San Vicente à donde se casó con su mujer, la que mató, despojó un ingenio de hacer azúcar y lo hizo echar á perder, que era de un caballero portogués, que se llamaba Luis de Goes; y engañó á sus dos hijos que eram mancebos, con palabras y pormetimientos; de manera que se llevó toda la gente de esclavas y esclavos que Luis de Goes tenía en el ingenio; de manera que el ingenio y Luis de Goes quedaron perdidos; de manera que de enojo Luis de Goes se murió padre de los mozos; murió él y su mujer; y los mozos que llevó consigo despues que los tuvo en el pueblo del Piqueri, los trató muy mal y les quitó sus haciendas, y al uno su mujer y fué mal infamado con ella, siendo su comadre"[17].

A "Relación" não traz data (daí as confusões); mas foi escrita por 1574[18], sete anos depois da morte de Luís de Góis,

---

[16] *Cartas de Nóbrega* (1955) 197-198; *Mon. Bras.* II 169.

[17] "Relación de Gregorio de Acosta sobre el Gobierno de las provincias del Rio de la Plata, dirigida à sua Magestad y á su real Consejo de Indias", in D. Luis Torres de Mendoza (*Colección de Documentos Inéditos del Archivo de Indias X* [Madrid 1868] 534-535).

[18] Já conta como se prendeu no Paraguai a Filipe de Cáceres e se enviou prêso para Espanha, *ib.* 528. Êste último fato deu-se em 1573; e não tinha ainda chegado o "adelantado" Juan Ortiz Zárate, que entrou

que já em 1559 era viúvo. A informação é útil sobretudo pelo que diz de Luís de Góis como senhor de engenho, identificando-o assim com o da Índia que na sua carta de 1565 alude a êstes negócios, ao "fato" que foi para o Rio da Prata, e ao açúcar que deixou em São Vicente.

Como senhor de engenho ("Engenho da Madre de Deus") e participante da armada afonsina de 1532, Luís de Góis está, como se vê, entre os pioneiros da plantação da cana-de-açúcar no Brasil [19].

Quanto à planta do tabaco, há discussão sôbre quem deu dela a primeira notícia escrita, ao menos dalguma das suas variedades. Mas de ser êle o primeiro, que levou a planta do Brasil para Portugal, o testemunho do cronista de D. Manuel é válido como autor coevo tanto de Luís de Góis como de Nicot, embaixador de França em Lisboa durante alguns anos, de 1559 em diante. O tabaco, pelos seus efeitos terapêuticos, já se usava muito em Portugal, e Nicot enviou-o para França ao Cardeal de Lorena e antes dêle a Catarina de Médicis (que, usando-o, se curou de uma enxaqueca renitente); e, por esta divulgação do tabaco em França, ligou Nicot o seu nome à planta. Em Portugal era cultivada nos viveiros da ilustradíssima Infanta D. Maria e é curioso ver que a carta de Luís de Góis, da Índia para o Brasil, a manda por intermédio da casa da mesma Infanta. Resta saber em que ano Luís de Góis introduziu o tabaco em Portugal, se em 1542 em que lá estêve [20], se antes nalguma provável viagem em 1535-1536 como se verá ao tratar do seu filho Pero de Góis; em todo o caso antes de ser viúvo e de se fazer "na Índia dos da Companhia do nome de Jesu".

Na Índia é possível que vivesse algum tempo no Colégio de Goa, como Irmão "de fora", segundo a expressão de Nó-

---

em Assunção em fevereiro de 1575. Cf. ENRIQUE UDAONDO, *Diccionario Biográfico Colonial Argentino* (Buenos Aires, 1945) 197-198 667-668.

[19] O "Engenho da Madre de Deus", fundado por Pero de Góis em 1532, foi o primeiro instalado na capitania de São Vicente. Teve nêle sociedade e o administrou algum tempo Luís de Góis, até 1553, em que transferiu o engenho a seu irmão Gabriel de Góis, de sociedade com seu sobrinho Cipião, filho de Luís de Góis (BASÍLIO DE MAGALHÃES, *O Açúcar nos primórdios do Brasil Colonial* [Rio de Janeiro 1953] 123).

[20] PEDRO CALMON, *História do Brasil* I (São Paulo 1939) 197.

brega e o espírito do voto feito no Brasil. Mas sabe-se que Pero de Góis foi para a Índia em 1559 e é mais provável que Luís também então fôsse [21]. O certo é que Luís de Góis entrou na Companhia de Jesus no Colégio de Goa, por novembro de 1559 e havia então no Colégio outro do mesmo nome. Êste segundo já consta do catálogo de 1558, com 15 ou 16 anos de idade, e conhecia-se por Luís de Góis, o "môço" [22].

O Ir. Luís de Góis, o "velho", teria os seus 55 anos quando entrou. Aprendeu ou repassou algum Latim, e informava-se dêle que era virtuoso; e, como preparação para os votos de "escolar" e o sacerdócio, ocupou-se nos habituais ofícios humildes [23]. De certo estudou também em particular Casos de Consciência (Teologia Moral), quanto bastasse para a reta administração dos Sacramentos. E assim, quer pela idade, quer pela sua dedicação e virtude, quer ainda pelo seu saber (as suas cartas não são de homem inculto), em breve se ordenou. Em 1562 já era padre, e com êle aparece agora não apenas outro, mas ainda um terceiro de igual nome: O Ir. Luís de Góis, "auditor Dialectices" (o *môço*), e o P.^e^ Luís de Góis, "confessor", ambos no Colégio de Goa; e ao mesmo tempo, e no mesmo catálogo, mas em Cochim, outro P.^e^ Luís de Góis, sem indicação de ofício [24]. Um Irmão estudante de Filosofia e dois padres, todos três do mesmo nome. O nosso, do Brasil, é o "confessor", do Colégio de Goa, porque diz êle próprio que pouco depois de ser padre passou dêsse Colégio para Divar.

O campo de atividade apostólica do P.^e^ Luís de Góis foi todo em território no até há pouco Estado da Índia Portuguêsa. Primeiro em duas ilhas do distrito de Goa, Divar e Chorão, depois em Salsete; e em Divar já residia por missionário em 1563 [25]. Dois anos depois, adoentado, passou breve temporada no Colégio de Goa [26], donde escreveu para o Brasil (via Lisboa) uma carta em que trata de antigos negócios seus em

---

21 Cf. Basílio de Magalhães, *op. cit.* 41.
22 Arsi, *Goa 24-I*, ff. 3r 15r 25r.
23 *Ib.* f. 35v.
24 *Ib.* f. 38r-38v.
25 *Ib.* f. 39r.
26 Era confessor e dá-se-lhe a idade: 61 anos, *ib.* f. 41r.

São Vicente, dum índio (Peró), que por motivos de consciência devia ser libertado a todo o custo, e da sua própria vida na Índia. É o mesmo homem de sempre, na linha do seu caráter no mundo, ativo, sem reservas mentais; e que agora, na humildade da sua vocação, se manifesta cheio de zelo missionário e da fé viva de Quinhentos.

Depois desta carta — que é o seu bilhete de identidade — ainda trabalhou ano e meio, embora já alquebrado e doente, em Rachol. Diz o catálogo de 1566, o mais completo de todos: "O P. Luís de Góis foi quá recebido, hé de 62 anos, tem 7 de Companhia e 5 que fêz os votos de scholar; reside em huma igreja de Nossa Senhora na Fortaleza de Rachol, que está nas terras de Salsete 3 legoas desta cidade. Hé muito enfermo" [27]. Sentindo que se lhe acabava a vida, recolheu-se ao Colégio de Goa e aí faleceu, com 63 anos de idade, "dia do Apóstolo Santiago", 25 de julho de 1567 [28].

---

[27] *Goa 24-I*, f. 44r. A distância a que ficavam de Goa determina a situação das terras de Salsete e as distingue da *Ilha* de Salsete, mais longe, ao norte de Bombaim. A esta atividade do P.e Luís de Góis nas terras de Salsete alude DANIEL BARTOLI, *Asia*, lib. 7 § 12 (*Opere* IX [Milano 1825] 62).

[28] "Copia de huma do P. Guomes Vaz, do Collegio de S. Paulo de Goa, de 12 de dezembro de 1567". Academia das Ciências de Lisboa, Cód. 13 Azul, ff. 361r-361v. Utilizou esta fonte o P.e Francisco de Sousa (o baiano), encaixando nela o episódio da destruição dos pagodes de Salsete pelo Capitão Diogo Rodrigues, "o do Forte". E, como a prevenir dúvidas e confusões futuras, acrescenta: "Por este mesmo tempo andava nas Molucas outro Padre Luis de Goes tambem recebido em Goa que vivia ainda no ano de mil quinhentos & setenta", *Oriente Conquistado* II (Lisboa, 1710) 26 [= II, 1, 1, 17]. Êste P.e Luís de Góis faleceu nas Molucas em 1571, nôvo, com 28 anos de idade. É o "môço" e bem pode ser o sobrinho de Damião de Góis, filho de seu irmão Frutos [ou Frutuoso] de Góis, que de sua mulher Isabel Perdigoa, senhora do morgado de Perdigão em Alenquer, teve nove filhos, e, entre eles, "Luiz de Goes que na India se fez da Ordem do nome de Jesu" (GUILHERME J. C. HENRIQUES, *Inéditos Goesianos* I [Documentos] [Lisboa 1896] 7 176). Não dizemos logo que é, por escrúpulo científico, porque os catálogos falam em três com o nome de Luís de Góis, um dos quais (não o do Brasil) estêve em Moçambique e já era Padre, em 1561, voltando no mesmo ano para a Índia (cf. ALESSANDRO VALIGNANO, *Historia del principio y progreso de la Compañia de Jesus en las Indias Orientales* (1542-1564) Herausgegeben und erlaüter von Josef Wicki S. I. [Roma, 1944], 405). Nesta mesma página distingue Wicki os três que aparecem nos Catálogos de Goa com nome de Luís de Góis.

Tal é o *curriculum vitae* de Luís de Góis nos seus elementos essenciais. Restam certos pontos de família, já de menor clareza histórica. Que Luís era irmão de Pero de Góis, capitão-mor da armada, é certo (di-lo, entre outros, Nóbrega); mas os genealogistas chamam-lhe Pero de Góis da Silveira, e seriam apenas meio irmãos (irmãos por parte do pai, Gil de Góis da Silveira, comendador da Ordem de Cristo); e acrescentam que Luís de Góis teve uma filha, Cecília de Góis casada com Domingos Leitão [29]. De fato, Domingos Leitão é citado duas vêzes na carta de Luís de Góis, de 1565, e em têrmos que se compaginam perfeitamente com a qualidade de genro [30].

Além de Cecília fala-se de três filhos de Luís de Góis, Pero, Cipriano e Vicente, todos do sobrenome do pai. E sucede que em 1553 recebeu-se no Brasil na Companhia um Pero de Góis, de quem escreve Ambrósio Pires, a 12 de junho de 1555: "Outro dos nossos há aqui [na Bahia], jovem nobre e que conhece bem a língua dos Índios por ter vindo pequeno com o pai" [31]. O pai ainda estava na Bahia a 27 de dezembro de 1554, di-lo Luís da Grã ao Provincial de Portugal: "Nesta Casa não somos mais que quatro, o P.e Antônio Pires e eu, e o Ir. João Gonçalves e um mancebo, que se chama Pero de Góis, filho de um fidalgo que vai nesta primeira embarcação muito desejoso de conversar a Casa e a servir. *É muito grande devoto da Companhia, por cujo meio êle se reduziu a muita emenda de vida: Bem creio que êle achará em V.a R.a e nos Padres tôda a ajuda e favor para servir ao Senhor.* O filho está agora em Exercícios e determinou-se pela Companhia. Já antes que eu viesse estava em

---

[29] Cf. *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* III 212 224; Américo de Moura, *Os povoadores de Campo de Piratininga* 85.

[30] Domingos Leitão, casado com Cecília de Góis, era irmão de Baltasar Leitão e Jerônimo Leitão "todos três cavaleiros fidalgos" (Basílio de Magalhães, *op. cit.* 37). Jerônimo Leitão foi capitão-mor da Capitania de São Vicente desde 1572 até 1592, e numa expedição que fêz a Paranaguá em 1585, entre os diversos componentes dela ia também Diogo Rodrigues (Carvalho Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil* [São Paulo, 1954] 337), que supomos ser o mesmo destinatário da carta de Luís de Góis.

[31] *Mon. Bras.* II 238.

casa"[32]. E em carta do mesmo dia ao P.e Geral, Luís da Grã esclarece que o Ir. Pero de Góis tinha 18 anos e sabia bem a língua[33].

Com 18 anos em 1554, o Ir. Pero de Góis nasceu em Lisboa por 1536. Será o filho de Luís de Góis? Além do nome (o "meu filho Pero de Góis"), tôdas as circunstâncias o parecem sugerir; e é caso para averiguar se êle, ou pelo menos a mulher, não estaria em Portugal no ano que nasceu o Ir. Pero de Góis[34].

Sôbre os outros filhos de Luís de Góis, Cipriano e Vicente, falam diversos escritores brasileiros, a propósito da sua ida para o Rio da Prata ou Paraguai em 1555 com João de Salazar, Rui Dias Melgarejo e outros, e do gado que levaram que teria sido, segundo Taunay, a "origem do colossal rebanho que hoje povoa o pampa argentino"[35]. Diz-se isto de passo, porque a introdução do gado no Paraguai e na Argentina constitui já outro vasto estudo, diferente do que pròpriamente se refere a Luís de Góis.

---

32 *Mon. Bras.* II 144.

33 *Mon. Bras.* II 138. O Ir. Pero de Góis era "de muito bom engenho". Mandando-se estudar a Coimbra, aí faleceu prematuramente a 2 de dezembro de 1558: "Português, natural de Lisboa. Foi recebido no Brasil no ano de 1553 e mandado para Coimbra em outubro de 1558. Faleceu em dezembro seguinte", *Lus.* 43, f. 26r; LEITE, *História* I 575; *Mon. Bras.* II 495.

34 O Ir. Pero de Góis não é filho do capitão-mor da armada do mesmo nome, porque êste já não estava na Bahia a 27 de dezembro de 1554. O capitão-mor, a 20 de maio de 1553, pede ao tesoureiro que se lhe desconte do ordenado o frete de 42 arrôbas de algodão que levava para Portugal na nau "São João" (*Documentos Históricos* 38 [1937] 144) e perde-se-lhe o fio de 1559 em diante, ano em que ainda comandava uma nau da carreira da Índia (CALMON, *História do Brasil* I 198), ALBERTO LAMEGO cita a Diogo do Couto [*Décadas* XII, liv. IV, cap. V] e o que êle diz da morte do valente Capitão Pero de Góis, em 1600 num ataque à fortaleza de Cunhale (Índia), defendida pelos mouros (*A Capitania de São Tomé sob o Domínio dos Donatários*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 197 [Rio de Janeiro, 1950] 65). Deve tratar-se de outro Capitão Pero de Góis, em serviço ativo de Guerra, que não é de supor na idade do irmão de Luís de Góis, já homem feito 70 anos antes quando embarcou para o Brasil em 1530.

35 AFONSO DE E. TAUNAY, *História Geral das Bandeiras Paulistas* I (São Paulo 1924) 41; PEDRO CALMON, *História do Brasil* I 199; e cf. LEITE *História* I 175 341.

Documentos

I — Carta de Luís de Góis a D. João III de Portugal

Vila de Santos, 12 de maio de 1548.

Senhor.

Já os dias passados, por meu filho Pero de Góis, escrevi a Vossa Alteza algumas cousas, que cumpria ao serviço de Deus e seu; e nesta assim o farei, porque antes quero ser repreendido de ignorante, escrevendo a tão alto e poderoso Príncipe, que magoar a fé e lealddade, que lhe devo, encobrindo e calando, não no fazendo sabedor do que tanto cumpre a seu serviço e bem dos seus reinos e senhorios. E de agora peço a Vossa Alteza que com a sua acostumada clemência queira perdoar meu atrevimento e receba em serviço minha vontade.

E digo, mui alto e mui poderoso Senhor, que se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre a estas Capitanias e Costa do Brasil, que ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra; e que nisto perca pouco, aventura a perder muito. Porque não está em mais de serem os franceses senhores dela que em se acabarem de perder estas Capitanias que ficam; e de ter êles um pé no Brasil hei mêdo adonde quererão e podem ter o outro. Eu quisera dizê-lo antes em pessoa a Vossa Alteza que escrevê-lo, porque tão perigosa está a Costa, que não sei esta carta que fim haverá. Dous anos a esta parte, vêm sete, oito naus cada ano a Cabo Frio e Rio de Janeiro. Já não há navio que ouse parecer, porque a muitos têm cometidos e tomados. Enquanto os franceses não passavam do Cabo de Santo Agostinho mais que até à Bahia não eram tão suspeitosos nem tão perigosos, nem de se atreverem a passar os baixos e dobrar o Cabo Frio. Queira Deus não se atrevam a dobrar o Cabo da Boa Esperança. E ainda há outro inconveniente, não menos perigoso que êste. Porque acostumando os franceses esta tão suspeitosa navegação, como são muitos e cobiçosos, não será muito vir-lhe[s] à memória a que tão cuidado podem ter; e é de crer que ou à ida ou à vinda hão-de haver vista das Ilhas que estão em vinte graus, e, tomando-as, fazerem nelas fortalezas, porque de lá à Ilha

de Santa Helena não pode haver mais de 300 léguas, que são as paragens em que por fôrça as naus da Índia vão ter.

Como tôdas as coisas nos princípios terão remédio, neste com tempo o devia de Vossa Alteza pôr e deitar tão má gente fora da terra e desta navegação, o que ao presente se pode fazer com pequeno custo e pouco trabalho. Porque em tanto que estas Capitanias estão em pé, com a gente delas e ajuda e favor de Vossa Alteza se alimpara a Costa e o mar dêles e lhe tiraram a ocasião de mais. Porque, certo, em eu ter quem me seguira, com a ajuda de Deus e a vontade que sempre tenho de servir a Vossa Alteza, eu tomara duas naus, que entraram no Rio de Janeiro e correra essas Ilhas, a saber se são contaminadas dos franceses; mas nem eu tive posse, nem na terra há aparelhos pera isso; e quem os tem fica com êles, tão sem mêdo roubam os portuguêses e mais que os franceses porque já não há Capitania que não seja roubada e alevantada por êles, e à sua causa as que já perderam são perdidas[36]*, e esta está pera se perder; e, antes que mais se perca, socorra Vossa Alteza, e com braço forte, que tudo se há mister.*

E, se o não mover a terra e os inconvenientes acima ditos, haja Vossa Alteza piedade de muitas almas cristãs, que só nesta Capitania, antre homens e mulheres e mininos há mais de seiscentas almas, e de escravaria mais de três mil, e seis Engenhos, e muita fazenda, que nela se pode perder, afora muita que é gastada assim por nós, que a povoamos, assim como per muitos, que ajudaram a povoar. Que de mim digo que des o dia que Vossa Alteza me mandou que a ela viesse com Martim Afonso de Sousa, além de gastar o melhor de minha vida, ategora não fiz senão gastar até mais não ter e até mais não poder; e o que me fica para gastar é a minha vida e a de minha mulher e meus filhos, das quais a Deus e a Vossa Alteza farei sacrifício, e em mentes nos durar a vida

[36] Luís de Góis alude às dissidências havidas nas capitanias da Bahia e do Espírito Santo e sobretudo ao desastre da do seu irmão Pero de Góis (a Capitania da Paraíba do Sul), cuja destruição se atribuía a um assalto feito aos índios por Henrique Luís e outros da vizinha Capitania do Espírito Santo. Cf. carta de Pero de Góis a El-Rei, de 29 de abril de 1546, *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* III 263.

sempre rogaremos a Deus pola vida e estado de Vossa Alteza, o qual êle mesmo Deus acrescente por muitos anos.

Desta Vila de Santos, Capitania de Sam Vicente, de que é Governador Martim Afonso de Sousa, hoje, 12 dias do mês de maio de 1548 anos. As reais mãos de Vossa Alteza beijo.

LUÍS DE GUÓIS.

[Sobrescrito:] *Pera El-Rei nosso Senhor*[37].

II — Carta do P. Luís de Góis a Diogo Rodrigues na capitania de São Vicente

Goa, 22 de outubro de 1565

†

Jesus, Virguo Maria

Senhor.

Huma carta me derão de Vosa Mercê, que me deu muita consolação por as novas de sua saude e tãobem de seu casamento. Noso Senhor seja louvado pera sempre. E ele que os ajuntou por ese sancto sacramento, lhe dê graça pera que o sirvão, e os guoarde de mall, e lhe dê descanso e vida neste mundo e no outro a gloria pera que os criou. E crea que dele sempre desejo ouvyr boas novas, porque ho amo muito pola sua vertuosa comdição; e quoando soube que se ordenava pera vyr ao Reino esprevy a Domynguos Leitão sobre yso como lá verá.

Saberá Vosa Mercê como dona Ysabel Correa, molher de dom Amrique, me spreveo como não lhe derão o açuquere, que no Brazill em seu poder fiquou, e o mais que deixei, de que lhe avyão de dar 15 ou 16 arrobas por o fato que foy ao Rio da Prata. Por amor de Noso Senhor que me desaprese dela;

[37] Lisboa. Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, *Corpo Cronológico* I 80 110. Carta resumida por VARNHAGEN, *História Geral do Brasil* I (4.ª ed.) 287-288; publicada na íntegra na *Revista de História* IV (Lisboa 1915) 68-69 e na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* III (1924) 259, onde, p. 213, se publica o *fac-símile* da assinatura de Luís de Góis. Ainda que a separam 17 anos da carta de 1565, são ambas da mesma letra e mão.

porque cousas me espreveo na sua carta que não sey a quem se poderão mandar dizer, mas basta-lhe ser molher mall considerada. E avyse-me Vosa Mercê do que pasa.

E asy peço, Senhor, que se lembre de mym em tyrar aquele imdyo, por nome Peroo, do filho d'Antonio d'Oulyveira, e isto em toda a maneira, porque hé cousa de comcyencya poys lá fyquou pera tudo em mão de Vosa Mercê; e se Domynguos Leitão quyser mandar com que se pague, o que pode fazer com dez cruzados de mercadaria do Reino, day-lhe o açuquere todo meu, que lá fiquou, e o mais que vier de Ryo da Prata, que eu não no quero pera outrem fora dele; e seja com Vosa Mercê ficar sastifeito de seu trabalho. E veja em que ho eu posa servir, que com a alma farei tudo ho que em mym for, porque mais lhe devo pelas boas obras e mercês que dele receby, as quoais Noso Senhor lhe pague por mym. E pois de sy me deu tão largua comta, o mesmo farey ainda que breve.

Já Vosa Mercê saberá como pela bomdade de Deus, sem lho eu merecer, fuy recolhido na sancta Companhia de Jesu, averá perto de seis anos, adomde, como ele bem sabe, não merecia eu estar nem por negro dos servos dos Padres, mas sepultado nos infernos por minhas culpas e pecados. Achey misericordya diante de Deus Noso Senhor em tempo que já não aproveytava pera nada. Desemparado dos parentes e amyguos e do mundo me recolheo e amparou e me pôs amtre os seus servos, soo pela sua bomdade e ymensa piadade, sem de minha parte aver obras nem merecimento. Achey graça dyante de seus clementisimos e mysericordiosos olhos: Ele seja bento e louvado pera sempre de todas suas creaturas!

E depois destas tam gramdes mercês, estendemdo a mão de sua lyberalidade me pôs a mym, mais indigno de todolos homens, amtre o numero dos sacerdotes; domde depois d'ordenado a pouco tempo me mando[u] a sancta obidiencia a huma Ilha por nome Dyvar, perto de Guoa, a ensinar e ministrar os sanctos sacramentos aos moradores da Ilha e asy a converter os gemtios de seus erros e ydolatrias a nosa sancta fee. Que ysto hé o que pretendem e trabalhão os Padres da sancta Companhya nestas partes, e se poem a yfinitos e ymensos trabalhos e piriguos de morte, por trazer as cryaturas, de tamto tempo tyranyzadas e senhoreadas do demonyo, a seu Cryador

e verdadeyro Senhor; e na quoall Ylha, pela bomdade de Deus se fez muyta christandade, e bautizey a muytos gentios, asy homens como molheres e mynynos, por espaço de ano e meo que ha resedy e em outra por nome Chorão. E, por me achar doente, me mandarão vir pera ho Colegio de Guoa, domde ao presente fiquo, muito mall desposto a causa de huns acidemtes pyriguosos que me vem e ameude, posto nas mãos do Senhor pera que em mym se cumpra sua sancta vontade, amen. Deus todo poderoso tragua sempre a Vosa Mercê na sua sancta guoarda, e a mym dê graça pera que ho sirva.

De Guo[a], do Colegio de São Paulo, oje 22 d'Outubro de 1565. Do indigno servo de Jesu e de Vosa Mercê.

LUIS DE GUOIS

[Sobrescrito:] *Pera o magnifico Senhor o Senhor Diogo Rodrigues, cavaleiro da casa da Infante Dona Maria* [algumas *palavras ilegíveis riscadas pelo próprio autor da carta] pera lha mandarem ao Brazill na Capitanya de São Vicente. 2.ª via.*

[Autógrafo. No fecho da carta ainda se vêem restos de lacre de tom castanho-claro] [38].

---

[38] Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Caixa 44, doc. 25. Conservamos a ortografia do autógrafo, porque supomos que é a primeira vez que se imprime [1955].

2

O "Poema de Mem de Sá" e a pseudo-autoria do Padre José de Anchieta *

O POEMA LATINO "De Gestis Mendi de Saa" é em verso heróico e consta de três livros ou cantos, que se podem sumariar assim:

1. Invocação a Cristo Rei, situação do Brasil (índios, ainda gentios e cruéis) à chegada do 3.º Governador-geral do Brasil Mem de Sá, guerra na Capitania do Espírito Santo, com vitória e morte de Fernão de Sá, filho do Governador.

2. Guerra e castigo dum índio revôlto; sujeição do gentio; fundação das quatro Aldeias da Bahia: São Paulo, São Tiago, São João Evangelista e Espírito Santo; guerra de Ilhéus.

3. Guerra do Paraguaçu; o Governador pensa em ir castigar o gentio que matou o Bispo e seus companheiros, mas resolve-se a ir expulsar os franceses hereges do Rio de Janeiro

---

* Publ. in *Brotéria* 76 (Lisboa 1963) 316-327.

a quem toma e destrói a fortaleza; hino a Cristo Jesus, triunfante, cujo nome já chegou ao Japão, e a quem adorará também a terra onde ainda se come carne humana, quando o Brasil observar a sua doutrina.

Mem de Sá faleceu em 1572 e o poema não abrange a sua vida completa, terminando doze anos antes em 1560 com a tomada e destruição da fortaleza da Guanabara; e há parecença entre a abertura e a conclusão do poema que atam num todo as peças intermédias, cerzidas entre si por ordem cronológica. Tudo insinua que esta tessitura se operou num segundo tempo, distinto da redação dos diversos componentes, muito irregulares e assimétricos.

O poema pròpriamente dito é todo em verso heróico (hexâmetros); mas antes do poema ordenado na forma atual, aparece uma composição em hexâmetros e pentâmetros (dísticos). Esta composição de abertura celebra apenas a tomada da fortaleza do Rio de Janeiro; omite qualquer referência às outras partes concretas do poema, guerra do Espírito Santo, fundação das Aldeias e guerra de Ilhéus; e põe em relêvo a passagem do Evangelho da perfeição religiosa "vende o que tens e dá-o aos pobres", que parece um convite a Mem de Sá para entrar na Companhia de Jesus (no Brasil havia o caso de Rodrigo de Freitas e na Europa vários exemplos ilustres, entre os quais o do Duque de Gândia, que entraram sendo viúvos). Antepondo ao poema esta composição sôlta, o organizador póstumo do *De Gestis* chamou-lhe "Epístola Nuncupatória", sem reparar que não condiz nem com a técnica do verso heróico, nem com o conteúdo geral: e, naturalmente, pertence também ao mesmo organizador o título dado ao conjunto das peças do poema, que no apógrafo (não se trata de original) se lê, a seguir à epístola nuncupatória, "De gestis Mendi de Saa Praesidis in Brasilia" ("Feitos de Mem de Sá Governador do Brasil").

Simão de Vasconcelos, na *Vida de Anchieta* (1672), dá o poema como obra do seu biografado: compôs "o livro da vida & feitos heróicos de Mem de Sá, terceiro Governador que foy deste Estado, em verso heroico latino" (liv. I, cap. V, n. 6); e, mais adiante: compôs "hum livro inteiro" [...] que intitulou "De rebus gestis Mem de Sá" (liv. II, cap. II, n. 3); e, nesta conformidade, a citou e utilizou antes na *Chronica*

(1663), primeira notícia desta obra, passado um século depois de redigida, sem de tal atribuição a Anchieta se conhecer indício algum nos documentos coevos nem nos biógrafos precedentes, Quirício Caxa e Pero Rodrigues, sobretudo Quirício Caxa, chegado à Bahia em 1563. Nisto difere do outro poema, *De Beata Virgine,* que embora originado também duma compilação de peças sôltas, escritas inicialmente sem intenção de poema orgânico tal como hoje se apresenta, ao menos serão de Anchieta algumas composições, porque à *vida* de Nossa Senhora, como obra sua, se referem já aquêles dois primeiros biógrafos: enquanto para o "Poema de Mem de Sá", a afirmação do pouco fidedigno Simão de Vasconcelos é a primeira fonte donde a autoria de Anchieta começou a abrir caminho e a circular, entrando pelo ano de 1778, na lista de *Scriptores Provinciae Brasiliensis,* que nós mesmos imprimimos em 1938, onde aparece com o título de "De rebus gestis Mendi de Sá" [39], observando que o têrmo *rebus* pertence a Simão de Vasconcelos, não ao manuscrito [40].

Na mencionada lista de 1778, o *De Gestis* apresentava-se ainda como inédito e de fato êsse manuscrito só veio a publicar-se na íntegra (texto latino e tradução portuguêsa) em 1958 por diligência do P.e Armando Cardoso, que colocou no frontispício o nome de Anchieta sem ter à mão outra prova

---

[39] Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* I (Lisboa-Rio de Janeiro 1938) 533; cf. *ib.* VIII (Biobibliografia) 28.

[40] Simão de Vasconcelos não é fonte primária para fatos que se passaram um século antes; e, desde Capistrano de Abreu, as suas afirmações não são aceitas de olhos fechados pelos historiados, é necessário corroborarem-se por documentos coevos fidedignos. Sôbre o seu reprovado sistema crítico seria supérfluo repetir aqui o que a propósito da fundação da cidade de São Paulo por Nóbrega, se pode ler supra, páginas 52-54. Mas convém lembrar o seu equívoco, que tanta tinta inútil fêz correr, de que Anchieta assistiu no Rio de Janeiro à execução de João de Bolés. Na *pessoa* de Bolés não podia ser, porque foi executado em Goa em 1572 (I. S. Révah, *J. Cointa sieur des Boulez executé par l'Inquisition de Goa em 1572,* in *Annali Sezione Romanza* II n.º 2, julho 1960, p. 71-75, cit. in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* II [Lisboa 1961] 39 n.º 623). É possível que tudo proceda duma das habituais confusões de Vasconcelos e que a execução se tenha dado, sim, e com a assistência de Anchieta, mas em *outra pessoa,* Jacques Le Balleur (*História da Companhia de Jesus no Brasil* II [1938] 387).

mais válida que a atribuição de Simão de Vasconcelos [41]. Não obstante, achamos que prestou bom serviço com essa publicação. Antes de se conhecer a obra impressa ou o sumário dela, não era exeqüível ao bibliógrafo senão redigir o correspondente verbête no nome do autor a quem se atribuía; depois da impressão já é possível ao historiador examiná-la de perto e reunir os elementos, que a condicionaram, atendendo por um lado às datas e limitação do assunto (inacabado), e por outro às circunstâncias pessoais do nome a quem se atribuía.

Em primeiro lugar, se o autor fôsse Anchieta, não seria estranho que êle omitisse a fundação da cidade do Rio de Janeiro, um dos mais gloriosos feitos do Governador? Foi Mem de Sá que confiou essa emprêsa ao seu sobrinho Estácio, e dirigiu pessoalmente a conquista final em 1567.

Em segundo lugar, se Anchieta escrevesse o poema para homenagear o Governador, em 1560, nos poucos meses que Mem de Sá estêve em São Vicente, como já se aventou: não seria da mesma forma estranho que achando o assunto digno de um poema, nem êle nas suas cartas, nem nenhuma outra qualquer documentação coeva, nem os primeiros biógrafos, dessem o menor sinal de tão expressiva homenagem, de natureza não clandestina mas pública? Era impossível que a homenagem ficasse ignorada, e mesmo, dada a sua extensão, se realizasse sem ordem ou licença do Superior.

Em terceiro lugar, não seria ainda mais estranho que, sobrevivendo Anchieta 25 anos a Mem de Sá, não achasse meio de completar a harmonia do poema, levando-o até à morte do herói?

Êste último argumento é do ilustre historiador Vilhena de Morais no *Prólogo* à publicação de 1958. O qual ajunta: "Só uma das raras surprêsas da avarenta Clio é que poderá, um dia, levantar, quem sabe, a ponta dêsse véu, que ainda hoje

---

[41] Joseph de Anchieta S. J., *De Gestis Mendi de Saa*. Original acompanhado da tradução vernácula pelo P.e Armando Cardoso. Prólogo [de E. Vilhena de Morais]. Rio de Janeiro 1958. Prólogo não assinado. O nome do autor consta no frontispício, como Diretor do Arquivo Nacional. Vilhena de Morais data-o do mesmo Arquivo, e nas notas 9 e 9a se identifica, e confirma pessoalmente o que escreve no texto. E assina *V. de M.* (p. XIX).

encobre aos nossos olhos a *composição* do poema" (XXVII-XXVIII).

A observação de Vilhena de Morais é bem fundada; e mais do que êle pensaria. Porque — diga-se logo — a *composição* do poema, tal como se apresenta, não pertence a Anchieta (não há documentos coevos); nem pode pertencer, como se verá a seguir.

Depois da destruição da fortaleza da Guanabara, Mem de Sá (e também Nóbrega que vinha na armada) seguiu para São Vicente, onde chegou a 31 de março de 1560. Anchieta, que ainda então não era Padre, e aí residia como súdito de Luís da Grã, retomou, com a vinda de Nóbrega, a atividade epistolar muito diminuída na ausência do mesmo Nóbrega na Bahia, e redigiu as duas longas cartas, de 31 de maio e 1 de junho de 1560, uma sôbre as coisas naturais de São Vicente e outra de notícias. Na de notícias conta a destruição da fortaleza, sem mencionar sequer o nome de Mem de Sá, que só cita pela função ("el Governador") e sem relêvo especial ("tomóse, pues, la fortaleza"...); e, em todo o conjunto dêsse feito, não há na narrativa de Anchieta absolutamente nada que revele espírito de exaltação poética, em honra de Mem de Sá, como nas cartas da Bahia do mesmo período. Por sua vez, a carta latina sôbre as coisas naturais da Capitania de São Vicente é obra local, de caráter positivo, bem oposto a um poema épico não relacionado com São Vicente, e de ação situada, parte na Guanabara, parte no Espírito Santo, parte (a maior) na Bahia: matéria histórica, difusa e complexa, centralizada fora de São Vicente, que requereria a Anchieta estudo prévio, além da própria elaboração do extenso poema (são 3 054 versos), que também exigiria ócio e disposição estética, impossível de compaginar com o trabalho prosaico e absorvente daquelas duas longas cartas vicentinas em que então se ocupava [42].

De sorte que nenhum documento coevo, nem nenhuma circunstância de tempo, de lugar, e de pessoa, — nada confirma a autoria de Anchieta dada um século mais tarde pelo equívoco Simão de Vasconcelos: isto é, dentro do plano do-

---

42 Serafim Leite, *Monumenta Brasiliae* III (Roma 1958) 202-236; 246-269.

cumental, fora do qual não há certeza histórica, não há nada de positivo que autorize a dar-se Anchieta como autor do poema *De Gestis* impresso em 1958.

° ° °

Aqui se poderia concluir já êste breve apontamento, que encerra o essencial; mas, para melhor compreensão e ilustração da matéria, responde-se ainda a uma pergunta; e lembra-se o que havia sôbre composições escolares latinas, quer em Portugal quer no Brasil até 1564, em que a *Eneida* se ensinava no Colégio da Bahia.

Pergunta. Terá alguma relação com Anchieta o livro *Carmina,* dedicado a Mem de Sá, impresso anônimo em Coimbra, sua terra natal, no ano de 1563, pelo seu filho Francisco de Sá, e de que dá notícia Antônio Joaquim Anselmo? [43]

Não se vê. O que prova não ser Anchieta autor do *De Gestis* vale para *Carmina;* e, portanto, quem visse qualquer relação entre *Carmina* e Anchieta, fundado em ser êle autor do *De Gestis,* cometeria o que se chama *petitio principii,* que como se sabe é o sofisma de dar como prova o que em si mesmo não está provado.

O que a publicação de 1563 faz é reforçar o silêncio comprobativo de Quirício Caxa, primeiro biógrafo de Anchieta. É impossível que Francisco de Sá, que tratou em Coimbra da impressão de *Carmina,* não enviasse ao pai, ainda nesse ano ou no seguinte, um ou mais exemplares e lhe não comunicasse o nome do autor, que assim o celebrava, se é que Mem de Sá o não sabia antes. Sendo o Governador todo do Colégio da Bahia, centro da cultura humanista local, a obra não podia deixar de transpor os umbrais do Colégio e ser conhecida dos Padres, seus admiradores e amigos. É evidente. Residia então no Colégio Quirício Caxa, latinista de relêvo (deixou cartas

---

[43] *Excellentissimo, singvlarisque fidei ac pietatis virô Mendo de Saa, avstralis, sev Brasillicae Indiae praesidi praestantissimo.* 4.° 49 ff. Conimbricae M.D.LXIII. No fim: "Carmina haec curauit aedere Franciscus de Saa, Mendi de Saa filius" (Antônio Joaquim Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século* XVI [Lisboa 1926] 25, n.° 92). — Anselmo assinala a existência de um exemplar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

latinas)[44], chegado à Bahia, com Luís Carvalho, a 1 de maio de 1563[45]; e Caxa, ao mencionar outros escritos do seu biografado Anchieta, nada diz sôbre um livro, de cuja existência, conteúdo e autoria, tinha conhecimento pessoal.

Outra pergunta ou perguntas: Será o poema *De Gestis,* como o vemos hoje, obra de um só? Será de procedência escolar? Terão as suas peças tôdas a mesma data?

Numa carta para Lisboa, de outubro de 1559, Francisco Pires fala dos índios do Brasil, sôbre os quais tentara escrever "com palavras de boa côr", sem possibilidades de levar adiante o que intentara nos seus quase dez anos de Brasil. Depois, continua:

"E asi, o que eu então pudera dizer pera a alguns e a mim desconsolar, *espero agora dizer pera todos alegrar;* porque na verdade com os olhos tenho visto e com as mãos palpado e com todos os sentidos experimentado. Por todo este tempo, que acima disse, sempre me pareceo impossivel nestas partes se fazer fruyto, sem huma de duas, scilicet, ou pola misericordia de Nosso Senhor ou por sua justiça. Mas elle como quem hé, usou de ambas, de maneyra que a misericordia nunca lhe faltou, a justiça com ele nasceo. E se elle hé, como hé, infinito, ella nunca teve nacimento; mas mostrou-se-nos agora nestes nossos novissimos tempos. Porque entrando a justiça com eles, *com espada nua e campal guerra, por boa industria do Senhor Men de Saa, Governador,* fiquão de paz; e como a têm corporalmente, nós trabalhamos de a dar espiritualmente; e por este meyo se há feito tanto fruito quanto Vossa Reverencia poderá lá entender por cartas.

"De maneyra que as difficuldades, que eu para sua virtude achava, se deminuyem, e os meyos se executão, e homem recolhe o que há tantos tempos que com trabalhos e lagrimas derramou. Porque se eu escrevera, como muytas desejey escrever, que seus pees erão *veloces ad effundendum sanguinem,* agora posso com rezão escrever que são ligeiros pera irem e correrem à igreja; e se suas gargantas eram *sepulchrum patens*

[44] Leite, *História* VIII (1949) 158-159.
[45] Leite, *Monumenta Brasiliae* (MHSI) IV (Roma 1960) 16.

pera matarem e comerem os vivos, agora estão abertas pera louvarem a Cristo; e se não havia *contricto,* mas *infelicitas in viis eorum,* agora já chorão e se arrependem e se confessão; e se não havia temor de Deos *ante oculos eorum,* agora não tão somente do Senhor, *mas do Governador,* isto tudo se obra, Padre meu, *in manu potenti et brachio excelso.* E, assi, fica a cousa tão chãa que se pode dizer *erunt prava in directa et aspera in vias planas* [...].

"Depois de dar graças ao Senhor, de quem todo o bem procede, deve he devemos-lhe todos dar pelo excelente ministro, que tomou pera este tão alto hoficio he misterio, como é exalçar a Fé he ter zello da salvação das almas, contra o qual zelo não têm poder, por ser fundado no amor de Christo, os contrastes e lingoas dos maldizentes: *heste verdadeiro soldado hé o Governador!*

"Acabando por onde comecey, digo, Reverendo em Christo Padre, *que ha minha tentação terá lugar,* posto que em parte he não em tudo, en as houtras partes da costa, porque faltam por ella *outros Men de Saas,* porque, ha avê-los, haveria o que aqui há"[46].

Francisco Pires, antigo cônego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Crúzios), homem capaz, manifesta na carta a intenção de escrever sôbre o fato a que alude, que era a guerra do Paraguaçu (pacificação do gentio da Bahia).

Outro Padre, Rui Pereira, que redigiu daí a quase um ano (setembro de 1560) uma das mais belas cartas do período nobreguense, e já com o seu matiz de "ufanismo" brasileiro (logo traduzida em italiano e impressa em Veneza em 1562), refere-se mais particularmente à fundação das Aldeias e ao fruto que se fazia na obra da conversão.

"E isto, despois de Deos, deve-se ao Senhor Governador e à sua prudencia e zelo, porque ainda que elle professara a vida da Companhia [de Jesus], não sei que mais pudera fazer

---

[46] *Monumenta Brasiliae* III (1958) 159-162.

na conversão; e tanta fazia que por nos acreditar com os Indios, dum certo modo se desacreditava a si, dizendo, aos que deles lhe vinham falar sobre cousas que tocavão à conversão, que os Padres erão os que fazião essas cousas, que com eles fossem tratar, e o que eles lhe determinassem isso siguissem. [...]

"Finalmente, enquanto durar nesta terra o Senhor Governador ou quem conserve seos meios com tanto zelo como ele faz, yrá a conversão vento à popa"[47].

Estas e outras numerosas expressões da epistolografia jesuítica do Brasil dão o clima emocional que irradiava do Colégio da Bahia.

O P.e Armando Cardoso, depois de estudar e exaltar o poema, que êle mesmo iria publicar em 1958, concluiu do exame da composição que "o emprêgo às vêzes abusivo do adjetivo, da sinonímia, e de outros recursos poéticos, torna aqui e ali o estilo um tanto frouxo e diluído. Faz-nos pensar — diz êle — que mãos de discípulos andaram também pelo poema, dirigidas, é claro, pelo mestre, que retocara e uniformizara o todo"[48].

Os estudos de Humanidades no Brasil concentravam-se então no Colégio da Bahia; e nem sempre os documentos entram em pormenores sôbre mestres e estudos, de 1559 em diante, mas um, mais explícito, dá mostras do que eram em 1564, com o ensino da *Eneida:*

"Têm os nossos suas conclusões nos sábados à tarde e a elas se acha presente o Padre Provincial[49] com outros Padres. No outro sábado, veio o Bispo[50] vê-los e também argumentar com êles; e, pela bondade do Senhor, para estudantes brasis, fazem-no muito bem. São por todos, entre Padres e Irmãos, onze; e por que a todos se desse o tempo necessário para os

---

[47] *Monumenta Brasiliae* III (1958) 292-293.

[48] P. Armando Cardoso, *Um poema inédito de Anchieta,* in *Verbum* I (Rio de Janeiro 1944) 292-293.

[49] Luís da Grã.

[50] D. Pedro Leitão.

seus estudos, lê o Irmão Luís Carvalho pela manhã uma hora de poesia, do 2.º dos *Aeneidos*, aos mais adiantados" [51].

Luís Carvalho deve ter começado a ensinar em maio de 1563 (chegou no princípio dêsse mês); e entre os exercícios escolares daquele tempo, incluía-se a composição latina, introduzida nos Colégios da Companhia de Jesus anos antes, e ordenada por D. João III, a 9 de agôsto de 1556, em carta ao Reitor do Colégio das Artes de Coimbra. Nela mandava que houvesse *exercícios em prosa e verso* entre as classes superiores e inferiores para proveito e emulação dos estudantes [52]. Nesse ano de 56, na 2.ª classe (superior a ela só havia a 1.ª classe), estudava em Coimbra o referido Irmão Luís de Carvalho e com "mui boa habilidade" [53], e, embora se não pudesse, então, equiparar ao de Coimbra, nem mesmo aos de Lisboa e Évora, o Colégio da Bahia não era inferior ao de Bragança no que se refere ao latim; e sôbre o de Bragança se escreve em 1564: "Nos estudos trabalha-se com muito fruto, tanto no aproveitamento das letras como da virtude. *Muitos dos estudantes compõem versos com a sua elegância e em grande quantidade*" [54].

---

[51] Carta de Antônio Blázquez, da Bahia, 13 de setembro de 1564, *Monumenta Brasiliae* IV (1960) 86.

[52] "Padre Reitor do Collegio das Artes da cidade de Coimbra. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Pollo assy aver por proveito dos estudantes dese Collegio & mayor exercicio, vos emcomendo que do primeiro dia d'octubro que vem deste anno presente de b^{e} I^{ta} & seis [556] em diante, ordenis & tomeis em cada mes huum dia, que mais conveniente vos parecer, pera conferencia & emullação dos estudantes das clases superiores com as inferiores que lhes respondem, nas quais *se exercitem em versso & em prosa, propondo-lhes materias sobre que escrevão & desputem na maneira que vos parecer que mais convem.* & aguardecer-vos-ei escreverdes-me a maneira em que isto assentaes, & asy como ao diante se faz & do proveito que diso segue, porque receberey diso prazer. & esta minha carta mandareis registar no livro em que se registão as minhas provisões pera se saber como asy tenho mandado & se comprir inteiramente. Jorge da Costa a fez em Lixboa a nove d'Aguosto de 1556. Manuel da Costa a fez escrever. Rey" (MÁRIO BRANDÃO, *Documentos de D. João* III IV [Coimbra 1941] 292).

[53] ARSI, *Lus. 43-I*, f. 11v.

[54] Carta de Domingos Cardoso, de Bragança, a 10 de abril de 1564; cf. FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* II/2 (Pôrto 1938) 39.

Pela mesma época, também em Goa, os alunos do Colégio da Companhia redigiam composições "assi de prosa como de verso, *que se não esperava tanto delles*"[55].

Versos latinos, *em grande quantidade, com a sua elegância, que se não esperava tanto* dos alunos, composições de matéria pia (mistérios da vida de Cristo e de Nossa Senhora e dos Santos); e também de assunto profano ou patriótico, segundo o critério do mestre e o ambiente em que se produziam...

Que se conclui de tudo isto?

Conclui-se que êste gênero de pesquisas (crítica de atribuição) é vulgar conduzir a uma certeza negativa sôbre êste ou aquêle nome, sem abrir logo, de par em par, a certeza positiva correspondente, porque em geral é a própria obliteração da parte positiva que gera o fenômeno das atribuições erradas.

Pôsto isto, tôda a substância desta exposição se resume em três conclusões.

Conclusão primeira (moralmente certa). O poema *De Gestis Mendi de Saa* não é do P.e José de Anchieta. Provas? Da parte de Anchieta, atitude psicológica e ocupações pessoais impeditivas de realizar o poema no período em que se situa; da parte da documentação (elemento decisivo no campo da investigação científica), ausência da menção do poema nos documentos coevos, *que deviam falar dêle e não falam,* isto é, silêncio total quer dêle, quer dos outros do seu tempo, incluindo os dois primeiros biógrafos, que trataram com Anchieta em vida e recolheram, logo a seguir à sua morte, os papéis que lhe pertenciam; os quais, mencionando outras obras de Anchieta de menor tomo, ignoram o *De Gestis.* Dupla verificação, indivisível, uma sôbre a *pessoa,* outra sôbre a *documentação coeva,* que é quanto se requer e quanto basta para criar *certeza moral,* critério de valor constante, seja qual fôr o rumo ulterior das pesquisas.

---

[55] Carta geral do Padre Lourenço Peres, Goa, 17 de dezembro de 1563, in A. da Silva Rêgo, *Documentação para a história das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia* 9 (Lisboa 1953) 235; J. Wicki, *Documenta Indica* VI (Roma 1960) 109.

Conclusão segunda (indeterminada). No estado atual das pesquisas, não se pode estabelecer, num plano objetivo, quem fôsse o autor do *De Gestis,* nem se um só ou mais de um (na conjectura de ser exercício escolar baiano), nem se *Carmina* se redigiu no ambiente cultíssimo — e bem apetrechado de livros e de mestres — do Colégio das Artes de Coimbra, fundando-se o autor anônimo nas cartas jesuíticas do Brasil aí muito conhecidas. A própria família de Mem de Sá era gente culta, cônegos da Sé conimbricense (o ilustre poeta Sá de Miranda, seu irmão, já era então falecido). Esta origem coimbrã de *Carmina* é a hipótese para que mais nos inclinamos, nem a "Epístola Nuncupatória" tem nada em contrário.

O poema *Carmina* começa: *Adspicis en quantum superi divina Tonantis,* que é também o primeiro verso da "Epístola Nuncupatória", que colocaram fora e antes (isto é, à frente) do poema *De Gestis.* Em vão procuramos nela algum indício de ter sido redigida no Brasil. O que achamos na tradução impressa foram dois sub-reptícios pronomes demonstrativos *neste* ("*neste* hemisfério austral") *este* ("*este* imenso Brasil"), alheios ao texto latino.

TEXTO LATINO (impresso)

Dumque per australes Christi celebrabitur oras
 Nomen, et aeterni lexque fidesque Dei,
Qui tibi succedent insignes fascibus ibunt
 Indeclinato per tua facta pede.
Vive igitur felix, Brasillica regna gubernans.

(*De Gentis,* p. 52)

TRADUÇÃO LITERAL

E enquanto o nome de Cristo fôr celebrado pelas
 Costas do Sul e a lei e a fé de Deus eterno:
os que te sucederão, insignes, com as fasces [com
 o bastão de governador], irão pelos teus fatos
 com o pé sem arredar.
Vive portanto feliz, governando os reinos brasílicos.

TRADUÇÃO NÃO LITERAL (impressa)

Enquanto a fé e lei de Deus e nome de Cristo
forem reverenciados *neste* hemisfério austral,
os sucessores que empunharem teu bastão glorioso
seguirão tua trilha sem arredar um passo.
Vive pois feliz, dirigindo *êste* imenso Brasil.

(*De Gestis*, p. 53)

Os pronomes *neste, êste,* denunciam no tradutor dois estados de espírito não imaginários mas já realizados (idealização e auto-sugestão), e induzem o leitor, sem conhecimentos de latim, a admitir com segurança que os versos se escreveram no Brasil, — e por "Joseph de Anchieta", colocado no frontispício da obra. Na realidade, os pronomes demonstrativos não pertencem ao texto.

De maneira que não havendo na "Epístola Nuncupatória" nada que testemunhe ser ela redigida no Brasil, é legítimo supor, dentro da indeterminação geral desta *Conclusão segunda,* que *Carmina* sugerisse na Bahia os exercícios escolares do período da *Eneida,* com as imperfeições, que apontou Armando Cardoso, acima declaradas. Isto explicaria perfeitamente que as composições — que constituem o núcleo do poema *De Gestis* — ficassem no arquivo do Colégio da Bahia, onde as veio achar um século depois Simão de Vasconcelos; e, perdida a noção da origem, as atribuiu a Anchieta.

Hipóteses e averiguações, que deixam intata a primeira conclusão (certeza moral de que o autor não é o Padre Anchieta), e dependem em parte do confronto sério e minucioso de *Carmina* com *De Gestis,* para ver o que há num e noutro de comum e o que não há, cotejo que não fizemos, nem tencionamos fazer, por nos ocuparem o tempo estudos mais urgentes, íamos a dizer, mais importantes, dado que o *De Gestis,* uma vez saído do ângulo visual anchietano, perde muito do seu interêsse (não é obra-prima de literatura, nem fonte histórica primária).

Para outras direções, sôbre as quais poderão incidir as pesquisas, se isso a alguém interessar, recorda-se, além do exposto, que Luís Carvalho, Rui Pereira, e ainda outros dessa

época, vieram a desligar-se da Companhia, o que por si só constitui motivo óbvio de obliteração.

Conclusão terceira (corolário). Tôda a matéria latina metrificada em louvor de Mem de Sá tem a sua justificação literária no ciclo missionário, cultural e político do Brasil, que vai de 1558, sobretudo desde 1559 (pacificação do Gentio baiano) até 1564 em que se ensinava a *Eneida* no Colégio da Bahia.

* * *

Situa-se esta breve crítica de atribuição dentro do método histórico-positivo, nem conhecemos outro para estabelecer a verdade dos fatos, seja ela qual fôr, agradável ou desagradável. Claro que a mesma verdade pode saber bem a uns e deixar travo noutros. Dentro dêste plano subjetivo, se nos perguntassem quem mais *gostaríamos* que fôsse o autor do *Poema de Mem de Sá,* não já como homem dado a pesquisas históricas, mas apenas como luso-brasileiro, responderíamos com satisfação interior: o Padre Anchieta. Por quê? Porque o poema louva a colonização portuguêsa do Brasil ou, na linguagem de alguns de hoje, o "colonialismo português do Brasil antigo"; e o louvor sabe a néctar quando servido em taça alheia. Mas feche-se o parêntese ou veleidade subjetva, e conclua-se em têrmos de história: Anchieta não é o autor do *Poema de Mem de Sá* [55-a]

(55-a) Êste estudo já está mencionado, entre os inéditos, em *Bibliografia de Serafim Leite S. I.* Apresentação de Miquel Batllori (Roma 1962) 72, n.º 276, com o título de *O Poema de Mem de Sá e Luís Carvalho Mestre da "Eneida" na Baía em 1564.* Na revisão final, antes de se imprimir, achou-se mais pertinente o título explícito que leva agora.

3

A Companhia de Jesus e a defesa do espírito missionário numa carta inédita do rei D. Sebastião a S. Francisco de Borja (1565) *

ANTES MESMO da fundação da Companhia de Jesus, os seus primeiros padres (os "clérigos reformados") mantinham relações de veneração para com a Ordem da Cartuxa, freqüentando em Paris a de Notre Dame des Champs [56], e o próprio Santo Inácio pensara um momento, por altura da sua conversão, em entrar na Cartuxa de Sevilha. As coisas orientaram-se depois para a fundação da Companhia (1540). Em todo o caso, o breve *Licet debitum*, de Paulo III, de 18 de outubro de 1549, proibindo a passagem dos religiosos da Companhia a outras Ordens, não incluía na proibição, de acôrdo com uma velha tradição canônica, a dos Cartuxos; mas, como nem tôdas as tradições se conservaram na nova Ordem, supõe

---

* Publ. in *Brotéria* 69 (Lisboa 1959) 527-534.

[56] SERAFIM LEITE, *Monumenta Brasiliae* I (Roma 1956) 95.

Van de Vorst que para esta exceção influiriam as boas relações precedentes [57].

Apesar do breve de 1549, continuou a manifestar-se aqui e além alguma resistência contra a proibição de se passarem a outras Ordens, e não faltou também em Portugal, onde houve quem escrevesse cartas a alguns religiosos da Companhia já com votos simples, convidando-os a mudarem-se para elas [58]. Entretanto, dentro da Companhia, acentuava-se a tendência a não consentir mudanças e até a regular melhor a que tinha por objeto a Cartuxa para que a passagem se operasse com reta intenção e não por tentação passageira, fonte habitual de dissabores futuros; porque se a Cartuxa não abrisse a porta a êsses religiosos (como geralmente não abria), êles a si mesmo se colocavam em situação irregular. Problemas de consciência e de natureza canônica, a que aludimos de passo para conhecimento do estado geral da questão; e sem mais demora entramos já no principal, que é a grave conseqüência que implicava contra o espírito missionário português a mudança fácil dos religiosos a outras Ordens, que não tivessem a seu cargo missões ultramarinas ou não as possuíssem no mesmo plano orgânico da Companhia de Jesus.

Os descobrimentos marítimos dos portuguêses levaram consigo, conexa e imediata, a propagação da Fé. Era uma vocação, latente e nacional (Santo Antônio de Lisboa e outros missionários precederam os Descobrimentos), mas os Descobrimentos criaram em novos moldes a ação evangelizadora, que está na base do Padroado e deu à Igreja de Deus, na obra da conversão e da cultura, um contingente de homens, sangue e dinheiro, não excedido por nenhum outro país. Não desconhecemos a contribuição doutras nações, algumas das quais em têrmos absolutos talvez igual ou até supere a portuguêsa. Falamos em têrmos de proporção nacional, que os historiadores conscienciosos não deixam de admirar. A êste espírito apostólico português dos Descobrimentos se deve o convite aos

---

[57] Charles Van de Vorst, *La Compagnie de Jésus et le passage à l'Ordre des Chartreux (1540-1694)*, in *Archivum Historicum Societatis Iesu* 23 (Roma 1954) 11.

[58] Nomeiam-se "os Agostinhos, os Descalços e os de Santa Cruz" (Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* II/I [Pôrto 1938] 396).

primeiros padres da Companhia de Jesus, para virem colaborar na grande emprêsa; e dos dois que vieram em 1540, um foi para o Oriente (Francisco Xavier), outro ficou em Portugal (Simão Rodrigues), a fim de organizar estudos onde se formassem futuros missionários do Evangelho no Oriente, na África e no Brasil. Assunto êste já conhecido, embora mais estudado nos seus elementos externos de esplendor ou de inevitáveis competições [59], do que na elaboração interna dos ingentes gastos, que o "privilégio oneroso" do Padroado português custava à nação pioneira dos Descobrimentos e também da evangelização ultramarina desde o Congo ao Japão.

Pois êstes gastos, com os primeiros Colégios de formação missionária, são, precisamente, o argumento mais decisivo duma carta inédita do Rei D. Sebastião a São Francisco de Borja. O motivo dela é a passagem dos da Companhia a outras Ordens Religiosas. Na realidade, é uma vigorosa defesa do espírito missionário português, na sua base histórico-jurídica e nos meios dispendiosos de o manter e prolongar, como se vai ver; porque, recordadas estas premissas, já o documento se situa no ambiente próprio e por si mesmo fala.

Carta do rei de Portugal a S. Francisco de Borja

Lisboa 13 de junho de 1565

"Reverendissimo in Christo Patri tanquam fatri dilecto

Sebastianus, Dei gratia, Portugaliae et Algarbiorum Rex citra et ultra mare in Africa, Dominus Guineae, Navigationis, Expeditionis, Comercii Aethiopiae, Arabiae, Persidis et Indiae, salutem plurimam dicit.

Reverendissime Pater:

Quum, ita nobis Divina Providentia barbaras gentes et incognita ante maria patefecit, ita regna et distantissima imperia lusitanico copulavit sceptro ut simul et praecipue ani-

---

[59] Cf. Antônio da Silva Rêgo, *Le Patronage Portugais de l'Orient* [Préface de Pierre Charles]. Lisboa 1957; Bernhard Josef Wenzel, *Portugal und der Heilige Stuhl.* Lisboa 1958.

marum frugem et culturam copularet, in eam curam et studium (traductum iam a progenitoribus nostris simul cum iure regnorum) semper incumbimus ut nullam rei bene gerendae et fidei propagandae occasionem praetermittamus.

Ad quod munus foeliciter obeundum religio Societatis Iesu instrumentum est opportunum, quam Deus, provida dispositione, et ingruentibus calamitatibus Reipublicae Christianae, opposuisse, et in usus nostros, et totius infidelitatis, per Sanctam Sedem Apostolicam nobis comissae, conversionem, et vera commoda peculiariter donasse videtur. Quae, licet novissime venerit in vineam Domini, digna tamen est quae denarium referat diurnum, quia dum altas agit radices et per gradus omnes virtutum (in quibus summa contentione et omnium admiratione versatur) humorem sedulo quaerit, fructum affert centesimum, sexagesimum et tricesimum.

Unum tamen est quod sponte currentes remorabitur et ardorem quo omnium salutem prosequuntur poterit facile remittere, si aditum sibi transeundi ad alia Instituta et Religiones contra verba Bullae felicis recordationis Pauli 3ii praetenso nomine perfectionis factum viderint.

Cum enim Societas haec prolem suam in eum usum alat et destinet ut, pro fidei propagatione et evangelicae doctrinae praedicatione, morti exponat et discrimina omnia subeat; simulque cum lacte religionis hauriat transfretationem ad Iapones, Chinas et Indos omnes, caeteraque gravissima pericula ad quae omnia superanda per multos annos in omnium laborum et difficultatum genere varie probantur, non est dubitandum quin (si liber locus relinquatur ad transeundum) multi inveniantur qui retrocedant, et, dum transitu suo perfectionem se quaerere praedicant, ignaviae tamen et inconstantiae culpam incurrant, laboresque et veras necessariasque ad negotium hoc fidei peragendum probationes deserant, fietque ut, cum non adhibitis mediis a fine cadant, impensae omnes nostrae, quibus et in Lusitania, Brasili (sic) *et India, Collegia multa huius Societatis ereximus, et annuis redditibus stabilivimus, frustra factae videantur.*

Quibus omnibus incommodis ut opportune occurreret, foelicis recordationis Paulus 3us et ministros, qui sufficerent explende provinciae nobis demandatae, in officio contineret, in haec verba sancivit: "Inhibemus ne quis post emissa vota se-

cundum Constitutiones praedictas, sive Professus, sive Scholaris, Coadiutor Societatis huiusmodi sit, ad quemvis alium Ordinem etiam per Sedem Apostolicam approbatum (Cartusiensium duntaxat excepto), nisi de expressa ipsius Praepositi aut dictae Sedis licentia tranferri" possit.

Quae verba inserenda censuimus tum ut mirificam animi nostri propensionem significaremus tum etiam ne locus detur alicui posthac calumniandi et corrumpendi verum et germanum verborum sensum sicut facto contigit et non sine gravi iactura religionis.

Quare, cum his omnibus postulatio, nostra muniatur, id etiam res conversionis gentium exposcat et argumenta multa suadeant, reliquum est ut Beatissimus Pater ratum habeat et firmum quod de novo condere et statuere debuisset quodque si de novo peteretur a nobis non dubito quin de novo concederet, tollatque omnem facultatem transeundi ab hoc Ordine ad alium excepto Cartusiensium quemadmodum verbis dictae Bullae cautum est expresse. Quam causam ut nostram, tibi maxime commendatam velim intelligas firmitatem hanc et confirmationem Sanctissimi Domini et Beatissimi Patris quam postulo futuram nobis gratissimam et gratiorem si iudicio tuo gravissimo et autoritate munias.

Datum Olysippone Idibus Iunii anno M.D.LXV.

[Mão própria:] HEN. CAR. INFANS [60]

Tal é o documento em latim de bom quilate. Para mais geral acessibilidade a todos, traduz-se em português.

"Ao Muito Reverendo em Cristo Padre, como Irmão amado,

Sebastião, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné, da Navegação, Conquista, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, envia muito saudar.

---

[60] ARSI, *Inst. 194,* f. 183r-183v. Assinatura autógrafa do Regente do Reino, na menoridade do Rei D. Sebastião. Vestígios de lacre vermelho. Original.

Reverendíssimo Padre:

Quando a Divina Providência nos desvendou gentes bárbaras e mares desconhecidos e vinculou ao cetro português reinos e remotos impérios, ao mesmo tempo e sobretudo lhe vinculou a messe e a cultura das almas. Nela nos ocupamos com a diligência e o cuidado (que nos legaram os nossos antepassados com o direito de reinar); preocupando-nos sempre por não perder ocasião alguma de levar avante a propagação da Fé.

Para cumprir com fidelidade esta obrigação é instrumento oportuno a Religião da Companhia de Jesus a quem parece ter Deus oposto, por previdente disposição, às calamidades sobrevindas à República Cristã, dando-lhe em particular os requisitos indispensáveis ao nosso serviço e ao da conversão de tôda a gentilidade, que nos confiou a Santa Sé Apostólica. E não obstante ter sido ela a última em chegar à vinha do Senhor, contudo é digna de receber o salário do dia[61], *porque enquanto lança raízes fundas e busca zelosamente o húmus das virtudes em todos os graus (ocupando-se nêles com sumo esfôrço e admiração de todos) produz fruto de cem, de sessenta e de trinta*[62].

Uma coisa todavia retarda os que por sua vontade correm, a qual poderá contribuir para resfriar o ardor com que procuram a salvação de todos, que é verem que, com o suposto nome de perfeição, se abre caminho para outros Institutos e Religiões contra as palavras da bula de Paulo III de feliz memória.

Como a Companhia cria e destina os seus filhos para a propagação da Fé e a pregação da doutrina evangélica, e os expõe à morte e a padecer os maiores perigos; e, com o leite da religião, se passam logo aos Japões, aos Chinas, e a todos os Índios, com outros gravíssimos incômodos, que, para os superar a todos, durante anos são provados em todo o gênero de trabalhos e dificuldades: não há dúvida que se lhes deixar livre o mudarem-se, haverá muitos que voltem atrás, e, inculcando que fazem a mudança em busca de perfeição, incorrem na culpa de falta de coragem e de perseverança com que

---

[61] Mat. 20, 2.
[62] Mat. 13, 8.

fogem aos trabalhos e às verdadeiras e necessárias provações para levar a cabo a emprêsa da Fé; e, dêste modo, não se empregando os meios, por fim caem, donde parece serem inúteis todos os nossos gastos em fundar muitos Colégios da Companhia em Portugal, no Brasil e na Índia, *e em os dotar de rendas anuais*[63].

Para obstar com tempo a todos êstes inconvenientes, e para que os ministros [do culto], quantos bastem para cumprir a obrigação que nos incumbe, se contenham dentro do seu dever, Paulo III, de feliz memória, tem estas palavras: "Depois de feitos os votos segundo as preditas Constituições [da Companhia de Jesus], proibimos a quem quer que seja da Companhia, Professo, Escolástico ou Coadjutor, que passe a outra Ordem mesmo aprovada pela Sé Apostólica, exceto a dos Cartuxos, sem expressa licença do seu Prepósito ou da dita Sé"[64].

Pareceu-nos inserir aqui estas palavras como a significar a veemente inclinação do nosso ânimo, e também para não dar margem a que alguém calunie e deturpe depois o verdadeiro e genuíno sentido das palavras, como de fato já sucedeu não sem grave prejuízo da religião.

Portanto, fortalecida desta maneira a nossa súplica, que também requer a obra da conversão das gentes e persuadem muitos argumentos: resta que o Beatíssimo Padre ratifique e confirme o que de nôvo deveria estabelecer e estatuir, e o que, se de nôvo pedíssemos, não duvido que de nôvo o concederia, eliminando tôda a licença de passar desta Ordem a outra, exceto

---

[63] No Brasil até então tinha o Rei de Portugal mandado fundar dois colégios, o da Bahia, e outro, de que já se tratava, no Rio de Janeiro. Na Índia, além do Colégio de Goa, D. João III tinha confirmado as rendas dos Colégios de Baçaim, Cochim, Coulão e ainda o de Malaca (J. Wicki, *Documenta Indica* V [Roma 1958] 790). Em Portugal, o Colégio de Coimbra recebeu bens para preparar e dar missionários "ad partes Indiae, Brasiliae, Guineae, aut aliorum locorum". O de Évora também, mas no fim do século XVII duvidou se os bens, que fundamentariam essa obrigação, lhe chegaram a ser realmente aplicados (S. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil,* VII [Lisboa-Rio de Janeiro 1949] 243).

[64] Do breve de Paulo III, *Licet debitum,* de 18 de outubro de 1549, *Institutum Societatis Jesu* I (Florentiae 1892) 15.

a dos Cartuxos, conforme ficou expressamente acautelado nas palavras da dita bula.

Desejaria que esta causa, como nossa, a tivesse muito encomendada e entendesse que a firmeza e confirmação que peço do Santíssimo Senhor e Beatíssimo Padre, seria gratíssima para nós, e ainda mais grata se a assegurasse com o seu muito ponderado parecer e autoridade.

Dada em Lisboa a 13 de junho de 1565.

HENRIQUE CARDEAL INFANTE".

Pio IV concedeu o que pedia o Rei de Portugal, mas falecendo a 9 de dezembro de 1565 foi já o Papa S. Pio V que lavrou o breve *Aequum reputamus*, de 17 de janeiro de 1566, dirigido a tôda a Companhia de Jesus, em que confirma o de Paulo III e o completa com a declaração da validade dos votos simples da Companhia; e, além disso, dá aos Superiores a faculdade de recorrer ao braço secular, se porventura o achassem prudente ou necessário. No breve faz Pio V referência direta ao que expôs o Rei D. Sebastião (nominalmente citado) e também o Geral e religiosos da Companhia [65]; e alude à concessão de Pio IV (feita a 26 de novembro de 1565), de que êle não tivera tempo de lavrar o respectivo breve por falecer pouco depois. Mas já por essa concessão de Paulo IV, três dias depois dela, o Geral Francisco de Borja se mostra agradecido ao Embaixador português em Roma D. Álvaro de Castro (filho do grande D. João de Castro) e manda fazer orações em tôda a Companhia pelo Rei de Portugal, a quem Deus guarde e acrescente "para bem dêsses Reinos e de tôda a Igreja" [66].

---

[65] Cf. Breve *Aequum reputamus*, na íntegra. *Institutum Societatis Jesu* I 38-42. Há cópia na Bibl. de Évora. CXVIII/2-3, ff. 532r-534v e tradução portuguêsa, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Cód. 113, "Papéis Vários", f. 37r-37v. Um decreto do Cardeal Infante, de 13 de outubro de 1568, completa esta matéria, cf. ANTÔNIO FRANCO, *Synopsis*, 82 n.° 11.

[66] "V.ª R.ª de mi parte bese las manos al Cardenal por la merced que Su Alteza nos hizo a todos, encomendando tan de veras al Señor Ambajador el procurar aquella declaración o gracia, que se tenia por de tanta importanza, especialmente en ese Reyno; y, con el mucho calor,

Êste documento régio de 1565 é um claro testemunho de que em Portugal, na sua idade de ouro, o espírito missionário era inseparável da expansão ultramarina. Nem ao leitor terá passado despercebida a linguagem do preâmbulo: "*gentes* bárbaras", "*remotos* impérios", "mares *desconhecidos*", "propagação da *Fé*", "*cetro* português"... Palavras correntes da epopéia ainda em ação, as mesmas que daí a sete anos, em 1572, na invocação de "Os Lusíadas", usará Camões na forma literária, que as imortaliza: "por mares nunca dantes navegados", "entre gente remota edificaram", "a Fé, o Império".

---

que ha puesto el Señor Ambaxador, se uso universalmente la gracia para en todas partes de la Compañia. Y en las letras, que Su Alteza screviere al Ambajador, procure V. R.ª se haga mentión de cómo se ha entendido el buen officio que ha hecho en este negocio, y que le a sido agradable, etc. Hanos parecido tener obligación, por esta merced particular, de hazer dicir missas a todos los sacerdotes de la Compañia por el Rey, y que todos los demás hagan oración; y en essa Provincia cada sacerdote diga tres missas, y cada uno de los otros tres rosarios, rogando a Dios N. Señor guarde Su Alteza y le acresciente en su santa gracia y dones, para muy grande beneficio de essos Reynos y de toda la Iglesia. También se offrecerán algunas otras penitencias o pias obras al mesmo effecto. Para las todas otras Provincias, acá se tendrá cuidado de escrivir lo que han de hazer" (Carta do P.ᵉ Francisco de Borja ao P.ᵉ Leão Henriques, Provincial de Portugal, Roma 29 de novembro de 1565, ARSI, *Hisp.* 67, f. 132r. Ao "ingens meritum", do Rei de Portugal e do seu embaixador em alcançar sobretudo a declaração da validade canônica dos votos simples, se refere F. SACCHINI, *Historiae Societatis Iesu Pars Tertia sive Borgia* [Roma 1649] lib. I, n.º 129).

4

O casamento do rei D. Sebastião e a ida a Roma de Inácio de Azevedo, provincial do Brasil (1569)

Carta inédita de S. Francisco de Borja *

ENTRE AS CARTAS do Geral da Companhia de Jesus, São Francisco de Borja, há três, datadas do mesmo dia, 2 de julho de 1569, uma ao Rei D. Sebastião, outra ao Cardeal Infante D. Henrique, e a terceira à Rainha-avó D. Catarina. Conservam-se juntas no mesmo códice, mas só andam publicadas as dirigidas à Rainha e ao Cardeal Infante [67]. No entanto, a escrita ao Rei também é digna de se conhecer tanto como as outras ou mais. Ela fala de Inácio de Azevedo, que fôra visitador do Brasil, e se preparava a ir de nôvo para lá, desta vez

* Publ. in *Brotéria* 68 (Lisboa 1959) 134-139.

[67] *S. F. Borgia* V (1911) 97-98 112-113. A carta ao Cardeal Infante publicou-se com a data de 2 de junho (mas é julho).

como provincial; e relaciona-se com o casamento de D. Sebastião, nos têrmos em que êste enigma da história portuguêsa se apresentava nos anos de 1569 e 1570.

Carta do Geral da Companhia de Jesus, Francisco de Borja a D. Sebastião, rei de Portugal. Roma, 2 de julho de 1569

"Muy Alto y muy Poderoso Señor

Con las nuevas que el P.e Ignatio me dió de Vossa Alteza me consoló el Señor, de cuya mano viene todo el zelo y sanctos propósitos de V. A. para el buen govierno de sus Reynos y para el acrecientamiento de la Fe Cathólica en las Indias [68]. *Espero en el Señor succederá todo tam bién, que se cumplan bendiciones que Su Santidad* [69] *dá muy ordinario a V. A., quando le refiero algo de lo que de allá me escriven; y desto es buen testigo el P.e Ignatio, porque se alló presente a ciertas cosas, que de V. A. dava yo cuenta a Su Santidad, como él más largamente dirá.*

Y una cosa me dixo ayer el Secretario de Su Beatitud [70], *que, hablando de V. A., dize el Papa que es el hijo más amado que tiene entre los príncipes Christianos, y así creo lo mostrará en obras, como lo muestran las palabras; plugiese al Señor que todos los Príncipes tomasen el modo de proceder con el Vicario de Christo Nuestro Señor que V. A. tiene.*

---

[68] Neste vocábulo genérico (Índias, no plural), Borja incluía o Brasil, segundo se usava nas primeiras coletâneas de cartas das missões portuguêsas ou da sua zona de influência, no Oriente, África e Brasil, englobadas tôdas sob a denominação de "Índias de Portugal" (LEITE, *Mon. Bras.* I 70); e do Brasil viera, e tratava agora em Roma, o P.e Inácio de Azevedo.

[69] S. Pio V (1566-1572).

[70] Secretário de Estado era Miguel Bonelli, Cardeal Alexandrino, mas o texto diz apenas "Secretário de Sua Beatitude" e êste era o Cardeal Rusticucci (PASTOR, *Storia dei Papi* VIII [Roma 1924] 637 643). Sôbre o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, escreveu Rusticucci ao P.e Luís Gonçalves da Câmara em 1570, e foi a Lisboa o Cardeal Alexandrino em 1571 (cf. F. RODRIGUES, *História* II/2, 325 331).

Y así no me queda sino supplicar a Nuestro Señor que, de cada hora, augmente en V. A. su santíssimo amor y temor, por el qual se le communique el don de sapientia para governarse y governar a los otros en todo según el divino beneplácito. Amén.

De Roma, 2 de Julio de 1569[71]".

A chave destas "certas coisas", de que falava São Francisco de Borja ao Papa S. Pio V, e de que dará conta o futuro mártir do Brasil, encontra-se na carta ao mesmo Borja, escrita de Sintra, a 17 de setembro de 1570, por Luís Gonçalves da Câmara. E era o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, irmã do Rei de França (Carlos IX).

Tinha sido êste o primeiro casamento lembrado em Lisboa para D. Sebastião, e aprovado pelo Conselho de Estado em 1562. Mas em Castela vivia a princesa D. Joana, sua mãe, irmã de Filipe II, e êste, arrogando-se ares de tutor do sobrinho, opôs-se a êsse casamento em França, temendo então para os interêsses de Castela a futura aliança das casas reais de França e Portugal. E propôs que D. Sebastião se casasse com Isabel de Áustria, filha de Maximiliano, rei da Boêmia (depois imperador da Alemanha). Não aceitou o alvitre o Conselho de Estado de Portugal que manteve o casamento com Margarida de Valois; e Filipe II, por sua conta e risco, assentou definitivamente o casamento que propusera, obtendo de Maximiliano que desse a sua filha Isabel a D. Sebastião. Com isto se regozijaram a Rainha D. Catarina e o Cardeal Infante que aceitaram Isabel de Áustria para D. Sebastião. Nestes projetos matrimoniais não tinha que se consultar o "Desejado", porque era ainda menino (12 a 13 anos), mas com êsse pensamento de se casar "na Alemanha e não na França" começou a familiarizar-se e a ser educado.

Dêste modo se resolveu ou se julgou resolvido o casamento de D. Sebastião. Mas eis que em 1568, o Rei Filipe enviuvou de Isabel de Valois e pensou primeiro em si e depois nos outros. E o outro em que pensou não foi o Rei de Por-

---

71 Arsi, *Hisp. 68*, f. 232v. À margem: "Al Rei de Portugal, de nuestro Padre General". É o próprio livro de registo. Em espanhol.

tugal. Entendeu-se com Maximiliano, e das suas duas filhas tomou uma para si (Ana) e reservou para o Rei de França (Carlos IX), a outra, que era Isabel de Áustria, exatamente a prometida espôsa de D. Sebastião...

O assunto do casamento de D. Sebastião ficou de nôvo em aberto. Passado um ano (fevereiro de 1569), Filipe II e D. Joana moveram-se outra vez. E agora o seu alvitre era que o melhor casamento para D. Sebastião não podia ser outro senão o de Margarida de Valois...

Ora D. Sebastião começava a tomar consciência das coisas. Desfeiteado por Filipe II, que dera a outro a mulher que lhe haviam dito que seria a sua, reagiu, dispondo-se a não aceitar as injunções do tio castelhano. Era tarde. As alianças dinásticas, apertando-se num estreito parentesco, produziram os costumados frutos biológicos (em Castela, D. Carlos; em Portugal, D. Sebastião). E, à roda disto, a política também inevitàvelmente castelhanizante, porque a mãe de D. Sebastião em Madrid e a avó em Lisboa eram castelhanas. Com tão seguras amarras, logo se iniciou a pressão geral para dobrar D. Sebastião, a quem não era lícito possuir brio pessoal. Partindo dessa suposição, a relutância de D. Sebastião não poderia provir senão dalgum português inconformista, no caso o confessor Luís Gonçalves da Câmara, contra quem era fácil criar uma atmosfera de descrédito, encobrindo-a com o desejo de mando. E não faltou êsse recurso, com aparências de verdade. Mas os fatos desmentem as aparências. Luís Gonçalves da Câmara, como lhe competia dentro dos estilos do tempo, começou a tratar ativamente do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. E achava que se devia enviar a França um embaixador para levar adiante o projeto, dissentindo a Rainha D. Catarina e o Cardeal Infante, para os quais poderia dispensar-se a ida da embaixada. E é neste momento preciso, que surge Inácio de Azevedo.

Escreve Gonçalves da Câmara a Francisco de Borja:

"Vendo que por esta via [a ida do embaixador a França] não podia fazer nada e temendo que qualquer ocasião, que se oferecesse a El-Rei de França, fôsse bastante para casar sua irmã noutra parte, determinei de ver, por via secreta, se se podia conseguir que êste casamento se efetuasse, e por isso

tratei com o P.e Inácio de Azevedo, que está em glória[72], Provincial do Brasil, quisesse ir a essa côrte (ainda que estava resolvido a se partir logo para o Brasil) para poder falar com o Papa sôbre êste negócio; e pedi a El-Rei quisesse escrever de sua mão ao Papa, dando crença[73] nesta parte ao dito Padre. El-Rei escreveu a carta, e mostrando eu desejo de estar presente ao escrever dela, não admitiu, e não me mostrou a carta senão depois de fechada e selada[74]; e perguntando-lhe eu se tinha pôsto a crença para o matrimônio, me disse que se esquecera; e pedindo-lhe eu que dissesse de palavra ao P.e Inácio, quando se fôsse despedir dêle, mostrou inclinação a fazê-lo, mas não o fêz, e deu-me outra desculpa também de esquecimento. Depois entendi que êstes esquecimentos nasciam da pouca afeição que tinha ao dito casamento.

. Aproveitando-me de outra ocasião de voltar ao Rei com o P.e Inácio, lembrei-lhe que o dissesse. Nem então o disse: Pensando eu que se calava por vergonha de falar nesta matéria, pedi-lhe que me desse licença para o dizer ao P.e Inácio de sua parte, e deu-a. Então disse eu ao Padre, diante de Sua Alteza, que êle queria que pedisse a Sua Santidade da parte do mesmo Rei, que Sua Santidade tomasse cuidado de que não se impedisse êste casamento[75]. Depois de virmos a Lisboa, falei instantemente à Rainha, que pois o negócio estava em mãos de El-Rei católico, lhe desse pressa, porque eu desejava muito que pudesse El-Rei perseverar na limpeza que tinha. El-Rei católico fêz sôbre isso tantas diligências, que não sei se por outra coisa as fêz nunca maiores. Mas por fim a coisa

---

[72] Ia já de volta ao Brasil, à frente duma grande expedição missionária, quando a 15 de julho de 1570 foi martirizado, com 39 companheiros, pelos calvinistas franceses. Os 40 Mártires do Brasil foram elevados à honra dos altares em 1854. Festa a 15 de julho.

[73] Crença, isto é, credencial.

[74] Biblioteca Vaticana, *Lett. dei Principi 31,* f. 296. Publicamo-la na *História* II (1938) 248-249. Datada de Almeirim, 24 de março de 1569: Recomenda o P.e Inácio de Azevedo, em ordem ùnicamente à conversão do gentio e proveito das almas.

[75] Dois dias depois da primeira carta, D. Sebastião escreveu outra, esta confidencial, sôbre vários pontos, um dos quais o casamento "gia trattato" com "madama" Margarida, irmã do Rei de França, em sentido favorável ao casamento (Bibl. Vaticana, *Lett. dei Principi 31,* f. 299; cf. Leite, *História* II 249).

veio ao têrmo que V. Paternidade sabe. Os intermédios disto foram coisas longas e intrincadas, que nem eu me lembro bem delas, nem se podem escrever, porque também foram pontos fora da minha profissão; que eu não tratara senão de que El-Rei se casasse para segurança da sua alma e do seu reino. Isto é o que se passou em realidade nestes negócios [76].

Quanto ao que V. P. me escreve da culpa que me davam se não se efeituasse, pelo que toca à Companhia, muito me pêsa. Lembro-me que, quando o P.e Laines determinou mandar-me a êste Reino para Mestre del-Rei, lhe dei por escrito muitas causas para não dever tomar êste cargo, e uma delas era que tôdas as coisas que não fôssem bem recebidas do mundo, a culpa delas se daria aos que andassem junto do Rei [77]. Eu vejo que se alguma culpa tenho, foi meter-me demasiado neste casamento, o que pode V. P. ver pelo acima dito. Os que informam Sua Santidade de que está em minha mão mudar o coração do Rei, julgam dêle como de qualquer outro da sua idade; e os que o conhecem não pensam assim, porque o que êle quer, quere-o, principalmente nesta matéria, que êle tomou ùnicamente por sua, e sôbre que tantas vêzes disputou e venceu. Eu lhe falei, como Sua Santidade mandava, com tôda a instância possível mas não achei porta nenhuma aberta, e, tratando Sua Alteza com os do seu Conselho, me disse que todos foram do seu parecer".[78]

O casamento de D. Sebastião, como se vê, foi a ocasião imediata da ida a Roma de Inácio de Azevedo. Tinha-lhe comunicado antes o Padre Geral que as coisas do Brasil se poderiam agenciar por intermédio do Embaixador João Telo de Meneses. Azevedo achava que a sua presença traria outras vantagens: o casamento do Rei ofereceu-lhe boa oportunidade.

---

[76] Por êste tempo repugnava a D. Sebastião a intromissão e atitude de Filipe II, e quando êste e a Princesa D. Joana lhe pediram, em julho e agôsto de 1569, os podêres para se fechar o contrato matrimonial, recusou-os. Interveio o Papa uma e outra vez, e enfim D. Sebastião cedeu em dezembro de 1571, mas em fevereiro de 1572 se decidia em França o casamento de Margarida de Valois com Henrique de Bourbon, Príncipe de Béarn (F. RODRIGUES, *História* II/2, 325).

[77] *Id.*, *ib.* I/2, 508.

[78] Carta de Luís Gonçalves da Câmara a Francisco de Borja, Sintra, 17 de setembro de 1570, cf. F. RODRIGUES, *ib.* II/2, 331-335.

Todavia, em tal assunto, a intervenção do Provincial do Brasil não passou de mero agente de ligação, circunstancial e transitório, entre as côrtes de Lisboa e Roma; a iniciativa partiu do P.[e] Luís Gonçalves da Câmara, que fôra mestre de D. Sebastião e era agora o seu confessor, nos moldes em que êste ofício régio se exercia então nas diversas côrtes da Europa.

Não era homem isento de complexos o P.[e] Luís Gonçalves da Câmara. E por isso se discutem alguns dos seus atos, nem era simples o negócio agora do casamento. Teria outro conseguido efeito diferente? É duvidoso. Como português e confessor, diz êle na carta a São Francisco de Borja, que a sua finalidade no casamento do neto de D. João III, era dupla, a "segurança da sua alma e do Reino": a da alma (finalidade espiritual e moral), a do Reino (finalidade política e patriótica). Isto, da sua parte e dentro das suas atribuições de ofício; da outra parte, estava a pessoa mais diretamente em causa, que era a do Rei, um adolescente de 15 anos (não tinha mais idade em 1569), órfão de pai, com a mãe ausente, a avó presente, mas ciosa; e êle, com tendências individuais muito acentuadas, de ordem psicológica e sobretudo patológica. Assunto já bem estudado, que seria exorbitante reassumir agora, ao publicar a carta, que supomos inédita, ao Rei. Basta lembrar que se enquadra neste longo processo dos casamentos sempre frustrados, sôbre o qual se manifestam as opiniões contraditórias dos homens. Opiniões nem sempre expostas com objetiva serenidade, talvez por se buscar a interpretação do enigma fora das condições concretas — pessoais e familiares — do Rei. E, quem sabe? talvez também, porque a jornada de Marrocos, tão vaticinada e exaltada pelo grande Camões no final de *Os Lusíadas* (quando o poema se publicou, o Rei não ultrapassava ainda os 18 anos), projeta, sôbre as anteriores tentativas do casamento de D. Sebastião, a luz contrastante e desconsoladora dum desfecho trágico.

5

Francisco Dias, jesuíta português
arquiteto e pilôto no Brasil
(1538-1633) *

Francisco Dias nasceu em 1638 na Merceana (Alenquer), a meio caminho entre Santarém e Lisboa. Tinha 24 anos de idade quando em 1562 entrou na Companhia de Jesus. Pedreiro, carpinteiro, mestre de obras, arquiteto e pilôto.

Desconhece-se onde começou a trabalhar, mas sabe-se que dirigiu como mestre de obras a construção da igreja de São Roque em Lisboa, planta do arquiteto régio Afonso Álvares. A igreja abriu-se ao culto em 1573, e ainda continuavam as obras, no ano seguinte a cargo do mesmo Ir. Francisco Dias [79].

---

* Publ. parte em Lisboa (I), parte em Roma (II): I in *Brotéria* 51 (1950) 257-265 (com o título aqui reproduzido); II in *Archivum Historicum Societatis Iesu* (1953) 352-359 (com o título de *Novos documentos sôbre Francisco Dias Mestre de Obras de São Roque em Lisboa, Arquitecto da Companhia de Jesus no Brasil*). Esta II parte ia acompanhada de nove documentos, sôbre a construção da igreja de São Roque, que se descrevem no fim dêste estudo.

[79] O catálogo de 2 de janeiro de 1574 traz a seguinte informação que corresponde aos quesitos que então se faziam sôbre os dados e qua-

O qual as deixou em 1575 para ir fazer a planta da igreja e colégio da Ilha Terceira [80], viagem que veio a ser um como ensaio para outra mais distante. Quando o Brasil pediu ao Geral que lhe desse arquiteto para os colégios reais da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, foi êle o escolhido, embarcando em Lisboa no ano de 1577 com o Procurador Gregório Serrão. Deixaram-no ir com a idéia da torna-viagem como aos Açôres; e não eram decorridos dois anos, já da Europa o reclamavam para as construções do Reino. O Provincial do Brasil recorreu ao Geral:

"Vossa Paternidade concedeu ao P.ᵉ Gregório Serrão que trouxesse consigo o Ir. Francisco Dias, Arquiteto, para encaminhar as obras dos três Colégios que se fazem de nôvo. Pedimos a V. P. no-lo deixe enquanto durarem as obras, pois em Portugal há muitos e aqui há só êle".

Resposta: *"O Ir. Francisco Dias enviará V. R.ª à Província de Portugal, como se lhe escreve, pois terá feito o que se pretendia dêle no Brasil que eram as traças dos três Colégios. E a sua presença é muito necessária para as obras daquele Reino"* [81].

As construções no Brasil claro que não podiam ir com a rapidez que se supunha na Europa, quer por motivos econômicos, quer pelas enormes distâncias dos Colégios entre si; e naturalmente o Brasil conhecendo a categoria do homem, que lhe tinham enviado, arranjou meios de o reter, com aprazimento dêle próprio. E sucedeu que o Ir. Francisco Dias, com 39 anos ao chegar de Portugal, ficou no Brasil não 2 ou 3, mas 56, que foram os que ainda viveu.

---

lidades pessoais dos Irmãos: 'Ir. Francisco Dias, em São Roque, de 36 anos, do Arcebispado de Lisboa, Coadjutor temporal, pedreiro, e tem cargo das obras. Há 11 anos e meio que entrou na Companhia, há 9 que fêz os votos [do biênio], boa saúde, sabe ler e escrever. É para ofícios e para Sotoministro" (ARSI, *Lus.* 43, f. 463v).

[80] FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* II/1 (Pôrto 1938) 67.

[81] "Algunas cousas que de la Provincia del Brasil se proposieron a Nuestro Padre General y respuesta a ellas" (ARSI, *Congr.* 93, f. 210r).

O ter ido depois da construção da igreja de São Roque é referência importante. Porque assim se constituiu modêlo das igrejas brasileiras o templo lisboeta, através do qual entrou no Brasil (e na América) o estilo do Gesù, de Roma. Estilo que ora se chama *jesuítico,* ora *barroco,* ora da *contra-reforma.* Assinala-se o fato, apenas, sem entrar na discussão que ainda gira à roda destas classificações de artes plástcias, que até certo ponto também são literárias.

A igreja de São Roque a princípio devia ser de três naves. O Padre Geral achou que convinha haver uniformidade impondo-se o estilo nôvo, que consistia sobretudo em garantir à igreja o seu fim essencial, isto é, que de qualquer parte dela se visse o altar-mor (Santo Sacrifício) e se visse o púlpito (a palavra divina); e, portanto, se desembaraçasse de naves laterais e de pilastras, que impediam uma e outra coisa. A igreja, de uma só nave, abriu-se ao culto três anos antes da chegada a Lisboa, de um arquiteto italiano, convidado em 1576 por El-Rei D. Sebastião, de nome Filipe Terzi, o qual, — pois já a achou feita —, não foi o autor da planta, e nisto se equivocaram os ilustres olissipógrafos Júlio de Castilho e Vítor Ribeiro [82].

Júlio de Castilho, admirador entusiasta da igreja de São Roque, diz que ela, pelo seu conjunto histórico e artístico, "deve merecer ao lisboeta singular predileção". Ainda que ausentes os padres, que ergueram êsse templo a Deus, o homem culto sabe que "penetrar naquel santuário é surpreender quase intacta a vida antiga da notável Casa Professa da Companhia de Jesus. Há, quanto a mim, — continua êle — uma desusada serenidade, um repouso singular naquela arquitetura austera e grande, onde, pela muita largura do templo, de uma só nave e todo desobstruído, dominam as longas paralelas horizontais, afirmadas ainda, segundo as regras estéticas, pelas séries verticais das várias capelas e prumadas de alvenaria. Sente-se o espírito dominado logo de uma idéia acessível de ordem, subjugado por não sei que simetria compassada, fria sem dúvida, mas de um indizível caráter de ascetismo, e de

---

[82] Francisco Rodrigues, *História* II/1 182; Henrique Trindade Coelho — Guido Battelli, *Filipo Terzi, Architetto e Ingegniere Militare in Portogallo (1577-97)* (Florença 1935) IX-X.

um encanto que nos conchega, se nos não eleva, para a oração. Não há os raptos ideais e apaixonados da ogiva, mas há uma serena confiança que restaura". E, em contraposição com certa arte moderna, em que as variações parecem produzir confusão de vozes, observa: "Na sobriedade de arte antiga há um eloqüente silêncio pelo meio do qual se ouve só o que se deve ouvir".

Nesta descrição insere-se uma poesia com um verso pôsto muito em voga há 40 anos atrás por um autor moderno que blasfemou da igreja: e por isso mesmo mais digno de atenção, por ser o verso na sua origem — pela toada e pela rima — documento popular do prestígio citadino da igreja dos jesuítas. Trata-se das festas de São Roque, das mais freqüentadas e queridas do alto público de Lisboa. Tradição antiga! "Que o diga, escreve Júlio de Castilho, com os seus toantes, uma cançoneta, cuja linda melodia popular os nossos campanários não esqueceram, e que remonta aos anos em que era elegantíssimo trajo dos nossos franças o lusitano capote de pano com seu cabeção, toga peninsular, de que nem vestígios restam. Cantavam assim as nossas avós dedilhando na viola:

Passarinho trigueiro
Põe-te no ramo
Quando vires que é noite
Vem-te chegando.
Toque! Toque! Toque!
Vamos a São Roque!
Vamos ver os peraltas
Se têm capote!" [83]

Toc! Toc! Toc!... Lemos bem? Não há dúvida. Mas deixe-se para oportunidade mais direta, o comentário literário que implica; e *vamos a São Roque,* que é sem maiores rodeios o caminho desta breve notícia.

A Casa Professa de São Roque abriga atualmente a Misericórdia de Lisboa. Vítor Ribeiro é o historiador dela; e sob a sua pena erudita multiplicam-se os documentos como fontes

[83] JÚLIO DE CASTILHO, *Lisboa Antiga* (Lisboa, 1879) 151-156.

ricas dum grande assunto. O equívoco de Vítor Ribeiro[84], assim como o de Júlio de Castilho[85], em atribuir a Terzi a igreja de São Roque talvez se explique por o arquiteto italiano ter ainda prestado algum concurso ulterior à igreja como na verdade consta: em 1582 lançou o madeiramento do teto e em 1586 refez a frontaria[86]. Fachada aliás pobre, em contraste impressionante com o esplendor interno: Quis-se também ver neste fato uma sugestão do nôvo estilo em consonância com o espírito da Companhia e da sua roupeta desprovida de enfeites: dar mais importância à vida interior do que às exterioridades.

Quanto ao teto, chegara-se à conclusão — dada a largura da igreja, modificada de três naves para uma só — que as paredes não comportariam abóbada. Filipe Terzi, mandando vir da Prússia as traves, "traçou a obra com um nôvo invento, nunca visto antes em Portugal, escreve Baltasar Teles, dispondo o teto com tal traça (que sem ter colunas pelo meio da igreja, que é tão larga, nas quais se possa estribar) está seguríssimo e parece que se sustenta no ar"[87].

Descrita a igreja, Baltasar Teles arremata: "Se não é, como confessamos, a mais aparatosa e grandiosa de Lisboa, por ventura que é a mais aprazível e a mais alegre entre as que estão dentro dos muros da cidade; e não tenho dúvida que é a mais desabafada e a melhor acomodada para assistir aos ofícios divinos de missas e pregações; e é a mais bem acomodada para nela se administrar a Santíssima Comunhão; e se pelo tempo adiante se melhorar de frontispício e se lhe fizer uma capela-mor mais comprida, então seguramente poderá competir com qualquer outra das mais gabadas das que estão dentro da Cidade de Lisboa"[88].

Retém-se esta descrição de Baltasar Teles e registam-se os mais dizeres de Júlio de Castilho sôbre a igreja famosa,

---

[84] Vítor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Nova série, 2.ª Classe, tomo 9, parte II, vol. 56 (Lisboa, 1902) 188-190.

[85] Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga* I 156; V (1885) 175.

[86] Francisco Rodrigues, *História* II/1 182-183.

[87] Baltasar Teles, *Chronica*, II, 110.

[88] *Id.*, *ib.* II 126.

pela evidente ligação que tem com o Brasil. Tirando a frontaria e o teto de Terzi, a igreja, como tal de Afonso Álvares, de uma só nave, a cuja construção presidiu o Ir. Francisco Dias, foi a que serviu de modêlo às igrejas dos colégios do Brasil. Dos *Colégios*, dizemos, não das *Aldeias*, porque duas destas iam ser do partido de três naves, por uma influência que nos quer parecer alentejana. (Eram do Alentejo os Provinciais Pero Rodrigues, Fernão Cardim e Domingos Coelho, e também Manuel do Couto, superior do Espírito Santo). E isto já no primeiro quartel do século XVII, as igrejas, com as residências anexas, da Aldeia de Reritiba no Espírito Santo, e da Aldeia de São Pedro do Cabo Frio no Rio de Janeiro, que resistiram ao tempo e estão de pé [89]. Construídas ambas, em todo o caso, em vida ainda do Arquiteto Francisco Dias, também então no Rio de Janeiro.

* * *

Francisco Dias chegou à Bahia em 1577 [90]. Achou a igreja do Colégio (que era a de Mem de Sá) em bom estado, mas pequena para o crescimento contínuo do Colégio e da cidade. Conforme à incumbência, que levava, o Irmão elaborou os planos com "muito acôrdo" e começaram as obras pelas, mais urgentes, do Colégio [91]. As da igreja tentaram-se duas vêzes, sem efeito, por dificuldades ocorrentes, a que sobreveio depois a invasão holandesa, e só em 1657 se lançou a primeira pedra. E é a igreja que existe hoje com as características e pormenores que se podem ver no tomo V da *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Neste volume e no primeiro publicaram-se duas plantas e uma delas — a que prevaleceu — com o título de "Antigua estãpa da Igreja" [92]. Não é inverossímil que ela se filie em Francisco Dias não só pela designação de "antigua", mas também porque tanto a igreja como a disposição externa do Colégio segue o risco da igreja e Casa Professa de São Roque. O interior da igreja, êsse tem semelhanças e diferenças: é de uma só nave, mas o teto, em vez de ser de nível

---

89 LEITE, *História* VI 120/121 216/217 (gravuras).
90 *Id., ib.* I 568.
91 *Id., ib.* I 55.
92 *Id., ib.* V 120.

e pintado, é abobadado e apainelado com grandes ornatos de entalhe e escultura. E é curiosa a aproximação de dois fatos idênticos quanto ao seu madeiramento, em que o Filipe Terzi da Bahia, foi o Ir. Luís Manuel, de Matosinhos, que lançou o teto com tanta arte e destreza, que não havia arquiteto nem engenheiro que lhe levasse a palma [93]. Encarecimento da ânua do Brasil que até parece o de Baltasar Teles a respeito de São Roque.

A igreja do Colégio dos Jesuítas da Bahia, monumento nacional brasileiro, chama-se, e é hoje, catedral (Catedral-Basílica): Melhorou no nome, mas perdeu na sua expressão histórica de tão significativa e profunda raiz local. De qualquer modo, pela abundância e valor artístico do seu recheio — arquitetura, pintura e escultura — e por ser a igreja dos estudantes e nela se conferirem os graus acadêmicos durante um século, e ainda pela sua antigüidade, a igreja do Colégio da Bahia é, em conjunto, o mais insigne monumento do Brasil, embora menos conhecido e estudado que outros situados dentro da grande área de pesquisa, influência e riqueza, que é atualmente o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas.

* * *

Para as obras dos três Colégios da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, trazia o Ir. Francisco Dias já de Lisboa ordenação expressa. Mas o seu nome não tardou a soar no Brasil; e, em 1585, entrou nas estipulações entre a Câmara de Santos e os Padres da Companhia que fôsse também êle o arquiteto [94]. A igreja de Santos, do risco de Francisco Dias, construída pelo ano de 1600, durou quase um século [95].

Outra igreja, que também já não existe, foi a do Rio de Janeiro no Morro do Castelo, e, entre as do arquiteto jesuíta, a que se edificou em primeiro lugar. Fêz a traça dela quando estêve no Rio em 1585 com o Visitador Cristóvão de Gouveia, e inaugurou-se no Natal de 1588 [96]. Durou mais de 300 anos,

---

[93] *Id.*, *ib.* VII 251.
[94] *Id.*, *ib.* I 264.
[95] *Id.*, *ib.* VI 429.
[96] *Id.*, *ib.* I 393.

até que já neste século XX se demoliu o Morro do Castelo, com o qual desapareceu o que havia de mais histórico no Rio de Janeiro, a sua "Acrópole Sagrada", autorizada expressão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [97].

Na ordem da construção, a segunda igreja de Francisco Dias no Brasil foi a de Pernambuco ou seja a do Colégio de Olinda, por iniciativa e dedicação de Luís da Grã. Quando o Provincial Pero Rodrigues passou em Pernambuco em 1597, "achou já uma Igreja, *da traça de São Roque,* quase acabada; custaria 18 000 cruzados, começada pelo bom P.e Luís da Grã com duzentos réis ou dois tostões, tudo ou quase tudo de esmolas" [98]. Durante a invasão holandesa incendiou-se Olinda (1631) e cuidavam todos que a igreja se tivesse desmoronado. Mas um quadro coevo de Franz Post mostra, sobranceiras ao arrasamento geral, intactas e de pé, as paredes da igreja. E do exame técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Direção do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade) se concluiu modernamente pela identificação da atual com a antiga. E esclarece o Mestre Arquiteto Lúcio Costa que é a "única igreja jesuítica quinhentista com *pedigree* ainda existente no Brasil" [99]. Compreende-se a justa ressonância que está adquirindo na história da Arte no Brasil o nome de Francisco Dias até há pouco quase desconhecido dos especialistas dêste setor histórico, que aliás também só nestes últimos anos se começou a estudar com método e solidez. Efeito feliz, quase todo, já, da atividade daquela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro.

° ° °

Na vida de Francisco Dias há uma segunda parte. Junto com as funções de arquiteto-geral da Província do Brasil, assumiu outra, pouco depois de chegar do Reino. Os Colégios repartiam-se pela costa imensa, desde Pernambuco ao Norte a São Vicente ao Sul. As visitas do Provincial efetuaram-se algum

---

[97] *Id., ib.* IX 431.

[98] *Id., ib.* I 452.

[99] Lúcio Costa, *A Arquitetura Jesuítica no Brasil* 23; cf. Leite, *História* V 422.

tempo em navios alheios até que se achou conveniente, para maior pontualidade e eficácia das visitas, que a Companhia de Jesus o tivesse próprio [100]. Confiou-se a Francisco Dias o comando do navio da Província e o exerceu 38 anos. Além de sabedor era homem prudente, de confiança e ativo. Acompanhou o Visitador Cristóvão de Gouveia logo desde 1583 e os catálogos do Brasil dão-no algum tempo depois como "Arquiteto e Pilôto" [101].

Concluídas as obras dos Colégios, já septuagenário, Francisco Dias continuou a ser pilôto e ainda em 1617, com 79 anos, se escrevia dêle: "Sócio do Provincial, muito velho, tem cuidado do navio" [102]. Já não era para navegar. Fixou residência no Rio de Janeiro, onde apesar da idade dirigiu a oficina de carpintaria [103], departamento de intenso movimento por coincidir com as muitas e variadas construções, então em curso, nas aldeias e fazendas da alçada do grande Colégio carioca.

Francisco Dias viveu ainda muitos anos, até que, com 95 de idade, faleceu na mesma cidade do Rio ao primeiro de janeiro de 1633 [104].

* * *

Da vida particular dêste homem eminente não se conhece ou não se averiguou ainda quem fôssem os pais. Viviam no seu tempo alguns mestres de obras com o mesmo sobrenome de *Dias*, entre os quais dois que convém registar. Um, porque era da mesma região do Ribatejo, Simão Dias, "Mestre das obras de carpintaria" dos Paços Reais de Santarém, falecido

---

100 LEITE, *História* VII 249.

101 "Francisco Dias, de Nossa Senhora de Merciana, Diocese de Lisboa, 75 anos, boa saúde, entrou em 1562, Arquiteto e Pilôto [Gubernator navigii], Coadjutor temporal, formado desde 1583" (Catálogo de julho de 1613, ARSI, *Bras. 5-I*, f. 98). Os últimos votos (derradeiro ato da sua formação) foram recebidos na Bahia, pelo Visitador Cristóvão de Gouveia, dia de Santo André, 30 de novembro de 1583 (ARSI, *Lus. 25*, f. 6r).

102 ARSI, *Bras. 5-I*, f. 117r.

103 *Bras. 5-I*, f. 125r.

104 Roma, Bibl. Vitt. em *mss. ges.* 3 493/1 363 n.º 6.

por 1555[105]; e outro, Luís Dias, que foi para o Brasil em 1549, enviado por D. João III, "por Mestre de obras", e que em 1551 já tinha construído dois baluartes na Bahia, voltando para Portugal em 1554[106]. Simples aproximação de sobrenomes e ofícios, sem nenhuma afirmação de parentesco, que, a dar-se, teria de se provar e não dispomos de elementos para tanto.

Não é também muito o que se sabe da vida particular de Francisco Dias. Tendo contraído a grave doença, chamada de Santo Antão ou cobrelo, pouco depois de chegar ao Brasil, ao passar em Pôrto Seguro, foi à ermida de Nossa Senhora da Ajuda, devoção e romaria muito nomeada naquele tempo. A conselho do P.e José de Anchieta lavou-se na milagrosa água que dela brotava e recuperou a saúde[107].

Notícias mais diretas trá-las o P.e Inácio de Sequeira, na sua *Expedição aos Carijós* (1635), dois anos depois da morte de Francisco Dias, e em têrmos que denunciam a boa fama que deixara não só como profissional, mas também como religioso: "Pilôto sem nunca sofrer naufrágio"; "abstinente de manjares"; "parco de palavras"; contínuo na oração e trato com Deus. Recolheram-se as suas coisas com veneração; e, como primeiro e insigne pilôto jesuíta ficou sendo uma espécie de patrono dos Padres da Companhia que andavam sôbre as águas do mar. Inácio de Sequeira, grande sertanista e pacificador de índios, levava um dente do venerando Irmão, quando por alturas da Ilha de São Francisco (Santa Catarina), sobreveio horrenda tempestade que ameaçava subverter o patacho "Santo Antônio". No "desatino" do perigo, "mais indignado que devoto", lançou ao mar a relíquia. E dizia depois, passada a tormenta, que alguns dentes daria da sua bôca para recuperar aquêle[108].

A qualidade de pilôto, exposta a tantas vicissitudes na navegação daquelas eras, foi, ao que parece; a que ficou mais

---

105 Cf. SOUSA VITERBO, *Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal* I (Lisboa 1899) 285-286 553-554.

106 *Id., ib.* 279-281 550-551.

107 SIMÃO DE VASCONCELOS, *Vida do Veneravel P. Joseph de Anchieta* (Lisboa 1672) Livro IV, cap. 6 § 3.

108 LEITE, *História* VI 495; ARSI, *Bras. 8*, f. 462r.

viva na memória dos contemporâneos da morte de Francisco Dias, ao menos dos que andavam embarcados. Mas a profissão de arquiteto, que exercera 60 anos antes, e durante longo tempo, desde a igreja de São Roque em Lisboa até aos principais Colégios do Brasil, dá hoje, à sua personalidade, singular relêvo na história da Arquitetura no Brasil por ser um dos grandes nomes da primeira hora.

II

A dupla verificação, por um lado, de que Francisco Dias, Arquiteto da Companhia de Jesus no Brasil, foi mestre de obras da igreja de São Roque; e, por outro, a influência imediata que a mesma grande igreja teve na arquitetura religiosa da América Portuguêsa, desperta viva curiosidade nos historiadores da Arte sôbre a atividade daquele arquiteto em Lisboa. Já se ocuparam de São Roque diversos escritores que vimos; e agora o arquiteto brasileiro, Paulo F. Santos, ao estudar mais a fundo essas influências [109], significou a vantagem que trariam novos pormenores sôbre a construção daquela igreja. Corresponde a essa sugestão êste breve estudo (II), de acôrdo com os documentos originais do arquivo da Companhia.

São Roque era o título de uma ermida, com a sua confraria que passou para a Companhia de Jesus em 1553 [110]. Ermida pequena. Para a grande Casa, que se tratava de construir, pensou-se em fazer igreja de "três naves", como era então uso corrente. Miguel de Tôrres dá notícia dêste projeto [111], que não chegou, ao que parece, a ter princípio de execução. A êsse tempo já se construíam em Roma igrejas de uma nave [112], que foi o tipo adotado pela cúria generalícia

---

109 Paulo F. Santos, *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil.* Rio de Janeiro 1951.

110 Alvará de 30 de setembro de 1553. Cf. Francisco Rodrigues, *História* I/I 623 nota 5.

111 Arsi, *Lus. 62,* f. 188v.

112 Por exemplo, a de Santo Spirito, de Antônio da Sangallo. Há um desenho de Aristóteles da Sangallo, com os elementos essenciais da fachada e interior da igreja do Santo Spirito, de Roma; e sabe-se que

da Companhia, de que era mestre de obras e revisor o Ir. João Tristano. E ao voltar de Roma em 1564, trouxe o P.e Manuel Godinho para Lisboa desenhos de uma só nave. Os alicerces da igreja de São Roque, assim com nave única, "de 80 palmos de largura", lançaram-se por 1565 [113]. Mas surgindo dúvidas, dada a largura da nave, resolveu-se que em vez de uma fôssem três: a do meio com 44 palmos (44 ou 45) e as duas laterais com 18 palmos cada uma; e dava-se como modêlo a igreja de Valhadolide [114]. Provàvelmente a igreja de três naves teria abóbada. Patrocinava êste plano o P.e Miguel de Tôrres, visitador da Companhia em Portugal, e confessor da Rainha D. Catarina, mulher de D. João III.

Não se conhece o autor do plano desta igreja de três naves, que se ia construindo. Algum arquiteto régio, talvez com a colaboração de Francisco Dias. Com efeito, em 1564 residiam na Côrte de Almeirim os P.es Miguel de Tôrres, Luís Gonçalves da Câmara, confessor de El-Rei D. Sebastião, e Amador Rebêlo, mestre de escrever de El-Rei; e, entre outros, o Ir. Francisco Dias, "architetus" [115]. Já antes estivera em São Roque e logo para lá voltou e em São Roque aparece em todos os catálogos até a sua ida para o Brasil em 1577. A igreja de três naves ia-se, pois, erguendo, quando em 1567 Miguel de Tôrres deixou de ser visitador. Já se construíam duas grossas pilastras donde arrancavam quatro arcos, dois para o largo da igreja e dois para a capela-mor [116].

Embora as duas pilastras já tivessem dez palmos de altura apenas o Visitador deixou o cargo, escreveu Manuel Godinho ao P.e Geral propondo que a igreja voltasse ao plano de uma nave. Era esta a vontade do Cardeal D. Henrique, e também

---

Aristóteles faleceu em 1551. Cf. GUSTAVO GIOVANNONI, *Saggi sulla architettura del Rinascimento*. Com 324 illustrationi. Seconda ed. (Milano 1935) 190-191.

113 ARSI, *Lus. 61*, f. 289v.

114 *Lus. 62*, f. 188v-189r.

115 *Lus. 43*, f. 223v.

116 Refere-se o fato com o fim de justificar a mudança para uma só nave. Descontentou ao P.e Provincial e aos Padres "el modo de la capilla maior que llevava dos pilares mui gruesos y quatro arcos que dél nascian, dos uno de cada lado para lo ancho de la iglesia, y los otros dos que venian a fechar en la capilla maior" (*Lus. 63*, f. 65v).

do Provincial Leão Henriques e ainda do Arquiteto régio Afonso Álvares que assumiu o encargo de elaborar o nôvo plano de uma só nave. Não deixou Miguel de Tôrres de opor os seus embargos. Manifestou ao P.e Geral que a demolição das obras já construídas era escândalo para os benfeitores, e que se tratava de coisa nova em Portugal; concordava em que Afonso Álvares fôsse dos principais arquitetos portuguêses, mas sem experiência de semelhantes obras; e não convinha se fizessem experiências novas em igreja da Companhia.

Continuando os debates, Tôrres pediu ao Geral em 1569 que enviasse a Lisboa o Irmão arquiteto da Cúria Generalícia, Mestre João Tristano, para dirimir a pendência [117]. Ora, também os alicerces da igreja do Gesù em Roma se tinham lançado (1568), e a água que renascia e os inundava era problema urgente. Respondeu o P.e Geral que não podia dispensar o Ir. Tristano, ocupado nesse serviço; e que examinassem bem as obras de São Roque os arquitetos portuguêses, que aliás poderiam dar melhor parecer que o arquiteto de Roma [118]. Noutra carta, não já ao P.e Tôrres mas ao P.e Luís Gonçalves da Câmara, dizia o Geral: "Por isso encomendo a V.ª R.ª que faça com diligência juntar os melhores arquitetos de Sua Alteza, e vejam se como vai a Igreja leva perigo; e se o não há, vá adiante de uma nave, como se começou, que assim fazemos a nossa em Roma, tendo-o por melhor" [119].

Em dezembro de 1569 já os Padres estavam de acôrdo; e Francisco Henriques escreve a Luís Gonçalves da Câmara em que alturas iam as obras:

"Com esta irá hum papel que cá tinha Francisco Diaz, de huma asna que Affonso Álvarez riscou pera o madeiramento de huma nave. Não sabe doutro que fizesse. Outros avia que creo Antonio Mendez [120], ele mesmo os deve ter, que cá não estão, segundo diz Francisco Diaz.

---

[117] *Lus.* 63, f. 34r-34v.

[118] "También me persuado que avrá architetos de Su Alteza que, por ser más prácticos de esa tierra, podrán dar mejor su parecer que Maestro Joán (MHSI, S. *F. Borgia* V 163).

[119] *Ib.* V 164.

[120] O Rei D. Sebastião em 1565 nomeou o arquiteto Antônio Mendes, mestre de obras dos paços reais de Almeirim, Santarém e Salvaterra.

O Cardeal com Affonso Álvarez se resolveo em que se fezesse de huma nave, como V. R. sabe, depois de muitas altercações e consultas. E dezia Afonso Álvarez que se vissem os alicerces e parecendo a Felipe Bernaldez que não estavão bem seguros, se refundassem; e isto soo se entende na parte dos confessionairos, que todo o mais estaa seguro demasiadamente por rezão das capelas, grossura das paredes e muita pedraria que levão.

Também pareceo a Affonso Álvarez que se podião reformar os confessionairos de pedraria, porque tem muita alvenaria e pera ficarem fortes e mais metido dentro o confessor como parecia necessario, porque como agora estão ouve-se fora; e também pera que os confessores podessem entrar nos confessionairos sem ir polo corpo da igreja, fez o P.e Manoel Godinho com parecer de Afonso Alvarez a traça que com esta vay pera se ver este intento, que acerca do mais da mesma traça já não hé tempo pelo muito que estaa feito.

Os pilares das capelas de huma banda estão já acabados com seus capiteis e huma das capelinhas pequenas dos lados da capela-mor estaa acabada de todo com sua abóbeda, e sobre obra da pedraria acima dos capiteis cerca de seis palmos e a alvenaria polas costas das capelas estaa tam alta quanto há-de sobir o cume da abóbeda. Estão feitos dous nichos hum que fica no cruzeiro e outro na capela-mor. Os arcos das capelas começão a virar. E em princípio de Fevereiro parece que estaram todas as abóbedas desta parte fechadas. Dias há que o estaa a da tribuna que vem junto do púlpito.

Este hé o estado da obra, conforme ao qual diz bem o P.e Doutor[121] que não pode deixar já de ser a igreja de huma nave, e vay tam bem feita e parece tam bem já agora, que a todos fará apetite de a fazerem ir muito de pressa. E eu tinha intento de procurar que no ano de setenta se acabasse a capela-mor e as outras que estão por começar, e indà espero que possa ser asi com ajuda de Nosso Senhor e favor de VV. RR." [122].

[121] Miguel de Tôrres.

[122] "Capitulo de huma carta que o P.e Francisco Anriques escreveo ao P.e Luis Gonçalves sobre a Igreja de San Roque" (*Lus.* 63, f. 256r).

As obras devem ter seguido no ritmo proposto, porque a 25 de setembro de 1573 se anunciou, do púlpito, que ia ser derrubada a ermida velha (e logo se ocuparam nisso perto de 150 homens), e que a igreja nova se inauguraria, como de fato se inaugurou, na primeira dominga do Advento (29 de novembro de 1573). Medidas: 80 palmos de largo, 190 de comprido [123]. No fim dêsse mesmo ano, a 31 de dezembro, descrevia-se:

"A Igreja, com seis mil ducados de esmola que pessoas devotas deram êste ano, se pôs em têrmos que êste Advento passado começou a servir tôda. Fica muito capaz e formosa com 15 tribunas pelo alto e 14 confessionários, e tudo de pedraria. E tanto El-Rei como outras pessoas de qualidade deram algumas peças, e se esperam outras muitas, conforme à devoção grande que todo aquêle povo tem à Companhia" [124].

Abriu-se ao culto e começou "a servir tôda". Nem por isso a igreja de São Roque estava concluída. Continuaram as obras, sempre a cargo do Ir. Francisco Dias ("tem a cargo as obras"), até que chegou o pedido do Brasil para se lhe enviar um arquiteto, e foi êle o indicado pelo P.e Geral. Mas fazia falta; e a 24 de abril de 1577 o Provincial Manuel Rodrigues representa para Roma:

"Tratei com os Padres de São Roque, e achamos ser muito necessário êste ano o Irmão Francisco Dias nesta Casa, porque esperamos que se acabe a Igreja, e o mais que falta do edifício; o qual tudo é de muita importância e depende dêste Irmão, que anos há traz tudo entre mãos, e sabe o particular de cada coisa e como tudo se há de fazer. E partindo para o Brasil êste ano, como V. Paternidade ordena, será notável falta" [125].

O Ir. Francisco Dias partiu com o Procurador P.e Gregório Serrão e outros e chegou à Bahia vésperas do Natal de 1577 [126]. Informou-se do andamento do que se pretendia e da

---

123 Antônio Franco, *Synopsis*, an. 1573, p. 99 n.º 8.

124 Carta Ânua de 1573, do P.e Jerônimo Cotta, de Almeirim 31 de dezembro de 1573 (*Lus. 65*, f. 303r).

125 Arsi, *Lus. 68*, f. 12r.

126 Leite, *História* I 568.

não muito favorável capacidade econômica da terra para grandes construções, que além disso se escalonavam entre si a enormes distâncias desde Pernambuco a São Vicente. Tudo tinha que ir devagar, e não bastava fazer os desenhos e retirar-se para Portugal, como era a condição da ida. Em 1579 os Padres do Brasil dirigem-se ao Geral:

"Vossa Paternidade concedeu ao P. Gregório Serrão que trouxesse consigo o Ir. Francisco Dias, Arquiteto, para encaminhar as obras dos três Colégios que se fazem de nôvo. Pedimos a V. P. no-lo deixe, enquanto durarem as obras, pois em Portugal há muitos e aqui há só êle".

Resposta negativa: "O Ir. Francisco Dias enviará V.ª R.ª à Província de Portugal, como se lhe escreve, pois terá feito o que se pretendia dêle no Brasil, que eram as traças dos três Colégios. E a sua presença é muito necessária para as obras daquele Reino"[127].

Sem dúvida, houve novas instâncias, porque Francisco Dias não voltou a Portugal. E assumiu as suas funções de arquiteto e inspetor geral das obras dos diversos colégios e igrejas, das quais propunha o Visitador Cristóvão de Gouveia ao P.e Geral em 1589: "Parecendo a V. P., não se devia admitir dispensa nos traçados, que se fizeram com muito cuidado e acôrdo do Irmão Francisco Dias, Arquiteto". Ficou aprovada pelo P.e Geral esta resolução: Para se evitarem gastos inúteis "se proíbe a qualquer superior, que não mande fazer fora das traças coisa alguma de momento, nem menos desmanche o que estiver já feito, se não fôr para fazer o que fica nas traças, e procurem continuar o que está começado, e havendo alguma dúvida se resolverá com parecer dos consultores, e do Ir. Francisco Dias ou outro arquiteto em seu lugar"[128].

As igrejas construídas e concluídas no tempo do Ir. Francisco Dias foram as do Rio de Janeiro (1588), Olinda (1597),

---

[127] Arsi, *Congr.* 93, f. 210r.

[128] "O que pareceo ao P.e Visitador Christovão de Gouvea ordenar na visita deste Collegio da Baya, 1 de janeiro de 89. Veo confirmado pelo P.e Geral" (Arsi, *Bras.* 2, f. 149r; cf. Fondo Gesuitico. *Col. 13* (Baya) e *ib.* 20 (Brasile); Leite, *História* II 597.

Santos (1600). A da Bahia, de que êle também fêz o desenho, e se começou no século XVI, não se edificou no seu tempo; e, quando se construiu, já houve os debates de que demos notícia [129]. E nela se assinalam influências da arquitetura portuguêsa, ulterior à vinda de Francisco Dias para o Brasil em 1577.

Na própria igreja de São Roque interveio, depois dessa data, o Arquiteto Filipe Terzi que refez o madeiramento do teto (1582) e o frontisfício; sôbre êste escrevia Pedro da Fonsèca a propósito da Casa de São Roque, a 29 de julho de 1585: "Vase acabando el frontispicio, y preparando la madera para el forro" [130].

Ao mesmo tempo preocupavam ao P.e Pedro da Fonseca alguns pormenores internos que não satisfaziam e êle procurava remediar. Queria fazer capela-mor, "porque não tem senão um como nicho em que está o altar-mor". A igreja "foi muito mal edificada nesta parte, por parecer corpo sem cabeça, como dizem os de fora". Para a tornar mais funda era preciso cortar o corredor que está por trás do altar-mor, e a isso se inclinava Pedro da Fonseca. Mas "certo Padre que foi autor de como ela agora está, e também de não se fazer capelas pelos lados até o côro (que é outra coisa muito incômoda), pensou que a minha aprovação era tratar de desfazer o que êle fêz" [131]. As capelas laterais, que faltavam, construíram-se depois, e a capela-mor, não tanto como se propunha, mas naquilo que foi possível também se aprofundou um pouco, como se diz em 1599: "Douraram-se e ornaram-se três capelas da Igreja; fizeram-se duas grades, umas da comunhão e outras da Igreja; *fêz-mais comprida a Capela-mor;* e ornou-se de azulejos e pinturas o cruzeiro: obras em que se gastaram quatro mil e quinhentos ducados" [132].

Muitas outras obras se realizaram na igreja de São Roque, neste tempo e depois, até à famosíssima capela de São João

[129] Cf. LEITE, *História* V 107-111.
[130] *Lus. 69*, f. 118v.
[131] Carta de Pedro da Fonseca, de 22 de fevereiro de 1585 (*Lus. 69*, f. 44r).
[132] FRANCISCO RODRIGUES, *História* II/1 532.

Batista, doada por D. João V; mas o seu estudo cai fora já dêste nosso, colocado em função de Francisco Dias.

E conclui-se, do desenvolvimento geral da igreja, que a construção, na sua estrutura e nos seus elementos essenciais — de capela-mor, teto sem abóboda nem cúpula, uma só nave, e as primeiras capelas laterais — parece já estava expressa quando Francisco Dias embarcou para o Brasil em 1577.

E Filipe Terzi? A sua chegada a Lisboa coincidiu com a saída de Francisco Dias. Ainda em 1576 Filipe Terzi residia em Roma, como diretor de obras pontifícias, quando o Embaixador de Portugal o contratou como engenheiro militar. Preparava-se a expedição de África e êle acompanhou a Marrocos El-Rei D. Sebastião. Terzi conseguiu voltar a Portugal e foi arquiteto régio em obras consideráveis de arquitetura militar e religiosa, incluindo a própria igreja de São Roque, à qual ainda prestou o seu concurso ulterior a 1582, no madeiramento do teto e no frontispício.

Outros artistas intervieram na igreja de São Roque, em obras notáveis de pintura, talha, azulejos, remodelamentos internos, desde 1577 até 1599, e depois disso. Fixamo-nos em 1599, porque é o ano do falecimento de Pedro da Fonseca, homem não só de inteligência e cultura (são famosos os seus livros de Filosofia), mas também de ânimo grande, amante das Belas-artes, com tenacidade para se sobrepor a espíritos apoucados, e com prestígio pessoal para obter fundos e executar as obras. Fernão Carvalho recorda no necrológio de Pedro da Fonseca as fundações e obras de misericórdia, que promoveu, e como a êle recorriam não só de Portugal, mas de outras províncias "mui remotas, té do Brasil, India e Japão". E quanto a obras materiais: "Não há quase Colégio nenhum que não aumentasse com algumas de importância, para serviço dêle; em especial se empregou nesta Casa [de São Roque], como sua, e nela exercitou mais esta virtude; e, afora as obras que nela fêz particulares e que não escusava, *acabou a Igreja, fazendo boa parte e o principal dela, que parece a fêz de nôvo;* e não com pequeno gasto, que êle também procurou, e muita parte com sua indústria e boa diligência" [133].

---

[133] "Necrológio do P.e Pedro da Fonseca pelo P.e Fernão Carvalho", in RODRIGUES, *História* II/1 591-592.

As obras foram muitas e de diversa índole. Pelo que toca à Arquitetura, o que se pode observar, com bom fundamento histórico, é que houve influxo, ao menos parcial, do Ir. João Tristano, arquiteto da Cúria Generalícia, revisor dos planos das obras da Companhia em Roma e fora de Roma. Ao menos parcial, isto é, no que se refere à capela-mor, sem grande fundo ainda hoje, apesar da ampliação feita no fim do século XVI. Informa-nos o P.e Pietro Pirri, especialista de Arte da Companhia na Itália, que essa era a forma habitual das igrejas em que interveio Mestre João Tristano.

Em todo o caso, o que parece ter sido mais característico da igreja de São Roque, dentro da arquitetura portuguêsa do terceiro quartel do século XVI, é a ausência de cúpula (a igreja do Gesù, em Roma, tem-na; a igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, de Terzi, também), e o nota Paulo F. Santos, característica assinalada igualmente nas igrejas do Brasil, que se inspiraram em São Roque. Mas estudar estas e outras particularidades dos monumentos antigos, no que têm de comum e no que têm de distinto, é já atributo mais próprio não já da história documental, mas da crítica e história da Arte [134].

---

[134] Em AHSI 22, 359-366, seguem-se êstes nove documentos:

1. De uma carta do P.e Miguel de Tôrres ao P.e Geral Francisco de Borja, Lisboa, 9 de fevereiro de 1568, ARSI, *Lus.* 62, ff. 188v-189v [pp. 359-360];

2. De uma carta do P.e Manuel Godinho ao P.e Francisco de Borja, Lisboa, 4 de maio de 1569, *Lus.* 63, ff. 65v-66r [360-361];

3. De uma carta do P.e Miguel de Tôrres ao P.e Francisco de Borja, Lisboa, 14 de maio de 1569, *Lus.* 63, f. 34rv [361-362];

4. De uma carta do P.e Luís Gonçalves da Câmara ao P.e Francisco de Borja, Évora, 17 de dezembro de 1569, *Lus.* 63, f. 239r [362];

5. De uma carta do P.e Pedro da Fonseca ao P.e Geral Cláudio Aquaviva, Lisboa, 22 de fevereiro de 1585, *Lus.* 69, ff. 44r-45v [362-363];

6. De uma carta do P.e Pedro da Fonseca ao P.e Cláudio Aquaviva, Lisboa, 22 de maio de 1586, *Lus.* 69, ff. 233r-234v [363-364];

7. De uma carta do P.e Pedro da Fonseca ao P.e Cláudio Aquaviva, Lisboa, 31 de maio de 1586, *Lus.* 69, ff. 236r-237v [364];

8. De uma do P.e Sebastião de Morais ao P.e Cláudio Aquaviva, Pôrto, 28 de agôsto de 1586, Lus. 69, f. 265rv [364-365].

9. De uma carta do P.e Pedro da Fonseca ao P.e Cláudio Aquaviva, Lisboa, 13 de junho de 1592, *Lus.* 71, f. 166rv [365-366].

6

O padre sertanista Francisco de Morais e as suas cartas inéditas (1601-1681) *

Francisco de Morais nasceu na cidade de São Paulo (ainda então vila) por 1601 [135]. Filho de Fernão Dias Pais e de Catarina Camacho, famílias ambas de grande parentela, merecendo menção particular, mesmo para distinção de nomes, outro Fernão Dias Pais, sobrinho daquele e conhecido na história por "Governador das Esmeraldas" [136].

---

* Comunicação ao Congresso de História comemorativo do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo (São Paulo 1954). Cf. E.-J.-Burrus, *Selectiores Nuntii de Historiographia S. I.*, in Ahsi 25 (Roma 1954) 481.

[135] Na sua declaração de *junho* de 1674 diz que tem 74 anos (1600), o catálogo de *agôsto* de 1631 diz que 30 (1601). Podem-se compaginar ambas as informações, se uma se referir à idade em que ia, outra à que já tinha; neste caso, atendendo aos meses das declarações, o ano de 1601 prevalece como ponto de referência.

[136] Cf. Afonso de E. Taunay, *A Grande vida de Fernão Dias Pais*, in *Anais do Museu Paulista* IV 14; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Lisboa-Rio de Janeiro 1946) 358.

Morais entrou na Companhia de Jesus na Bahia em 1621, e aparece no catálogo dêste ano, da Província do Brasil, como "estudante" e "língua"[137]; depois dêle entrou, a 5 de maio de 1623, Antônio Vieira. Estudaram algum tempo juntos, o bastante para Vieira mais tarde o tratar por "condiscípulo".

Em 1624 Francisco de Morais voltou a São Paulo, à "Casa de Piratininga", fundada pelo P.e Manuel da Nóbrega, que já não era "Casa de São Paulo", mas "Casa de Santo Inácio", e não ainda colégio, que até então nunca chegara a ser canônicamente, embora muito o desejasse o fundador em 1556[138]. Mas já se tratava disso, quando Morais voltou. Para a "Casa" ser "Colégio" da Companhia requeriam-se bens fundados e suficientes, e é dêste mesmo ano de 1624 a doação que o pai do Ir. Morais lhe fêz das terras de Mboi (Embu). Mais tarde (o testamento é de 15 de outubro de 1663) também a mãe, Catarina Camacho, lhe doou o resto dos bens patrimoniais, que implicavam dois legados pios, a manutenção do culto na capela do Crucifixo ou do Santo Cristo na igreja do já então Colégio, e a festa de Nossa Senhora do Rosário na Aldeia de Embu[139]. No catálogo de 1631 já São Paulo aparece "Colégio começado" ("Collegium inchoatum")[140], e nêle ocupou o Ir. Morais o cargo de mestre de Gramática e juntamente dos meninos da Escola. Magistério de curta duração, dois anos apenas (1625-1627), porque o seu talento era mais adequado ao trato, govêrno e conversão dos índios.

Nos começos de 1628 estêve em São Paulo o P.e Francisco Carneiro de caminho para a missão dos Carijós e levou consigo o Ir. Francisco de Morais e o P.e Manuel Pacheco, residente êste na aldeia de Barueri[141]. Saíram de Santos a 12 de março e chegaram a 5 de abril dêsse ano de 1628 à

---

137 *Archivum Romanum S. I., Brasilia 5-I*, f. 123v.

138 "O P.e Nóbrega muito deseja ser esta Casa de Piratininga Colégio da Companhia" — escreve Luís da Grã, da mesma Casa de Piratininga, a 8 de junho de 1556, SERAFIM LEITE, *Monumenta Brasiliae* II (Romae 1957) 291.

139 LEITE, *História* VI 358.

140 LEITE, *ib.* VI 394 399; *Nóbrega e a sua herança em São Paulo de Piratininga,* supra, p. 40.

141 LEITE, *História* VI 234.

Laguna dos Patos. O P.e Francisco Carneiro escreveu a narrativa dos trabalhos e complicações desta missão e das suas morosidades. A certa altura, o Ir. Morais com o P.e Pedro da Mota, o Principal Silvestre e alguns índios de São Barnabé e Barueri, internaram-se no sertão uns 16 dias [142], donde voltaram a 22 de maio. Na aldeia, onde chegaram, grassava um "andaço de febres malignas", adoeceram os Padres e morreram bastantes índios e também o P.e Pedro da Mota, êste já de volta, em Laguna, a 30 de maio de 1628. Desta trabalhosa entrada trouxeram os Padres "passante de 400" almas, que se situaram na Guaratiba, Aldeia de São Francisco Xavier (Rio de Janeiro), ordenando o Governador Martim de Sá que se lhes desse mantimento e ferramenta durante seis meses até lavrarem as terras e poderem-se sustentar por si mesmos [143].

Estabelecidos os índios em Guaratiba, preparou-se o Ir. Francisco de Morais para o sacerdócio, estudando Casos de Consciência (Teologia Moral), provàvelmente no Colégio do Rio de Janeiro, onde já havia essa cadeira, regida pelo P.e Miguel Rodrigues, que deixou fama de mestre exímio [144]. Em 1631 Francisco de Morais, já padre, estava prestes a ir outra vez à missão dos Carijós, com o P.e João de Mendonça, da Ilha Graciosa (Açôres), que já duas vêzes tinha ido ao sertão e preparava agora nova entrada ("et nunc tertiam parat profectionem"). Sob esta rubrica, "Missio ad Carijós" lê-se no catálogo de agôsto de 1631: "P. Francisco de Morais, de São Paulo, Diocese do Rio, 30 anos, regular saúde, admitido na Bahia em 1621, estudou latim quase três anos, e Casos de Consciência quanto bastou para ouvir confissões; ensinou Gramática e ao mesmo tempo os Meninos da Escola durante dois anos. Foi à Missão dos Carijós e agora torna a ir. Sabe muito bem (optime) a língua brasílica" [145].

Esta missão aos Carijós frustrou-se por causa da invasão holandesa de Pernambuco, agressão que o Brasil não estava

---

[142] O *ms.* tem a tinta trespassada e pode-se ler também 26, mas parece preferível 16 e que "além de Laguna" se deve entender viagem global de ida e volta.

[143] Leite, *História* VI 115, 484-492.

[144] Arsi, *Bras. 5-I*, f. 131v; cf. Leite, *História* IX 90-91.

[145] *Bras. 5-I*, f. 134v.

ainda então preparado para repelir. Mas, entre os que defenderam a terra contra o invasor, assinala-se a presença de Francisco de Morais. Depois de falar dos serviços, que prestaram os P.es Francisco de Vilhena, Manuel de Morais e Leonardo Mercúrio, escreve o General Matias de Albuquerque que aí estiveram "tambem os Padres Francisco de Moraes, Antonio Caminha, Francisco Ribeiro e outros, arriscando suas vidas como qualquer soldado e fazendo que os Indios pellejassem e nos fossem fieis, o que se conseguio felissmente" [146].

Francisco de Morais arriscou a vida como qualquer soldado! — e é quanto se sabe da sua ação na guerra contra os holandeses, sem determinação de datas, nem do campo preciso em que arriscou a vida.

Voltou ao Rio de Janeiro. E logo, em plena atividade, a 7 de junho de 1635, dia de Corpus Christi, sai da Aldeia de Guaratiba (no patacho "Santo Antônio", para a sua segunda missão dos Carijós. Ia agora com o P.e Inácio de Sequeira, que escreveu desta viagem pormenorizada e excelente relação, já hoje conhecida [147].

Sendo "por extremo respeitado dos Carijós", Francisco de Morais vai de nôvo àquela missão, em 1637, por ordem do Provincial Domingos Coelho. Desta terceira vez ia como chefe e levava consigo o P.e Francisco Banha. Trouxeram 200 índios, que foram impedidos pelos da Capitania de São Vicente de irem para o Rio de Janeiro [148].

Mas Francisco de Morais continuou a trabalhar nas aldeias desta circunscrição e no Colégio do Rio de Janeiro fêz a 29 de maio de 1639 os votos de coadjutor espiritual formado, recebidos por Francisco Carneiro [149], o mesmo com quem fôra a primeira vez aos Carijós.

Os sucessos tumultuosos do Rio, São Paulo e Santos, em 1640, por causa do breve de Urbano VIII "Comissum Nobis",

---

[146] Matias de Albuquerque, de Alagoas em Pernambuco, 25 de novembro de 1635 (SERAFIM LEITE, *A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal*, in *Anais da Academia Portuguêsa da História* VII [Lisboa 1942] 148).

[147] LEITE, *História* VI 493-521.

[148] *Id., ib.* VI 522 588.

[149] ARSI, *Lus. 21*, f. 50; *Lus. 22*, f. 28.

de 22 de abril de 1639[150], trazido pelo P.e Francisco Diaz Taño, espanhol, colheram o P.e Morais ocupado com os seus índios, em particular os Carijós, pois era superior em 1641 da aldeia de São Francisco Xavier (Guaratiba). Não se alheou Francisco de Morais das lutas que então se debatiam, nem é possível seguir todo o seu pensamento; mas em 1646 começou a sentir-se cansado das aldeias do Rio de Janeiro, duma das quais era superior, a de São Barnabé. A 2 de julho de 1646 escreve ao Geral, lembrando as suas três missões aos Patos e como o Capitão Antônio Amaro Leitão ia povoar a terra catarinense e tinha promessa do Geral para levar dois padres da Companhia. Morais pede que se cumpra a promessa[151]. Além do Capitão Amaro Leitão e do P.e Morais, pretendia ir também o P.e João de Almeida. Tal missão não era realizável nas presentes condições das "Capitanias de São Paulo e Santos", porque, explica o P.e Provincial, descer e aldear índios por aquelas partes do Sul neste tempo, era pôr em risco a liberdade dos mesmos índios[152].

Na carta fala Francisco de Morais dos índios Carijós, expostos "ao cativeiro dos portuguêses". Deve ter sentido o equívoco da palavra e que não era bem lançar tal pecha sôbre os portuguêses como tais. Nas propostas, escritas umas três semanas depois, não emprega o vocábulo "portuguêses", mas "brancos" ou "moradores". Realmente, não pequena parte dos que cativavam índios, não era de filhos de Portugal, e alguns nem sequer tinham apelido português.

Nestas propostas, datadas de 25 de julho de 1646, advoga Morais que a Companhia largue as aldeias dos índios do Rio de Janeiro. Influenciados pelos tumultos da Capitania de São Vicente, os índios começavam a perder o respeito aos Padres. Morais argumenta: No passado, se os brancos combatiam os Padres, os Padres tinham a certeza de que defendiam os índios; agora, sendo os próprios índios a combater os Padres, que resta senão largá-los? Os brancos confessam que, se não fôssem os índios, adorariam os Padres: já não é virtude padecer pelos índios que assim se manifestam. Na atual desmoralização, o

---

150 LEITE, *História* VI 569-571.
151 Documento I.
152 LEITE, *História* VIII 144.

melhor é deixar os índios, que logo sentirão a nossa falta; e os moradores, que não suportam agora o estarmos e tratarmos com êles, também depressa sentirão a falta da nossa doutrina e assistência aos índios. E assim se restabelecerá o crédito e reputação da Companhia. Larguem-se as aldeias e fique aos Padres apenas o encargo de os descer das brenhas. E êle será o primeiro a oferecer-se para isso [153].

Francisco de Morais não era homem para se contentar com palavras. O seu espírito paulista reagia contra a estagnação que se notava nas aldeias e certo descaso por elas e pelas missões. "E tanto é assim" — dirá na carta de 18 de janeiro de 1649, — "que não há um que trate de ir ao sertão; antes, falando eu em a missão dos Giçaruçus, houve neste Colégio [do Rio de Janeiro] quem disse: Já êste espírito maligno dos de São Paulo vem a perturbar o Colégio com suas missões"!

Não obstante, a missão fêz-se. A 13 de julho de 1648, levando como companheiro o P.^e Francisco Madriz, Morais sai do Colégio do Rio de Janeiro para a missão dos Gesseraçus, índios que habitavam nas margens do Piabanha e Paraíba do Sul. Gastaram oito dias até à Serra dos Órgãos e, através de paisagens maravilhosas, chegaram à aldeia dos Gesseraçus a 1 de agôsto. No dia cinco (Nossa Senhora das Neves) armaram altar e celebraram missa, começando a viagem de regresso. Para o contato com êstes índios serviu-se dum "Gurumimim", vindo de São Paulo. E, escreve na mencionada carta de 18 de janeiro: "Fica aberta a conversão do gentio "Giçaruçus" e os mais gentios, que com êles confinam, que é incalculável, e todos falam a mesma língua". Os índios descidos, nesta entrada ao sertão, situaram-se na aldeia de Cabo Frio (Nhityroayba) [154].

---

[153] Documento II.

[154] Cf. LEITE, *História* VI 122-126. Aos índios *Giçaruçus* chama Salvador do Vale *Gesseraçus* e em 1654, nas notas individuantes do P.e Francisco Madriz, apelidam-se Garulhos (ib. 126). O fato de o nome incluir a partícula *Gé* enquadra os Gesseraçus por si mesmos no grupo lingüístico *Gé*, segundo a classificação de von Martius (1867), ampliada modernamente por Chestmir Loukotka (1930-1932). Cf. J. IMBELLONI, *I popoli raccoglitori dello Scuto Brasiliano*, in RENATO BIASUTTI, *Le Razze*

Ainda na carta de 18 de janeiro de 1649, insiste mais uma vez sôbre a missão dos Carijós. Convinha levá-la adiante para que os povoadores de Santa Catarina, à sombra da Companhia, conseguissem a sua povoação; e os da Companhia, à sombra dos povoadores, tratassem da salvação das almas daqueles inumeráveis gentios, recolhendo-os lá em aldeias [155]. Por desgraça, o ano de 1649 não era ainda de paz, nem permitia que os desejos do missionário paulista se executassem. A derradeira missão dos Carijós ficou sendo exatamente aquela, sua, de 1637. Derradeira, da parte do Brasil. As missões dos Carijós (ou Guaranis) foram ou estavam sendo retomadas por padres também da Companhia de Jesus, com o mesmo espírito missionário, mas com sentimentos e responsabilidades políticas diferentes, porque já não eram de Portugal, isto é, do Brasil, mas de Espanha, isto é, do Rio da Prata.

Fechando o ciclo luso-brasileiro das missões dos Carijós, iniciava-se no Norte o ciclo amazônico. Há quatrocentos anos, as missões dos Carijós ocupavam o pensamento de Nóbrega e assinalou-as o sangue, também há quatro séculos, em 1554, dos Irmãos Pero Correia e João de Sousa, que tentavam forçar o passo. O cronista Anchieta diz que morreram pela Fé e pela Caridade, o que lhes daria a auréola do martírio; mas ao pormenorizar que foram mortos por instigação dum castelhano, impediu que se introduzisse a sua causa canônica. Transparecia aí um elemento político, que iria ser também com os anos um dos reflexos da auréola paulista na ocupação ulterior do sul do Brasil, do qual entretanto se foram assenhoreando os espanhóis.

As missões com povos naturais desenvolvem-se sempre na fímbria da civilização, como que em terra de ninguém, a preparar a vida hierárquica da Igreja e a facilitar direta ou indiretamente a própria vida civil. Por êste tempo empenhava-se Vieira na grande emprêsa da Amazônia e queria que Morais colaborasse nela. Enviou o convite ao P.^e^ Francisco Gonçalves, provincial do Brasil, em carta de Lisboa, 14 de novembro de

---

e i Popoli della Terra, III. *Oceania-America.* Con la collaborazione dei Professori Raffaello Battaglia e Jose Imbelloni (Torino 1941) 555-556.

[155] Documento III; cf. LEITE; *História* VI 465-466.

1652, quando se dispunha a embarcar para as missões do Maranhão e Pará:

"Muito estimaria eu que meu condiscípulo do curso, o Padre Francisco de Morais, quisera, ao menos por alguns anos, vir ser apóstolo dêste nôvo mundo, onde não só com sua grande eloqüência e espírito nos facilitasse e vencesse as primeiras emprêsas, e com seu exemplo nos fôsse diante, e nos ensinasse o que havemos de fazer. Verdadeiramente seria esta ação mui própria do seu zêlo, e que com grande edificação de tôda a Companhia coroaria os gloriosos trabalhos que, pela salvação das almas, em tantas outras partes tem padecido" [156].

Francisco de Morais ultrapassara, porém, os 50 anos, e a sua carreira missionária estava concluída. A qualidade de paulista indicava-o para reatar a vida da Companhia de Jesus em São Paulo e já tudo então se encaminhava para isso, e se levou realmente a efeito, e com grande regozijo público, em 1653. Em 1653, dizemos, isto é, um século exato depois da fundação da aldeia de Piratininga (29 de agôsto de 1553). A disposição de espírito, manifestada em 1646 por Francisco de Morais, ao propor que se largassem as aldeias do Rio de Janeiro, revela um sentimento equivalente ao dos "portuguêses", "brancos", ou "moradores" de São Paulo e aproximava-os. O fato é que restituídos os Padres a São Paulo, no catálogo de abril de 1654, entre os quatro jesuítas residentes no "Colégio de Santo Inácio da Capitania de São Paulo" ("Collegium S. Ignatii in Praefectura Divi Pauli"), está o P.e Francisco de Morais, de 53 anos de idade, com boa saúde, e a indicação de que fôra três vêzes à missão dos bárbaros, "de cuja salvação era fervoroso operário" [157].

E depois, daí em diante, no Colégio de São Paulo o trazem invariàvelmente todos os catálogos, no decorrer dos 27 anos que ainda viveu [158].

---

[156] *Cartas de Vieira* I (Coimbra 1925) 287; *ib.* 303-305, carta de Vieira ao P.e Francisco de Morais, do Maranhão, 26 de maio de 1653; Lúcio de Azevedo dá-lhe o dia 6, mas em *Bras. 4*, f. 49r-49v, está 26, e dá-se como dirigida "a um amigo íntimo"; cf. Leite, *História* IX 241 n.º 288.

[157] *Bras. 5-I*, f. 190r.

[158] Roma, Bibl. Vitt. Em., f. ges. 3 492/1 363 n.º 6.

E viveu outra vida, isto é, a outra parte da vida, que coexiste sempre nos padres da Companhia de Jesus, embora o exercício externo dela dependa muito da atividade a que cada um se consagra. Em Francisco de Morais parece que influíam agora mais aquelas palavras de 1652, que lhe dirigiu em carta pessoal o mesmo P.e Antônio Vieira: "Ah! amigo, quem pudera trasladar-vos aqui o coração, para que lêsseis nêle as mais puras e as mais importantes verdades, não só escritas ou impressas, senão gravadas! Salvação! amigo, salvação! que tudo o mais é loucura!" [159].

No Colégio de São Paulo, Francisco de Morais ocupou sempre o ofício de confessor e diretor espiritual. Entremeado com outros: em 1659, consultor [160], cargo que ocupou muitos anos, assim como também o de admonitor do Reitor (1667-1677). Três vêzes, vice-reitor: em 1662, em 1667 [161] e ainda em 1677. O catálogo de 1670 trá-lo "pregador", menção que se não repete, e outra, sempre repetida, e foi o sinal positivo da sua vocação: "Dá-se com empenho à conversão dos índios" ("insistit Indorum conversioni")[162].

Morais aprendeu menino a língua brasílica ou tupi e mereceu os maiores qualificativos ou advérbios que já vimos em padres do Brasil, "optime", "insignis", "maxime" [163]. Quando os Carijós, em particular o "Terreiro Espantoso", filho do "Anjo" do Rio Grande, contava as suas "espantosas" proezas, dizia Inácio de Sequeira que Francisco de Morais lhes penetrava o pensamento, porque "sabia a língua dêles muito melhor que êles mesmos" [164]. O perfeito conhecimento da língua era um dos mais úteis instrumentos que utilizava para atrair e governar índios. Não sendo dotado de talento especulativo, supria com a sua experiência, unindo a franqueza de expressão a uma natural retidão de consciência, como se observa no certificado de 1674. Escapando-lhe da memória uma data, não a afirma, mantém-se no prudente "pouco mais ou menos"; e,

---

159 *Cartas de Vieira* I 305.
160 *Bras. 5-I*, f. 224r.
161 LEITE, *História* VI 408.
162 *Bras. 5-II*, f. 35r.
163 *Bras. 5-I*, ff. 134v 154v 161v 172v; *Bras. 5-II*, f. 48v.
164 L5|95, História VI 507.

tratando-se dos anos em que se operou a transferência da aldeia de Guarapiranga para a de Carapicuíba, diz simplesmente "não me lembra" [165].

As cartas que nos foram conservadas do P.e Francisco de Morais, são tôdas sôbre os índios, a crise das aldeias de 1646 no Rio de Janeiro, e o zêlo pela sua salvação ("pro Indorum salute"). As que mostrariam mais o seu espírito interior não se conservam, mas deviam existir. A de Vieira supõe carta sua a que responda ("esta é a minha vida e as novas que vos posso dar de mim") e a altura espiritual em que se coloca Vieira insinua nessa correspondência tom semelhante [166]. Também o epitáfio, colocado no túmulo da mãe do P.e Francisco de Morais, na velha igreja do Colégio de São Paulo, a que o filho não deve ser alheio, parece levantar uma ponta do véu, que esconde a sua vida e espiritualidade: "Hic Catharina pedes / Christi amplexura quiesci. / Mortua es an vivis? / / Vera ubi VITA tibi est?".

"Catarina repousas aqui, para abraçares os pés de Cristo. Morreste ou vives? Onde é a tua verdadeira VIDA?" [167].

Enfim, conclui-se que a vida de Francisco de Morais na Companhia de Jesus não foi vulgar e se reparte em duas fases distintas de duração sensìvelmente igual: primeira, missionária e sertanista, apostólica e trabalhosa; outra, de diretor espiritual de brancos e índios ("insistit") no colégio da sua terra natal, onde faleceu, octogenário, e venerado, em maio de 1681.

Documentos

I — Carta do P.e Francisco de Morais ao Padre Geral Vicente Caraffa

[Aldeia de São Barnabé?] 2 de julho de 1646.

†

Pax Christi

---

165 Documento IV.
166 *Cartas de Vieira* I 303-305.
167 LEITE, *História* VI 359.

Vendo que o inimigo do genero humano prevalece contra o serviço de Deus e bem das almas me dei por obrigado a fazer a V. Paternidade esta breve informação. E hé que no sertão dos Pattos, onde fui tres vezes em missão, a primeira com o P.e Provincial que agora hé, Francisco Carneiro, segunda com o P.e Ignacio de Sequeira, 3.a foi commigo o P.e Francisco Banha, de todas estas vezes que lá fomos nos acodio infinita gente que por falta de embarcaçoens a não podemos nunca trazer toda pera povoado, ficando a mais della exposta ao captiveiro dos Portugueses [168]. Pello que pareceo ao P.e Manoel Fernandez, sendo Provincial, avendo respeito ao que fariamos naquellas partes no serviço de Deus em bem das almas, mandar-nos a mim e ao P.e João de Arahujo em companhia do Cappitão Antonio Amaro Leitão que hia a povoar aquellas partes, dando comprimento a huma carta que o sobreditto Cappitão aprezentou de nosso Reverendo P.e Mutio Vitelleschi, de boa memoria, em que lhe mandava dar dous sugeitos desta Provincia pera o acompanharem nesta jornada e assistirem com os dittos povoadores, como tambem por Sua Magestade lhe ter encarregado em outras que lhe tinha escrito mandasse missionarios ao sertão a converter gentios a aquellas partes ao gremio da Santa Madre Igreja, vendo que com isto dava comprimento a huma e a outra ordem com pouco dispendio da fazenda real e do Collegio, lhes concedeo que os acompanhasemos. Mas como o inimigo não dorme em querer impedir o bem das almas, buscando meyos e modos pera isso, fes que o mesmo P.e Provincial, pellas difficuldades que lhe propuzerão, ordenou que se sustivesse com a missão.

Vindo agora a vizitar estas Cappitanias o P.e Provincial Francisco Carneiro achou aos homens povoadores fazendo-lhe a mesma petição, reprezentando-lhe a muita necessidade que há de obreiros da Companhia naquellas partes. O que visto e bem ponderado pello P.e Provincial, como quem [tinha ido?] àquelle sertão e delle trasido quantidade de gente, achando ser a missão de importancia, liberalmente lhes deu palavra a que fossemos com elles. Porem seus consultores, que se oppo-

[168] Observe-se que poucos dias depois (a 25 de julho) em vez de "portuguêses", escreve "brancos" (doc. II).

serão à primeira, assi o fizerão à segunda, todos só por não aver outra residencia (sendo esta a mais importante de todas as que temos), a qual difficuldade não hé bastante rezão pera que V. Paternidade não acuda em nos mandar licença pera que siguamos a nossa missão, vista a importancia della e a necessidade de tantas almas que por não sairmos a ellas se perdem, ordenando V. Paternidade ao P.e Provincial que logo dê comprimento às sobredittas cartas, como à palavra que deu a estes homens pella qual elles liberalmente se disposerão de seus bens e fazendas, como cada hora me estão escrevendo em modo de queixa, porem não desesperando alcançar o que pretendem por V. Paternidade, cuja sancta benção pedimos.

2 de julho de 646.

Indigno filho de V. Paternidade,

† FRANCISCO DE MORAES.

[247v, *Enderêço autógrafo:]* Ao Muito Reverendo P.e Geral da Companhia de Jesus Vicentio Garrafa (*sic*) em Roma. 2.a [via] [169].

II — Proposta do P.e Francisco de Moraes ao P.e Simão de Vasconcellos reitor do Collegio do Rio de Janeiro em 25 de julho de 1646.

Padre Reitor. Pedimos a V. R. todos os asistentes nas Aldeas dos Indios destas Capitanias que, avendo respeito às ignominias e vituperios que em rezam dellas todos padecemos assim dos Brancos por respeito dos Indios, como dos mesmos Indios pella má doutrina e induçam dos Brancos contra nós, o que darei a V. R. por capitulos, pello amor das divinas chagas e precioso sangue de Christo Nosso Senhor nos tire V. R. das taes Aldeas e Rezidencias, pois nossa asistencia nellas já hoje nam serve de mais, que de afronta e discredito da Companhia sem fruito nenhum no serviço de Deus como provarei, etc.a

[169] ARSI, *Bras. 3-I*, f. 247r-247v.

1.ª — No primeiro digo que o P.ᵉ Provincial Francisco Carneiro vizitando as ditas Aldeas, e eu por lingoa em sua companhia, achando-as tam deminuidas de todo o bem temporal e spiritual, ordenou ficasse eu em Sam Barnabé pera efeito de a melhorar de huma e outra couza, mudando-a pera outro sitio donde facilmente, livres os Indios da occaziam de suas maldades, perdiçam e mortes, podessemos torná-llos a reduzir e pô-llos em seu principio quais foram seus antepassados. Em o que nam pude surdir, pello indio Balthezar Lobato, seu sobrinho Pêro Lobato, seu genro Grisostemo de Souza, seu irmão Pêro Cugoara, Lourenço Luís, Lourenço Piranga, os maiores bebados e ladinos d'Aldea (por nam deixarem suas bebidices) se oporem à mudança comgraciando-se e pedindo favor aos nossos inimigos, opostos a nossas couzas e reputaçam, amutinem ao povo contra nós, porquanto lhes queremos uzurpar suas terras fazendo nellas engenhos e curraes, e que levados desta ambiçam os queremos mudar da sua Aldea (evangelho pera os que nos nam gostão); e os ditos Indios mostrando, nesta e noutras mais falcidades que nos levantam, o quam pouco estimam nossa reputaçam, como procurando nosso discredito da maneira que se sabe.

2.ª — A 2.ª rezam por onde V. R. nos deve tirar destas Aldeas hé pello pouco que fazemos nellas no serviço de Deus e d'El-Rey em rezam de se auzentarem os Indios da Aldea com achaque de que roçam longe. Debaxo disto estam pellos engenhos bebendo de dia e de noite, entregando as molheres e filhas aos mestres e feitores, como elles mesmos gabando-se o dizem, e os outros por Maricaâ e Saquarema à comedia, sem virem à missa nem os filhos à eschola e as filhas à doutrina. E assim se criam como no sertam e ahum peior criando-se com a doutrina que lhes dam os Brancos, e assim nam hé de espantar que já hoje sejam contra nós e nós com elles nam possamos fazer nada, antes lhes somos [256v] occaziam de deixarem suas Aldeas, como claramente se vê pellos que de prezente estam em caza dos Brancos sem se quererem tornar a ellas, nem com escomunhões, por se nam atreverem a viver debaxo da correçam spiritual e castigo temporal que por suas graves culpas meressem; das quais em companhia dos Brancos passam bem vivendo à ley da natureza, dizendo-lhes que aquella hé a boa vida e nam serem castigados por nós, com

que se dam por bem pagos auzentando-se das Aldeas por coalquer falta que cometem, ficando desta maneira com a nossa asistencia desfraldadas as Aldeas, o que nam será asestindo-lhes Vigairo, que nam se lhe dará de seus maos costumes e pouca doutrina, e Capitam branco que os sogeite e os vá buscar de caza dos Brancos pera a Aldea, o que não podemos fazer; com que fica provado como nam convem estarmos com os ditos Indios nem por serviço de Deus nem d'El-Rey, pois os não podemos já hoje conservar.

3.ª — 3.ª rezam que dou pera nam asestirmos com elles hé o notavel dezaforo em que estam em nam quererem hir servir senam a quem elles querem e pello preço que elles querem, e, se os obrigamos, o auzentarem-se d'Aldea emquanto aquelle Superior que os mandou asista nella; e os Brancos com isto dezadoram, dizendo que os nam queremos dar e que sam invençõis nossas pellos nam darmos, como também pedirem por seu trabalho preço excessivo ser por nossa instrucçam, odiando-nos com os moradores que nos nam podem tragar.

4.ª — A 4.ª rezam hé vê-llos absolutos e soberbos pera comnosco, couza que nunca se vio em Indios, senam agora nestes tempos da nossa expulçam por lhes dizerem os mal afectos a nossas couzas que nos lancem fora de suas Aldeas e recebam clerigos ou frades de Sam Francisco. Com isto se afoitam comnosco e nos perdem o respeito que nos tiveram seus pays, nam digo já amor, que esse nenhum nos tem, como o experimentei em huma noite destas brigando duas indias, sendo chamado pera as aquietar. E mandando-as eu levar ao tronco e estando na caza do ditto tronco com meu companheiro inquirindo de huma dellas quem fora agressora da briga, entra Lourenço Luis com huma faca na mão dizendo (sem nenhum respeito a nós que presentes estavamos) que a filha de Balthazar Lobato se nam prendia e que a tirassem logo do tronco, quando nam, se avia de matar com quantos ali estavam, e isto com tanta furia que me persuadi ser por emtam mais asertado largar-lhe o tronco e caza e irmo-nos pera nossa caza. Outro pello eu mandar ao rrebate recolhendo-se delle bebado, disse que estimaria em pouco meter-me huma tacoara pellas costas! Veja V. R. se quando disse isto, segundo elle estava se teria escrupulo em mo fazer. Dizem que quando

os larguemos não lhes faltam clerigos e frades de São Francisco que os viram logo buscar. Isto posto, Padre Reitor, parece que nos arrisca o P.e Provincial e V. R. a sermos também expulsados por Indios, que dará hum eco em o mundo abonando em parte o que nos fazem os Brancos [257r] em dizerem que nem os Indios nos podem sofrer nem consentir em suas Aldeas, como os sobreditos Indios Balthazar Lobato e os mais entre si diceram, que nos tomassem e às pedradas nos botassem pera onde os queriamos mudar e outros ditos equivalentes.

5.ª — A quinta rezam que me move a prezentar a V. R. estas rezões hé ver o intranhavel odio que estes moradores nos tem, dizendo que, se não foram os Indios, nos ouveram de adorar! Logo por elles padecemos. Que virtude hé padecermos por Indios que nos estam vendendo e expulçando de suas Aldeas, com nam quererem seguir o que lhes dizemos e pregamos, como o faziam aquelles por quem os Padres antigos padeciam defendendo sua inocencia e liberdade? Porem por estes, querem que nos acomodemos a elles e a suas maldades, acho que nos manda Christo sacudamos os pés e nos ponhamos em cobro fazendo pella honra e reputaçam da Companhia, porque, dexados elles desta maneira, experimentaram nossa auzencia e os moradores, que nam tragam o estarmos e tratarmos com elles, também sentiram a falta da nossa doutrina e asistencia com os dittos Indios e seram obrigados a nos pedirem os recolhamos, e Sua Magestade bem dezemganado e com este dezengano, com honra e reputaçam da Companhia, nos pedirá queiramos estar com elles. Hé certo que fazendo nós o que digo venha a couza a isto, porquanto, pella experiencia que temos, os dittos Indios se não poderam conservar sem nós: aliás estamos arriscados ao que assima fica dito, pondo o credito da Companhia a hum accidente e grave perigo, conforme nos vai sucedendo neste particular de Indios ou por Indios. Nam somos logo com tanto dispendio e discredito nosso obrigados a os conservar.

Que espera o P.e Provincial à vista das couzas de S. Paulo, Santos e dessa Cidade, do modo que de prezente está comnosco, tudo por Indios e seus ditos e requerimentos? Pedimos a V. R., pello amor de Deus e da Virgem Santissima Mãy sua,

nos tire das Aldeas antes que em nós se execute algumas destas couzas que a V. R. digo. Nam nos excuzamos com isto de andar em missões e pello certam pellos trazer ao gremio da Santa Madre Igreja, e eu o mais minimo de todos me offereço em primeiro lugar.

Hoje 25 de julho de 646.

FRANCISCO DE MORAES [170].

III – Carta do P.e Francisco de Morais ao P.e Geral Vicente Caraffa

[Rio de Janeiro?] 18 de janeiro de 1649.

†

Pax Christi.

Posto que me não seja propio o dar conta a V. Paternidade desta Provincia, contudo pello que tenho de filho della e da Companhia o farei, como tambem confiado a que V. Paternidade me não julgue por atrevido senão por filho que à sua mãi a Companhia deseja todo o bem.

Saberá V. Paternidade como nesta Provincia estamos alguns sogeitos, Coadjutores Spirituais, mui violentados vivendo nas Aldeas toda a vida sem os Superiores nos quererem aliviar dellas, dando-nos sequer hum anno de recolhimento em o Collegio, antes dizem que pera os tais sogeitos se não emtende viverem em o Collegio, como se só a estes ocorrera maior obrigação o voto de attender à conversão e salvassão do gentio. Com este desprezo de hirem às Aldeas os que são pregadores, está esta Provincia rematada de limgoas, nem quem a queira aprender salvo se por comprimento, nem os Superiores fazem por isto muito exame, e por esta causa já lhes faltão sogeitos suficientes pera superiores dellas: donde vem a prover em sogeitos pouco capazes, mui modernos nas hidades e hordens, dos quais alguns, com o largo tempo de superiorado (que os deixam estar des, dose annos), vem a fraquejar na disciplina religiosa, como também no seu officio e cuidado de almas,

---

170 *Bras. 3-1*, ff. 256r-257r.

sofrendo aos Indios alguns descuidos e frouxidão na doctrina christam e bons costumes, como virem à missa e doctrina pellas somanas, como também entrarem às salves aos sabbados, e às segundas-feiras ao officio dos defuntos, e mandarem seus filhos à escola, e suas filhas à doctrina, criando-os pellas rossas e matos, ficando agrestes como se forão do sertão, couza tão emcomendada pellos Visitadores gerais que vizitarão esta Provincia. Tudo neste particular está mui atrasado, nem os particulares querem já dar conta disto aos Provinciais, porcoanto desta conta não resulta mais que desgosto ficando os Superiores sendo sempre os mesmos, pella falta que assima fica dito; e, pella conta que lhe derão, odiado com os companheiros.

Isto posto, veja V. Paternidade se convem que estejamos por Superior nas Aldeas tantos annos ou se fica milhor serem somente os tres annos, porque se hum Superior nos 3 annos fes bem seu officio deixará exemplo aos que entram de novo; se mal, não padecerão os companheiros tanto detirimento, pois bem sabe V. Paternidade o zello e animo com que obra nos primeiros annos que em os muitos já canssados no officio; e desta maneira, descançando huns e entrando outros, averia emmulação de quem há-de fazer milhor e sessará tanta murmurassão dos Superiores que nos guovernam e dos que estão nos Collegios sem nunca hirem às Aldeas, antes zombando dos que vivemos nellas.

Desta maneira são tratados e dezestimados os Coadjutores Spirictuais com tantos annos de Aldeas e pello sertão toda a vida. Veja V. Paternidade com estes favores quem terá animo de aprender a lingoa e levar adiante a empreza dos missionarios antigos que hoje gosão o premio de seus trabalhos, aos coais, coando hião pera os Collegios, os Superiores que então erão não somente os levarão nos brassos con todas as demonstraçõis de benevolencia e amor, senão às mesmas Aldeas em que residião lhes mandavão todo o mimo [271v] que podião, mostrando-sse nisto agradessidos ao que elles obravão nos servisso de Deos e da Companhia, animando-os com isto a maiores imprezas; o que hoje omnino falta nesta Provincia. E tanto hé assi, que não há hum que trate de ir ao sertão, antes falando eu em a missão dos Gyçaruçús ouve neste Collegio quem disse: "já este spiricto maligno dos de S. Paulo

veṁ a pertu[r]bar o Collegio com suas missõis"! E nisto verá V. Paternidade o estado em que isto está nesta Provincia.

A missão dos Gyçaruçús fizemos eu [e] o P.e Francisco Madris em breve com prospero sucesso. Eu os tenho situados no sitio chamado Nhityroayba, supposto que com a forssa do verão, adoecendo coasi todos, morrerão muitos porem já christãos que hé o nosso intento, o por que nos arriscamos por elles. Agora segue-sse-me pedir a V. Paternidade per vicera Christi ponha os olhos no gentio que me ficou nos Patos, remontados, por fogirem dos Brancos que os querião captivar, os coais por duas vezes mandarão recado os fosse tirar dos matos em que vivião, sobre que tenho escripto a V. Paternidade e de novo o torno a fazer pedindo confirmação da licença que já cá tenho por duas vias de V. Paternidade, à coal se me não deu comprimento, escuzando-sse o P.e Provincial Francisco Carneiro com os de S. Paulo estarem mal comnosco, sendo que estes Indios ou lugar donde elles estão dista de S. Paulo mais de 100 legoas, ficando os ditos Indios no districto e jurisdição dos povoadores da Ilha de S. Catherina, os coais ditos povoadores tem escrito a V. Paternidade sobre hirmos em sua companhia a acodirmos àquellas almas, como a outras muitas que naquelle reino e gentelidade nos chamão: pera elles, à sombra da Companhia, consegirem a sua povoação; e nós, à sombra delles ditos povoadores, recolhermos em Aldeas aquelles innumeraveis gentios que ali há, que sem nós não hé possivel salvar-sse nenhum e captivarem-sse (*sic*) todos mais depressa. Estes homens esperão pella reposta de V. Paternidade que athegora se lhes não deu. Eu, como digo, já a tenho de V. Paternidade, o que agora de novo pesso hé a execussão infalivel della sem gasto nenhum do Collegio, que o fazem os mesmos moradores ou povoadores.

Fica haberta a converssão do gentio Gyçaruçús e os mais gentios que com elles confinão, que hé incalculavel, e todos falão a mesma lingoa. Ficão no destricto desta Cappitania do Rio de Janeiro, tão facil de hirem a elles que em quinze dias se vai às suas terras. Resta V. Paternidade ordenar que se lhes aprenda a sua lingoa pera que entremos com elles e façamos nelles o mesmo que nestoutros.

Na sancta bemção de V. Paternidade muito me emcomendo. 18 de Janeiro de 649 annos.

Filho indigno de V. Paternidade,

† FRANCISCO DE MORAES.

[272v. *Enderêço autógrafo:*] Ao Reverendo P.[e] Vicencio Carrafa, da Companhia de Jesu, Preposito Geral da mesma Companhia em Roma. 1.ª via". [171]

IV — Certidão sôbre índios e aldeias do Colégio de São Paulo

[São Paulo] 25 de junho de 1674.

O Padre Lourenço Craveiro, da Companhia de Jesus, Reitor dêste Colégio da Vila de São Paulo, mando e ordeno ao Padre Francisco de Morais, meu súdito, em virtude da santa obediência, que como velho e natural desta terra, e que tem notícia dos índios de suas Aldeias, passe uma certidão, ao pé desta ordem, do que sabe acêrca das Aldeias e terras que os índios tiveram em *Itaquaquecetuba* antes que se passassem para a Aldeia de São Miguel, onde hoje estão, e se era *Itaquaquecetuba,* onde os índios estavam situados, o mesmo sítio que hoje e onde está a capela de Nossa Senhora da Ajuda, que foi do Padre João Álvares e hoje nossa; e se a Aldeia de São Miguel, que hoje é, se chamava *São Lourenço,* antes que os índios viessem para ela, e se Itaquaquecetuba se chamava *São Miguel,* quando os índios nela estiveram na dita Aldeia de Itaquaquecetuba, quanto tempo, se disso se lembra, quando foram mudados, e quem os foi mudar para onde hoje se acham, e da razão que tem para saber essas coisas, e declarará sua idade e o mais que souber a respeito, e passe certidão jurada *in verbo sacerdotis* de tudo o que sabe na verdade, no que muito lhe encarrego sua consciência. Colégio de Santo Inácio da Vila de São Paulo, 15 de Junho de 1674. — *Lourenço Craveiro,* Reitor.

° ° °

[171] *Bras.* 3-*I,* ff. 271r-272v.

Certifico, eu o Padre Francisco de Morais, da Companhia de Jesus, de idade de 74 anos, e de Companhia 53, que há 56 ou 57 anos que conheci e vi os índios das Aldeias de São Miguel estarem situados na Aldeia de Itaquaquecetuba, que é a mesma paragem donde agora está a capela que foi do Padre João Álvares, que Deus tem, que deixou a êste Colégio, onde é fôrça que tivessem terras para suas lavouras, como naturais desta terra, e por assim ordenar Sua Majestade, da qual Aldeia de Itaquaquecetuba, por mandado do Capitão e procurador dos índios Fernão Dias Leme, que Deus tem, fui eu, sendo ainda secular, no ano de 1620, pouco mais ou menos, buscar alguns dêles para acompanharem ao Governador Martim de Sá na jornada que então fêz à Ilha de Santa Catarina; e tornando eu a esta terra na era de 1624, sendo já religioso, os achei já mudados para a Aldeia de São Miguel onde hoje estão, os quais índios dantes se tinham mudado da sua antiga Aldeia de *Guarapiranga* para a de Carapicuíba, mas não me lembra quantos anos seriam que tinham feito a tal mudança primeira; isto é o que sei e passo na verdade e assino e juro *in verbo sacerdotis* em virtude da santa obediência por ser mandado pelo nosso Padre Reitor Lourenço Craveiro, hoje 25 de junho de 1674. — *O Padre Francisco de Morais*[172].

[172] Cartório da Tesouraria de Fazenda, maço 4 dos Próprios Nacionais e Livro 11 das Sesmarias Antigas, segundo a citação e publicação dêste documento por Manuel Eufrázio de Azevedo Marques, *Apontamento* I (Rio de Janeiro 1879) 204.

7

Prefácio à "Economia cristã dos senhores no govêrno dos escravos" (Livro brasileiro de 1700) *

A ESCRAVATURA não é apenas assunto histórico, porque deixou conseqüências sociais profundas; e, embora suprimida legalmente no século XIX, ainda subsiste, aqui e além, sôbre a face da terra. Disfarçada, é claro.

No Brasil, os escravos legais foram negros, importados de África, e índios aborígines. Foi um mal que durou três séculos e meio. Diga-se em todo o caso — e desde já — que a escravatura teve para o Brasil uma conseqüência útil. Porque, sem o negro, o Brasil, tal como é, não existiria hoje. É uma opinião; e, como tôdas as opiniões, a contrária pode ser tão legítima como esta. E é sabido que se diz o mesmo dalguns fatos históricos do Brasil, o que parece negar à asserção valor absoluto. Se os franceses tivessem triunfado no Rio de Janeiro, no tempo

* *Economia Cristã dos Senhores no Govêrno dos Escravos* (Livro *brasileiro de 1700*) pelo P.e Jorge Benci S. I. 2.ª edição preparada, prefaciada e anotada por Serafim Leite S. I. (Livraria A. I.) 8.º 206 pp. Pôrto 1954.

de Nóbrega e Mem de Sá, o Brasil, como é hoje, não existiria. Outro tanto se pode afirmar de mais alguns sucessos históricos em diversos tempos. São fatos que não se excluem mùtuamente. O que se diz é que dois elementos — riqueza e população — foram decisivos para a expulsão do invasor holandês, num momento crítico do Brasil, durante a sua formação histórica; e que para ambos os fatôres contribuiu decisivamente o negro.

Objeta-se: Mas criou-se o problema da mestiçam! Não se criou. Já existia com o índio, poupado pelo colonizador. Porque, para honra sua, o português não destruiu o aborígine. E talvez a mestiçagem não seja problema no clima tropical, que, não sendo todo o Brasil, é grande parte dêle. Os climas tropicais tendem a elaborar com o tempo um tipo de côr pouco diferenciada, não obstante a procedência étnica dos seus habitantes. O futuro o dirá.

Quanto ao passado, a primeira questão era a própria existência do Brasil e a sua permanência. Sem o negro não haveria mestiçagem negra, mas êste chamado problema brasileiro já supõe a existência do Brasil, tal como é, uno e vasto; e a existência do Brasil, como grande nação, pode-se pôr em dúvida, sem a vinda do negro antes da invasão holandesa. O que não justifica a escravatura; explica apenas que a existência do negro no Brasil foi, no plano da Providência, um bem útil. Não justifica a escravatura, nem suprime os males individuais dos que a padeceram. Mas dêstes males, ou dêste pecado, quem estiver isento atire a primeira pedra. Nenhuma nação meteu tanta cópia de escravos negros na América, desde o Norte ao Sul, como a livre Inglaterra, quando lhe coube a vez do domínio dos mares, e, com êle, o monopólio negreiro. E só quando se declarou independente a sua colônia norte-americana, fechando-se-lhe êste mercado, é que ela se tornou campeã da liberdade dos negros. Idéia, que não deixa de ser nobre, pelo fato de provir dum deslocamento ocasional de interêsses materiais.

E o índio? É a outra parte da escravatura. O índio vivia na terra de tempos imemoriais, e também prestou utilíssimos serviços contra os invasores holandeses. E já antes os prestara aos portuguêses, organizadores do Brasil, como Estado, contra os invasores franceses, e com inestimável ajuda de subsistência

da primeira hora — caça, pesca e pequena agricultura — de acôrdo com os seus próprios hábitos. Que isto podia, e de fato fêz, o índio. Não se exigisse porém dêle que permanecesse dias a fio ao pé duma fornalha acesa nos engenhos de açúcar, o primeiro e grande elemento de riqueza do Brasil. O índio vivia antes nas florestas refrigeradas e para elas refluía, diante de trabalhos em que o negro de África se mantinha em forma; nem era homem para fainas agrícolas em grande escala. A experiência mostrou logo que o negro o superava na organização material do trabalho nos canaviais e engenhos. No que o índio precedeu o negro com vantagem, foi pelo lado feminino, naqueles primeiros tempos em que da barra do Tejo, como era natural, vinham para o Brasil mais homens do que mulheres.

E os jesuítas? Porque não defenderam os jesuítas a liberdade do negro como defenderam a liberdade do índio? Muito simplesmente. Porque os jesuítas acharam no Brasil o índio, livre; o negro já chegava ao Brasil, escravo.

A África, na sua parte habitada por negros, tinha sido sempre um continente de escravos. Os régulos negros escravizavam os seus irmãos negros, menos favorecidos da fortuna, e os vendiam aos muçulmanos; e a venda ia às vêzes bem longe, até às ribeiras do Mediterrâneo. Antes dos portuguêses. Antes dos jesuítas. O grande esfôrço dos jesuítas do Brasil foi procurar que se limitasse o mal ao que era anterior a êles e independente da vontade dêles; e fazer que a América se não convertesse também num continente de escravos [173].

Se os jesuítas, ao constituírem-se em corporação, começassem por combater o conceito mesmo da escravatura, isto é, se se levantassem contra o uso legal de tôdas as nações, teriam pôsto em causa a sua própria existência, que se não chegaria a firmar, como nem teria sido possível o apostolado das missões, ensino e caridade, que realizaram, porque não lhes seria permitido residir no Brasil, nem em país algum.

Ao tratar de Angola (*The Black Mother*), C. R. Boxer, citando o tomo VI da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, dá a entender que os jesuítas poderiam ter feito mais. E aduz o exemplo de Fr. Bartolomeu de Las Casas, que a

---

[173] LEITE, *História* VI 350.

princípio combateu só o cativeiro dos índios e por fim também o dos negros [174]. O exemplo aduzido, em vez de prejudicar, confirma a atitude dos jesuítas do Brasil. Porque Las Casas, quando fazia a equiparação dos negros aos índios, já tinha abandonado o campo americano do seu apostolado e escrevia tranqüilamente no remanso de Espanha, onde faleceu em 1566; e tomava ainda a precaução de ordenar no testamento que não fôsse lido senão 40 anos depois da sua morte. Aliás casos individuais como o de Las Casas há o dos jesuítas do século XVI, P.e Gonçalo Leite, primeiro professor de Filosofia no Brasil (1572), e P.e Miguel Garcia, professor de Teologia na Bahia de 1576 a 1583, que sustentava que "nenhum escravo da África ou do Brasil era justamente cativo"; e ambos tiveram que voltar para a Europa [175]. Não se trata de casos individuais, mas de explicar a opinião comum e a impossibilidade de os Padres em conjunto se colocarem contra a escravatura negra no Brasil sem terem que abandonar, também em conjunto, as diversas obras de ensino, catequese, assistência, culto e piedade.

A escravatura não era simples tolerância legalizada (como o meretrício); era uma instituição que a Jurisprudência sancionava. Fato legal, teòricamente lícito. A discussão recaía apenas sôbre o título justo ou injusto, em casos concretos, que, segundo as provas apresentadas, se consideravam lícitos ou ilícitos. Os casos concretos no Brasil não poderiam ter como objeto o negro, que já ali chegava legalmente escravo, e cujo título se supunha justo. Tinha por objeto o índio, na passagem do estado de liberdade para o do cativeiro, segundo a regulavam as Leis. E aqui, sim, na aplicação das Leis Civis, davam-se indubitáveis abusos. Como se dariam na África, na Ásia (e na Europa) na passagem dos seus naturais do estado de liberdade para o da servidão. Mas os casos do Brasil tinham-nos os jesuítas sob os seus olhos; os das outras regiões, não. O que no Brasil os jesuítas tinham à vista eram os abusos, que se cometiam nas relações entre senhores e escravos. E a sua intervenção estava na linha da sua missão religiosa. Tra-

---

[174] C. R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686* (London 1952) 236.

[175] Leite, *História* II 227.

balharam sem tréguas para tornar menos dura a vida do negro, e para que a todos chegassem os princípios e a prática da moral cristã, reconhecendo nuns e noutros, a dignidade, os direitos e os deveres de homens. Apesar da diferença social, todos eram irmãos por natureza, e, quando batizados, irmãos também em Cristo.

O clamor dos Padres foi geral e perpétuo. Ninguém, contudo, o ergueu tão vibrante como Antônio Vieira. Os jesuítas defenderam o índio, no que puderam, porque era livre, naturalmente, e também porque se revelou de constituição física mais débil. Não foi a defesa do índio a razão única de se encher de negros o Brasil. Foi a verificação de que os brancos eram poucos, e que os índios não bastavam para o necessário desenvolvimento econômico do Brasil. Retirados do seu regime florestal e seminômade, e ocupados em trabalhos, regulamentados e ásperos, os índios ou morriam de saudades das suas malocas na selva, ou fugiam; e também resistiam menos contra as doenças [176]. Os brancos, por muitos que viessem da Europa ou já nascessem na terra, sempre seriam poucos para o que era preciso. A vinda de negros constituiu-se um postulado brasileiro, que todos os homens de responsabilidade sustentavam.

Mas se Vieira, como os outros, achava que o negro era necessário para remédio econômico do Brasil do seu tempo, nem por isso bradou menos contra os maus tratos que lhes davam. E sôbre esta matéria legou-nos algumas páginas cheias de beleza literária e de máscula energia. Constam de muitos escritos seus, em particular três sermões à Irmandade do Rosário dos Prêtos [177]. Nêles vai o orador variando o assunto, mas o pensamento central é sempre êste: a alma do prêto é igual à do branco e tão livre como ela; a côr do corpo é simples acidente; e o ser servo, pura desgraça, de que naqueles tempos de piratarias, ninguém estava a coberto: bastava que um navio de brancos se desbaratasse e caísse em poder de mouros ou turcos.

---

[176] *Cartas de Vieira* I (Coimbra 1925) 581 (ed. de Lúcio de Azevedo).

[177] VIEIRA, Serman na Bahia à Irmandade dos Pretos, de hum Engenho em dia de São João Evangelista, Ano de 1633, na série "Rosa Mística", *Sermoens* IX (Lisboa 1686) 484-521; *Serman à Irmandade da*

"O fim, diz Vieira, porque Jesus Cristo veio ao mundo, foi para reformar os erros de Adão e seus filhos e para os restituir à igualdade, em que os tinha criado, desfazendo totalmente, e reduzindo à primeira e natural união, as distinções e diferenças que a sua soberba entre êles tinha introduzido. Tanto é de Fé esta razão, como o mesmo texto: Ouvi a São Paulo: *Despi-vos* (diz o Apóstolo) *do homem velho, que é Adão, com todos os seus abusos, e vesti-vos do nôvo, que é Cristo, o qual veio renovar e reformar em todos os homens a imagem, a que Deus os tinha criado, na qual não há bárbaro ou cita, escravo ou livre, mas todos são iguais* [178]. Faz menção, entre os bárbaros, nomeadamente dos citas, porque a Cítia era a Angola dos gregos, com quem falava. E porque na Lei de Cristo, onde há um só Deus, uma só Fé, e um só Batismo, como diz o mesmo São Paulo, também não há, nem deve haver distinção de escravo a senhor, nem de cativo a livre. Por isso o Evangelista aos filhos de Lia e Raquel, que eram as senhoras, e aos de Bala e Resfa, que eram as escravas, a todos sem diferença de condição ou nascimento, igual e indistintamente chama irmãos" [179].

É a doutrina. Mas, na prática, basta ver como os homens — irmãos e livres — se tratam hoje uns aos outros, quando as suas idéias ou interêsses políticos e materiais não coincidem. As idéias do adversário não são idéias, são crimes; e o triunfador do momento como tais as castiga, incluindo trabalhos forçados. É a lei do mais forte, como no tempo da escravatura ou dos assírios. Não bastava, pois, que os escravos

---

Senhora do Rosario dos Pretos, ib. X (Lisboa 1688) 149-184; Serman aos Irmãos Pretos da Senhora do Rosario, *ib.* X 391-429.

178 Col. 3, 9-11.

179 VIEIRA, *Sermoens* X 150. A seguir a êste trecho, trata Vieira das três côres da gente da Bahia, brancos, prêtos, pardos, e de como (o que vinca o fato social) se separaram em Irmandades distintas. Vieira achava melhor que estivessem unidos numa só, grande, cristãmente (*ib.* 160): "Os em que acho menos razão são os pardos, porque não só separaram a Irmandade, mas mudaram o apelido. Os brancos e os prêtos, sendo côres extremas, conservaram o nome do Rosário; os pardos, sendo côr meia entre as duas, por mais se extremarem de ambas, deixado o do Rosário, tomaram o de Guadalupe", *ib.* 151; cf. LEITE, *Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil* 30.

fôssem irmãos e iguais por natureza aos seus senhores. Era preciso que fôssem respeitados. E para isto Vieira dá nada menos que o exemplo do próprio Filho de Deus, feito homem:

"Tudo o que no escravo pode causar desprêzo coube em Deus, porque quando tomou a forma de escravo [180], não a tomou, como dizem, pro-forma, senão com tôdas as formalidades: No Cenáculo, servindo como escravo a homens de baixa condição no exercício mais baixo [181]; na prisão do Hôrto, sendo reputado por escravo fugitivo e ladrão [182]; na traição de Judas, vendido como escravo e por vilíssimo preço [183]; na remissão a Caifás, manietado como escravo, ou como cá dizeis, amarrado [184]; no Pretório, açoitado como escravo, e cruelìssimamente açoitado [185]; nas ruas públicas de Jerusalém, como escravo, com a carga mais pesada e mais afrontosa às costas [186]; no Calvário, como escravo, despido [187], e finalmente, como escravo, e mau escravo, pregado e morto em uma cruz, que era o suplício próprio de escravos. E se êstes são os maiores abatimentos a que pode chegar o estado da servidão: quem haverá, se tem Fé, que se atreva a desprezar no seu Escravo o que vê no seu Deus?"[188].

Vieira conhecia a Teologia e também as Leis Civis. E às festividades dos irmãos prêtos, em que êle tão expressivo e tão alto se erguia para impor o respeito aos mais humildes trabalhadores do seu tempo, vinham também em grande número os brancos. E talvez, pois vinham, fôssem os mais humanos e caridosos, e não os "Régulos do Recôncavo" da Bahia, a que alude no mesmo discurso. Mas fala em geral:

"Bem sei que alguns dêstes cativeiros são justos — os quais só permitem as Leis — e que tais se supõem os que no Brasil

---

180 Formam servi accipiens, *Phil.* 2, 7.
181 Misit aquam in pelvim et coepit lavare pedes, Ioan. 13, 5.
182 Tanquam ad latronem existis comprehendere me? Quotidie apud vos eram, Marc. 14, 48-49.
183 Constituerunt ei triginta argenteos, Mat. 26, 15.
184 Misit eum ligatum ad Caipham, Ioan. 18, 24.
185 Flagellis caesum, Marc. 15, 15.
186 Baiulans sibi crucem, Ioan. 19, 17.
187 Acceperunt vestimenta eius, *Ib.* 19, 23.
188 VIEIRA, *Sermoens* X 158-159.

se compram e vendem, não dos naturais, senão dos trazidos de outras partes: mas que Teologia há, ou pode haver, que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que encerra ou encobre. Tiranizados devera dizer, ou martirizados. Porque serem os miseráveis pingados, lacrados, retalhados, salmoirados, e os outros excessos maiores, que calo, mais merecem nome de martírios que de castigos. Pois estais certos que vos não deveis temer menos da injustiça destas opressões, que dos mesmos cativeiros quando são injustos: antes vos digo que muito mais vos deveis temer delas, porque é muito mais o que Deus as sente. Estão açoitando cruelmente o miserável escravo, e êle gritando, a cada açoite, Jesus Maria, Jesus Maria, sem bastar a reverência dêstes dois nomes para moverem à piedade um homem que se chama cristão! E como queres que te oiçam na hora da morte êstes dois nomes quando chamares por êles? Mas êstes clamores, que vós não ouvis, sabei que Deus os ouve; e, já que não têm valia para com o vosso coração, a terão sem dúvida, sem remédio, para vosso castigo" [189].

Pairava, assim, nestas alturas, e se procurava manter, o ambiente de consideração pelos escravos, e de reação cristã contra os maus tratos, de que eram vítimas, e não apenas no Brasil, porque era fruta do tempo. Neste ambiente se enquadra o livro de Jorge Benci, como tentativa didática, não já dirigida aos escravos, mas aos senhores. Jorge Benci, leitor dos sermões de Vieira, e seu companheiro algum tempo na Bahia, pregara, à imitação do grande português, um sermão também sôbre as "Obrigações dos Senhores para com os Escravos". Dada a fama e lustre de Vieira, não era fácil a quem quer imprimir sermões sôbre temas desta natureza. Benci modificou o texto e fêz um breve tratado, dividido em quatro partes ou discursos, e intitulou-o *Economia Cristã dos Senhores no Govêrno dos Escravos*. E com êle se situa, na literatura sôbre a escravidão no Brasil, entre Vieira (1686-1688) e Antonil (1711).

---

[189] *Id., ib.* X 427-429.

Jorge Benci, natural de Rimini (Arímino, na forma portuguêsa de Benci) teria nascido em 1650, porque entrou na Companhia de Jesus, em Bolonha, no dia 17 de outubro de 1665, com 15 anos de idade. Pediu a Missão do Brasil alguns anos depois, e embarcou de Lisboa para ela em 1681 (na mesma viagem em que Vieira voltava à Bahia). Fêz a profissão solene no Rio de Janeiro em 1683 e ocupou os cargos de mestre de Humanidades e Teologia, secretário do Provincial e visitador local. Estêve em São Paulo na questão da administração dos índios; e em 1700 pediu que o deixassem ir para Ilha de São Tomé (África) ou voltar à Pátria, à sua província de Veneza. Achou-se que era melhor ficar no Brasil. Até que em fins de 1705 voltou à Europa, para tratar em Lisboa de assuntos do Brasil. Faleceu na capital portuguêsa a 10 de julho de 1708 [190].

Benci aprendeu bem o português e publicou três sermões em Lisboa (1698, 1701, 1702). E deixou em Latim o tratado "De vera et falsa probabilitate", que se imprimiu em Roma em 1713, alguns anos depois da sua morte. Mas é livro brasileiro, porque a data, na Bahia, da dedicatória a Antônio da Silva Pimentel, é de 11 de dezembro de 1705, precisamente o ano em que saiu à luz, em Roma, a *Economia Cristã dos Senhores no Govêrno dos Escravos*. A *Economia Cristã* andava-a a limar em 1700, segundo escreve o próprio Jorge Benci ao Padre Geral da Companhia, a 12 de maio; e a aprovação, do Provincial do Brasil Francisco de Matos, deu-se a 15 de agôsto do mesmo ano de 1700.

No frontispício manuscrito, então enviado a Roma, oferecia-o Benci ao "Ill.^{mo} Senhor D. João Franco de Oliveira, Arcebispo da Bahya e Metropolitano do Brasil". Mas, tendo o P.^{e} Antônio Maria Bonucci, que regressara do Brasil à Itália [191], assumido o encargo da impressão, achou que a dedicatória não era válida em 1705, data em que o Prelado da Bahia já era bispo de Miranda em Portugal. Bonucci dedicou o livro à "Alteza Real do Sereniss. Granduque de Toscana".

---

190 Leite, *História* VIII (Biobibliografia) 95-96.
191 *Id.*, *ib.* VIII (Biobibliografia) 110.

O Grão-Duque Cosme III (Médicis) era filho do Grão-Duque Fernando II e de Vitória della Rovere, parente, portanto, do P.e Luís Vincêncio Mamiani della Rovere, outro jesuíta que em 1701 voltara também do Brasil para a Itália [192]. Cosme III sabia português; e falou-se no casamento dum filho seu com a Princesa D. Isabel, filha de El-Rei D. Pedro II de Portugal, casamento que se não chegou a efetuar, e sôbre o qual se conhecem dois pareceres de Vieira [193]. Por onde se vê que a homenagem de Bonucci ao Grão-Duque florentino não caiu fora do círculo cordial das relações portuguêsas do seu tempo.

---

[192] *Id., ib.* VIII (Biobibliografia) 351.
[193] *Id., ib.* IX (Biobibliografia) 317, n.º 1 022.

8

A Companhia de Jesus e os prêtos do Brasil *

Êste título poderia ser o de um grande livro. Aqui, é apenas oportunidades para recordar que há cinco anos publicamos, em 2.ª edição, o livro de Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Govêrno dos Escravos (Livro Brasileiro de 1700)*. Pôrto, 1954. Precedemo-lo, como é da praxe, dum breve prefácio. O livro trata da Escravatura, mas com os olhos postos nos senhores, o contrário dum livro doutro jesuíta, Alonso de Sandoval, que também trata da escravatura, mas com os olhos nos Prêtos (*Naturaleza, Policia Sagrada i profana, Costumbres, Disciplina i Cathecismo Evangelico de todos Etiopes*, Sevilha, 1627). Seria interessante cotejar, naquele prefácio de 1954, ao menos os títulos dos dois livros, se nesse momento tivéssemos à mão o segundo. Temo-lo agora, reeditado em Bogotá (1956). E o assunto não perdeu a atualidade.

Alonso de Sandoval é excelente, com o seu quê de redundante, em coisas miúdas e concretas. Coisas, vistas umas por

* Publ. in *Brotéria* 68 (Lisboa 1959) 534-538.

si mesmo ou com êle passadas e até com alguma anedota; outras, conhecidas por ouvir dizer; e, com notícias certas, envolve incertas, no mesmo pendor dos autores crédulos do seu tempo. Não é teólogo, nem entra na discussão da legitimidade da escravatura. Remete "a determinação da sua justificação aos Doutôres, que tão doutamente escreveram acêrca dêste ponto, principalmente ao nosso Doutor Molina, no tomo I *De Iustitia & Iure,* Tratado 2.º, nas Disputas trinta e quatro e trinta e cinco, onde, com modéstia e gravidade, diz o seu parecer" [104].

Nestas disputas 34 e 35, Luís de Molina trata da procedência dos escravos (de guerra ou de comércio), e antes, na disputa 32, tratara da escravatura como tal, se era lícita ou não. E responde: "A Escravidão é lícita e justa, se os títulos forem legítimos; o que é manifesto pela opinião comum dos Doutôres, pelo Direito Civil e Canônico [...] e também pela Sagrada Escritura" [105].

E assim, remetendo-se a Molina, Sandoval não expõe a doutrina nem discute a legalidade da escravatura, e portanto aceita-a, como a aceita o doutor que alega. Todo o problema está no exame dos títulos dos escravos. E o primeiro que expõe é o da Ilha de Cabo Verde:

"Dos que vêm da Ilha de Cabo Verde, assentou o uso não haver dificuldade em que sejam escravos êstes negros, porque esta Ilha não é terra de etíopes, mas para aí os levam de todos os mais portos que dissemos, como o principal empório de todos êles; e, assim, os que trazem êstes negros dêste pôrto, como os compram ali de terceiro, quarto ou mais possuidor, não formam escrúpulo, como nem os compradores cá em nossos

---

[104] ALONSO DE SANDOVAL, *De instauranda Aethiopum salute — El mundo de la Esclavitud negra en América* (Bogotá 1956) 97. Êste é o título atual, cujo frontispício primitivo de 1627 reproduz em fotocópia. Abre esta reedição um estudo de Ángel Valtierra sôbre Alonso de Sandoval, que nasceu em Sevilha em 1576 e faleceu em Cartagena (Colômbia) em 1652. Sandoval não é estranho às letras clássicas portuguêsas. Traduziu de português para espanhol a *História da vida do P.e Francisco Xavier,* de João de Lucena, impressa em Sevilha em 1619 (SOMMERVOGEL, *Bibl.* VII 552-553).

[105] SANDOVAL 97.

portos; pelo que, sem nos meter na justificação intrínseca da coisa, passemos aos que vêm do pôrto de São Tomé" [196].

E passa a São Tomé, e passa à Guiné e a Angola, e a outras regiões, com pormenores em que geralmente sugere dúvidas sôbre a legitimidade do título, dando também conta dos escrúpulos dos armadores espanhóis, que iam à África resgatar (comprar) escravos para os conduzir a Cartagena de Índias.

O autor não fala apenas da África. Achando sempre negros e descrevendo sempre terras, vai por aí além, pela Ásia até às Filipinas. Para isso, serviu-se de livros, que indica à margem, de informações de capitães e negreiros e dos próprios negros, com quem lidou por si mesmo durante vinte anos. A seguir a esta longa excursão geográfica, onde com coisas, que se diriam certas, enreda outras singulares e maravilhosas, de credulidade ainda medieval, êle entra na parte constitutiva do livro, e que lhe dá o título genérico, que são os *meios de salvar as almas dos negros*, em ministérios com êles e na administração dos Sacramentos.

Não se colocando no terreno doutrinário mas prático, o autor para mover o leitor à comiseração multiplica-se em considerações de ordem natural, moral e pia, sempre impressionantes, sem contudo ultrapassar na qualidade o que se lê no *Diálogo sôbre a Conversão do Gentio,* de Nóbrega (1556-1557), e sobretudo no *Caso de Consciência* (1567) do mesmo

---

[196] LUDOVICUS MOLINA, *De Iustitia, Tomus I* (Venetiis 1594) 167. As duas Disputas de Molina, a que se remete Sandoval, intitulam-se:

Disputatio 34. "Ex quibus locis mancipia a Lusitanis asportentur. Et quae eorum iure belli Lusitanorum iuste videantur in servitutem redacta" (cols. 176-188).

Disputatio 35. "De mancipiis ex commercio Lusitano quid censendo" (cols. 188-205).

Na Disputa 34, Molina estuda as guerras, algumas das quais declara *justas* e portanto *legítimos* os escravos delas provenientes, nem têm os mercadores e compradores obrigação de consciência de inquirir sôbre o título dêsses escravos. A edição de Sandoval de 1956 não é anotada; e não é fácil que os leitores do século XX se dêem ao cuidado de verificar o pensamento de Molina (em latim), para, por êle, aferirem idôneamente o de Sandoval, que o alega como "justificación de este tan arduo y dificultoso negocio".

autor, e ainda noutros variadíssimos documentos e cartas dos jesuítas do Brasil, a começar em 1549, e de que a maior parte dos escritores modernos estrangeiros (mesmo da Companhia de Jesus) têm conhecimento mais que imperfeito. Na verdade, dizer que os homens são todos iguais por natureza está em todos os sermonários do tempo; defendê-los dos maus tratos dos senhores é lugar comum de todos os documentos do Brasil que se referem a prêtos, variando apenas a intensidade ou beleza da expressão (e nisto o grande mestre é Vieira); tratar da salvação das almas é o fim mesmo de tôdas as missões cristãs; e, para a facilitar, escreveu o P.e Pero Dias, "Apóstolo dos Negros" no Brasil, a *Arte da Língua de Angola*...

Levaria longe dar a tôda esta e mais documentação, referente a negros no Brasil, o enderêço bibliográfico, muito em desproporção com o ponto que aqui interessa, e muitas vêzes vem à balha, que é o modo de proceder da Companhia de Jesus com o índio e com o negro.

Como se sabe, do mesmo modo que tôdas as entidades de relêvo, que tinham grandes obras e muita gente a sustentar, campos para lavrar e engenhos para moer, também a Companhia possuía escravos, tanto índios como prêtos. Era um postulado do regime agrário da América e das condições económico-sociais daquele tempo no Brasil. No entanto, aparecem inúmeros documentos, em que os Padres do Brasil defendem a liberdade do índio, e não idênticos documentos para defender a liberdade do negro. Por quê? A resposta não pode recair sôbre a escravatura em si mesma, universalmente admitida; recai sôbre o título dos escravos, que poderia ser justo ou injusto, segundo as normas estabelecidas no Direito vigente. Ora os títulos dos índios conheciam-nos os jesuítas no Brasil, pois tinham diante dos olhos os casos particulares; quanto aos prêtos de África, não podiam conhecer de maneira certa os casos particulares, porque já chegavam ao Brasil escravos.

O que não quer dizer que também não tivesse existido no Brasil quem defendesse a liberdade do negro. O P.e Sandoval, do século XVII, em Cartagena, não terá padecido maiores escrúpulos que os P.es Miguel Garcia e Gonçalo Leite, na Bahia do século XVI. Os dois Padres do Brasil, um professor de Teologia, outro de Filosofia, foram mandados voltar à Europa, porque se recusaram a confessar quem possuísse escravos,

sustentando que "nenhum escravo da África ou do Brasil era justamente cativo" [197]. O P.e Sandoval não chegou a ser mandado voltar à Europa. E a razão é porque não generalizou tanto como êles. Sandoval teria confessado e absolvido, pelo menos, os que possuíam escravos procedentes de Cabo Verde, porque, segundo o uso, êsses "não formam escrúpulo". (A isto responderia a alma heróica de Nóbrega, em 1567, que o provirem de terceiros não desculpava o uso, porque "sempre vai o mal havido com seu encargo")[198].

Mas, por muito honrosos que sejam, êstes e outros semelhantes, quer na América Portuguêsa, quer na Espanhola, são casos individuais. E "*não se trata de casos individuais*, para explicar a opinião comum e a impossibilidade de os Padres, *em conjunto*, se colocarem contra a escravatura negra no Brasil, sem terem de abandonar, *também em conjunto*, as demais obras de ensino, catequese, assistência, culto e piedade".

Estas palavras escrevemo-las no prefácio à *Economia* (pp. 8-9), sublinhando agora algumas, e encerram a razão fundamental da atitude da Companhia no Brasil. Razão não discutível, porque leva consigo a contra-prova histórica. No dia em que os jesuítas, não já um ou outro, mas em conjunto (embora em conjunto parcial) se manifestaram contra a escravidão dos índios, generalizando mais ou menos a injustiça do título, êles provocaram motim do povo e foram expulsos de São Paulo e do Maranhão pelas autoridades locais.

Por outros têrmos: Se, como corporação, se manifestasse contra a escravatura do índio e contra a escravatura do prêto, sem dependência do título, isto é, se se manifestasse contra tôda a Escravatura, como tal, a Companhia de Jesus não teria pôsto pé na América. Nem na Europa do século XVI poderia

---

197 LEITE, *História* II [1938], 227. Também Nóbrega, no último período do seu provincialato, cerrou a porta da confissão aos que possuíam escravos: "sòmente as mulheres e a gente pobre, que não alcanção escravos, são confessados de nós". Tratava-se de escravos índios, que eram quase os únicos na Bahia de 1559, mas o princípio moral era o mesmo: "por causa dos escravos, que não querem senão ter e resgatar mal" (*Mon. Bras.* III [1958] 66). Esta atitude de Nóbrega não foi alheia à ordem, que recebeu, de sair da Bahia e passar-se a São Vicente.

198 *Cartas de Nóbrega* (1955) 429.

ter vivido; e nem sequer nascido, se tivesse inscrito tal cláusula na fórmula do seu Instituto.

Claro que, nesta matéria, a parte sentimental moderna tende a suplantar a parte histórico-positiva. Para o julgamento se manter em equilíbrio, sem injustiça para com os homens do Passado, o princípio diretivo não pode ser senão aquêle, bem conhecido, *distingue tempora et concordabis iura.* Os jesuítas em geral, criaram-se e trabalharam, segundo a mentalidade dos homens da sua época, mentalidade não privativa da Igreja Cristã, senão também dos Códigos e das Universidades (os "Doutôres"). Nesta questão, Aristóteles ainda imperava e ainda não estavam à vista as novas condições econômico-sociais, que mais tarde iriam reformar antigos conceitos e conduzir à abolição da escravatura. E, assim, diante da barreira do Direito em vigor, só restava aos Padres da Companhia de Jesus da Assistência de Portugal no Brasil, criar ambiente para leis propícias à liberdade dos índios (em que houve muito tecer e destecer), e olhar ao exame dos títulos legais, quando tinham conhecimento *certo* dêles e lhes era exeqüível denunciar os ilegítimos, sem novas expulsões. Ficava-lhes ainda, com índios e prêtos, e com todos, sem preconceitos raciais, o campo imenso da Caridade... Mas já é outro assunto, à margem do que intentamos nesta breve resenha, que era, a propósito da reedição de Sandoval (1956), conhecer o espírito e o conteúdo do seu livro, que, não condenando explìcitamente a escravatura, confirma a conclusão geral que se tira dos documentos do Brasil dos séculos XVI e XVII[199].

---

[199] Cf. Charles C. Boxer, *A Great Luso-Brazilian Figure Antonio Vieira S. J. 1608-1697* (London 1957) 23 nota 2; José Honório Rodrigues, *Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português,* in *Verbum* 15 (Rio de Janeiro 1958) 322 nota 30.

APÊNDICES

1

Thomas Lodge, poeta e pirata inglês, no Brasil em 1591 *

Entre os soldados ou piratas de Cavendish estava um, de 33 anos de idade, filho de Thomas Lodge, Lord Mayor de Londres, e com o mesmo nome do pai. Nascera por 1558 e tomara em Oxford o grau de mestre em Artes. Ainda iniciara o estudo de Direito, mas logo o abandonou para se dar à poesia e à boêmia literária, passando a vida entre a miséria e o teatro. Caindo nas mãos dos usurários, e deserdado pelo pai, tomou o rumo do mar e das piratarias. Quando acompanhou Cavendish já tinha publicado várias obras, entre as quais, "Rosalynde", romance lírico; e à volta imprimiu outro "A Marguerite of America" (1596). A Thomas Lodge cabe pròvàvelmente a honra de ter dado a Shakespeare o modêlo de "Vênus e Adônis".

Na volta do Brasil converteu-se ao Catolicismo, e deixando a vida violenta e imoral que até então levara, retomou

* Comunicação à Academia Brasileira de Letras, sessão de 13 de maio de 1948, in *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Anais de 1948) 75 (Rio de Janeiro, 1948) 336-337.

os estudos e formou-se em Medicina em Oxford (grau de doutor em 1603). E consagrou o resto da vida às letras e à assistência aos pobres dos bairros humildes de Londres, falecendo em 1625, rodeado da veneração pública.

O seu nome como poeta lírico é considerável na literatura inglêsa dos fins do século XVI. Mas o interêsse para nós da vida de Thomas Lodge, é que êle na sua viagem ao Estreito de Magalhães tomou parte no assalto e saque de Santos em 26 de dezembro de 1591 [1]. Instalou-se na Residência dos jesuítas e aí ficou seis semanas; e ao retirar-se a 3 de fevereiro de 1592, como bom pirata, que ainda então era, levou quantos livros pôde da livraria da Casa. Supõe um dos seus biógrafos atuais, o Dr. John Fallon, diretor da Fallon Clinic, de Worcester (Mass.), Estados Unidos, em carta de 14 de abril de 1948, recebida agora, que foi a estada na Residência dos Jesuítas de Santos e os livros que levou (depois êle cita nas suas obras muitos padres da Igreja) a origem da sua conversão ao Catolicismo. — E aqui está o motivo desta breve comunicação, que encerra a sugestão duma influência luso-brasileira na literatura inglêsa da grande época shakespeariana [2].

---

[1] Referem-se ao assalto de Santos e ao saque da Residência dos Padres da Companhia de Jesus (26 de dezembro de 1591 — 3 de fevereiro de 1592), uma carta do P.e Inácio Tolosa (11 de maio de 1592), outra do P.e Marçal Beliarte (9 de agôsto de 1592) e a *Narração* de Antônio Knivet, soldado, como Lodge, da armada de Thomas Cavendish. Knivet conta como tomou parte no saque da Residência de Santos, e conta igualmente como algum tempo depois, caindo nas mãos dos portuguêses, indo já a caminho da fôrca, os Padres do Colégio do Rio de Janeiro o salvaram (LEITE, *História* I 264-266; II 386).

[2] Sôbre a vida e livros do escritor inglês, cf. ADOLPHUS WILLIAM WARD, *Lodge (Thomas)*, in *Encyclopedia Britannica* 14 (London 1957) 294-295.

2

O tratado do "Paraíso na América" e o ufanismo brasileiro *

HÁ UM PROBLEMA de história literária, que poderia também formular-se nesta pergunta: quem foi o criador do ufanismo brasileiro? Uma excelente publicação, onde o passado e o presente vivem em boa harmonia, a "Revista da Academia Paulista de Letras", último número (março de 1948), reproduz um estudo de José Feliciano Fernandes Pinheiro sôbre a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada na Bahia pelo Vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses (Conde de Sabugosa) aí por 1724. Nesse estudo há uma nota, que é a ocasião desta de agora.

Fazia parte da Academia Brasílica o P.e Rafael Machado, reitor do Colégio da Bahia. O discurso pronunciado por êle, diz Fernandes Pinheiro que é a única e "felicíssima excepção" aos lugares-comuns, sem interêsse, dos demais daquela esque-

* Comunicação à Academia Brasileira de Letras, sessão de 20 de maio de 1948, in *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Anais de 1948) 75 (Rio de Janeiro 1948) 338-340. Cf. LEITE, *História* IX (Bio-bibliografia) 178.

cida Academia. Dissertava Rafael Machado sôbre a "Novidade dos Descobrimentos Portuguêses", como é que esta "novidade" se poderia compaginar com aquilo de Salomão de que "Nihil sub sole novum"; e, percorrendo diversas praias do Mundo, chegou também ao Brasil. Descreve a sua formosura e riqueza e a "felicidade do paraíso terrestre, que a doutíssima pena do P.e Simão de Vasconcelos, antigamente habitador das paredes em que moro, em *tratado particular*, provou que estava no Brasil, e por desgraça não viu a luz do prelo". Fernandes Pinheiro achou "inexplicável semelhante equivocação" do orador, "porquanto as *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil* já haviam sido impressas em Lisboa no ano de 1668" [3].

Tais são os têrmos do problema histórico-literário do *Paraíso na América*. Ver-se-á que que a "equivocação" pertence ao anotador leigo. Nem admira, tratando-se de fatos da Companhia de Jesus.

Na verdade, a primeira impressão da *Chronica* de Simão de Vasconcelos, feita em 1663 (não em 1668), constava de 111 parágrafos; e os últimos 7 (§§ 105-111) das *Notícias Curiosas*, com a pergunta e respectiva explanação, *se o Paraíso não seria na América.*

Já estavam impressos 10 exemplares, quando, por interferência dalguns êmulos do autor, veio ordem para se riscarem do famoso livro aquêles parágrafos. Vasconcelos consultou alguns Mestres de Lisboa e outros das Universidades de Coimbra e Évora, e enviou para Roma os pareceres, unânimes todos, em declarar que não havia nada definido, em matéria de Fé, sôbre o lugar do Paraíso terrestre, e que Vasconcelos não afirmava mas apenas lembrava a probabilidade de o Paraíso ser na América, isto é, no Brasil, probabilidades que deixava ao critério de quem o lesse. Assinam êstes numerosos pareceres, os Doutôres Antônio Pinheiro, João Gomes, Miguel Tinoco, Jorge da Costa, Inácio Mascarenhas, João de Sousa, Mateus

---

[3] J. C. Fernandes Pinheiro, *A Academia Brasílica dos Esquecidos*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 31, 2.ª P. (Rio de Janeiro, 1868) 27-28, com trechos do *Discurso sôbre a Novidade dos Descobrimentos dos Portuguêses*, de Rafael Machado (cf. Leite, *História* VIII [Biobibliografia], 335, letra E).

de Figueiredo, Manuel Pereira, André de Moura, José de Seixas e Luís Nogueira. Êste último, jurisconsulto de renome, e que neste mesmo ano de 1663 veio ao Brasil, anexou ao seu parecer os 7 parágrafos incriminados, numa cópia manuscrita, cuja veracidade atesta, "hoje 17 de abril de 1663". A cópia veio a parar, e está ao alcance do público, em Roma, na Biblioteca Central de Vittorio Emanuele, onde a lemos [4].

Não obstante os autorizados pareceres dos Doutôres, prevaleceu a ordem de se recolherem os 10 exemplares impressos e já distribuídos por alguns fidalgos amigos de Simão de Vasconcelos e das coisas do Brasil. Continuou depois a impressão, mas suprimiram-se nela as páginas finais, resumindo-se tudo em poucas palavras.

Com efeito, a primeira edição, raríssima, da página 178, última das *Notícias,* dá um salto (com a supressão das páginas intermediárias para a página 185 (a dos índices) e remata no parágrafo 104. Neste e no parágrafo precedente toca-se no assunto, mantém-se a comparação ou semelhança dalguma parte do Brasil com o "Paraíso da terra", citam-se os autores alegados, mas omite-se tôda a explanação de conjunto, isto é, omite-se o *tratado particular* do "Paraíso na América", a que o orador da Academia Brasílica dos Esquecidos, Rafael Machado, aludia com conhecimento de causa.

O episódio tem interêsse para a história literária do ufanismo brasileiro, cantado em prosa e verso. ("Todos cantam sua terra"... "Minha terra tem palmeiras"... "Auriverde pendão da minha terra"... "Porque me ufano do meu país"...)

E sucedeu que, junto comigo (em junho de 47), trabalhava na Biblioteca Central de Roma, um escritor norte-americano, amigo também de papéis velhos, o qual, levado pelo título de *Paraíso na América,* mandou fotocopiar o manuscrito para o dar enfim à "luz do prelo", que no século XVII se lhe negou. E disse-me:

— "Não é melhor que o Paraíso seja antes na América do que na Ásia"?

— Naturalmente, respondi.

---

[4] Biblioteca Vittorio Emanuele, *f.* ges. 1 255.

E sorrimo-nos.

É fácil imaginar em que lugar da América êle colocaria o Paraíso. O meu assentimento, com Simão de Vasconcelos, determinava um lugar concreto:

"Do Amazonas ao Prata
Do Rio Grande ao Pará"...

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Com asterisco (*): Jesuítas

C

D

E

H

I

J

K

L

M

O

P

R

S

T

U

V

W

X

Y

Z